

# O OURO BRASILEIRO E O COMÉRCIO ANGLO-PORTUGUÊS

---

VIRGÍLIO NOYA PINTO

brasiliana

volume 371



## O OURO BRASILEIRO E O COMÉRCIO ANGLO-PORTUGUÊS

O autor do presente estudo é um modelo da nova geração de historiadores que assume a liderança das pesquisas históricas em nosso país. Com uma preparação baseada em fontes das mais sérias da ciência histórica, após lidar com o problema pedagógico em grandes centros do país, enfrentou um dos mais graves e difíceis temas de nossa formação econômica: o surto da economia aurífera.

O estudo da influência da produção do ouro na economia luso-brasileira, em seus aspectos externos — possibilidade de reequilíbrio do comércio da metrópole — e internos — grande transposição da população colonial e formação de densos núcleos urbanos no centro do país — tem sido objeto de muitos trabalhos, alguns da maior respeitabilidade. Falta-nos, porém, um conhecimento sistemático dos dados estatísticos. Jazem eles no seio dos arquivos estrangeiros, divulgados assistemática e infimamente. Neles, especialmente nos franceses, lavrou o autor.

Com todos esses obstáculos, o autor enfrentou o problema e encarou um dos seus aspectos mais graves: a influência da produção do ouro brasileiro nas relações comerciais anglo-portuguesas. As conclusões a que chegou, após apurados e honestos estudos em fontes documentais, representam a mais importante contribuição para o conhecimento do assunto. Por isso mereceu, por parte dos que o conhecem, os mais sinceros encômios.

No momento em que o Brasil está sendo animado por nova possibilidade de um surto aurífero, nada mais sensato do que um estudo da experiência anterior. Se ainda se admitir que a "Mestra da Vida" possa trazer alguma contribuição para a conduta dos responsáveis pela Nação, voltemo-nos para essa era longínqua para tirarmos dela algum proveito através de uma pesquisa séria e isenta. Confiamos em que os esforços do autor resultem num desdobramento de novos esclarecimentos acerca do problema. Este trabalho, porém, permanecerá como marco de um avanço seguro em busca da verdade histórica.

## VIRGÍLIO NOYA PINTO

Trata-se de um historiador representativo dos novos pesquisadores, que não mais fazem História como um "hobby" ou uma ocupação para as vantagens da aposentadoria. Nascido em 1929 (Cachoeira, BA), licenciou-se em História pela USP em 1959, doutorando-se em 1972. Dedicou-se ao magistério superior da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (1963-1967), cujo Departamento de História chefiou (1963-64). Daí passou para o Departamento de História da USP (1965), ao mesmo tempo que lecionava no Departamento de Humanidades do ITA. Desde 1967 é professor no Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da USP. Para esses encargos aperfeiçoara-se no estrangeiro: de 1960 a 1962, através da CAPES, esteve na Europa. Foi bolsista do Centre National de la Recherche Scientifique para pesquisa em Portugal. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo permitiu-lhe pesquisas no Rio de Janeiro e Salvador (1964). De 1968 a 1970 chefiou o Departamento de Estudos Históricos e Filosóficos da Escola de Comunicações e Artes (USP), ocupando um dos postos da Comissão de Pós-graduação (1972-1976), presidindo a Comissão Geral de Ensino desde 1975 e representando os doutores no Conselho Departamental. Em 1979 conquistou o primeiro lugar no concurso para a cadeira de Cultura Brasileira.

Escreveu numerosos artigos para as revistas dos institutos em que ensinou e participou, com Sérgio Buarque de Holanda, Carla de Queiroz e Sílvia Barbosa Ferraz, da elaboração da *História do Brasil*, em 2 tomos, publicada pela Companhia Editora Nacional. Colaborou ainda em uma publicação da UNESCO: "Historical development of mass communication in Brazil" (cap. I de extensa monografia organizada pela professora Dra. Nelly de Camargo).

COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO/MEC

**Preço de venda ao público, Cr\$ 125,00**

Este preço só se tornou possível devido à participação do Instituto Nacional do Livro/MEC, que, em regime de co-edição, permitiu o aumento da tiragem e conseqüente redução do custo industrial.

O OURO BRASILEIRO  
E O COMÉRCIO  
ANGLO-PORTUGUÊS

BRASILIANA

volume 371



*Direção:*

Américo Jacobina Lacombe

VIRGÍLIO NOYA PINTO

*Professor da Escola de Comunicações e Artes  
da Universidade de São Paulo*

O OURO BRASILEIRO  
E O COMÉRCIO  
ANGLO-PORTUGUÊS

(Uma contribuição aos estudos da economia  
atlântica no século XVIII)

Em convênio com o

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL/MEC

P732o Pinto, Virgílio Noya, 1929-  
O ouro brasileiro e o comércio anglo-português : uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII / Virgílio Noya Pinto. — São Paulo : Ed. Nacional ; (Brasília) : INL, 1979.

(Brasília ; v.371)

**Bibliografia.**

1. Brasil - Condições econômicas - Período colonial 2. Comércio exterior - Brasil 3. Comércio exterior - Portugal 4. Ouro - Minas e mineração - Brasil I. Instituto Nacional do Livro. II. Título. III. Série.

CDD:382.42410981021  
:330.981021  
:338.27410981021  
:382.09469042  
:382.09469081  
:382.09810469  
:382.42410981032  
CDU:382:553.41(81)\*17"

CCF/CBL/SP-79-0624

**Índices para catálogo sistemático (CDD):**

1. Brasil : Comércio luso-brasileiro 382.09810469
2. Brasil-colônia : Economia 330.981021
3. Brasil-colônia : Ouro : Comércio exterior 382.42410981021
4. Brasil-colônia : Ouro : Produção : Economia 338.27410981021
5. Portugal : Comércio exterior : Inglaterra 382.09469042
6. Portugal : Comércio luso-brasileiro 382.09469081
7. Vice-Reino : Brasil : Ouro : Comércio exterior 382.42410981032

Proibida a reprodução, embora parcial  
e por qualquer processo,  
sem autorização expressa do Autor e da Editora.

*Direitos reservados*  
COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
Rua dos Gusmões, 639  
01212 São Paulo, SP

1979

Impresso no Brasil



A  
DINORAH, minha mulher.

Aos meus filhos  
LUIZ FERNANDO  
LUÍS FELIPE  
LUÍS AUGUSTO.



## AGRADECIMENTOS

Não poderíamos deixar de registrar publicamente os nossos agradecimentos às pessoas e instituições cuja colaboração foi decisiva para a feitura deste trabalho.

Porém, como agradeceremos ao Prof. Robert Henry Aubreton pela sua luta em mandar estudantes brasileiros para a França, entre os quais nos incluímos?

Na Europa, como retribuímos as atenções e o carinho de mestres como Fernand Braudel, Pierre Chaunu, Frédéric Mauro, Ruggiero Romano, Jean Glénisson, Vitorino Magalhães Godinho?

No Brasil, como agradeceremos a mestres como Eduardo D'Oliveira França, que acedeu gentilmente em assumir a direção da presente tese; a Sérgio Buarque de Holanda, a Manuel Nunes Dias, a Luís Lisanti Filho e a Carlos Henrique Liberalli, a quem devotamos saudosa memória?

Como retribuir a confiança em nós depositada pela CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ao CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) e à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)?

A todos, nomeados ou não, a única maneira de poder retribuir e agradecer é esperar não tê-los decepcionado.

Também, não poderíamos deixar de mencionar aqueles que tanto nos incentivaram para a publicação deste trabalho, como Francisco Iglésias, José Roberto do Amaral Lapa e Laima Mesgravis.

(V. N. P.)



## SUMÁRIO

*Apresentação*, XI

*Introdução*, XV

1. ECONOMIA E POLÍTICA, 1
  - 1.1. Portugal e a recessão econômica do século XVII, 1
  - 1.2. Portugal e a sucessão da Espanha, 16
  - 1.3. As pressões diplomáticas e os tratados de Utrecht e de Methuen, 24
2. O OURO BRASILEIRO, 59
  - 2.1. Do açúcar ao ouro, 39
  - 2.2. O ouro nas Minas Gerais, 51
  - 2.3. O ouro na Bahia, 81
  - 2.4. O ouro em Mato Grosso, 85
  - 2.5. O ouro em Goiás, 96
  - 2.6. Produção brasileira de ouro no século XVIII, 112
3. O COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRO, 119
  - 3.1. As frotas, 133
  - 3.2. As exportações brasileiras, 185
    - 3.2.1. O açúcar, 190
    - 3.2.2. O tabaco, 200
    - 3.2.3. As madeiras, 203
    - 3.2.4. Os couros, 205
    - 3.2.5. Os diamantes, 212

- 3.3. As importações brasileiras, 222
- 3.4. O ouro no comércio luso-brasileiro, 227
- 4. O COMÉRCIO ANGLO-PORTUGUÊS, 255
  - 4.1. A balança de comércio, 285
  - 4.2. O ouro brasileiro no comércio anglo-português, 297
- 5. CONJUNTURA E ESTRUTURA, 317
  - 5.1. A crise do ouro brasileiro, 317
  - 5.2. O ouro na conjuntura brasileira, 324
  - 5.3. O ouro brasileiro na estrutura econômica mundial, 328
- Pesos, medidas e valores utilizados, 335*
- Bibliografia e documentação, 337*
- Revistas e coleções consultadas e suas abreviaturas, 346*
- Arquivos e bibliotecas pesquisados, 346*

## APRESENTAÇÃO

*O ouro brasileiro e o comércio anglo-português* é obra que se impõe pelo tema, elaboração superior, metodologia severa, pesquisa ampla e original. É estudo do papel do ouro brasileiro no comércio anglo-português e contribuição ao conhecimento da economia atlântica no século XVIII. Pesquisas do gênero há inúmeras, desde que Fernand Braudel publicou em 1949 o livro sobre o mar Mediterrâneo, na época de Filipe II, abrindo caminho que teve muitos seguidores na França e em outros países, até mesmo no Brasil.

Na definição do que foi o comércio anglo-português no século XVIII, o autor destaca o papel representado pelo ouro brasileiro, cuja importância, como se sabe, está exatamente na primeira metade desse século. Assim que se descobre o ouro no Brasil, as relações comerciais de portugueses e ingleses se acentuam, em parte como decorrência do Tratado de Methuen, de 1703, entre os dois países. O Tratado já foi objeto de muita análise e tem aqui justa colocação, em que se evidenciam os lucros e desvantagens das duas partes. Portugal tem relativo florescimento, com decadência pronunciada no início da segunda metade do século, fato que coincide com o declínio da atividade mineratória, quando a produção de ouro em Minas, Goiás, Mato Grosso e Bahia cai sensivelmente. O autor coloca o problema: foi o ouro do Brasil agente de mudança na estrutura da economia de Portugal e da Inglaterra? Qual seria o vulto do ouro brasileiro?

Como se vê, o tema é importante, de interesse para Minas, Brasil, Portugal, Inglaterra, para a economia do Ocidente. Para enfrentar tão importantes questões o autor dispõe de metodologia severa, convenientemente aplicada. Virgílio Noya

Pinto, depois de curso de História no Brasil, fez pós-graduação na França, trabalhando com professores notáveis, que lhe deram as grandes linhas da moderna historiografia em um sentido que, sobretudo lá, se desenvolveu. Estudou e assimilou a orientação quantificadora, de modo a poder usá-la com êxito, como se dá na difícil questão que se propõe. Temos no seu livro o justo emprego da técnica quantitativa, que não aparece como um fim em si mesma, para elaboração de séries, tabelas e quadros, como se dá em muitos quantificadores que na verdade apresentam uma variante da história narrativa, sem buscar ou sem conseguir uma explicação, sem chegar à História. O método usado pelo insigne historiador permite-lhe obter excelente resultado.

A pesquisa é ampla e original. Para traçar as linhas do comércio anglo-português, e, sobretudo, o volume do ouro obtido no Brasil, o autor trabalhou em arquivos franceses e portugueses, como também em arquivos brasileiros. Valoriza consideravelmente o livro o emprego de uma fonte primária, até então inexplorada, com o seu objetivo: a leitura, nos arquivos franceses, de relatórios, memórias e cartas dos cônsules da França em Portugal, os quais dão notícia do que se passa no país em que trabalham, traçando o quotidiano da política em época de intensas disputas diplomáticas, bem como da vida econômica, com informação sobre as novidades, o que vem das colônias — como o Brasil —, as fortunas e os azares, crises, exportação e importação. Os cônsules falam das entradas do ouro em Portugal, para a fazenda pública ou para os negociantes ou do muito contrabandeado por navios ingleses, que estão sempre no Tejo quando chegam as frotas do Brasil. É um vasto repertório de notícias nunca antes usado com o objetivo do tema. Há também algumas pesquisas em Portugal, na mesma linha. Daí a amplitude do trabalho.

A contar deste livro, o caso do ouro brasileiro, seu vulto e papel — assunto básico da nossa história econômica —, passa a ter entendimento mais amplo e profundo. Já muitas avaliações haviam sido feitas, mesmo no século XVIII, como se vê na memória de José João Teixeira, de 1780, em grande parte seguida por outros estudiosos nos séculos seguintes. Tem-se aqui nova abordagem, baseada em documentos outros, o que valoriza o livro e abre perspectivas para reexame da matéria. Daí poder-se dizer que a obra tem não só amplitude como originalidade.

A publicação do livro de Virgílio Noya Pinto é altamente meritória, pois é raro encontrar contribuições novas: neste, além



do uso de fontes pouco exploradas, há o pesquisador atento que não recua ante o vulto do trabalho. A especialização em História, na França, a intimidade com metodologia bem elaborada e lucidamente aplicada, sem o mecanicismo que se dá nos imitadores, a documentação original e o rigor na construção do texto, tudo contribui para conferir ao livro alto valor. É raro encontrar a mesma altitude na historiografia brasileira, que tem agora em Virgílio Noya Pinto um elemento de primeiro plano, pela formação superior, pela pesquisa, pela acuidade, pela seriedade.

*Os Editores*



## INTRODUÇÃO

Ao darmos início ao presente trabalho não nos moveu nenhuma preocupação em buscar o ineditismo de tema, nem tampouco repudiar documentos tantas vezes manuseados. Estimulou-nos apenas a análise da conjuntura e da estrutura de um período da história brasileira. Inspiraram-nos principalmente Fernand Braudel, Frédéric Mauro, Pierre Chaunu e Vitorino Magalhães Godinho, que, pessoalmente ou através de suas obras, foram guias para nossas pesquisas. Quanto ao método, fundamentais se tornaram os trabalhos de F. Braudel, Gaston Imbert e Ernest Labrousse.

Não foi nosso interesse discutir suas teorias sobre os movimentos de longa duração e as tendências seculares. Ao aceitá-las, transformamo-las em ponto de partida para verificação do comportamento da economia luso-brasileira, num período em que o ouro foi o elemento dominante. Impulsionou-nos a curiosidade de verificar até que ponto a economia brasileira já estava comprometida com a economia mundial.

No enfoque do tema, nossa pretensão foi retomar o trabalho de F. Mauro. Balizando seu estudo sobre Portugal e o Atlântico, entre a crise do império oriental português (1570) e a crise que se esboça a partir de 1670, aquele Autor procurou configurar um exemplo de economia colonial na época moderna e contribuir assim para o conhecimento do capitalismo comercial. Em nosso trabalho, partimos justamente da crise que envolveu todo o império português nas últimas décadas do século XVII, para encontrarmos o outro parâmetro na crise de 1760-80. Entre uma e outra, o ouro brasileiro surgiu como o elemento novo e dominante, inserido na economia do Atlântico. O primeiro pro-

blema que se apresentou, portanto, foi o impacto deste novo elemento naquela economia.

Por outro lado, os estudos dos economistas e dos historiadores da Economia têm levado ao estabelecimento de flutuações cíclicas e à identificação — através de estatísticas e seriação de preços, salários, produção etc. — de movimentos que variam desde as flutuações sazonais até as tendências seculares, tela de fundo do desenvolvimento econômico da humanidade, segundo G. Imbert. Sobre os movimentos seculares, G. Imbert, sintetizando os estudos já realizados por outros economistas e historiadores, identifica as seguintes fases:

1. Economia medieval (1250 a 1507-10)

Alta secular (fase A) { — 1200 a 1375 (França)  
— 1200 a 1316-19 (Inglaterra)

Baixa secular (fase B) — 1316-19 a 1507-10

2. Economia mercantilista (1507-10 a 1722-43)

Alta secular (fase A) — 1507-10 a 1635-50

Baixa secular (fase B) — 1635-50 a 1722-43

3. Economia capitalista (1722-43 a 1896)

Alta secular (fase A) — 1722-43 a 1808-17

Baixa secular (fase B) — 1808-17 a 1896

4. Economia planificada (1896 a ?)

Alta secular (fase A) — 1896 a ?

Ante essas flutuações dos movimentos seculares, nova questão se impôs: o Brasil acompanhou a tendência geral? Mais especificamente, quais os reflexos da baixa secular mercantilista e da alta secular capitalista sobre a economia brasileira?

A mudança da tendência dos movimentos seculares é explicada por alterações estruturais que, segundo ainda G. Imbert,

podem advir de causas várias como aumento de população, descoberta de novas minas de metal precioso, mudanças políticas e sociais, modificações na técnica de produção etc.

Ora, o ouro brasileiro foi descoberto exatamente no final da fase *B* da economia mercantilista, ou seja, no momento de transformação entre a baixa secular mercantilista e a decolagem da alta secular capitalista. Assim sendo, seria o ouro brasileiro um dos elementos permissivos do desencadeamento da mudança de estrutura? Seria ele um dos responsáveis pela dinamização da economia mundial, propulsor da alta secular sensível após 1722-43?

Outro problema surgiu-nos: conhecemos as avaliações da produção do ouro brasileiro de Soetbeer, Von Eschwege, Calógeras etc., que se diferenciam quanto às flutuações e quanto ao máximo de volume produzido. Valeria a pena reanalisar a questão, revendo documentos e acrescentando novos informes?

Quanto às fontes utilizadas para o nosso trabalho, destacamos a correspondência consular francesa, em Lisboa. Uma razão nos levou a transformá-la em coluna vertebral de nosso estudo: os cônsules e embaixadores franceses tinham a obrigação, como se verifica através das “Instruções aos Embaixadores”, de manter Versalhes informada sobre a marcha dos negócios de Portugal e de seu império. Para isto, despachavam semanalmente seu correio com os informes sobre as ocorrências na Corte portuguesa. Além de testemunharem a vida em Lisboa, recebiam a correspondência dos vice-cônsules estabelecidos em outros pontos do império, possuindo assim uma visão geral das ocorrências em Portugal e no ultramar. Daí a importância que esta correspondência adquire para um estudo de estrutura e conjuntura. Pela freqüência e pelo encargo de tudo notificarem, as cartas dos representantes franceses transformaram-se em verdadeiro diário da vida portuguesa no século XVIII. Desde as intrigas das alcovas reais até as relações das frotas chegadas do Brasil, nada escapa aos observadores franceses. É verdade que o fator subjetivo intervém neste tipo de documentação. Em alguns representantes percebe-se o esforço de manter Versalhes bem informada das novidades portuguesas, e para tal estabeleciam verdadeira rede de espionagem. Para outros, os informes limitavam-se à rotina e à burocracia, cumprindo seu dever com enfado e desinteresse. Um risco sabíamos que poderíamos correr: sendo observadores estrangeiros, as notícias transmitidas poderiam ser estereotipadas e tendenciosas. Para evitar

essa possibilidade, as cartas foram rigorosamente criticadas, e sua utilização só foi feita quando consciente ou inconscientemente o embaixador ou cônsul documentava um fato que os gráficos e o estudo da conjuntura fazem estampar.

Como concorrentes dos ingleses, os franceses concentravam-se na observação das relações anglo-portuguesas. Este aspecto da correspondência, embora anuviado muitas vezes pelo despeito, fornece preciosos informes sobre a preponderância britânica no mundo português. Além disso, com a neutralidade de Portugal, Lisboa se transformou no grande centro de espionagem internacional no século XVIII, pois as notícias afluíam e circulavam através das rotas que se cruzavam na Metrópole do império.

Quanto à nossa orientação, ela é fruto da convivência com o pensamento de F. Braudel, que nos levou a assumir a posição de que somos homens do século XX a tentar reconstruir o conjunto das realidades do passado. Buscar estas realidades, senti-las, compreendê-las, é a grande aventura do historiador, porém seria impossível fugir à contingência do seu tempo.

O OURO BRASILEIRO  
E O COMÉRCIO  
ANGLO-PORTUGUÊS

# 1

## ECONOMIA E POLÍTICA

Desde que nos propomos a um estudo sobre o ouro brasileiro na conjuntura atlântica, faz-se necessário prefaciá-lo com uma análise da situação econômica da Europa Ocidental e, em particular, de Portugal e seu império no século XVII. Somente após essa análise torna-se possível compreender a importância do ouro brasileiro, surgido num momento em que a Europa estava sendo vergastada por violentas crises sócio-econômicas.

O estudo que se segue — sobre Economia e Política — foi orientado por duas inquietações: a primeira, indagar se a crise do império português foi uma crise isolada ou se, pela sua configuração, ultrapassa os quadros geográficos lusitanos para se enquadrar na recessão econômica do século XVII, já diagnosticada pelos historiadores da Economia.

A segunda das nossas inquietações levou-nos ao campo político. Sem dissociar a Economia da Política, nossas pesquisas conduziram-nos aos problemas suscitados pela Guerra de Sucessão da Espanha, especialmente em Portugal, e verificar até que ponto o discutido Tratado de Methuen justificava-se como uma perspectiva de desafogo à crise da economia portuguesa.

### 1.1 — PORTUGAL E A RECESSÃO ECONÔMICA DO SÉCULO XVII

Ao estudar o surto da economia mercantilista, G. Imbert delineia os contornos da tendência secular, estabelecendo o início



da alta entre 1507-10 e seu ápice em meado do século XVII quando, pela inversão da tendência, a baixa se precipita até o início do século XVIII. Assim, o ápice do sistema mercantilista encontra-se no início da tendência para a baixa dos preços, na França colbertiana e na Inglaterra, após o Ato de Navegação.<sup>1</sup>

Buscando as causas da inversão da tendência secular medieval para a mercantilista, aquele Autor a explica através de uma série de modificações estruturais de ordem geográfica, política, espiritual, demográfica e sócio-econômica:

- a) *De ordem geográfica*: após as grandes descobertas, as nações economicamente dominantes começaram a colonizar e explorar os novos mundos.
- b) *De ordem política*: com a formação e o desenvolvimento dos grandes Estados modernos da Europa, surgiu o mercantilismo, que traduziu no plano econômico as aspirações de riqueza e de independência. Através da intervenção do Estado regulamentaram-se as trocas comerciais, no sentido de se obter uma balança de comércio equilibrada.
- c) *De ordem espiritual*: opondo-se ao espírito de resignação da Idade Média, a mentalidade renascentista trouxe a exaltação do individualismo, levada ao extremo pela Reforma, no plano religioso. Os elementos mais dinâmicos, economicamente falando, na opinião de G. Imbert, encontravam-se na Europa Ocidental entre os reformados.
- d) *De ordem demográfica*: embora não se possuam dados suficientes para o estudo do movimento demográfico europeu, sabe-se que entre 1450 e 1550-1660 houve um surto demográfico, ao qual se seguiu, até 1710, uma recessão provocada pelas guerras, epidemias e fome que reduziram a população européia a um nível vizinho ao de 1450.
- e) *De ordem sócio-econômica*: a conseqüência do descobrimento do metal precioso americano — o afluxo de prata — foi “a causa permissiva” do desencadeamento da alta geral de preços, criando o ambiente favorável às grandes transformações econômicas, e permitiu um aumento gigantesco dos impostos, pelos quais o Estado arrancou dos particulares considerável riqueza, que foi colocada em circulação. O cresci-

(1) G. Imbert. *Des mouvements de longue durée Kondratieff*, p. 192.

mento do poder real, além de reduzir os direitos e as prerrogativas da nobreza, contribuiu para a instalação da burguesia sobre as ruínas do feudalismo.

G. Imbert, reconhecendo no afluxo dos metais preciosos americanos a causa primordial para o arranco da alta do movimento secular da economia mercantilista, permite-nos concluir que a redução daquele fluxo foi um dos fatores básicos para a inversão da tendência que conduziu à recessão no movimento secular. Realmente, verifica-se através dos estudos de Hamilton que a aportagem de metal precioso na Espanha entre 1503-80 é contínuo e crescente; de 1581-1630 atinge um nível cuja média é 2.200 toneladas anuais e nos decênios seguintes a tendência é para a queda, reduzindo-se nos anos de 1651-60 a apenas 443 toneladas em média, ou seja, quase o mesmo nível de igual década no século anterior.<sup>2</sup>

Da comparação entre o perfil do movimento secular e o contorno do afluxo de metal precioso, podemos concluir que o primeiro é praticamente regido pelo segundo.

Como conseqüência da diminuição do afluxo de ouro e prata americanos, a disponibilidade de metal precioso tendeu a estacionar, enquanto as necessidades financeiras persistiram num ritmo crescente. Do descompasso das duas tendências resulta a redução dos lucros e a retração, ocasionando o afrouxamento dos preços, que caracteriza os períodos de recessão. Os Estados, não possuindo os recursos necessários para a sua política, alimentam a inflação, ao recolher as moedas circulantes para recunhagem, o que provoca a depreciação de seu valor.

Além do perfil do fluxo de metal precioso, os estudos de G. Imbert demonstram, ainda, a coincidência e o paralelismo entre a curva demográfica e o perfil do movimento secular. Ao analisar tal fenômeno, esse autor identifica o mecanismo da recessão demográfica no período pré-capitalista, através de uma relação de causa e efeito entre crescimento ou redução populacional e o desenvolvimento ou contração da agricultura.<sup>3</sup>

Condicionados o crescimento demográfico e a produção agrícola, torna-se fácil perceber a correlação entre variações climáticas ou flagelos naturais como a fome e seus efeitos sobre a demo-

(2) E. J. Hamilton. *War and Prices in Spain (1651-1800)*.

(3) G. Imbert. *Op. cit.*, p. 393.

grafia. Sobre a agricultura européia do século XVII, informa Augé-Laribé que se tem a impressão de um período de marasmo, e que as notícias se referem a períodos de fome ou de frio.<sup>4</sup> Somente na França destacam-se como períodos de terrível fome os anos de 1629-30, 1648-51, 1660-61, 1693-94, 1709-10.<sup>5</sup>

Uma população subnutrida se torna presa fácil das epidemias como a peste e a cólera. Após 1650, o século XVII, assistiu a um recrudescimento de epidemias de peste e cólera, embora a intensidade e a freqüência em que ocorreram tenham sido menores que as dos séculos XIV e XV. Somente em Londres, durante a peste de 1665, foram ceifados aproximadamente sessenta mil indivíduos de uma população calculada em quinhentos mil habitantes.<sup>6</sup>

A crise do metal precioso e a crise agrodemográfica, afetando quase todos os setores das atividades européias, provocaram a reversão do movimento secular mercantilista e precipitaram a recessão econômica, que se fez sentir desde meado do século XVII até início do século XVIII. Oscilações bruscas, altas e baixas de preço, com tendência maior para a baixa, caracterizam a fase B do movimento secular, segundo Simiand.<sup>7</sup>

Embora sejam raras as estatísticas seriadas e as pesquisas sobre flutuações de preços em Portugal, e praticamente inexistentes para o resto do império, o estudo da situação econômica portuguesa pode fornecer elementos para o confronto com a conjuntura geral.

Quando da união das Coroas ibéricas, em 1580, Portugal viu-se envolvido pelas rivalidades espanholas, sobretudo com relação à Holanda, que, a partir do fechamento do porto de Lisboa, foi impedida de obter, nesse porto, as especiarias orientais e os produtos coloniais americanos. Sendo a detentora da redistribuição desses produtos para o norte da Europa e Mediterrâneo, a Holanda não teve outra alternativa, senão lançar-se em busca daquelas mercadorias nas áreas produtoras. Assim, já nos últimos anos do século XVI, os holandeses tinham atingido o Oriente pela rota do Cabo, e em 1602 fundaram a Companhia das Índias Orientais

(4) M. Augé-Laribé. *La révolution agricole*, p. 28.

(5) R. Mousnier. *Os séculos XVI e XVII*, t. IV, vol. I, p. 162.

(6) E. Préclin e V. Tapié. *Le XVII siècle*, p. 291.

(7) F. Simiand. *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix du XVI.<sup>e</sup> au XIX.<sup>e</sup> siècle*.

que recebeu o monopólio do comércio oriental, compreendido entre o cabo da Boa Esperança e o estreito de Magalhães: todo o Índico e o Pacífico. Paulatinamente, a partir deste instante, a hegemonia holandesa se firmou no Oriente, à custa do recuo dos portugueses. Após a fundação de Batávia (1619), na ilha de Java, dela fazem os holandeses sua base de irradiação, e até meado do século XVII estendem-se pelos pontos básicos do Índico.

Além dos holandeses, ingleses e franceses usufruíram também da impotência de Portugal sob o domínio dos Áustrias: os primeiros ocuparam Ormuz e os segundos, Madagáscar. O comércio das especiarias, que fizera a opulência de Portugal no século XVI, tombou nas mãos da Inglaterra, da França e principalmente da Holanda.

A luta entre Espanha e Holanda impediu também que esta última se abastecesse de produtos americanos como o açúcar e o tabaco. A exemplo da Companhia das Índias Orientais, surgiu, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais com o monopólio do comércio atlântico.

Em 1624, organizado por essa companhia, deu-se o primeiro ataque ao Brasil, exatamente no ponto vital da economia açucareira: a Bahia. Frustrado o primeiro ataque pela expulsão dos holandeses de Salvador em 1625, cinco anos depois investem novamente os batavos, desta vez com sucesso, sobre Pernambuco. O domínio holandês, no Nordeste brasileiro, consolidou-se por mais de duas décadas.

Ao assumir o governo de Pernambuco em 1637, Maurício de Nassau compreendeu que, para garantir o sucesso da conquista holandesa e a evolução econômica da nova colônia, necessário seria englobar à área do açúcar as fontes do braço escravo.<sup>8</sup> Assim, armou uma esquadra, que, em agosto de 1641, submeteu Luanda e em outubro seguinte, São Tomé.<sup>9</sup>

Portugal encontrava-se bastante reduzido como potência colonial, quando recuperou sua independência em 1640. Sua liberação, porém, estimulou a reação contra os holandeses na África

(8) Em carta de 1.º de junho de 1641, referindo-se a Angola, escrevia Nassau aos Estados Gerais: "É o primeiro mercado de escravos sem os quais a cultura da cana-de-açúcar é impossível no Brasil." Apud: D. Pires de Lima. *O Oriente e a África desde a Restauração a Pombal*, p. 93.

(9) Esses ataques foram feitos quando já vigorava a trégua entre a Holanda e Portugal, assinada em 12 de junho de 1641.

e no Brasil. Em 1648 Angola foi reconquistada, e em 1654 o Nordeste libertado.

As represálias se fizeram no Oriente: em 1652 os holandeses ocuparam a Colônia do Cabo e em 1655 expulsaram definitivamente os portugueses do Ceilão.

Para se organizar após as lutas da independência, Portugal contava apenas com seus próprios recursos, com alguns entrepostos isolados na Ásia, algumas colônias na África e o Brasil. Alijado quase que completamente do Oriente, o eixo de interesses lusitanos tinha que se voltar, forçosamente, para o Ocidente: de afro-asiático o império se tornou afro-americano: atlântico.

Estas mudanças geopolíticas repercutiram também na situação monetária. Ao analisar a moeda, F. Mauro, em seu estudo sobre Portugal e o Atlântico no século XVII, distingue dois períodos na evolução monetária de Portugal: o de 1604-40, caracterizado pela estabilidade; e o de 1640-70, quando desaparece a estabilidade, dando lugar às recunhagens que obrigaram as moedas portuguesas a repassar pela Casa da Moeda. Para o Autor, esta mudança foi provocada pelas necessidades da guerra de independência e pelo subsequente rompimento das relações com a Espanha, de onde a prata não mais afluía para Portugal. F. Mauro conclui que a união das Coroas ibéricas foi o fato político que favoreceu a estabilidade monetária portuguesa.<sup>10</sup>

Realmente, durante a união das Coroas ibéricas várias foram as formas pelas quais a prata afluíu a Portugal. Mesmo havendo proibições quanto à presença de estrangeiros no comércio colonial espanhol, os portugueses (apesar de serem considerados estrangeiros) desenvolveram intensa atividade comercial por todo o império espanhol, na medida em que se infiltravam por todas as regiões desse mesmo império. Instalados na Espanha, os portugueses assenhorearam-se do comércio interno, e no externo exploravam o que havia de mais rendoso: o tráfico negreiro, o comércio hispano-americano, o de Buenos Aires, e mesmo as transações com a Europa.<sup>11</sup>

Acrescentem-se a esta situação as rotas de contrabando criadas através de Buenos Aires, Acapulco e Manilha. O trabalho de

(10) F. Mauro. *Le Portugal et l'Atlantique au XVII.<sup>e</sup> siècle*, p. 442.

(11) E. D'Oliveira França. *Portugal na época da Restauração*, p. 326.

Alice P. Canabrava analisa bem este período em que Buenos Aires se assemelha a uma colônia portuguesa, e através dela penetram os lusitanos até a fonte da prata: Potosi.<sup>12</sup>

As afinidades econômicas entre as duas regiões, Rio da Prata e Brasil, faziam com que deste fossem importados, além dos produtos manufaturados trazidos da Europa, o escravo, o açúcar, o tabaco e produtos alimentícios. O retorno era extremamente favorável a Portugal: couros e principalmente a prata.<sup>13</sup> Para barrar este desvio de metal precioso através da região platina, em 1623 foi instalada a alfândega seca de Córdoba, ficando proibida a exportação da prata para além daquela cidade, entroncamento indispensável na rota Buenos Aires—Potosi. Estas medidas proibitivas tiveram como efeito o incremento do contrabando. Ante as necessidades de sobrevivência que se faziam prementes em Buenos Aires e a insistência do governo espanhol em manter aquele porto preso ao complexo Pacífico—Caraíbas, desconhecendo sua realidade atlântica, o contrabando desenvolveu-se continuamente com a benevolência das autoridades buenairenses e, quando não, com sua própria colaboração.

Essa situação dos portugueses, quanto ao comércio com a América espanhola, começou a ser abalada com a penetração dos holandeses no Atlântico Sul. A conquista de Pernambuco (1630), a de Elmina (1637) e a de Luanda (1641) ocasionaram a desorganização do comércio afro-americano, não somente quanto ao império português, mas também quanto às transações comerciais entre portugueses e colônias espanholas. A partir deste instante, as aquisições de prata começaram a ser prejudicadas.

Eduardo França, ao estudar a posição da burguesia portuguesa ante o domínio espanhol, equacionou o problema da prata e do comércio português: a burguesia portuguesa se acomodou ao domínio espanhol, enquanto pôde usufruir do comércio negro, do açúcar, das especiarias e da prata. Porém, na medida em que os holandeses disputaram e se apossaram daqueles setores, ela não mais encontrava razões para se manter fiel a um

(12) A. P. Canabrava. *O comércio português no Rio da Prata, (1580-1640)*.

(13) Francisco Pyrard testemunha a abundância de prata no Brasil, na primeira década do século XVII, quando diz: "Nunca vi terra onde o dinheiro seja tão comum, como é nesta do Brasil, e vem do Rio da Prata..." In: *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval (1601-1611)*, vol. 2, p. 230.

império impotente para enfrentar duas companhias holandesas de comércio.<sup>14</sup>

Com a Restauração, a situação financeira de Portugal ainda mais se agravou. Não somente as despesas da reinstalação do Estado português (aliadas às enormes despesas para os preparativos de defesa) minaram as finanças mas também a diminuição de entradas de metal precioso, quer pelos fatos já apontados, quer pela própria diminuição da produção de prata na América.

Nestas circunstâncias, efetuaram-se as reformas e as revalorizações monetárias de 1642-43, 1662-63, 1668-88.<sup>15</sup> Sobre tudo esta última demonstrou a escassez do metal precioso em Portugal, pois proibia a circulação de moedas cujo peso estivesse fora do padrão; isto por se estar espalhando o hábito de cercear as moedas, ou seja: raspavam-se as suas bordas para se obter prata e ouro em pó.

Entretanto, alguns anos depois, o processo de cerceamento das moedas foi retomado, pois em 1693 escrevia de Lisboa o embaixador francês, abade d'Estrées: "Verifica-se que se começa a difundir aqui patacas alteradas, e pelo temor que têm os portugueses de serem enganados tem-se dificuldade em fazer passar as boas; as moedas de ouro se tornam raras."<sup>16</sup>

Para agravar ainda mais a situação monetária de Portugal, a balança de comércio do império permanecia deficitária, em virtude da crise que afetava os vários setores da economia metropolitana e pela retração dos mercados consumidores. Em consequência, o numerário português foge para o exterior, em pagamento da diferença na balança de comércio. Tinham os portugueses consciência deste processo, pois o embaixador d'Estrées, narrando uma entrevista que tivera com o secretário de Estado, diz que o encontrou bastante inquieto, e a razão de sua preocupação era a de encontrar meios para impedir que os ingleses conti-

(14) E. D'Oliveira França. Op. cit., p. 355.

(15) Vide S. Sombra. "História monetária do Brasil colonial." In *Anais do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira*, vol. I, p. 647; A. C. Teixeira Aragão. *Descrição geral e história das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, vol. II.

(16) Q. D'O. *Portugal*, t. 30. Carta de 11 de outubro de 1693.

nuassem a extrair ouro e prata de Portugal; “vê-se o mal e não se pode remediar”.<sup>17</sup>

O déficit de metal precioso foi a constante de toda a segunda metade do século XVII. Déficit que angustiou a Metrópole e afetou toda a conjuntura do império português. Ainda em 1697, no momento mesmo em que das Gerais começaram a ser extraídas as primeiras arrobas de ouro, um relatório preparado pelo cônsul francês, em Lisboa, para servir de orientação ao novo embaixador, Rouillé, retrata bem a situação de Portugal no crepúsculo do século XVII: “O dinheiro é raro no reino porque os estrangeiros, e principalmente os ingleses, transportam-no continuamente (...). Todas as moedas do reino estão cerceadas. Permaneceu-se muito tempo sem se pensar em remediar este abuso, e quando se pensou numa solução, após se ter examinado durante dois anos, resolveu-se refundir todo o ouro e a prata para recunhar novas moedas, e que o Rei suportaria a perda. Começou-se já pelas patacas sobre as quais Sua Majestade perdeu quase um milhão de cruzados, e uma parte da renda do tabaco está comprometida para o pagamento deste milhão. (...) Quer-se dar ordens para fazer levar à Casa da Moeda todo dinheiro português que, por estar tão cerceado, valerá apenas a metade de seu justo valor, e como o Rei não tem mais fundo para suportar esta perda, crê-se que ela recairá sobre os particulares a quem este dinheiro pertencera.”<sup>18</sup>

A fuga do moedário português está relacionada com a dependência da importação, sobretudo de cereais, e da crise do comércio internacional.

F. Mauro, em seu já citado trabalho, estudou o problema do abastecimento de cereais em Lisboa no século XVII. Pelas suas conclusões, é possível verificar que raros são os anos em que foram abundantes os cereais em Portugal. A penúria era contínua e a dependência externa constante. O trigo, o centeio, a cevada e o milho, embora cultivados em várias regiões do país

(17) Idem, ibidem. A inquietação do secretário de Estado traduziu-se logo no dia 20 de outubro, com o decreto de Pedro II, prescrevendo medidas tendentes a evitar a saída de dinheiro, prata e ouro para os reinos estrangeiros. V. Rau e M. F. Gomes da Silva. *Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, vol. I, p. 305.

(18) Q. D'O. *Portugal*, t. 33. Mémoire donné a M. le Président Rouillé au mois de Juin 1697 par M. De Granges cy devant Consul de la Nation française a Lisbonne.



e nas ilhas, tinham sua produção sempre restrita; freqüentemente viu-se a Metrópole obrigada a importar cereais para abastecimento interno e de seu império, completando assim a diferença entre a colheita e o consumo.<sup>19</sup>

Entretanto, a necessidade de importar gêneros alimentícios afetou a balança de comércio de Portugal, uma vez que os produtos de exportação, metropolitanos e coloniais, passaram a sofrer as conseqüências da crise do comércio internacional.

Uma das primeiras preocupações de João IV, após a Restauração, foi reativar e intensificar o comércio exterior. Pela provisão régia de 21 de janeiro de 1641, Portugal foi aberto para que "quaisquer pessoas, de qualquer nação, Estado, profissão e condição que seja, possam livremente vir a estes reinos com suas naus, embarcações, mercadorias e empregos, de todas as sortes, gêneros e fábricas que forem, ou mandá-las debaixo de seus nomes próprios ou de outros terceiros e comissários, dirigidas aos correspondentes que lhes parecer, e tirar destes reinos o procedido das ditas mercadorias e empregos, quando e como lhes estiver bem, sem embargo das proibições que até agora havia, (...) para que o comércio seja franco e geral a todos, sem que se lhes faça embargo, represália ou moléstia alguma".<sup>20</sup>

Abriam-se os portos portugueses para o mundo, libertando-os das restrições impostas pela Coroa espanhola. Contudo, quanto aos tradicionais produtos metropolitanos de exportação, as frutas, o pescado e o sal, as perspectivas eram restritas para fazer face às necessidades da balança de comércio.

As frutas, um dos setores mais antigos da exportação portuguesa, permaneceram presentes na pauta do comércio, porém, seu valor sempre foi reduzido e de caráter complementar. A pesca e o sal, que, associados, foram um dos grandes setores da economia portuguesa do século XVI, sofreram verdadeira decadência no século XVII, sobretudo em função do desenvolvimento da pesca por parte dos ingleses e holandeses que, pouco a pouco, foram substituindo os portugueses naqueles setores. Acrescentou-se a isto o monopólio que exerceram os holandeses sobre o sal

(19) F. Mauro. "Fatores da conjuntura em Lisboa." Op. cit. (tabela X), p. 335.

(20) Apud: G. Freitas. *A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720)*, p. 11.

de Setúbal, obtido através dos tratados de reconhecimento da Restauração de Portugal.

O vinho, produto relativamente novo na pauta das exportações portuguesas, já tradicional na economia interna, conheceu no século XVII uma expansão, não somente em Portugal como também nas ilhas dos Açores e da Madeira.

Este surto vinhateiro se fez a grande custo, pois, em virtude da política da Restauração de incrementar o comércio, e dos tratados de reconhecimento, Portugal viu-se obrigado a permitir a entrada de vinhos estrangeiros e de aguardentes. Assim, dentro de Portugal, similares franceses e espanhóis faziam concorrência aos produtos nacionais.

A primeira medida contra esta concorrência interna foi o alvará de 1683, que interditou a importação de vinhos da Espanha. Embora excluída a concorrência espanhola, persistiu a francesa em virtude dos tratados de comércio. Sofrendo concorrência dentro do próprio mercado interno, dificilmente o vinho português colocava-se nos mercados externos. Seus principais mercados consumidores eram o Brasil, a Inglaterra e a Holanda. Excluído o primeiro por pertencer ao complexo colonial, na Inglaterra, o vinho português sofria a concorrência de similares italianos, franceses e espanhóis. Assim, o único dos produtos metropolitanos que poderia contribuir para maior equilíbrio da balança de comércio era o vinho, porém sua condição de recém-chegado colocava-o em inferioridade, ante os tradicionais vinhos europeus.

Sem outros recursos para a manutenção do comércio exterior, Portugal tinha que lastrear sua economia externa com os produtos coloniais, aliás, como vinha fazendo desde o século XV.

No Oriente, além da expansão holandesa, inglesa e francesa, que se fazia em detrimento de Portugal, o comércio foi profundamente afetado pela carência de metal precioso, pois o ouro e a prata eram elementos indispensáveis para a aquisição das especiarias. Pela rota do Cabo chegavam apenas dois navios anualmente e, para culminar a crise do comércio com o Oriente, a baixa de preços da segunda metade do século XVII atingia duramente os produtos orientais. Exemplo significativo foi o cravo-da-índia, que em 1668 era vendido a 18\$000 o quintal, e que vinte anos mais tarde caíra para 5\$000.<sup>21</sup>

(21) V. M. Godinho. "Le Portugal, les flottes du sucre et les flottes de l'or (1670-1770)". In: *Annales* (Economies, Sociétés, Civilisations) 5.<sup>e</sup> année, n. 2, Avril-Juin, 1950, p. 185. Artigo traduzido e publicado na *Revista de História*, n.º 15, julho-setembro, 1953.

No Brasil, os produtos da terra comportavam-se de maneira semelhante. O pau-brasil, obtido facilmente e em larga escala da floresta litorânea, durante o século XVI, já no início do século XVII começava a escassear na orla marítima, tornando difícil sua extração no interior. As distâncias entre o sertão — onde as reservas permaneciam virgens — e a costa, onde o pau-brasil era embarcado para a Europa, aumentavam o custo, diminuindo o interesse pelo seu comércio.

Utilizado como matéria-prima, para a extração da tinta usada nas manufaturas, o pau-brasil tinha em Amsterdã seu principal centro distribuidor, e a Holanda era a sua área de maior consumo.

As vicissitudes das relações luso-holandesas, em face do domínio espanhol, as dificuldades na extração da madeira e a concorrência de outros produtos tornaram-no, na segunda metade do século XVII, um produto relativamente modesto na pauta das exportações coloniais.

Suas cotações na Bolsa de Amsterdã, segundo o trabalho de N. W. Posthumus, justificam esta situação: 100 libras-peso, em 1630, custavam 50,33 *guilders*; a partir daquela data, o declínio nas cotações foi-se acentuando até os últimos anos do século XVII, quando atingiu 30,00 *guilders*. No início do século XVIII, verifica-se uma alta entre 1703-10, certamente provocada pela Guerra de Sucessão da Espanha, chegando a 55,00 *guilders* em 1705. Porém, a tendência para a baixa foi retomada após 1710 e, em 1731, atingiu seu nível mais baixo: 16,50 *guilders* por 100 libras-peso.<sup>22</sup>

Assim, entre 1630 e 1731, o pau-brasil foi desvalorizado em 67,2% de seu valor no comércio internacional.

Outro setor da economia brasileira, afetado pela depressão, foi o dos derivados da baleia. Embora fosse notada a existência de baleias no Brasil, pelos cronistas no século XVI, somente nos primórdios do século XVII foi que a pesca desse animal passou a ser atividade econômica.

No meado do século XVII, a Bahia e o Rio de Janeiro contavam com armações, e os contratos para a pesca eram facilmente arrematados. Isso significa que tal atividade foi altamente compensadora, o que aliás é colocado em relevo por F. Mauro:

(22) N. W. Posthumus. *Inquiry into the History of Prices in Holland*, p. 443ss.

“Em dois meses de pesca despende-se em salários 8.000 cruzados, porque cada arpoador recebe 500 cruzados e o menor salário é de 30\$000, sem contar a alimentação e a bebida. Mas o lucro é compensador, pois em geral matam-se em cada estação 30 ou 40 baleias, cada uma dá 20, 30 ou 40 pipas de azeite e cada pipa se vende de 18\$000 a 20\$000. É necessário acrescentar a carne que, salgada e seca ao sol, é colocada em pipas, e cada pipa é vendida a 12 e 15 cruzados.”<sup>23</sup>

Apesar da falta de dados quantitativos, para acompanhar a evolução da pesca da baleia no Brasil, pelo trabalho de Myriam Ellis conclui-se que, no final do século XVII, este setor da economia brasileira também se contraía. Já em 1672 o valor dos contratos declinava na Bahia, e em 1687 o contrato para a pesca da baleia ficou longo tempo em pregão sem encontrar quem o arrematasse.<sup>24</sup> O mesmo aconteceu no Rio de Janeiro, e em 1704 o contrato permaneceu na praça sem encontrar arrematador algum.<sup>25</sup>

Assim, também a pesca da baleia sofreu uma retração quanto à sua exploração e conseqüentemente os derivados como produtos exportáveis.

O tabaco foi o produto que rapidamente se expandiu no Brasil durante o século XVII, e sua produção, além de se destinar aos mercados europeus, tornou-se de importância capital para o comércio com a África, pois foi transformado em moeda para a compra de escravos. Impossível um estudo sobre o açúcar que não inclua o tabaco, uma vez que ele se tornou um elemento indispensável na aquisição de braços para a lavoura açucareira.

Desde 1644 o comércio direto entre a Bahia e a Costa da Mina foi autorizado pela Coroa, para a exportação de tabaco e a importação de escravos. Este fato constituiu-se numa exceção dentro do sistema colonial português, uma vez que os navios eram armados na Bahia e faziam as viagens de ida e volta prescindindo da Metrópole. A única limitação era que somente o tabaco de refugo, ou de terceira escolha, fosse embarcado para a África, ficando proibida a exportação de tabacos finos.

O uso de tabacos finos expandiu-se pela Europa e estimulou as potências coloniais a desenvolver o seu cultivo nas suas colô-

(23) F. Mauro. Op. cit., p. 279.

(24) M. Ellis, *Aspectos da pesca da baleia no período colonial*, p. 30.

(25) Idem, *ibidem*, p. 32-33.

nias americanas. Assim, já na segunda metade do século XVII, o tabaco brasileiro sofreu a concorrência de similares oriundos das colônias inglesas, holandesas e francesas. Desde 1627 a Inglaterra proibia a importação de tabaco brasileiro, para defender a produção da Virgínia.

Em decorrência, o tabaco brasileiro da melhor qualidade começou a sofrer o reflexo da recessão dos preços. Em Lisboa, o arrátel era cotado a \$260 em 1650; em 1668 caiu a \$200 e já em 1688 custava apenas \$070.<sup>26</sup>

Entretanto, o tabaco dito de refugio, continuou a ser o grande artigo absorvido pelos mercados africanos e, por mais que outras regiões tentassem imitá-lo, não o conseguiram; e a procura continuou intensa, sobretudo por parte de ingleses e holandeses que dele dependiam para o seu próprio comércio negreiro. Justamente por isso, uma análise sobre o tabaco brasileiro deverá levar em conta a bifurcação dos mercados: o europeu e o africano.<sup>27</sup> Por esta razão, acreditamos que o tabaco para o comércio africano não acompanhou a recessão econômica, porém, foi solidário à tendência de alta dos preços do escravo que, no alvorecer do século XVIII, já estará sofrendo o impacto dos descobrimentos do ouro brasileiro.

O açúcar brasileiro ocupou no século XVII o lugar mais importante no comércio português. F. Mauro coloca-o no centro de seu trabalho sobre Portugal e o Atlântico, no século XVII; e, nas suas conclusões sobre a conjuntura açucareira, estabelece as seguintes flutuações:<sup>28</sup> expansão por volta de 1600, estabilização até 1625 e, a partir daí, nova fase de expansão até o início da segunda metade do século.

Portugal, ao se libertar do jugo espanhol, reencontrara no açúcar a sua principal base econômica. A Bahia foi a grande produtora, e, com a conquista de Pernambuco pela Holanda, a área de cultura açucareira expandiu-se consideravelmente por outras regiões.

Este período de euforia começou a arrefecer na década de 60, sobretudo com a intensificação da cultura antilhana pelos

(26) V. M. Godinho. Op. cit., p. 185.

(27) Os dois setores — tabaco e escravo — estão de tal forma interligados, que o melhor trabalho sobre o comércio do tabaco na África encontra-se na obra de Pierre Verger: *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos*.

(28) F. Mauro. Op. cit., p. 233-34.

holandeses, após a perda de Pernambuco. O açúcar produzido pelas Antilhas veio concorrer com a produção brasileira, que começou a ser alijada dos principais mercados consumidores.<sup>29</sup>

Utilizando o pacto colonial, as potências marítimas incentivaram a produção antilhana para suprir seus próprios mercados. Esta produção, entretanto, não era suficiente para abastecer todo o mercado europeu, e o açúcar brasileiro, por sua qualidade e volume de produção, continuou a ter aceitação nos mercados consumidores.

A concorrência afetava, portanto, a colocação do açúcar brasileiro na Europa, não sendo porém motivo para crise. Esta, se desencadeou quando os preços começaram a cair. Tem sido erro pensar-se na queda de preços do açúcar brasileiro como decorrência da produção antilhana. Comparando-se o preço do açúcar brasileiro e o preço dos açúcares de outras procedências, verifica-se que a baixa foi geral, afetando o produto nas suas várias origens, não sendo fenômeno específico do açúcar brasileiro.

Segundo V. M. Godinho, o açúcar brasileiro, em Lisboa, que em 1650 custava 3\$800, em 1688 caíra para 1\$300 a 1\$400 a arroba.<sup>30</sup> Segundo Posthumus, o açúcar branco brasileiro, na Bolsa de Amsterdã, valia 0,73 *guilders* por libra-peso em 1651, e 0,23 em 1688. Em igual situação encontrava-se o mascavo, de várias procedências: caía de 0,53 em 1651 para 0,16 em 1688; e o refinado, de 0,86 para 0,27 respectivamente.<sup>31</sup> Em todos os casos observa-se uma baixa contínua entre 1650-51 e 1688, atingindo até 70% de desvalorização. O vértice da crise localiza-se em 1688, pois, a partir desta data, os preços tendem a se estabilizar, após ligeira alta, sem, contudo, retornarem aos níveis da primeira metade do século XVII.

\* \* \*

Esta análise da situação econômica do império português, no século XVII, leva a identificar o mal-estar que invadiu Portugal e seu império, a partir da segunda metade daquele século.

(29) Em 1693, o Senado da Bahia expunha ao rei a situação do Brasil, "consumido pela diminuição do preço dos açúcares, depois que toda a Europa se deu à cultura deste gênero". ("Cartas do Senado a Sua Majestade." *A.P.B.*, vol. 129. Carta de 28 de julho de 1693.)

(30) V. M. Godinho. *Op. cit.*, 185.

(31) N. W. Posthumus. *Op. cit.*, p. 122-25.

Na Metrópole, além da agricultura deficitária, dentre os produtos de exportação, o vinho sofre a concorrência de similares franceses e espanhóis no próprio mercado interno, assim como no externo, sobretudo no inglês. Quanto aos produtos coloniais, perdido o monopólio das especiarias, o comércio com o Oriente decresceu paulatinamente. Do Brasil, embora o açúcar reduzisse o déficit comercial, a recessão dos preços conduziu o produto a um período de crise. Por ser o gênero dominante na economia do império, sua crise afetou os demais setores da economia portuguesa. Conjugada com a crise comercial, a crise de metal precioso assolou todo o império.

Esta conjuntura espelha, no império português, o fenômeno mundial da recessão econômica do século XVII. Segundo G. Imbert, a inversão da tendência se coloca na segunda década do século XVII, e para F. C. Spooner, a economia do mundo por volta de 1620 perde sua velocidade. Esta economia doente, em dificuldade, procura paliativos.<sup>32</sup>

Além deste aspecto sombrio, para anuviar ainda mais o horizonte, a perspectiva da vacância do trono espanhol colocava em sobressalto a Europa. No momento em que as potências procuravam contornar a crise, a Guerra de Sucessão da Espanha foi um fato decisivo para novas definições políticas e novas estratégias econômicas.

## 1.2 — PORTUGAL E A SUCESSÃO DA ESPANHA

A Espanha do último Habsburgo, Carlos II, constituiu, para o cenário internacional das décadas finais do século XVII, o foco de expectativa e preocupação das potências européias. O doentio sucessor de Filipe IV não tivera herdeiros, nem de seu primeiro casamento com Maria Luísa de Orleans, nem do segundo com Mariana de Neoburgo. A linhagem masculina do ramo dos Áustrias da Espanha com ele chegava ao fim.

Na perspectiva da vacância do trono espanhol, movimentava-se a diplomacia européia muito antes da morte do monarca, pois, da escolha de seu sucessor, dependeria o equilíbrio europeu. Dois partidos se formaram em torno de Paris e Viena, respecti-

(32) G. Imbert. Op. cit., p. 191-94; F. C. Spooner. *L'économie mondiale et les frappes monétaires en France, 1493-1680*, p. 35.

vamente, cujas casas reinantes, por seus parentescos com Madri, reivindicavam os direitos à sucessão. Luís XIV, filho da infanta Ana e esposo da infanta Maria Teresa, pretendia reservar para os Bourbons a sucessão espanhola, embora ambas as princesas tivessem renunciado aos seus direitos de sucessão. De Viena, o imperador Leopoldo I também pretendia aquela sucessão, não somente por ser a casa da Espanha um ramo dos Habsburgos, como também por ser filho e esposo de infantas espanholas que, por não serem primogênicas, não haviam renunciado aos direitos do trono espanhol.

Entre os dois pretendentes a Europa estudava as conveniências futuras, e as chancelarias desenvolviam grande atividade diplomática. Para as potências marítimas — Inglaterra e Holanda — as preocupações dominantes eram: impedir o desequilíbrio europeu, quer pela possibilidade de uma reconstituição do Império de Carlos V com Leopoldo I, quer pela formação de um império franco-espanhol com Luís XIV, bem como garantir privilégios aos quais Madri se opusera até então. A poderosa Espanha dos Filipes, na última metade do século XVII, tornou-se o campo de cobiça das potências européias.

Pressionado pelos dois partidos — o francês e o austríaco — Carlos II, num supremo esforço para manter a integridade do império espanhol, designou para sucedê-lo, por testamento, em 2 de outubro de 1700, Filipe, duque de Anjou, neto de Luís XIV.

Em 1.º de novembro do mesmo ano falecia Carlos II, e, quinze dias após, Luís XIV apresentava o duque de Anjou à Corte de Versalhes, como Filipe V, rei da Espanha. Em janeiro do ano seguinte, o novo Monarca chegava a Madri e, em 1.º de fevereiro, Luís XIV, por uma declaração, confirmava ao rei da Espanha e a seus descendentes a posse dos direitos de sucessão à Coroa francesa. Confiante no reconhecimento de Filipe V por parte de diversas nações (Holanda em 22 de fevereiro, e Inglaterra em 20 de março de 1701), Luís XIV, em nome de seu neto e sob o pretexto de conservar a herança do monarca espanhol, ocupou em março de 1701 os Países Baixos, expulsando os holandeses das praças denominadas Barreiras, a eles cedidas pelo Tratado de Ryswick (1697).

Estes atos impulsivos e desafiantes de Luís XIV fizeram crescer a desconfiança e o descontentamento das potências marítimas.



mas, que começaram a sentir os efeitos da preponderância do comércio francês no império espanhol, sobretudo após a concessão do *asiento* de negros à Companhia Francesa da Guiné (fevereiro de 1701).

Desde maio de 1701 o Imperador havia começado a guerra na Itália, e em 7 de setembro a Inglaterra, as Províncias Unidas e o Império assinavam um tratado defensivo e ofensivo, visando sustentar as pretensões daquele à sucessão espanhola, dar garantias às possessões inglesas, assim como à navegação e ao comércio de seus súditos, e reconquistar as praças holandesas.

A ruptura se acelerou com a represália de Luís XIV que, após a morte de Jaime II (16 de setembro), exilado na França desde a revolução de 1688, reconheceu o príncipe de Gales como Jaime III, rei da Inglaterra, anulando assim o reconhecimento a Guilherme de Orange feito pelo Tratado de Ryswick.

Finalmente, em 4 de maio de 1702, a Inglaterra declarou guerra à França, sendo seguida pela Holanda em 8 do mesmo mês. A sucessão da Espanha deixava de ser pauta para as chancelarias, para ser disputada nos campos de batalha.

Como não poderia deixar de ser, o problema da sucessão espanhola afetou profundamente a Corte de Lisboa.

O que orientava a diplomacia portuguesa, ainda no final do século XVII, era o temor, que os anos após o tratado de 1668 não extinguiu ainda, de uma possível tentativa de reunificação ibérica por parte da Espanha. Fazia-se necessário, portanto, observar os movimentos das chancelarias européias, para estudar e pensar as soluções adotadas. Além disto, a disputa de áreas de influência no Atlântico envolvia fatalmente Portugal e seu império colonial. Sua posição geográfica e estratégica tornou-o elemento indispensável para qualquer nação comprometida com o problema da sucessão. Assim, Portugal passou a ser focalizado como elemento-chave para as alianças que se faziam em torno da herança espanhola.

Entretanto, às vésperas da guerra, vários problemas pendentes pontilhavam a pauta das relações entre Portugal e as potências interessadas na sucessão espanhola. Nos bastidores da política, estas pendências foram utilizadas no sentido de atrair e pressionar Portugal, embora este país usasse tais pendências para negociar sua aliança, buscando as garantias necessárias para a sua autonomia e a preservação de seu império colonial.

Com a Espanha, o problema se localiza no Prata e se relaciona com a fundação da Colônia do Sacramento.

Na tentativa de estabelecer os limites do Brasil, e de buscar as fronteiras naturais, o príncipe regente, futuro Pedro II, ao nomear Manuel Lobo governador do Rio de Janeiro, incumbiu-o de dirigir-se ao Prata e fundar uma nova colônia. Dizia ele: “uma nova colônia para que meus vassalos possam residir nela, e nas mais que se fizerem nas terras ermas do meu domínio”.<sup>33</sup>

O momento apresentava-se realmente oportuno para uma definição de limites entre portugueses e espanhóis no sul do continente. Por um lado, a criação do bispado do Rio de Janeiro, pela Bula de 22 de novembro de 1676, que declarava estender sua jurisdição até o Prata,<sup>34</sup> deu a Portugal um documento pontifício pelo qual poderia justificar a ocupação das “terras ermas”. Por outro lado, a Espanha acabara de assinar o desastroso Tratado de Nimegue (17 de setembro de 1678) que pôs fim à guerra com a França, e arcara com os gastos da guerra e da mutilação de seus domínios nos Países Baixos, a favor de Luís XIV.

Manuel Lobo, em 1.º de janeiro de 1680, iniciou a fundação da nova colônia, às margens do rio da Prata e em frente a Buenos Aires, criando assim o ponto mais sensível e de maior atrito entre as duas metrópoles ibéricas.

A reação do governador de Buenos Aires foi imediata e, no mesmo ano, em 7 de agosto, após curto período de lutas, a nova colônia rendeu-se a Juan Antônio de Vera Múxica, comandante das forças espanholas.

A notícia desta vitória causou indignação na Corte de Lisboa que, imediatamente, apresentou protestos à de Madri. Ante a ameaça portuguesa de uma declaração de guerra, a Espanha dos últimos Habsburgos aceitou o Tratado de 7 de maio de 1681 que, provisoriamente, regulamentava o litígio: a colônia era devolvida a Portugal, libertos os prisioneiros e, pelo artigo 13.º do tratado, deveriam reunir-se os representantes das duas coroas para determinar os direitos de propriedade da região. Embora esta conferência tenha sido realizada (novembro de 1681), o resultado foi nulo, e o problema permaneceu em aberto até as negociações em Utrecht.

(33) “Registro de traslado da provisão de Sua Alteza... Rio de Janeiro, 2 de maio de 1679.” In: *Documentos históricos*, vol. XXVII, p. 340.

(34) F. A. Varnhagen. *História geral do Brasil*, vol. III, p. 229.

As vésperas da entrada de Portugal na Guerra de Sucessão da Espanha, o conflito se precipitou com a construção de fortes em Buenos Aires para impedir o comércio com portugueses. Segundo o representante da França em Portugal, a notícia desta atitude espanhola alarmou a corte portuguesa sobretudo porque, com isso, perdia-se o principal interesse daquela região: o comércio dos couros de boi.<sup>35</sup>

Com a França, o problema também era territorial e prendia-se à margem esquerda do rio Amazonas.

Estabelecidos definitivamente em Caiena a partir de 1676, os franceses começaram a penetrar no continente e, em junho de 1685, atingiram o forte Araguari, base portuguesa cujo primórdio data de 1660. A disputa daquela área americana, pelas duas potências européias, se acirrou, quando o governador de Caiena, marquês de Ferolles, à frente de uma força expedicionária francesa e indígena, em 1697, arrasou os fortes portugueses e se apossou da região.

Apesar de logo em seguida serem expulsos os franceses, o problema permaneceu pendente nas relações entre as duas cortes de Lisboa e Versalhes. Pelo tom da correspondência do embaixador francês, Rouillé, percebe-se a evolução das negociações e sente-se a pressão da França para a posse do Norte brasileiro; não somente da região amazônica, mas até o Maranhão!

Em 1699, o embaixador francês, Rouillé, dava conta do andamento das negociações descrevendo a Luís XIV uma entrevista que tivera com os ministros de Portugal na qual “para testemunhar ao rei de Portugal a amizade, a consideração e a deferência, V. M. me havia permitido fazê-lo saber que ele podia salvar o Maranhão, abandonando a outra margem do rio das Amazonas; disseram-me que isto não era absolutamente uma acomodação, que era querer tudo. Respondi que era bastante não manter sobre o Maranhão as pretensões legítimas da França. A conferência terminou, combinando-se que se ia dar conta a S. M. Portuguesa, mas que isto seria seguramente sem sucesso”.<sup>36</sup>

Pelo desencadeamento das negociações, evidencia-se que a França, pressionando Portugal, “renunciava” ao Maranhão, exigindo em contrapartida a margem esquerda do rio Amazonas.

(35) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 652. Carta de 11 de setembro de 1703.

(36) Q. D'O. *Portugal*, t. 34. Carta de 15 de setembro de 1699.

Finalmente chegou-se a um acordo, assinado em 4 de março de 1700, pelo qual os portugueses abandonariam os fortes, que seriam demolidos, ficando as terras entre o Amazonas e Caiena em “suspensão da posse de ambas as coroas (...) enquanto se não determina entre ambos os reis a dúvida sobre a justiça e direito da verdadeira e atual posse delas”.<sup>37</sup>

As vésperas do agravamento do problema sucessório espanhol, a pendência sobre o Amazonas pairava por sobre as relações franco-portuguesas.

Já com a Inglaterra, a tensão com Portugal prendia-se ao pagamento das dívidas do Tratado de 1654.

As boas relações entre Portugal e Inglaterra sofreram sério abalo, durante a Revolução de Cromwell, quando o monarca João IV, além de ter auxiliado Carlos I da Inglaterra contra os rebeldes, recebeu os príncipes Rupert e Maurício, como refugiados, em Portugal. Os incidentes ocorridos entre a Corte portuguesa e o Lorde Protetor conduziram ao tratado de 10 de julho de 1654, assinado em Westminster. O artigo XXIV deste tratado estabelecia que “todas as justas dívidas que el-rei de Portugal deve aos ingleses, a título de mercadorias tomadas ou compradas, ou finalmente de naus carregadas, ou antes ou depois de seus bens serem postos em seqüestro até este tempo, se paguem e se entreguem imediatamente dentro em dois anos próximos seguintes”.<sup>38</sup>

A Restauração inglesa, a ascensão de Carlos II e seu casamento com a infanta Catarina propiciaram o tratado de paz e aliança de 1661, em cujo artigo I dizia-se que: “todo os tratados feitos desde o ano de 1641 até este tempo entre a Grã-Bretanha e Portugal se ratificarão e confirmarão em tudo e por tudo o que significam; e pelo presente tratado receberão tão inteira força e vigor como se de cada qual se fizesse aqui deles respectivamente de verbo *in verbum* menção particular”.<sup>39</sup>

Portanto, além dos novos encargos ocasionados pelo dote da infanta Catarina — entrega de Tânger e Bombaim e pagamento de “dois milhões de cruzados portugueses” (artigo V) — rati-

(37) Castro. “Coleção de Tratados, II, 83-8.” In: Jaime Cortesão (org.). *História de Portugal*, vol. VI, p. 136-38.

(38) J. de Almada. *A aliança inglesa* (subsídios para o seu estudo), vol. I, p. 37.

(39) Idem, p. 43.

ficavam-se todas as cláusulas do Tratado de 1654, em especial o artigo XXIV, pois a dívida não fora ainda totalmente paga.

Ao aproximar-se o problema da sucessão espanhola, a Inglaterra, ante a indecisão de Portugal, usou do não-pagamento da dívida portuguesa, para pressionar a Corte de Lisboa. Observando com atenção os movimentos da política de Portugal, escreve Rouillé a Versalhes: “O representante da Inglaterra embaraça fortemente esta Corte pela insistência com a qual solicita uma resposta positiva sobre o pagamento do que é devido à Inglaterra por causa dos navios, mercadorias, e cargas retidos em Portugal quando do começo da guerra entre esta Coroa e a da Inglaterra. Esta dívida monta, pelo cálculo que vi, a mais de nove milhões em moeda de França. Pelo tratado de paz assinado entre as duas coroas no mês de julho de 1654, o rei de Portugal se tinha obrigado a devolver todas as mercadorias ou o seu valor, além de pagar todas as perdas, estragos e juros, conforme a liquidação que seria feita por árbitros nomeados pelo tratado. Para iniciar o pagamento, ele havia prometido abandonar todos os anos a metade dos direitos de entrada e outros direitos, que os negociantes ingleses seriam obrigados de lhe pagar em razão de seu comércio; estas convenções foram executadas desde o ano de 1654 até 1662, quando se deixou de cobrar esta metade dos direitos por parte daqueles a quem era devido. Os juros corridos desde este tempo até o presente, juntos ao capital, compõem a soma que tive a honra de dizer a V. M. Esta dívida não diz respeito quase em nada à Coroa da Inglaterra, porém a um grande número de famílias interessadas nas mercadorias confiscadas; quase todas cederam uma parte do que lhes era devido aos mais acreditados e aos que tinham possibilidade de proteção do Rei, para terminar rapidamente esta pendência. O Rei interessou-se, com efeito, a ponto de ter feito declarar por seu representante, que se o de Portugal não desse imediatamente satisfação àqueles a quem se devia, ele faria sua a causa e seria obrigado a chegar às vias de fato.”<sup>40</sup>

Observador arguto, Rouillé acompanha a evolução do problema e, no ano seguinte, informava que o embaixador da Inglaterra pressionava constantemente a Corte portuguesa, para obter uma resposta no tocante ao pagamento da dívida de 7.000.000.<sup>41</sup>

(40) Q. D'O. *Portugal*, t. 33. Carta de 17 de dezembro de 1697.

(41) Idem. Carta de 14 de janeiro de 1698.

Em 1699, o tom violento da disputa entre Portugal e Inglaterra acentua-se, conforme a seguinte carta de Rouillé: “O representante da Inglaterra declarou há oito dias a S. M. Portuguesa, que os ofícios do Rei seu Senhor não tendo produzido nenhum efeito em cinco anos, quando começou a apresentá-los em favor de um grande número de seus súditos aos quais são devidas somas consideráveis por esta Corte, S. M. Britânica está resolvida a obter por via das represálias a justiça que lhes é devida.”<sup>42</sup>

Através da dívida reconhecida por Portugal no Tratado de 1654, a Inglaterra possuía e utilizava uma arma de pressão, suficientemente forte, para extrair resultados convenientes à sua política.

Tal como com a Inglaterra, as divergências entre Portugal e Holanda prendiam-se a dívidas, no caso aquela originária da indenização do Brasil holandês.

Após a revolução portuguesa de 1640, conseguiram seus embaixadores assinar a trégua de dez anos com a Holanda em 12 de junho de 1641. Neste compromisso, obrigavam-se os portugueses a não reaver suas colônias conquistadas pelos holandeses, e estes se obrigavam a não hostilizar os portugueses. Ambos auxiliar-se-iam mutuamente na guerra contra a Espanha.

Com a libertação do Brasil e de Angola, e graças ao artigo secreto, incluso no tratado com a Inglaterra em 1661, firmou Portugal com a Holanda o Tratado de Haia, de 6 de agosto do mesmo ano.<sup>43</sup> Por ele, obrigava-se Portugal a indenizar a Holanda em 4.000.000 de cruzados pagos dentro de dezesseis anos, na razão de 250.000 cruzados por ano, em dinheiro ou em açúcar, sal e tabaco.

(42) Idem, t. 34. Carta de 14 de julho de 1699. Nesta carta, Rouillé afirma que, segundo os cálculos realizados na Inglaterra, a dívida ascende a 700.000 libras esterlinas.

(43) No tratado assinado em 1661, entre Inglaterra e Portugal, foi incluído um artigo secreto, pelo qual a Coroa britânica assumia o compromisso de “defender e proteger todas as conquistas pertencentes à Coroa de Portugal, contra todos os seus inimigos, tanto no futuro como no presente; além do mais Sua Majestade da Grã-Bretanha obriga-se a mediar uma paz vantajosa entre o Rei de Portugal e os Estados das Províncias Unidas, e todas as companhias ou sociedades de mercadores deles dependentes, em condições convenientes e adequadas ao mútuo interesse da Inglaterra e de Portugal..”. J. de Almada. Op. cit., vol. I, p. 55.

Esta dívida não fora paga no prazo estipulado e, em 1698, o embaixador Rouillé noticiava que o representante da Holanda havia reclamado o pagamento do saldo da dívida que era orçada em 2.500.000 libras, incluindo-se os juros. Acrescenta ainda que o rei de Portugal, para ganhar tempo, solicitara uma demonstração da dívida, uma vez que vários pagamentos tinham sido efetuados em sal e em dinheiro.<sup>44</sup>

Ainda em 1699 a questão permanecia pendente, escrevendo Rouillé que o representante da Holanda havia renovado suas reclamações quanto ao pagamento da dívida assumida por Portugal, para resgatar o Brasil, conforme os tratados com os Estados Gerais nos anos de 1661 e 1669.<sup>45</sup>

Importante é observar-se que, a partir de um determinado momento, as atuações dos embaixadores holandês e inglês se faziam simultaneamente, evidenciando uma ação conjunta e perfeitamente planificada.

### 1.3 — AS PRESSÕES DIPLOMÁTICAS E OS TRATADOS DE UTRECHT E DE METHUEN

Portanto, às vésperas da Guerra de Sucessão da Espanha, e em virtude destas pendências, Portugal viu-se acossado pelas principais potências em conflito. Oscilando entre os blocos franco-espanhol e anglo-holandês, a Coroa portuguesa não teve outra saída senão render-se ao grupo que lhe oferecia maiores garantias e vantagens, além de ser aquele a quem o seu destino econômico já estava intimamente ligado.

Para a França, Portugal por sua posição geográfica tornava-se elemento indispensável, como garantia para a ascensão de um Bourbon ao trono espanhol. Assim, desde 1700, o embaixador Rouillé dava início a conversações no sentido de conduzir Portugal a um acordo com França e Espanha. Em 18 de agosto de 1700, Pedro II reconheceu o tratado de partilha da Espanha, graças à garantia que Luís XIV lhe ofereceu: entregar Alcântara e Badajós. Este reconhecimento condicional ficava subordinado à ratificação, após a escolha definitiva do príncipe sucessor de Carlos II da Espanha. No ano seguinte, em 18 de junho de 1701,

(44) Q. D'O. *Portugal*, t. 33. Carta de 14 de janeiro de 1698.

(45) *Idem*, t. 34. Carta de 14 de julho de 1699.

como fruto dos esforços e da habilidade de Rouillé, dois tratados foram assinados entre Portugal e França, e Portugal e Espanha. Portugal reconhecia a validade do testamento de Carlos II, admitindo portanto os direitos de Luís XIV e do duque de Anjou. Em troca, tanto a França como a Espanha se comprometiam a apoiar Portugal na questão do pagamento das dívidas à Inglaterra e à Holanda.<sup>46</sup>

Após a assinatura do tratado defensivo e ofensivo entre Inglaterra, Holanda e Áustria (7 de setembro de 1701) em que a situação política da Europa se definiu e se encaminhou inevitavelmente para a guerra, as pressões dos aliados na corte de Lisboa fizeram-se mais acentuadas como podemos verificar pela correspondência consular francesa: "... este ministro inglês foi no mesmo dia ao palácio para uma audiência com o rei de Portugal na qual ele lhe disse da parte do Rei seu Senhor que este príncipe estava surpreso com o boato que corria de um tratado de liga assinado por Sua Majestade Portuguesa com V. M. e o Rei Católico, que ele não o podia acreditar porque tal tratado seria diretamente oposto aos interesses desta Coroa, e contrário à união estabelecida entre ela e a da Inglaterra; que julgando melhor a prudência e a amizade de S. M. ele acreditava que o boato que se espalhou desta aliança era sem fundamento, e que de sua parte, querendo manter a boa inteligência estabelecida entre a Inglaterra e Portugal, e assegurar a este Reino na conjuntura atual contra tudo o que se lhe queira fazer reçar, ele lhe oferecia os socorros que S. M. Portuguesa pudesse desejar, bem como tudo que ela indicasse lhe convir; este príncipe respondeu que o tratado, cuja notícia se propagou, era efetivo, que ele não tinha absolutamente pretendido dissimulá-lo, que seus ministros nas cortes estrangeiras tinham tido ordem de confirmá-lo, que ele tinha optado a favor da França (...) o enviado retirou-se, e tendo convocado os mercadores ingleses, lhes disse que aqueles que quisessem se retirar com seus bens poderiam aproveitar a ocasião desta fragata".<sup>47</sup>

(46) Pelo tratado assinado entre Portugal e Espanha, "S. M. Católica se obriga, em caso de guerra, a não concluir paz, tréguas ou suspensão de armas com a Coroa da Inglaterra, sem que Portugal seja declarado livre e isento de pagar tais dívidas. E no caso de não haver guerra, S. M. Católica interporá a sua autoridade para que a Inglaterra se contente com as 30.000 libras esterlinas que S. M. Portuguesa lhe oferece". Visconde de Santarém. *Quadro elementar...*, t. II, p. 140-41.

(47) Q. D'O. "Carta de 22 de setembro de 1701." *Portugal*, t. 35.



Duas posições são evidentes na atitude do representante inglês: a primeira é a de oferecer todas as garantias que Portugal necessitasse para sua defesa, e a segunda, caso Portugal não aceitasse a aliança e o auxílio inglês, seria a guerra, porém, antes da guerra, a ameaça. Convidar os comerciantes ingleses a se retirarem de Portugal era desorganizar de imediato o comércio, e o que seria pior: estabelecer o pânico na área econômico-financeira portuguesa.

Momentos dramáticos começa a viver a Corte de Lisboa. Na realidade, o tratado franco-espanhol-português apresentava-se como um erro diplomático e econômico. Na sua correspondência, Rouillé retrata a situação de Pedro II e seu claro arrependimento por tê-lo assinado: "... este príncipe ainda que firme na resolução tomada, e fazendo tudo o que V. M. pode esperar dele para satisfazer a seus compromissos, não deixa de se arrepender inteiramente daquilo que fez, porque o partido contrário o adverte continuamente das inconveniências e das vantagens que ele e seus povos teriam encontrado numa neutralidade; ele sabe que o povo partilha do mesmo sentimento, e que ele conta com o comércio absolutamente arruinado se a guerra for declarada (...) tudo isto dá lugar a acessos de irritação de sua parte contra o duque de Cadaval e o secretário de Estado".<sup>48</sup>

Pressionado pela circunstância e envolvido obrigatoriamente na luta pela hegemonia atlântica, persistir aliado à França e à Espanha era arriscar perder seu comércio e a unidade do seu império colonial. Sobretudo o Brasil, este Brasil de onde vinham as caixas de açúcar, os rolos de tabaco e de onde começavam a chegar as primeiras amostras de ouro. Mesmo no caso de uma vitória franco-espanhola, seria possível manter sua integridade? Não teria que fazer concessões na América? Os temores encontravam presságios em fatos como o aparecimento das armas portuguesas entre os brasões que saudaram, em Madri, a proclamação de Filipe V, nos preparativos e nas fortificações que se faziam em Buenos Aires.

O assédio das nações opositoras aumentou sobre Portugal, numa demonstração da sua importância numa guerra fatal e em que os destinos do Atlântico praticamente seriam decididos. Luís XIV e Filipe V, informados da hesitação do monarca português, tentavam forçá-lo a cumprir o tratado de aliança, enquanto Ingla-

(48) Idem. Carta de 20 de setembro de 1701.

terra e Holanda usavam de todos os argumentos para envolvê-lo. É sintomático que, no momento de declarar guerra à França, a Inglaterra enviasse um embaixador extraordinário, e em carta de maio de 1702 o arguto representante francês expõe os motivos que trouxeram John Methuen a Lisboa: “Chegou aqui ontem pela manhã uma fragata de guerra inglesa (...) que trouxe o senhor Methuen, chanceler da Irlanda, pai do enviado da Inglaterra nesta corte (...); não há dúvidas que ele tenha vindo para levar esta corte a entrar no partido inimigo ou pelo menos a permanecer neutro. Sobre o primeiro ponto ele não terá sucesso certamente; sobre o segundo, ou por promessas ou por ameaças, ele obterá aparentemente satisfação. Tudo o que aqui se passou de alguns meses para cá, e que tive a honra de dar conta a V.M., leva-me a assim julgar; prestarei toda a atenção possível (...). A negociação para a qual veio este ministro será aparentemente curta; conhecendo como ele conhece há longo tempo a fraqueza dos portugueses, ele os forçará com vivacidade, ele os intimidará, ele lhes dará pouco tempo para decidir e assim não posso esperar receber novas instruções de V.M. antes que ele tenha concluído alguma coisa.”<sup>49</sup>

Realmente, logo após a chegada de Methuen, iniciaram-se as conversações com o duque de Cadaval e o marquês de Alegrete, juntamente com Francisco Shonnenberg, representante da Holanda e com o conde Waldstein, representante do Império: “Após minha carta escrita, soube senhor, por uma via segura que o marquês de Alegrete prestou conta nesta manhã a seu senhor das ofertas feitas pelo senhor Methuen, tanto em nome da Inglaterra como da Holanda na conferência havida ontem. São elas, caso o rei de Portugal se declare a seu favor, ajudá-lo com o número de navios que solicitar, tanto para a defesa de seus Estados como para os empreendimentos que queira realizar; fornecer-lhe vinte mil homens equipados, infantaria e cavalaria; garantir-lhe as conquistas que ele possa vir a fazer na Espanha; socorrê-lo a qualquer momento em que seja atacado pela França ou pela Espanha e dar-lhe *quitação de todas as importâncias em dinheiro e outras que a Inglaterra e a Holanda têm com este reino.*”<sup>50</sup>

Apesar das ofertas tentadoras, Portugal continuou a resistir às pressões, e, em fevereiro de 1703, noticia Rouillé: “sei bem

(49) Idem, t. 39. Carta de 9 de maio de 1702.

(50) Idem. Carta de 23 de maio de 1702. (O grifo é nosso.)

que os ministros da Inglaterra e da Holanda fizeram novas propostas ao rei de Portugal da parte de seus senhores para comprometê-lo em seu partido".<sup>51</sup>

Enquanto se realizavam as negociações, Inglaterra e Holanda tomavam medidas concretas para pressionar. Numa nota do cônsul francês, em Lisboa, sobre o aprisionamento diário de navios franceses, espanhóis e italianos pelos ingleses, comenta ele: "... não sei como os portugueses permitem que tantos navios de guerra e corsários ingleses e holandeses cruzem a embocadura deste rio, e interrompam, assim, o comércio em seus portos."<sup>52</sup>

No mesmo dia, escreve o embaixador: "... há oito dias que os ministros da Inglaterra e da Holanda receberam novas ordens; eles retomaram suas negociações, fizeram novas instâncias e dão mostra de mais confiança que anteriormente. O rei de Portugal reúne conselhos a todas as horas do dia; isto coloca tudo aqui em movimento e fala-se mais que nunca de liga com aquelas duas potências".<sup>53</sup>

Nesta altura, a resistência de Portugal já se quebrantara bastante, não somente ante a pressão diplomática, como também pelo verdadeiro bloqueio de Lisboa e pela demonstração diária do poderio naval anglo-holandês. Em julho de 1703, escrevia o cônsul francês: "como os navios de guerra corsários e paquetes inimigos não têm outro porto nesta costa senão este, é inacreditável a quantidade de prisioneiros franceses que eles aqui despejam; e como a navegação e comércio com a França estão interrompidos, aqui vêm poucos navios e me encontro na impossibilidade de os embarcar para a França. Assim, a maior parte retorna por terra através da Espanha".<sup>54</sup>

Além desta demonstração de força da marinha anglo-holandesa, um fato impressionara a Corte portuguesa por suas implicações futuras se permanecesse ligada à França: o desastre de Vigo (12 de outubro de 1702) onde os galeões da Espanha, comboiados por navios de guerra franceses, foram — uma parte — afundados na própria baía de Vigo, local em que a frota se refugiara, e outra parte capturada pelos ingleses. Se a França, cujos

(51) Idem, t. 40. Carta de 27 de fevereiro de 1703.

(52) A. N. (Paris), AE.BI 652. "Carta de 27 de março de 1703."

(53) Q. D'O. *Portugal*, t. 40. "Carta de 27 de março de 1703."

(54) A. N. (Paris), AE.BI 652. "Carta de 31 de julho de 1703."

interesses estavam intimamente ligados aos da Espanha, não conseguia defender a fonte de riqueza espanhola — as frotas da América —, que poderia advir a Portugal, se não pudesse contar com uma ajuda eficaz para defesa própria e de seu império colonial?

O primeiro recuo de Portugal foi no sentido de afastar-se da aliança franco-espanhola e permanecer neutro. Porém, como revelam as cartas de Rouillé, esta atitude já não era aceitável por parte da Inglaterra e da Holanda que percebiam claramente o afrouxamento da resistência portuguesa. Escrevia Rouillé em 10 de abril: “Após a declaração feita por Sua Majestade Portuguesa ao senhor Methuen da neutralidade que queria manter, (...) o senhor Shonemberg foi no dia seguinte a casa de Roque Monteiro, um dos ministros deste príncipe, com o qual costuma conferenciar, e lhe disse que as resoluções que Sua Majestade Portuguesa tomara, de rejeitar as propostas de aliança que lhe haviam sido feitas e permanecer neutro, não convinham absolutamente aos Estados Gerais seus senhores. Deles tinha tido ordem de oferecer a este príncipe todas as vantagens que pudesse desejar, ligando-se a eles, e em caso de não aceitação, de declarar, como o fazia agora, que eles não poderiam consentir que se fizesse numa neutralidade. Sendo assim, era necessário que se definisse por um partido ou por outro, a fim de que segundo sua resolução, os aliados pudessem decidir o que lhes convinha.”<sup>55</sup>

Anunciando a partida de Methuen para a Inglaterra, comentava Rouillé em 17 de abril: “Após a partida do senhor Methuen, o cavaleiro de Waldstein e o senhor Schonemberg dispõem as suas; (...) um e outro anunciam publicamente a guerra como infalível e muito próxima da parte da Inglaterra e da Holanda contra Portugal.”<sup>56</sup>

Finalmente, em 16 de maio de 1703, assinava Portugal dois tratados: um de aliança defensiva com a Inglaterra e Holanda, outro de aliança defensiva e ofensiva com as mesmas potências e o Império. Por estes tratados, Portugal reconhecia os direitos do arquiduque Carlos, e obtinha a promessa de forças necessárias para a defesa de seu território europeu e de seu império colonial, o acerto de suas dívidas e o compromisso dos aliados de apoiá-lo contra as pretensões territoriais da Espanha e da França, respectivamente no Sul e no Norte do Brasil.

(55) Q. D'O. *Portugal*, t. 40. “Carta de 10 de abril de 1703.”

(56) Idem. “Carta de 17 de abril de 1703.”

Numa “Memória sobre os negócios de Portugal”, de 1703, certamente posterior ao tratado de maio, a nova posição portuguesa foi assim interpretada pelo representante francês: “No estado atual das negociações, o rei de Portugal colocou na balança o bem e o mal que poderia tirar da França e da Inglaterra para com as quais deve igualmente obrigações. A maior parte de seus ministros pendia mais para o lado da França que da Inglaterra, mas o padre Sebastião de Magalhães, seu confessor, e todos os jesuítas mais amigos do Imperador que da França conquistaram o conselho de Portugal, não somente por interesses próprios, como também por fazerem ver ao rei de Portugal o bem que tiraria e o mal que evitaria tratando com a Inglaterra em prejuízo da França. A vantagem do lado da França tinha-se dissipado porque não se obtivera aquilo que fora prometido, e que ele evitaria o mal que se lhe podia fazer, concluindo o tratado que a Inglaterra lhe oferecia. A vantagem do lado da Inglaterra é evidente por se tirar todos os anos dos ingleses três milhões de escudos, a saber: um milhão da alfândega que pagam pelos panos que trazem para Portugal, outro milhão para a gabela do sal que compram, e o terceiro milhão pela pensão que pagam à irmã viúva do falecido irmão do rei da Inglaterra e que ascende a duzentas mil libras esterlinas por ano.

O mal com relação à Inglaterra é muito maior que do lado da França, porque os ingleses podem cortar aos portugueses o comércio das suas conquistas, nas Índias e nas suas ilhas vizinhas e, da mesma forma, podem facilmente, com as forças que têm nestes mares, tornarem-se senhores de suas conquistas, o que não é tão fácil aos franceses, desde que se tenha o apoio da Inglaterra que é mais temível para eles que a França.”<sup>57</sup>

Em 30 de abril de 1704, Filipe V declarava guerra a Portugal. A Guerra de Sucessão da Espanha abria, assim, mais uma frente: a da Península Ibérica.

Enfrentando uma poderosa coligação em condições de inferioridade, Luís XIV por várias vezes ofereceu ensejos de negociações. Compreendeu o monarca francês que seria impossível manter a integridade do império espanhol exclusivamente sob o domínio dos Bourbons, e que para a paz seria necessário aceitar a partilha. Quando em 1709 se estabeleceram as “Preliminares de Haia”, Luís XIV cedeu às condições dos aliados, até que estes

(57) Idem. “Mémoire sur les affaires de Portugal”, s. d.

exigiram o auxílio de tropas francesas para instalar o arquiduque Carlos no trono da Espanha.

Aos primeiros sintomas de paz na Europa, João V<sup>58</sup> nomeou o conde de Tarouca embaixador português para o Congresso de Utrecht. Pelas instruções de 18 de junho de 1709, o destaque maior foi dado ao problema do Maranhão com a França, e o representante português devia instar para que a Inglaterra e a Holanda, já nas preliminares, obrigassem a França a renunciar, não só ao direito que pretendia ter sobre as terras que confinavam com o Maranhão, conforme o artigo XXII da Liga, mas a toda e qualquer pretensão que tivesse sobre terras de Portugal (artigo VII). Em outro artigo, XXVIII, a preocupação do monarca português foi que se declarasse que os franceses de Caiena, ou outros quaisquer vassalos da França, não comerciassem no Maranhão ou em outra qualquer das suas conquistas. Achando a conjuntura favorável, seu representante devia também procurar melhor tratado de comércio entre as duas Coroas, concluindo: “e não duvido que os ingleses e holandeses vos ajudarão pela utilidade que lhes pode resultar”.<sup>59</sup>

Em virtude das exigências dos aliados, Luís XIV repeliu a paz que lhe propunham, e com o malogro das negociações, escreve Tarouca, em 29 de julho de 1710, ao secretário de Estado, Corte Real: “Eu me aproveitei desta ocasião para fazer com que os ministros do Imperador e Inglaterra, na presença dos holandeses, me protestassem uma grande constância e sinceridade em fazer que a França nos ceda o que pretendemos. Nesta matéria que toda a respeito de França se reduz à desistência das terras do Maranhão é preciso dizer a V.M.<sup>ce</sup> que não tenho os documentos necessários por que se me não deu mais que o tratado provisional que fizemos com a França no ano de 1700”.<sup>60</sup>

Além da exaustão de ambos os lados, consequência de uma prolongada guerra, dois fatos foram capitais para a busca definitiva da paz: o primeiro foi a mudança política na Inglaterra. O governo *whig*, que sustentava a posição belicosa, atacado pelos *tories*, foi obrigado a dissolver o Parlamento, e as eleições de outubro de 1710 deram a maioria aos *tories*, anglicanos e paci-

(58) Pedro II havia falecido em 9 de dezembro de 1706, sendo sucedido no trono português por João V.

(59) Eduardo Brásão. *Relações externas de Portugal*, p. 95ss.

(60) Idem, p. 194.

fistas. Os líderes da guerra foram então afastados: Marlborough e Godolphin.

O segundo fato, que pesou fortemente sobre a evolução da guerra, foi a morte do Imperador José I, sem deixar herdeiros, recaindo a sucessão austríaca sobre o segundo filho de Leopoldo I, o arquiduque Carlos, pretendente ao trono espanhol. As potências marítimas, que lutavam para impedir a formação de um império franco-espanhol, viam-se agora na contingência de facilitarem a formação de um império austro-espanhol sob o novo Imperador, Carlos VI.

Apressou-se a Inglaterra a entrar em conversações com a França, e, em 8 de outubro de 1711, foram assinadas as "Preliminares de Londres". Em janeiro de 1712 foi convocado o Congresso de Utrecht.

Apesar de estar estipulado nos tratados entre os aliados que a paz não se faria em separado, a Inglaterra dos *tories* apressou-se em assiná-la com a França, mediante negociações diretas. A Inglaterra exigiu inicialmente, como condição básica para reconhecer Filipe V, rei da Espanha, que o monarca renunciasse aos direitos de sucessão à Coroa francesa, e, satisfeita esta condição, em 17 de julho de 1712 assinou a paz com a França.<sup>61</sup>

A atitude inglesa, não apoiada pelos seus aliados, provocou tumulto no Congresso, cuja situação foi retratada explosivamente pelo conde de Tarouca em carta a seu irmão, o marquês de Alegrete: "só o inferno será mais confuso e embaraçado do que este maldito congresso, pois tudo lhe sofrera se não vira esta desordem e variedade com que a cada instante se muda o sistema e as opiniões daqueles mesmos em que fazíamos mais confiança."<sup>62</sup>

Ante a atitude da Inglaterra, os seus aliados foram obrigados a segui-la, e em 7 de novembro de 1712, Portugal assinou os armistícios com Espanha e França. No dia 11 de abril do ano seguinte, foi assinado o tratado de paz entre Portugal e França. Portugal obtinha a renúncia completa da França sobre as suas pretensões à margem esquerda do Amazonas.

Poucos dias depois foi o texto enviado a Lisboa, com o seguinte comentário do conde de Tarouca: "o tratado que reme-

(61) Filipe V renunciou seus direitos à Coroa francesa, através de dois documentos. O primeiro datado de 3 de julho de 1712 e o segundo de 5 de novembro do mesmo ano. Por este último abdicou seus direitos a favor dos duques de Berry e de Orleans.

(62) Eduardo Brasão. Op. cit., p. 248.

temos a V.M.<sup>ce</sup> nos deixa o grande gosto de entender, que Sua Majestade, que Deus guarde, foi bem servido pelas razões seguintes. Tudo o que pretendíamos de França a respeito do Maranhão era a desistência das terras do cabo Norte, e não se esperavam antes mais que aquelas em que se achavam os fortes Araguari e Camaú: mas agora nos ficam cedidas sem alguma limitação, antes com grande aumento de nos darem em propriedade toda a margem setentrional do rio Amazonas.”<sup>63</sup>

As negociações com a Espanha foram bem mais demoradas, pois implicavam acordos territoriais europeus, além da Colônia do Sacramento. Finalmente, graças à intervenção da Inglaterra, em 6 de fevereiro de 1715 um tratado foi assinado.

Pelo artigo V... “as praças, castelos, cidades, lugares, territórios e campos pertencentes às duas coroas, assim na Europa como em qualquer outra parte do mundo, serão restituídos inteiramente, sem reserva, de sorte que as raias e limites das duas monarquias fiquem mesmo no estado que antes da presente guerra”.

No artigo seguinte... “Sua Majestade Católica não somente restituirá o território e Colônia do Sacramento, sita na margem setentrional do rio da Prata, à Sua Majestade Portuguesa, mas cederá assim em seu nome, como de todos os seus descendentes, sucessores e herdeiros, de toda a ação e direito que pretendia ter ao dito território e colônia fazendo a desistência pelos termos mais fortes e mais autênticos e com todas as cláusulas que se requerem, como se elas aqui fossem declaradas para o dito território e colônia fiquem compreendidos nos domínios da Coroa de Portugal e pertencendo a Sua Majestade Portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros como parte dos seus Estados, (...) em virtude desta cessão ficará sem efeito ou vigor o tratado provisional que se celebrou entre as duas Coroas aos 7 dias do mês de maio de 1681; mas Sua Majestade Portuguesa obriga-se a não consentir que alguma nação da Europa, que não seja a portuguesa, se possa estabelecer ou comerciar na dita colônia direta nem indiretamente, por qualquer pretexto que for, e muito menos dar mão e ajuda a qualquer nação estrangeira para que possa introduzir comércio algum nos domínios que pertencem à Coroa de Espanha, o que também está proibido aos mesmos vassallos de Sua Majestade Portuguesa.”<sup>64</sup>

(63) *Idem*, p. 267.

(64) J. de Almada. *Op. cit.*, vol. I, p. 97ss.



Este final do artigo VI e o artigo VII, que abrem a perspectiva de indenização por parte da Espanha e (se aceita por Portugal “ficará o dito território e colônia pertencendo a Sua Majestade Católica, como se o não houvera restituído e cedido”), serão as causas para que o problema da Colônia do Sacramento se prolongue pelo século XVIII, permanecendo o ponto mais sensível das relações entre Lisboa e Madri.

Os tratados de Utrecht fixaram claramente a história do Atlântico no século XVIII. A Inglaterra assegurou sua preponderância marítima, destacando-se como grande potência colonial e econômica. Sua posição no Atlântico foi garantida com a aquisição da Acádia (Nova Escócia), os territórios da baía de Hudson e a Terra Nova. Nas Antilhas, São Cristóvão foi-lhe cedida pela França, enquanto a Espanha lhe reconheceu a posse das Honduras. Gibraltar e Minorca, cedidos também pela Espanha, garantiram-lhe sua posição no Mediterrâneo. De grande importância econômica foram as concessões feitas por Filipe V à Inglaterra: o *asiento* de negros para as Índias Ocidentais por trinta anos e o navio de permissão, que uma vez por ano poderia ser enviado a Porto Belo carregado de mercadorias inglesas.<sup>65</sup>

Além das vantagens diretas obtidas com os tratados de Utrecht, a Inglaterra, por sua posição de protetora e aliada, passou a usufruir das vantagens obtidas através de seus aliados e satélites: Holanda e Portugal.

Embora o Tratado de Methuen seja anterior aos de Utrecht, preferimos analisá-lo em separado, pois, por sua natureza econômica, agiu diferentemente dos tratados políticos.

O Tratado de Methuen compõe, sem dúvida, uma peça a mais no envolvimento de Portugal na causa antifrancesa. Considerado na época e dentro das circunstâncias em que foi assinado, este tratado, tão discutido posteriormente, apresenta-se teoricamente como um dos mais equilibrados entre aqueles firmados pelas duas potências. V. M. Godinho coloca-o muito bem na estrutura portuguesa da época.<sup>66</sup> Analisando a crise da segunda metade do século XVII, sobretudo a partir de 1670, e a busca de solução para a economia portuguesa, V. M. Godinho aponta aquela que o conde de Ericeira e o marquês de Fronteira apli-

(65) Para a expansão inglesa na América espanhola, ver o trabalho de Olga Pantaleão, *A penetração comercial da Inglaterra na América espanhola de 1713 a 1783*.

(66) V. M. Godinho. Op. cit., p. 188ss.

caram para debelá-la: o desenvolvimento manufatureiro. Na medida em que esta política manufatureira se desenvolveu, as pragmáticas passaram a restringir o comércio de importação, impedindo a entrada de artigos de luxo e de panos.

Repentinamente esta política desmorona-se, como afirma V. M. Godinho. A crise parecia debelada em 1690, quando o consumo do açúcar e do tabaco aumentou nos mercados clientes de Portugal. Os problemas que enfrentam as potências coloniais com a guerra da liga de Augsburg, sobretudo a Holanda, favoreceram o comércio português, não somente quanto aos produtos americanos, como principalmente aos produtos orientais. A política de desenvolvimento manufatureiro, sendo uma política momentânea e gerada pela crise, aliviada esta, aquela se esvaziou. O governo passou para outras mãos, que se voltaram para outros interesses: “os industriais cedem o lugar aos grandes senhores de vinha”.<sup>67</sup>

As pragmáticas de tecidos e objetos de luxo sucedeu uma legislação contra a importação de vinhos e aguardentes, golpe que feriu o comércio com a França e com a Espanha, concorrentes no próprio mercado interno daqueles produtos portugueses.

A produção vinhateira de Portugal crescera nos últimos anos do século XVII, e o vinho, além de excelente produto de consumo interno, apresentava boas perspectivas para exportação e, conseqüentemente, para a melhoria da balança de comércio, sempre deficitária. Este aumento da produção impeliu Portugal a buscar mercados, e suas vistas voltaram-se para o mercado inglês onde a penetração de seus vinhos vinha-se fazendo paulatinamente, sofrendo a concorrência esporádica dos similares franceses e contínua dos vinhos espanhóis.

Pela Tabela n.º 1 verifica-se que, quando os vinhos franceses entravam no mercado inglês, como nos anos de 1675-78 e 1686-89, o similares de outras procedências perdiam o mercado. Os vinhos franceses, por gozarem de taxa especial nos portos ingleses, dominavam o mercado, mas sofriam as injunções políticas, e os conflitos anglo-franceses muitas vezes reduziam a importação a zero. Espanha e Portugal eram os beneficiados quando então disputavam o mercado. É o que se pode verificar, ainda, pela mesma Tabela, a partir de 1690. A política econômica inglesa após a revolução de 1688-89 foi de diminuir o déficit da balança

(67) Idem, p. 189.

de pagamentos com a França e, para consegui-lo, estimulou a importação de vinhos de países cuja balança de comércio era favorável à Inglaterra, passando Portugal e Espanha a fornecer quase que exclusivamente o vinho absorvido pela Inglaterra no período entre 1690-1702.

Esta concorrência estabelecida entre os dois produtores ibéricos foi resolvida favoravelmente a Portugal, graças ao desfecho da sucessão espanhola. Obter por um tratado a colocação do vinho português com taxa sempre inferior à do vinho francês, seria extirpar definitivamente a concorrência francesa e, ao mesmo tempo, atingir a espanhola cujos vinhos, embora firmes no mercado inglês, não gozavam dos mesmos privilégios. Portanto não é de admirar a afirmação de José de Almada de que “a iniciativa do tratado partiu de Portugal. John Methuen assinou-o sem instruções nem poderes, e teve de justificar-se perante o Parlamento inglês”.<sup>68</sup>

O sacrifício desta vitória foi a liberação da entrada de manufaturas inglesas, o que aliás vinha consagrar uma situação de fato pois, apesar das proibições, esta importação já se fazia fraudulentamente.

Assim, em 27 de dezembro de 1703 era assinado um tratado de comércio cujos termos são os mais simples — pelo artigo I: “Sua Majestade el-rei de Portugal promete, tanto em seu próprio nome como no de seus sucessores, admitir para sempre daqui em diante no reino de Portugal os panos de lã e mais fábricas de lanifício de Inglaterra, como era costume até o tempo em que foram proibidas pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.”

Pelo artigo II: “É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome e no de seus sucessores, será obrigada para sempre daqui em diante a admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os reinos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir de direitos de alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título direta ou indiretamente, ou sejam transportados para a Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer outra vasilha que seja, mais do que o que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do direito do

(68) J. de Almada. Op. cit., vol. I, p. 72.

costume. Porém se em qualquer tempo esta dedução ou abatimento de direito, que será feito como acima é declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá, justa e legalmente, proibir os panos de lã e todas as mais fábricas de lanificio.” Pelo terceiro e último artigo os plenipotenciários “prometem e tomam sobre si que seus amos, acima mencionados, retificarão este tratado e que dentro do termo de dois meses se passarão as ratificações.”<sup>69</sup>

O Tratado de Methuen, analisado dentro do momento e da contingência em que foi assinado, refletiu as aspirações das economias portuguesa e inglesa. Na portuguesa metropolitana, que já neste momento se assentava na produção vinhateira, por obter mercado certo “haja paz ou guerra entre os reinos de Inglaterra e de França”, e pela redução considerável dos direitos de entrada que abria a perspectiva de monopolizar o mercado inglês. Para a economia inglesa, por garantir um mercado certo e importante para o escoamento de sua produção manufatureira.

Não há dúvida, também, de que o tratado correspondeu às aspirações individuais. V. M. Godinho ressalta, no artigo já referido, as atividades econômicas do duque de Cadaval (presidente do Conselho da Justiça) e do marquês de Alegrete (presidente do Conselho das Finanças), ambos proprietários fundiários e produtores de vinho. Por outro lado, mercadores ingleses, em número crescente, residiam em Portugal, sobretudo no Porto, dedicando-se ao comércio em geral, e em particular ao do vinho. Entre estes mercadores, destaca-se um irmão de John Methuen. Além de dominarem o comércio, estes mercadores ingleses estavam interessados na carga de retorno para a Inglaterra dos navios que desembarcavam as manufaturas em Portugal, e a grande mercadoria para o retorno era, sem dúvida, o vinho.

Houve portanto uma convergência de interesses nacionais e particulares que, vinculados à produção e exportação do vinho português, propugnaram pelo tratado assinado em dezembro de 1703. Os efeitos fizeram-se sentir imediatamente: de 1675-1703 inclusive, a média anual em porcentagem de vinhos espanhóis sobre a importação inglesa foi de 41,9%, enquanto as de Portugal atingiam 28,2%, no mesmo período. Após o Tratado de Methuen, no período de 1704-12, a porcentagem espanhola desceu a 22,3% enquanto a de Portugal atingiu a 57,7%.

(69) Idem, p. 71-2.

As críticas que se tem feito ao Tratado de Methuen têm focalizado as conseqüências funestas sobre a indústria portuguesa, e para a canalização do ouro brasileiro para a Inglaterra. Analisando-se, porém, aquele tratado dentro do espírito e do interesse daqueles que o assinaram, sente-se que ele satisfizes aos anseios do grupo dominante, assim como da própria economia metropolitana, uma vez que os produtos tradicionais da pauta das exportações sofriam todo o impacto da recessão econômica. O que veio depois, e por conseqüência de eventos imprevisíveis, corresponde a outro capítulo da História. Em 1703 ainda era difícil prever que, das minas recém-descobertas no sertão brasileiro, iriam ser extraídas toneladas de ouro, e o Brasil, este Brasil que entre o fim do século XVII e o início do século XVIII apresentava um aspecto desolador, iria crescer desmesuradamente no sentido geográfico, demográfico e econômico, no decorrer do século que se iniciava.

TABELA N.º 1

*Porcentagem de vinhos franceses, portugueses e espanhóis sobre o total do produto importado, pela Inglaterra (1675-1712)\**

Anos	França	Portugal	Espanha	Anos	França	Portugal	Espanha
1675	61,9	0,2	33,2	1694	—	49,6	45,2
1676	63,0	0,5	33,3	1695	—	35,4	52,7
1677	60,6	1,0	32,7	1696	—	48,0	47,7
1678	49,2	1,3	38,6	1697	1,5	35,7	56,6
1679	—	10,7	55,1	1698	9,3	28,6	41,5
1680	—	6,5	54,4	1699	1,0	40,7	43,7
1681	—	11,7	39,5	1700	2,9	32,7	52,5
1682	—	65,5	25,7	1701	9,3	34,5	45,6
1683	—	70,7	23,6	1702	9,4	37,5	40,5
1684	—	11,3	79,1	1703	1,6	75,3	2,8
1685	—	65,8	23,9	1704	3,2	65,7	8,6
1686	70,4	1,6	23,1	1705	6,8	63,6	14,4
1687	75,8	1,6	17,4	1706	3,4	60,5	24,7
1688	74,1	2,8	16,9	1707	6,7	65,0	13,2
1689	65,1	3,4	27,3	1708	1,0	66,6	15,5
1690	10,6	15,6	64,4	1709	3,0	59,3	23,8
1691	0,1	31,0	53,7	1710	1,1	42,0	36,9
1692	—	43,0	47,1	1711	5,3	53,2	29,4
1693	—	52,2	39,7	1712	6,2	49,1	34,1

(\*) Porcentagens extraídas dos dados de Shillington & Chapman: *The Commercial Relations of England and Portugal*, p. 334-36. Nos anos de 1675-95, os dados referem-se às importações londrinas, e nos anos de 1696-1712 à importação total da Inglaterra.

## 2

### O OURO BRASILEIRO

Traçado o quadro econômico e político do império português, na segunda metade do século XVII, vejamos o Brasil no momento em que o ouro surgiu no cenário da Colônia.

A crise que assolava os produtos brasileiros, no mercado externo, fatalmente teria que afetar toda a vida econômica interna colonial. Verificaremos de início quais os efeitos da recessão sobre o Brasil e o seu estado ao tempo em que as ricas jazidas de ouro foram descobertas. Tentaremos mostrar o impacto do achamento do metal precioso, não somente em cenários virgens, que sofreram profundas alterações, como na economia até então dominante: a do complexo açucareiro.

Nossas pesquisas, a partir deste momento, visam ao delineamento do contorno da produção aurífera brasileira.

#### 2.1 — DO AÇÚCAR AO OURO

O panorama brasileiro no final do século XVII apresentava-se melancólico. Às vésperas da explosão aurífera, a Colônia americana atingia tal estado de depressão, que toda a correspondência dos governadores está crivada de lamentos. Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, governador da Bahia (1690-94), numa carta ao Rei, datada de 4 de julho de 1692, retratava bem a situação do Brasil, particularmente da Bahia: “Considerando eu

a miséria e a penúria a que todo este Estado do Brasil se vai, ou esteja reduzido, me parece não satisfaria à minha obrigação, e ao zelo do serviço de Vossa Majestade, e bem destes povos, se não representasse, como por este papel faço a Vossa Majestade, a urgente opressão em que de presente se acham esta e as demais praças deste Estado...<sup>1</sup>

A “urgente opressão”, segundo Câmara Coutinho, nascia da falta de dinheiro: “... aquele nervo vital do corpo político ou o sangue dele, que, derivando-se e correndo pelas veias deste corpo, o anima e lhe dá forças; (...).” Ao apontar as razões da penúria, o governador destacou três: “A primeira é a grande perda que teve e sentiu no abatimento do dinheiro serrilhado.” A segunda, “... porque, como pelo abatimento dos açúcares neste reino, e gastos dos fretes, comboio, e mais direitos, apenas se tira lá o preço que aqui se dá por eles, tem mais conta aos que trazem fazendas, que são muitos, levar dinheiro do que açúcar”. A terceira causa apontada é “... de se levar a moeda deste Estado para o Reino”.

Resumindo, Câmara Coutinho aponta como razões da penúria: a carência de moeda, a baixa de preço do açúcar e o déficit na balança de pagamentos.

Uma das causas da carência de moeda na Bahia é fruto da própria queda nos preços do açúcar e do tabaco. O comércio com a Metrópole e com a África tinha como base aqueles dois produtos e, com a queda de seus preços, os comerciantes de Lisboa insistiam em receber em dinheiro e não em espécie. Em decorrência da exportação conseqüente de moedas, houve uma séria crise financeira no Brasil. Este fato, observado por Boxer para o final do século XVII, persistiu também no século XVIII.<sup>2</sup> Em carta de junho de 1712, o Senado da Bahia afirma que “não se podendo comprar os escravos e mais gêneros de que precisamente necessitam as fábricas dos engenhos e fazendas de dinheiro, daqui resulta a suma miséria em que vivem os moradores de toda esta Bahia”.<sup>3</sup>

(1) “Representação do governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho ao Rei sobre o Estado do Brasil, 1692.” In *A.B.N.*, 1935, vol. LVII, p. 147-53.

(2) C. R. Boxer. “Brazilian Gold and British Traders in the First Half of the Eighteenth Century.” *The Hispanic American Historical Review*, n.º 3, agosto de 1969, vol. XLIX, p. 41.

(3) “Cartas do Senado à Sua Majestade.” *A.P.B.*, vol. 130 (1696-1714). Carta de 22 de junho de 1712.

A carta de Câmara Coutinho, com o quadro do Brasil da época, secundada por outras solicitações, terminou por convencer a Coroa da necessidade em se cunharem moedas na Colônia, e a Carta Régia de 8 de março de 1694 criou a Casa da Moeda da Bahia. <sup>4</sup> Para evitar a fuga de numerário para o exterior, aquela carta régia determinava também que as moedas cunhadas sofressem um acréscimo de dez por cento sobre a moeda metropolitana, tendo como base os valores estipulados pela reforma monetária de 4 de agosto de 1688. <sup>5</sup>

Por solicitações do Rio de Janeiro, em 1698 a Casa da Moeda da Bahia foi transferida para aquela cidade, ali permanecendo até 1700, passando em seguida para Pernambuco, regressando em 1702 ao Rio de Janeiro.

Apesar da cunhagem de moedas e das medidas tomadas para evitar a fuga da Colônia, logo em seguida, em 1708, as queixas do Senado da Bahia recomeçaram: "O miserável estado a que se vê esta praça reduzida pela carestia dos gêneros com que se fabricam os engenhos, como pela tardança das frotas, tem chegado ao extremo que no presente não houve senhor de engenho ou lavrador que vendesse açúcar a dinheiro de conta senão a pagamentos muito dilatados por causa da quase total falta que se experimenta de moeda". <sup>6</sup>

Em 1712 o Senado da Bahia voltava a escrever: "Pela obrigação que nos ocorre de dar conta a Vossa Majestade do estado desta República, a Vossa Majestade representamos que é tão grande a falta que há nela de moeda que orçado pelos homens mais inteligentes parece não exceder de quinhentos mil cruzados

(4) Inácio Acioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da Bahia*, vol 2, p. 146. Para a Bahia foram cunhados 102:000\$0000 em ouro e 818:952\$140 em prata. Para Pernambuco 8:000\$000 em ouro e 428:883\$260 em prata.

(5) Pela reforma de 4 de agosto de 1688, foi levantado o valor das moedas de ouro e de prata, no Reino e nas conquistas, em 20 por cento. Assim, as moedas de 4\$000 passaram a valer 4\$800 etc. A Carta Régia de 8 de março de 1694, para bloquear a evasão de numerário do Brasil, estabeleceu que o ouro e a prata em todo o Estado do Brasil se levantasse 10 por cento sobre o levantamento de 20 por cento estipulado em 1688.

(6) "Cartas do Senado à Sua Majestade." *A.P.B.*, vol. 130 (1696-1714). Carta de 5 de agosto de 1708.



todo o dinheiro que nela se maneja, número tão diminuto que não parecerá crível se o não comprovara a experiência. . .”<sup>7</sup>

Dois anos depois, para atender aos clamores, pela Carta Régia de 18 de março de 1714, reabria-se a Casa da Moeda na Bahia, porém, em 1726, o refrão retornava: “No ano de mil setecentos e quinze foi Vossa Majestade servido deferir a súplica que os moradores desta capitania e seu Recôncavo, por via deste Senado, tinha exposto a Vossa Majestade da grande falta que nela havia de moeda provincial por se ter esta comunicado pelos moradores dos sertões e se ter pequena cópia que se lavrou para tão dilatado domínio, declaramos que por certos motivos bem ponderados naquele tempo não diferiu com efeito ao sobredito requerimento, e porque tem continuado um tal extremo esta falta de moeda, que nesta ocasião de frota não houve com que comprar os mercadores de tabaco e açúcares nem darem saídas às suas fazendas. . .”<sup>8</sup>

Como se infere das queixas, a carência de moeda foi uma constante neste período na Bahia. Esta penúria era provocada por um comércio deficitário que canalizava o numerário não somente para a Europa, como também para a região das minas. Os senhores de engenho, em 1708, explicavam ao rei as dificuldades atravessadas pelo comércio do açúcar, em decorrência da falta de dinheiro, levado por comerciantes principalmente para as Minas “onde lucraram notável avanço, pois trocam cada moeda de seiscentos e quarenta (réis) por uma oitava e mais de ouro”.<sup>9</sup> Quanto à baixa no preço do açúcar, o produto brasileiro, como já foi visto, acompanhou a recessão secular. Afirma Antonil que: “a necessidade obriga a vender barato, e a queimar (como dizem) o açúcar fino que tanto custa aos servos, aos senhores de engenho, e aos lavradores de cana. . .” e que “também a falta de navios é causa de se não dar por ele o que vale”.<sup>10</sup>

(7) Idem. Carta de 22 de junho de 1712.

(8) Idem, vol. 131 (1715-1741). Carta de 21 de agosto de 1726.

(9) Idem, vol. 130 (1696-1714). Carta de 5 de agosto de 1708. A moeda de \$640 correspondia a 2 patacas, equivalente a 20,480g de prata. Uma oitava de ouro correspondia a 3,585g. Trocavam-se 3,585g de ouro por 20,480g de prata, negócio altamente vantajoso, pois a proporção era de 1 para 5,7, enquanto que em Amsterdã a proporção era de 1 para 13,02!

(10) Antonil. *Cultura e opulência no Brasil*, p. 54.

O problema das frotas foi outra constante nas cartas dirigidas à Coroa. Em 1710 escrevia o Senado da Bahia: "É tão grande o prejuízo que tem resultado a esta cidade e a todo Estado a dilação das frotas que devemos avisar a Vossa Majestade, assim para bem de sua Coroa como para o de seus vassallos, porque o açúcar e tabaco se faz muito diferente na bondade e preço quando se dilata o consumo deles para outra safra, e até os navios mercantes não podem levar os frutos inteiros de duas safras e por isso ficam como perdidos sem se venderem, (...); com que pedimos a Vossa Majestade que em todos os anos venha a frota ao Brasil para levar os frutos dele pelas razões do prejuízo alegado, e por outras consequências, que resultarão das demoras das frotas." <sup>11</sup>

Apesar das petições, a alternância das frotas persistiu até 1765, quando foram extintas pelo marquês de Pombal. Enquanto isto, pela continuidade com que os açúcares antilhanos chegavam aos mercados europeus, puderam estes se manter naqueles mercados apesar da queda dos preços, enquanto que o açúcar brasileiro recuava em preço e em produção.

Outro problema que atingiu a economia açucareira, entre fins do século XVII e primeira metade do século XVIII, foi o do escravo. Onde a concorrência antilhana afetou realmente a produção brasileira foi na aquisição da mão-de-obra. O desenvolvimento açucareiro das Antilhas intensificou o comércio de escravos nas costas da África, incrementando a rivalidade e a concorrência entre holandeses, ingleses, franceses e portugueses. Esta corrida às fontes do braço escravo provocou uma alta de preços no mercado negreiro, transformando-o num dos ramos de comércio mais profícuos da época.

Câmara Coutinho, ao se queixar dos preços de 1692, dizia que "... os negros que se compravam a 50\$000 se não tiram a menos de 60\$000". <sup>12</sup>

Já em 1696, por uma carta do Senado da Bahia, os senhores de engenho estavam "... comprando um escravo por 80 e 90\$000, o que em outro tempo lhes custava 40 e 50\$000". <sup>13</sup>

(11) "Cartas do Senado à Sua Majestade." *A.P.B.*, vol. 130 (1696-1714). Carta de 24 de junho de 1710.

(12) "Representação do Governador..." In *A.B.N.*, 1935, vol. LVII, p. 147-53.

(13) "Cartas do Senado à Sua Majestade." *A.P.B.*, vol. 130 (1696-1714). Carta de 6 de julho de 1696.

Com o descobrimento do ouro a situação agravou-se ainda mais, tanto no mercado escravagista interno como no externo, pois o frenesi ocasionado pela corrida do ouro provocou uma alta imoderada nos preços em geral e em particular no do escravo. Num relatório datado de 1702, o embaixador francês, em Lisboa, dando conta à Corte de Versalhes das negociações entre a França e a Companhia Portuguesa da Guiné para que esta fornecesse negros às Índias Ocidentais, comunicava que fracassaram por terem os portugueses “tido notícias do Brasil que os fizeram desviar para aquela região o comércio que fazem de negros; estes se tornaram caríssimos no Rio de Janeiro; soube-se que são vendidos ali até a 250 piastras; isto é provocado pela grande quantidade de pessoas que estão ocupadas naquele país na busca de ouro”.<sup>14</sup>

Em 1711, Antonil, referindo-se ao preço do escravo na praça da Bahia, dizia que os negreiros não os vendiam por menos de 100\$000,<sup>15</sup> e a Câmara da Bahia em 1723 queixava-se de que os escravos não eram mais vendidos pelos moderados preços dos anos anteriores porém, a tal excesso, que naquele ano chegara a valer 200\$000 a peça.<sup>16</sup>

A alta vertiginosa nos preços, verificada logo após o descobrimento das minas, polarizou para aquela região a cobiça e os interesses do comércio colonial, e para lá foram desviadas mercadorias cuja venda rendia arrobas de metal precioso, como nos informa Antonil: “Também os que metendo gado, e negro para os venderem por maior preço, e outros gêneros mais procurados, ou plantando, ou comprando roças de milho nas minas, se foram aproveitando do que outros tiraram.”<sup>17</sup>

Daí o clamor que se levanta nas regiões canavieiras pelo desvio do braço escravo e de mercadorias para a região das minas “daqui se levam muitos negros para Pernambuco, Rio de Janeiro e Santos de que resulta valerem nesta Capitania muito caros, e se receia se venha a perder ou diminuir muito a lavoura

(14) Q. D'O. *Portugal*, vol. 38. Carta de 17 de janeiro de 1702.

(15) Antonil. Op. cit., p. 54.

(16) “Cartas do Senado à Sua Majestade.” *A.P.B.*, vol. 131 (1715-1741). Carta de 15 de novembro de 1723.

(17) Antonil. Op. cit., p. 75.

de canas e planta de tabaco e farinhas nesta cidade, com grave prejuízo desta República e dos reais direitos de Vossa Majestade”, escrevia o Senado da Bahia em 1700.<sup>18</sup>

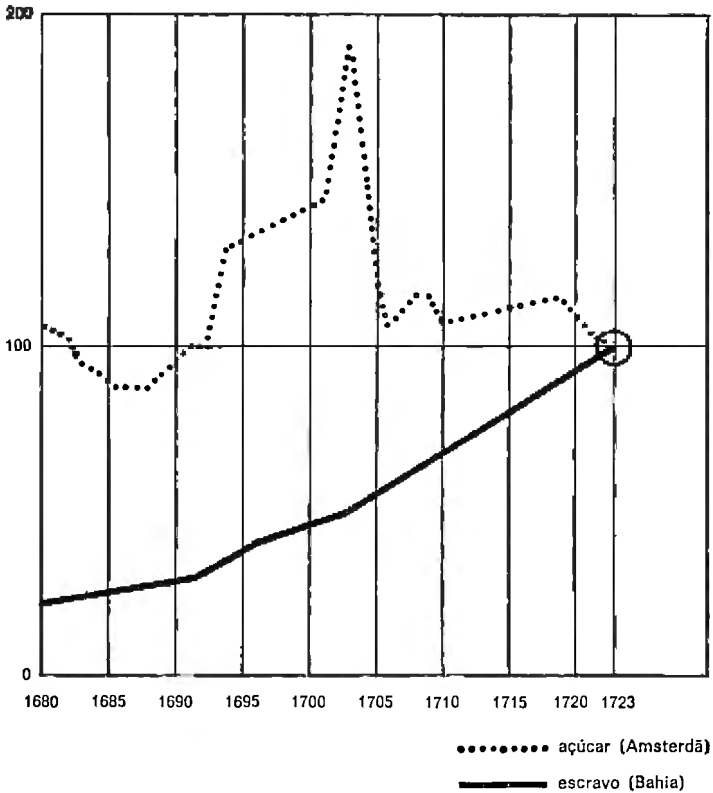
Para atender a esta reclamação, a Carta Régia de 7 de fevereiro de 1701 proibiu a passagem de escravos de Pernambuco e da Bahia para o Sul. Em nada, porém, esta providência modificou o quadro anterior, pois o êxodo de escravos para as minas persistiu, e em 1710 o Senado se queixava do excessivo preço com que se vendiam os escravos em razão das minas de ouro.<sup>19</sup>

Por esta época, enquanto era o escravo vendido na Bahia por pouco mais de 100\$000, nas Gerais, segundo Antonil, dava-se, por uma peça da Índia, 300 oitavas. Considerando-se o valor naquela data de 1\$500 a oitava, um escravo custava nas minas 450\$000!

Se o descobrimento do ouro veio reativar a vida sócio-econômica do Brasil, criando novos centros de produção e de consumo, para as velhas áreas açucareiras, já profundamente atingidas pela recessão econômica, o surgimento daquela nova atividade foi o golpe decisivo para a sua decadência. Com o encarecimento da produção, na medida em que a mão-de-obra, matéria-prima e alimentação foram atingidas pela alta de preços, o açúcar passou a enfrentar com desvantagem o mercado internacional. Considerando o preço do escravo na Bahia e a cotação do açúcar brasileiro em Amsterdã, verifica-se o fenômeno da teosoura, em que os lucros se reduzem pelo estrangulamento provocado pela alta da mão-de-obra e pela baixa no preço do produto (Gráfico n.º 1). A redução da margem de lucros, desestimulando a produção, desviou os capitais e as energias da área do açúcar para a área do ouro, o que explica o surto impressionante de crescimento e desenvolvimento das regiões mineiras, paralelo à decadência e à estagnação das zonas canavieiras.

(18) “Cartas do Senado à Sua Majestade.” *A.P.B.*, vol. 130 (1696-1714). Carta de 30 de setembro de 1700. Num resumo de escravos despachados da Bahia para as minas, por terra, pertencente ao Arquivo da Casa de Cadaval, verifica-se que, entre 14 de agosto de 1714 a 5 de julho de 1715, foram enviados 3.435 escravos. V. Rau e Maria Fernanda G. da Silva. *Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, vol. II, p. 143.

(19) *Idem*. Carta de 14 de junho de 1710.



**Gráfico 1** — Índices sobre os preços do açúcar (Amsterdã) e do escravo (Bahia). 1723 = 100.

A produção do açúcar sofreu queda violenta nas primeiras décadas do século XVIII e, em 1723, com pinceladas sombrias, pintou o Senado da Bahia o panorama da região: “Hoje, vêem-se no Recôncavo desta cidade e capitania, antigamente florentíssima, vinte e quatro engenhos desamparados e demolidos por falta de espírito que os animava, nos escravos que os fabricavam, e os outros engenhos se desconhecem do que foram por igual motivo e desamparo. Não se pode crer a diminuição que se experimenta na safra do açúcar, pois chegando, e ainda excedendo a dezoito mil caixas, de dez anos a esta parte se vêem reduzidas a cinco mil, e quando mais abundante, oito mil caixas; o mesmo destroço padecem os naturais e lavradores na cultura dos tabacos

e mandiocas... Não chegando os cabedais dos senhores de engenho e dos mais lavradores às compras tão excessivas, vão agora conservando as suas fábricas com os poucos escravos que lhes permanecem do tempo anterior, e como estes pela grandeza do trabalho não duram e vão morrendo, acabam juntamente aquelas propriedades que no século passado enriqueceram tantos homens.”<sup>20</sup>

A região açucareira foi, aos poucos, perdendo sua posição de principal centro de interesses, e disto tiveram consciência os senhores de engenho. As lamentações, que chegaram até Lisboa, através dos relatórios do Senado da Bahia, são testemunhas do drama da marginalização das atividades canaveiras. O açúcar, antes um produto dominante, passou para um plano secundário com relação ao ouro, que, na primeira metade do século XVIII, pontificou na economia brasileira.

Ao justificar a política colbertiana no final do século XVII em Portugal, V. M. Godinho analisa a situação do império em face da crise, e conclui que os portugueses para enfrentá-la tentaram três caminhos: continuar as importações de produtos necessários e pagá-los em numerário, desenvolver novos ramos de comércio para poder equilibrar o balanço de pagamentos e incrementar a produção de artigos que até então dependiam da importação. A crise do metal branco e a contração dos mercados europeus dificultaram as duas primeiras soluções, restando a Portugal uma política de desenvolvimento manufatureiro. V. M. Godinho justifica assim a atuação do conde de Ericeira e do marquês de Fronteira, responsáveis pelo surto manufatureiro português do final do século XVII.<sup>21</sup>

As três soluções apresentadas por V. M. Godinho acrescentaríamos uma quarta: a busca de metal precioso dentro do próprio império. Não é por coincidência que, justamente no momento agudo da depressão, a Coroa portuguesa estimulou as buscas de ouro e prata em território brasileiro. Datam de 1674 as primeiras cartas que o regente, futuro Pedro II, escreveu aos “homens bons”, da vila de São Paulo, encorajando-os na busca dos metais preciosos, prometendo-lhes uma série de recompensas. Necessário se faz destacar os efeitos psicológicos destas missivas, assi-

(20) Idem, vol. 131 (1715-1741). Carta de 15 de novembro de 1723.

(21) V. M. Godinho. Op. cit., p. 186.

TABELA N.º 2

*Açúcar (Amsterdã) e escravos (Bahia) — 1680-1723  
preços e índices (1723=100)*

Anos	Açúcar branco <sup>22</sup>	Índice	Escravos	Índice	Fonte
	Preços		Preços		
1680	0,28	107	45\$000	22	Câmara Coutinho, A.B.N., vol. LVII
1681					
1682	0,27	103			
1683	0,25	96			
1684					
1685					
1686	0,23	88			
1687					
1688	0,23	88			
1689	0,24	92			
1690					Câmara Coutinho, idem
1691	0,26	100			
1692	0,26	100	60\$000	30	
1693					
1694	0,34	130			
1695					
1696			80/90\$000	40/45	
1697					
1698					
1699					
1700					Carta do Senado da Bahia 6.6.1696
1701	0,38	146			
1702					
1703	0,48	184	100\$000	50	
1704					
1705	0,33	126			
1706	0,28	107			
1707					
1708	0,30	115			
1709	0,30	115			
1710	0,28	107			
1711					Antonil
1712					
1713					
1714					
1715					
1716					
1717					
1718	0,30	115			
1719	0,30	115			
1720					
1721					Carta do Senado da Bahia, 15.11.1723
1722	0,26	100			
1723	0,26	100	200\$000	100	

nadas pelo próprio príncipe, sobre o orgulho e a vaidade das pessoas a quem eram endereçadas.<sup>23</sup>

Uma das forças propulsoras da colonização americana foi a procura do Eldorado. Menos felizes inicialmente que os espanhóis, tiveram os portugueses que se voltaram para os frutos da terra, porém, apesar de dois séculos de colonização agropastoril... “foi sempre fama constante que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata”.<sup>24</sup>

O sonho do Eldorado jamais havia desaparecido, e as minas do Peru e do México arderam sempre na imaginação dos colonos, sobretudo dos paulistas.<sup>25</sup>

Famosos por sua bravura e conhecimento da terra, a eles recorreu o príncipe regente, dirigindo-se aos mais eminentes, para estimular a procura de metal precioso em território brasileiro. Além disto, eram os paulistas os únicos colonos com experiência mineira, pois, desde o século XVI, vinham explorando as minas dos arredores de São Paulo.<sup>26</sup>

As buscas do ouro frutificaram primeiramente no Sul do Brasil. A partir de 1680 novas jazidas foram descobertas na região de Curitiba e Paranaguá. Infelizmente pouco se conhece da produção destas minas, mas por algumas indicações verifica-se que de início foram profícuos os rendimentos, pois os quintos de 1681, enviados de Paranaguá, atingiram quase 22 kg (6.038 oitavas),<sup>27</sup> o que permite avaliar uma produção correspondente a 110 kg.

(23) Pedro Taques fornece as datas das missivas entre março e abril de 1674 e nomeia onze paulistas, aos quais dirigiu-se Pedro II. Pedro Taques de Almeida Pais Leme. *Informação sobre as minas de São Paulo*, p. 100-01.

(24) Antonil. Op. cit., p. 69.

(25) Sérgio Buarque de Holanda na *Visão do paraíso* estuda a presença do mito do Éden na colonização da América. Sobre tudo no capítulo IV, “O outro Peru”, p. 99, analisa a influência do descobrimento das minas peruanas sobre toda a colonização: “A busca da prata, suscitada pelo feliz êxito dos castelhanos, representou, pois, um fenômeno continental, não tanto uma especialidade luso-brasileira.”

(26) Sobre a mineração paulista vide o trabalho de Lucy de Abreu Maffei e Arlinda Rocha Nogueira: “O ouro na Capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII”, separata do tomo XX dos *Anais do Museu Paulista*, S. Paulo, 1966.

(27) Pedro Taques de Almeida Pais Leme. *História da Capitania de São Vicente*, p. 141.



Ao contrário do que afirmá Calógeras,<sup>28</sup> esta média de produção deve ter-se mantido, o que justifica a instalação, em 1697, da terceira Casa de Fundação do Brasil, em Paranaguá. É possível que a sonegação, incentivada pelo tênue controle da região pela Coroa, desviasse dos cofres reais o ouro que, em barras ou em jóias, somente foram documentados quando dos inventários e testamentos.<sup>29</sup>

Antonil, referindo-se à extração de ouro na região Sul, diz que “por muitos anos se continuou a tirar em Paranaguá e Curitiba, primeiro por oitava, depois por libras, que chegaram a alguma arroba, posto que com muito trabalho para ajuntar, sendo o rendimento no catar limitado; até que se largaram, depois de serem descobertas pelos paulistas as minas do Cataguás e as que chamam do Caeté”.<sup>30</sup>

Com o descobrimento do ouro nas Gerais, cuja notícia da abundância e da facilidade no extrair correu pelo Brasil inteiro, o fascínio sentido pelas populações também afetou a região das minas do Sul. Segundo a expressão de Antonil, os mineiros “largaram” as jazidas menos produtivas em busca de maiores lucros. Assim mesmo as minas do Sul continuaram a produzir, e delas temos algumas notícias durante o século XVIII. Em 1735, último ano em que funcionou a Casa de Fundação de Paranaguá, os quintos foram de 11,2kg (5 marcos, 2.916 oitavas e 27 graus),<sup>31</sup> o que permite supor uma produção correspondente a 56kg. Em 1740 foram remetidos ao Rio de Janeiro quase 9kg de ouro (2.478 oitavas),<sup>32</sup> provenientes da capitação daquelas minas e, em 1772, Pedro Taques informava que a mineração em Paranaguá se fazia “com utilidade do real erário”.<sup>33</sup> Ainda em 1778 rendiam os quintos 8kg de ouro (2.241 oitavas).<sup>34</sup>

(28) P. Calógeras. *As minas do Brasil e sua legislação*, p. 41. O Autor afirma que após 1681 decrescera a produção destas minas.

(29) No trabalho de Lucy de Abreu Maffei e Arlinda Rocha Nogueira sobre “O ouro na Capitania de São Vicente...” estão arrolados vários inventários e testamentos onde fica comprovada a existência de muito ouro como bens de muitas famílias.

(30) Antonil. Op. cit., p. 70.

(31) “Correspondência do conde de Sarzedas.” *Documentos interessantes*, vol. XL, p. 205. Carta de 12 de maio de 1735.

(32) Benedito Calixto. “Capitania de Itanhaém”, *RIHGB*, vol. XX, p. 710.

(33) Pedro Taques de Almeida Pais Leme. Op. cit., p. 141-42.

(34) Benedito Calixto. Op. cit., p. 710.

Pelas escassas informações que nos chegaram, podemos entrever a flutuação da produção mineira da região Sul, englobando Paranaguá, Curitiba, Iguape, Cananéia e São Paulo: de 1680-97, 50 a 80kg anuais; entre 1697-1735 a produção declinou paulatinamente, permanecendo durante o século XVIII num nível cuja média atingiria, no máximo, 20 a 30kg anuais.

## 2.2 — O OURO NAS MINAS GERAIS

Após os primeiros sucessos na década de 80, as buscas e o sonho do ouro se concretizaram nos últimos anos do século XVII com o achamento das minas do Planalto Central brasileiro.

Perpassando a documentação sobre os descobrimentos das Gerais, percebe-se que foram simultâneos, o que indica a convergência de interesses na procura do metal precioso naquela região. Esta convergência foi, sem dúvida, efeito da bandeira chefiada por Fernão Dias Pais rumo ao Brasil Central em 1675. As peripécias dessa bandeira conduzem-na ao sonho das esmeraldas, quando a figura do velho paulista atinge dimensão de personagem épica.

Embora nula, em seu resultado imediato, esta bandeira foi de grande importância para a história dos descobrimentos do ouro. Não tendo alcançado a área aurífera, dela se aproximou, e o caminho palmilhado indicava a direção, logo prosseguido por outros sertanistas.

Um dos documentos mais significativos sobre este período é o "Documento III", publicado por Afonso d'E. Taunay nos *Relatos sertanistas*, carta não identificada que contém preciosas informações: "Começo pela minha chegada ao Rio de Janeiro que foi em março de 1692, tempo que teria vinte (anos). Naquele tempo era muito limitado o Rio de Janeiro; nem havia notícias de minas, mais que uma limitação em Paranaguá, porto de mar, abaixo de Santos e quem do negócio trazia de lá cem oitavas de ouro vinha rico. Mas isto era já feito em obras. Daí a cinco ou seis anos se publicou que os paulistas tinham descoberto muito ouro onde chamavam os Cataguases, mas que era ouro bravo a que chamavam ouro mulato, que é ouro preto (...). Com esta notícia de grandezas quis logo ir às minas mas não o fiz por falta de mantimentos nos caminhos e de que morria

muita gente, o que consegui em companhia de Antônio Roiz de Souza, partindo do Rio de Janeiro em março de 1698 ou 99 e chegamos em 12 de julho do dito ano com a viagem de alguns dois meses pela grande aspereza dos caminhos.”<sup>35</sup>

Deste documento depreende-se que em 1692, fora as minas do Sul, nenhuma outra era conhecida, e que as descobertas se efetuaram entre aquele ano e o de 1695, quando, em 16 de junho, o governador Sebastião de Castro Caldas transmitiu à Corte as primeiras notícias sobre o achamento do ouro nas Gerais. Dois anos após, o mesmo governador noticiava que as minas recém-descobertas “até o presente eram dezoito ou vinte ribeiros, cujo ouro e seu rendimento era o melhor que tem havido”.<sup>36</sup>

Continuando os informes sobre as descobertas do ouro, o novo governador Artur de Sá e Meneses, em carta de 29 de abril de 1698, comunicava que “continuamente se vão descobrindo novos ribeiros de grandíssimo valimento, (...); o ouro é excellentíssimo, e dizem os ourives que é de vinte e três quilates”.<sup>37</sup>

Numa prodigalidade extraordinária, os córregos, rios e montanhas do Planalto Central brasileiro revelaram suas ricas jazidas de ouro: Tripuí, Carmo, Gualacho, Ouro Preto, Paraopeba, Serro do Frio, Rio das Velhas, Inficionado, Pitangui, Pará, Itatiaiaçu, Catas Altas, Santa Bárbara, Prata, Brumado, Caeté, Rio das Mortes etc. Até 1713 o grande núcleo das Minas Gerais estava desvendado. Ainda mais algumas descobertas foram realizadas naquela região, na primeira metade do século XVIII, porém de menor importância.

Tendo sido os paulistas os descobridores das minas, o povoamento da região se fez inicialmente por elementos da capitania do Sul, mas logo em seguida a febre do ouro empolgou a Colônia e, mal a notícia se espalhou, já levas de peregrinos se puseram em marcha, abandonando terras e cabedal em busca do metal precioso.

(35) A. Taunay. *Relatos sertanistas*, p. 75.

(36) Resposta de Pedro II em carta de 2 de setembro de 1697, documento avulso do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Apud: Basílio de Magalhães. *Expansão geográfica do Brasil colonial*, p. 160.

(37) “Registro Antigo” da Coleção Governadores do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), XXVI, 36 vols. Apud: Basílio de Magalhães. *Expansão geográfica do Brasil colonial*, p. 162.

A paisagem brasileira convulsionou-se em poucos anos. À vida agrícola e pastoril, embalada pelo moer da cana e pelo ranger do carro de boi, sucedeu a vida da labuta mineira com o desafio das águas e dos morros; vida trepidante de aventureiros em que a cobiça estimulava os apetites. Toda uma avalanche de homens, cujo único acervo era a coragem e a audácia, transformou a paisagem solitária e tranqüila das Gerais num pulular de vilas e povoados, surgindo no Brasil Central um tipo de cultura com características sociais diversas daquela criada pelo senhor de engenho.

Esta invasão súbita provocou a primeira grande crise: a fome dos anos de 1697-98. Chegando as levas, com reservas alimentícias apenas para a viagem, numa região totalmente selvagem, o resultado foi a escassez de alimento ante a desproporcional quantidade de bocas a alimentar. Tragédia completa, em que muitas vezes, com os alforjes cheios de ouro, morria-se de fome sem encontrar um pedaço de mandioca pelo qual se daria todo o fruto da ambição satisfeita. Atropelo dramático de homens, fugindo da fome e abandonando as minas, enquanto outros chegavam para logo em seguida aumentar o número dos desesperados.

Em carta de 20 de maio de 1698, Artur de Sá, referindo-se aos mineiros, comunica à Corte que “chegou a necessidade a tal extremo que se aproveitavam dos mais imundos animais, e faltando-lhes estes para poderem alimentar a vida, largaram as minas e fugiram para os matos com os seus escravos a sustentarem-se com as frutas agrestes que neles achavam”.<sup>38</sup>

Após a primeira crise dos anos de 1697-98, outra de proporções semelhantes repetiu-se nos anos de 1700-01. Crise de abastecimento, gerando o abandono da região aurífera para a busca de alimento. Basílio de Magalhães, em seu já citado trabalho, expõe a tese de que estas crises, ao provocarem a dispersão dos mineiros, foram a causa de se encontrar outras lavras auríferas.<sup>39</sup>

A esta altura, as novas atravessaram o Atlântico e de Lisboa difundiam-se pelas cortes européias. No momento em que os representantes da França e Espanha, da Inglaterra, Holanda e do Império travavam a batalha diplomática pela aliança de Portugal, Chasteauneuf, substituto de Rouillé como embaixador de Luís XIV,

(38) Idem.

(39) Basílio Magalhães. Op. cit., p. 162.

transmitia a Versalhes que se continuava com sucesso a busca de ouro, não somente nos rios que vêm das montanhas de São Paulo, mas mesmo nos arredores delas no espaço de mais de 60 léguas de extensão.<sup>40</sup>

Pelo mesmo correio, o cônsul Delescolles, reforçando estas informações, noticiava também que os portugueses, temendo que a fama de tão ricos descobertos despertasse o desejo de alguma potência atacar suas colônias, pretendiam enviar pela próxima frota cinqüenta canhões, várias munições de guerra e de infantaria, bem como erigir novas fortificações.<sup>41</sup>

Esta carta revela as primeiras preocupações de Portugal no sentido de fortificar a defesa do Brasil, após os descobrimentos do ouro. Este temor foi plenamente justificado quando dos ataques de Duclerc e Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro, respectivamente nos anos de 1710 e 1711.

A circulação da notícia sobre o ouro, além de ter provocado o deslocamento de populações nativas para as minas, estimulou também a emigração européia. Minas Gerais transformouse, em pouco tempo, num cadinho de raças e condições sociais. A ambição e a sede de ouro a todos igualava. Referindo-se a esta avalanche, Antonil pinta o quadro social das Minas Gerais neste período: "cada ano vêm nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa."<sup>42</sup>

Além da atração e do fascínio provocados pelo ouro como proporcionador de riqueza, a conjuntura européia favorecia o deslocamento humano, sobretudo do português para o Brasil. Uma das conseqüências da recessão secular foi o mal-estar gerado pela estagnação das atividades econômicas. Já vimos o quanto a baixa secular afetou a vida sócio-econômica portuguesa nas últimas dé-

(40) Q. D'O. *Portugal*, t. 42. Carta de 19 de fevereiro de 1703.

(41) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 652. Carta de 20 de fevereiro de 1703.

(42) Antonil. *Op. cit.*, p. 72.

cadadas do século XVII. O surgimento inesperado de uma atividade altamente compensadora foi o estímulo para que centenas de pessoas abandonassem o marasmo econômico da Europa, para se lançarem na empresa febricitante da cata de ouro e, os atos reais, proibindo as saídas do Reino para a Colônia nas duas primeiras décadas do século XVIII, foram impotentes para estancar esta sangria humana em Portugal.

Para o Brasil este afluxo humano provocou imediatamente o surto demográfico, sobretudo nas regiões das minas. A vida urbana nesta região desenvolveu-se proporcionalmente ao crescimento demográfico. Disseminados por toda a área, surgiram e cresceram rapidamente os arraiais que se transformaram em povoados e finalmente receberam forais de vila. Já em 1711 isto ocorria a três povoados: Mariana, Ouro Preto e Sabará que em 8 de abril, 8 de julho e 17 do mesmo mês, respectivamente foram elevadas à categoria de vila. Em 1713 foi a vez de São João del Rei (8 de dezembro); no ano seguinte, Caeté (29 de janeiro); em 1715, Pitangui (9 de junho).

A concentração demográfica, por sua vez, provocou uma alta vertiginosa nos preços dos gêneros alimentícios e dos demais, inclusive do braço escravo. A excessiva procura na região mineira desequilibrou a economia interna da Colônia, acelerando a crise comercial nas áreas açucareiras, enquanto nas áreas mineiras a demanda polarizava os interesses comerciais excitando-os febrilmente. Informa Antonil que “logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que chega nos navios do reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar. E a este respeito, de todas as partes do Brasil se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande mas excessivo. E não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó, o menor que se podia e dava por qualquer coisa, eram oitavas. Daqui se seguiu mandarem-se às Minas Gerais as boiadas de Paranaguá e as do Rio das Velhas, as boiadas dos campos da Bahia e tudo o mais que os moradores imaginavam poderia apetecer-se, de qualquer gênero de coisas naturais e industriais, adventícias e próprias”.<sup>43</sup>

(43) Idem, p. 7.

No seu precioso documento sobre a época, Antonil, relaciona uma série de produtos com os respectivos valores em oitavas de ouro, preços correntes nas minas em 1703, dos quais destacamos alguns de maior consumo.<sup>44</sup>

<i>Artigos</i>	<i>Valor em oitavas</i>	<i>Valor em réis</i>
Uma rês	80	120\$000
Um boi	100	150\$000
Um alqueire de farinha de mandioca	40	60\$000
Uma galinha	3 a 4	4\$500 a 6\$000
Seis libras de carne de vaca	1	1\$500
Uma cara de açúcar de uma arroba	32	48\$000
Um barrilote de aguardente	100	150\$000
Um chapéu de castor fino	12	18\$000
Uma veste de seda	16	24\$000
Uns calções de seda	9	13\$500
Uma camisa de linho	3	4\$500
Um par de meias	8	12\$000
Um par de sapatos de cordovão	5	7\$500
Um chapéu ordinário	6	9\$000

Estes preços correspondem a um período de procura excessiva, e o próprio Antonil observa que depois se tornaram mais moderados.

Para que se possa avaliar a desproporção entre os preços correntes no Brasil e a alta verificada nas minas, basta um confronto do valor da carne e do boi nas Minas Geras em 1703 e na Bahia em 1719.<sup>45</sup> Neste ano, o Senado da Bahia queixava-se da carestia e comunicava ao rei que: “está hoje valendo uma

(44) Idem. Para a transformação de oitavas em réis, foi utilizado o valor estipulado na época: 1 oitava = 1\$500.

(45) Infelizmente não encontramos documentos com a mesma data que fornecessem os preços de mercadorias numa e na outra região. Entretanto, apesar da diferença de 16 anos, a comparação nos parece válida, pois demonstra a variação entre os dois mercados, num momento em que as oscilações do mercado eram incomparavelmente menores do que as da época atual.

arroba de carne seiscentos e quarenta e seis (réis) pela taxa, e vendida ocultamente a novecentos e sessenta, e mil duzentos e oitenta réis, sendo que muitas vezes se vendia a cento e sessenta e duzentos réis e, quando, por razão da seca e do inverno havia alguma falta, era o seu maior preço de trezentos e vinte réis. Um boi, que se comprava para carne, não passava de cinco mil-réis e ordinariamente era o seu valor mil e quinhentos réis e hoje se não acham por menos de oito a dez mil-réis".<sup>46</sup>

Por esta carta verifica-se que uma arroba de carne que normalmente custava na Bahia \$160 a \$200, atingindo na época da seca \$320 réis, em 1719, embora o preço fixado fosse de \$646, era vendida a \$960 e a 1\$200; nas Gerais, já em 1703, uma arroba de carne valia 8\$000!<sup>47</sup>

Na Bahia, um boi para corte que custava 1\$500, atingindo algumas vezes 5\$000, em 1719 alcançava a exorbitância de 8 a 10\$000. Entretanto, em 1703, nas Minas Gerais, segundo Antonil, um boi atingia o preço de 150\$000!

A diferença de preços entre o litoral e as minas compensava largamente a viagem dos campos de criação até a região do ouro. Daí a canalização do comércio para o Brasil Central, provocando a carência dos produtos nas regiões açucareiras e a natural elevação de preços. Lamenta o Senado da Bahia em 1719: "depois que se abriram as minas gerais de São Paulo começou este povo a experimentar e padecer a falta de gados que vinham dos sertões desta capitania, assim para sustento do mesmo povo, como para o do Recôncavo, desta cidade, diminuindo-se aos senhores de engenho, lavradores de cana, tabaco e madeiras, as fábricas de bois que lhe são precisas para o trabalho dos mesmos engenhos e fazendas e condução dos gêneros que levam para o porto de mar, de onde se transportam para os armazéns e trapiches desta cidade, e por que quase as três partes do gado que há nos ditos sertões vai para as ditas minas".<sup>48</sup>

(46) "Cartas do Senado à Sua Majestade." *A.P.B.*, vol. 131 (1715-1741). Carta de 14 de janeiro de 1719.

(47) Para o cálculo, utilizamos as seguintes medidas: uma arroba de 14,74569 kg é composta de 32 libras (ou arratéis) de 0,46080 g.

(48) "Cartas do Senado à Sua Majestade." *A.P.B.*, vol. 131 (1715-1741). Carta de 14 de janeiro de 1719.



Prosseguindo na sua lista de preços nas minas em 1705, Antonil fornece uma relação dos valores dos escravos de acordo com o porte ou a utilização:

<i>Tipos de escravos</i>	<i>Valor em oitavas</i>	<i>Valor em réis</i>
Um negro bem feito, valente e ladino	300	450\$000
Um molecão	250	375\$000
Um moleque	120	180\$000
Um crioulo bom oficial	500	750\$000
Um mulato de partes ou oficial	500	750\$000
Um bom trombeteiro	500	750\$000
Uma mulata de partes	600	900\$000
Uma negra ladina, cozinheira	350	525\$000

Tinha razão com certeza o Senado da Bahia, quando comunicava ao rei que somente os compradores de escravos das Minas Gerais e de Jacobina tinham possibilidade de adquiri-los a preços tão exorbitantes; enquanto aquelas regiões povoavam-se de escravos, a Capitania da Bahia se arruinava.<sup>49</sup> Poucos anos depois, ao se queixar da qualidade dos escravos que eram postos à venda no mercado da Bahia, assim como de seus preços, reclamava o Senado dos escravos inferiores, refugio dos mineiros.<sup>50</sup>

Nesta época, segundo os mapas de escravos sobre os quais foram cobrados os impostos de capitação, existiam em média noventa mil negros trabalhando nas Gerais, cifra que por si só dá uma idéia da intensidade do comércio negreiro para aquela região, sobretudo se for considerada a necessária e contínua substituição dos braços que tombavam vítimas do trabalho e das moléstias.<sup>51</sup>

O afluxo demográfico e a polarização do comércio, em poucos anos, transformaram as Gerais na região mais importante do Brasil. Para lá convergiram as atenções da Coroa, não apenas

(49) Idem. Carta de 15 de novembro de 1723.

(50) Idem.

(51) Códice Costa Matoso. "Mapa dos negros que se capitaram desde que principiou a capitação em cada uma das comarcas (1735-1750). B.M. (São Paulo), p. 181-87.

para assistir às necessidades decorrentes deste crescimento, como para aplicar de maneira mais eficiente o sistema fiscal.

Os quintos sobre metais preciosos foram estabelecidos, no Brasil, através da Carta Régia de 15 de agosto de 1603, assinada por Filipe III, quando estavam ainda reunidas as Coroas ibéricas. Por aquela Carta Régia, qualquer pessoa poderia lavar minas por sua própria conta, desde que, do total extraído fosse paga a quinta parte como tributo à Coroa. Para isto, instituiu-se um funcionário especial, o provedor as minas, e criaram-se Casas de Fundição.

Partindo de um regimento simples, aplicado inicialmente às minas do Sul, a legislação mineira avolumou-se na medida em que os grandes centros mineiros do Planalto Central começaram a ser explorados, e por ensaio e erro foi-se adaptando às novas situações. A cobrança dos quintos, de maneira a garantir a parte que cabia à Coroa, foi a constante que orientou as modificações introduzidas no regimento. Por outro lado as condições sócio-geo-econômicas brasileiras colaboraram para o insucesso de sua aplicação, total algumas vezes, parcial geralmente.

De início, o ouro circulou livremente nas Gerais: bastava apenas, para sair daquela área, apresentar a guia de pagamento do imposto nas alfândegas locais: os registros.

As notícias, cada vez mais alvissareiras sobre a produção aurífera brasileira e seu confronto com os minguados quintos arrecadados, impulsionavam a Coroa para uma legislação de repressão e de cerco. Em 1702 criava-se a Casa de Fundição do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que se instalava a Casa da Moeda, e dois anos após, instalavam-se as casas de registro de Santos e de Paraty.

Além deste cerco no Sul, o contato estabelecido entre as Minas e a Bahia abriu uma via de fuga para o ouro, e em 3 de fevereiro de 1706 o governador do Rio de Janeiro, Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre, comunicava ao Rei que “não havia meio para evitar alguns descaminhos, sendo os mais consideráveis os que fazem pela estrada da Bahia, que é muito franca e posso assegurar a Vossa Majestade que por ela vai mais ouro do que vem para este Rio”.<sup>52</sup> A medida tomada pela Coroa foi simples e, teoricamente, deveria sanar o problema: foram fechadas as estradas entre as Minas e a Bahia. Mais uma vez desconhecia

(52) Apud: Manuel da Silveira Soares Cardoso. *Alguns subsídios para a história da cobrança do quinto na Capitania de Minas Gerais*, p. 260.

a legislação o meio geográfico e a realidade brasileiros: o metal continuou a afluir para a Bahia.

O confisco do ouro não quintado, no período de 1700-13, ultrapassa freqüentemente ao próprio quinto, ilustrando bem a sonegação desenfreada ao fisco metropolitano.<sup>53</sup> Não é de estranhar que ante tais indícios e sobretudo ante a desproporção entre o imposto arrecadado e a produção, baseada no volume de ouro chegado pelas frotas em Lisboa, se tornasse a Coroa mais exigente. Em corroboração à desconfiança da Metrópole, Antonil, na sua obra publicada em 1711, referindo-se à produção de ouro num cálculo raso, fala em cem arrobas anuais, que, se fossem quintadas, caberiam ao rei vinte arrobas, porém, acrescenta o Autor, é certo que os mineiros retiram mais de trezentas arrobas por ano.<sup>54</sup> Vinte arrobas corresponderiam a 294 kg, entretanto, o maior quinto deste período foi o de 1711 de apenas 48 kg.

Em 1713 chegou-se ao primeiro acordo que alterou o regimento até então vigente. Pelo Termo da Junta, assinado em Vila Rica em 7 de novembro daquele ano, concordaram os mineiros com a contribuição de 30 arrobas anuais à guisa de quintos, com a condição de que fosse abolida a apresentação obrigatória das guias nos registros. No dia 20 de março de 1714 foi posto em prática o novo sistema, que, por prorrogações anuais, vigorou até 22 de julho de 1718.

Naquela data, por novo termo assinado em 3 de março na Vila do Carmo, passou a ter vigência o contrato em que o imposto foi reduzido para 25 arrobas e a diferença compensada com a transferência para a Coroa da renda dos direitos das passagens, que anteriormente pertencia às Câmaras. Este sistema não satisfez por muito tempo aos anseios da Metrópole, que, em 11 de fevereiro de 1719, criou a Casa de Fundição para as Gerais. A reação

(53) Segundo a tabela de Von Eschwege os anos em que o confisco superou os quintos foram os seguintes:

<i>Anos</i>	<i>Quintos</i>	<i>Confisco</i>
1702	0,1kg	2,4kg
1703	5,9kg	24,5kg
1704	10,5kg	16,9kg
1707	7,7kg	10,4kg
1708	4,1kg	28,1kg
1713	10,0kg	25,7kg

(54) Antonil. Op. cit., p. 75.

contra esta nova forma de controle sobre o imposto foram as rebeliões de janeiro de 1720 em Pitangui, e de junho de 1721 em Vila Rica.

A situação dos quintos chegou a tal extremo de instabilidade, que em 12 de dezembro de 1720 resolveu a Coroa, por desmembramento da Capitania de São Paulo, criar a Capitania das Minas Gerais, nomeando primeiro governador a Lourenço de Almeida. Esperava-se com esta modificação geo-administrativa obter-se a paz e maior controle fiscal.

Tendo chegado às Minas em 16 de agosto de 1721, tratou o governador de recolher com habilidade o imposto correspondente ao ano de 1721, que rendeu pouco mais de 33 arrobas (493,6 kg).<sup>55</sup> Quando se preparava para cobrar os quintos referentes a 1720, que haviam sido recolhidos parcialmente, recebeu da Metrópole novas instruções, no sentido de instalar as casas de fundição e da moeda nas Minas Gerais.

Comunicada esta decisão à Câmara de Vila Rica, foi ela recusada pelos representantes das minas que ofereceram em contraproposta o aumento do imposto para 52 arrobas, sendo 37 a cargo da população mineira através de uma taxa de 2,5 oitavas e 2 vinténs sobre os escravos, e as 15 arrobas restantes a cargo dos estabelecimentos comerciais e congêneres, através de uma taxa de 12 oitavas. Aceita a proposta pelo governador e assinado o Termo da Junta em 25 de outubro de 1722, em Vila Rica, vigorou este sistema até janeiro de 1725.

Entretanto, a Coroa, não satisfeita com o ajuste, voltou a insistir na instalação das casas de fundição e da moeda. Lourenço de Almeida, ante a pressão metropolitana, obteve o consentimento da Junta que, em 15 de janeiro de 1724, concordou finalmente com a instalação das duas casas. Em 1.º de outubro do mesmo ano começaram a funcionar, em Vila Rica, fundindo e cunhando por quatro meses o ouro existente em circulação, já liberado do imposto pelo contrato anterior. Em 12 de fevereiro de 1725, deu-se início a mais um ano fiscal pelo novo sistema. A oitava, que até então valera 1\$500, passou a 1\$200. Pelo novo processo, a cobrança do quinto voltou à sua forma primitiva, ou seja, a quinta parte ou vinte por cento do metal extraído. Através do Gráfico n.º 2 pode-se verificar que neste período a curva do rendimento dos quintos atinge o primeiro máximo nos anos de

(55) Manuel da Silveira Soares Cardoso. "Os quintos do ouro em Minas Gerais." In: *Congresso do Mundo Português*, vol. X, p. 117.

1726-27, para logo em seguida reduzir-se brutalmente entre os anos de 1728-29. Foi sob o impacto desta redução que o governador convocou, em 24 de maio de 1730, a Junta para propor uma diminuição da porcentagem do imposto, de 20 para 12 por cento sobre o ouro extraído, passando a oitava a valer 1\$320. Tendo sido a proposta bem recebida, no dia seguinte applicava-se a nova base que vigorou até 4 de setembro de 1732.

Para a redução dos quintos em 1729, a Coroa só tinha uma explicação: os descaminhos, e para evitá-los um só remédio: a instituição de um sistema estável de arrecadação e que independesse das flutuações. Daí a longa batalha para a applicação do imposto *per capita*.

Um dos primeiros atos do novo governador das Minas, André de Melo e Castro, conde de Galveas, foi anular a modificação instituída pelo seu antecessor, fazendo com que o quinto retornasse aos 20 por cento e a oitava a 1\$200. Convocando a Junta de 20 de março de 1734, deu conhecimento aos representantes da disposição da Coroa em aplicar o imposto individual que foi repudiado, por considerá-lo, a Junta, altamente prejudicial e injusto, contrapondo a manutenção do sistema vigente. Como a Coroa procurava a estabilidade de suas rendas, ofereceram um teto anual de cem arrobas e, caso não se atingisse aquela cifra através da Casa de Fundição, incumbir-se-iam os mineiros em completá-la. Este novo acordo começou a vigorar no dia 22 de março de 1734.

Disposta a aplicar o imposto baseado na capitação e no censo, conseguiu a Coroa impô-lo, através do enérgico governador Gomes Freire de Andrada. Curvaram-se finalmente os mineiros, que, pelo Termo da Junta feito em Vila Rica em 30 de junho de 1735, aceitaram a nova forma de tributação. No dia seguinte — 1.º de julho — era publicada a taxaçaõ assim distribuída:

cada negro escravo ou forro . . . . .	4 oitavas e 3/4
cada officio . . . . .	4 oitavas e 3/4
cada loja grande . . . . .	24 oitavas
cada loja medfocre . . . . .	16 oitavas
cada loja inferior . . . . .	8 oitavas
cada venda . . . . .	16 oitavas

No dia 11 do mesmo mês e ano, ampliava-se a área da cobrança: cada negro ou negra, mulato ou mulata forros, mi-

neiros ou roceiros, sem escravos, nem vendas, nem lojas, nem officios, pagariam 2 oitavas e 1/4 e 4 vinténs. Os mascates pagariam 8 oitavas e os açougues e boticas 16 oitavas.<sup>56</sup>

Por este sistema, o valor da oitava passou a 1\$500, podendo o ouro circular nas minas livremente, quer em pó ou em barra, e ao mesmo tempo extinguiu-se a Casa da Moeda.

O que havia de mais rígido do novo processo foi a conservação da cláusula de teto mínimo de 100 arrobas e a possibilidade do fisco recorrer à derrama para completá-lo. O mineiro, que acreditou na infundável riqueza, não poderia conceber uma inversão do ritmo da extração do ouro, sobretudo naquele momento em que das Minas Gerais extirpavam-se as mais fabulosas fortunas, e o imposto cobrado pelo rei superava de muito o mínimo estipulado. Ainda pelo Gráfico n.º 2 observa-se que justamente nos anos de 1734-36 a curva dos quintos atingiu o ápice, quando foram carregados para os cofres da Fazenda Real, em média, quase 2t anuais de ouro.

O imposto que ora se lançava sobre praticamente toda a população das Minas — ficaram isentos apenas os funcionários da Coroa e seus serviçais, os militares e os menores de 14 anos — foi inoportuno por duas razões. Primeiro porque perdeu o seu significado de quinto, para transformar-se em verdadeiro “imposto sobre a renda” derramado por toda uma população, apenas por viver circunscrita à zona das minas. Pagavam — o artífice, o comerciante, o mascate, o vendeiro — mais um imposto que em absoluto não lhes competia, pois era exclusivo de quem extraía o ouro. Pode-se imaginar os efeitos de tal imposição, inicialmente sobre os de rendas mais restritas que, por não poderem satisfazer ao fisco, viam-se, de um momento para outro, em completa miséria, por serem seus bens confiscados.

Em segundo lugar, e agora quanto aos próprios mineiros, a capitação foi inoportuna, porque a grande fase do ouro fácil e superficial começava a declinar, e a exploração das minas exigia agora trabalhos de desmonte, escavação e desvio de águas para se poder atingir as matrizes. Muitas vezes necessitava o mineiro concentrar todo o seu rebanho de escravos em trabalhos preparatórios de extração, decorrendo-se meses sem arrecadar qualquer porção de ouro. Entretanto, chegado o momento do

(56) J. J. Teixeira Coelho. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, p. 492-93.

pagamento do tributo, tinha de estar presente ante o fisco intransigente.

Em face das representações e dos clamores dos povos das Minas, e ante sobretudo a redução paulatina do montante do tributo, resolveu a Coroa, pela Carta Régia de 3 de dezembro de 1750, abolir o sistema de capitação e censo, retornando o quinto a vinte por cento, reduzindo a oitava para 1.200 réis e reabrindo as casas de fundição.

O alívio geral produzido por essa medida metropolitana começou a cessar no final da década de 50. Tendo a Coroa conservado o teto das 100 arrobas, esta garantia passou a pesar sobre o mineiro no ano fiscal de 1757-58. Pela primeira vez, desde que fora estabelecido, não atingiu o imposto aquele limite, chegando a apenas 89 arrobas. Compensada a diferença pelo rendimento do período seguinte (117 arrobas), em 1759-60 tocava novamente no limite: 98 arrobas, sendo a diferença compensada em 1760-61, quando o quinto ascendeu a 111 arrobas. Em 1761-62, arranhasse o limite com 102 arrobas, mas no ano fiscal seguinte, 1762-63, a crise se precipitava: 83 arrobas, não compensada em 1763-64 em que o teto foi atingido com justeza: 100 arrobas. Não havendo compensação, recorreu imediatamente a Coroa ao direito da derrama, conseguindo repor 13 das 17 arrobas que faltavam para completar o nível estabelecido.

O ano fiscal de 1763-64 foi o último em que normalmente foi completada a cota. No triênio 1769-71, quando o imposto atingiu respectivamente 84, 92 e 81 arrobas, repetiu-se a utilização da derrama, porém arrecadaram-se apenas 10 arrobas. A possibilidade de se completar a cota parecia agora remota.

Neste período já assumira o governo da capitania o conde de Valadares.<sup>57</sup> Para as Minas Gerais, à crise provocada pelo declínio da produção do ouro vinha somar-se uma administração extremamente voraz e violenta. Nela iria refletir-se a ação política pombalina. Mal assumira o governo, e já o conde de Valadares decretava a derrama.

A administração deste governador pode-se acompanhar pela crônica da sua gestão escrita por Teixeira Coelho.<sup>58</sup> Um dos primeiros atos do conde foi conseguir a renovação, por mais dez anos, do subsídio voluntário, donativo criado na ocasião do terre-

(57) José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, governador da Capitania de Minas Gerais de 1768 a 1773.

(58) J. J. Teixeira Coelho. Op. cit., p. 477-84.

moto de Lisboa, cuja finalidade era contribuir para a reconstrução da Capital do império. Além de obter das Câmaras a renovação daquele imposto, o governador abriu devassas sobre as contribuições dos anos anteriores, “e conseguiu descobrir quantias avultadas que estavam retidas em mãos particulares, as quais fez cobrar e recolher ao cofre da Real Fazenda”. Muito fez para aumentar os donativos dos ofícios e o valor das arrematações dos contratos das entradas, dos dízimos e das passagens. Muito trabalhou para que o quinto chegasse à quota de cem arrobas e “fez cobrar muitas dívidas da Real Fazenda por soldados para evitar o clamor dos povos”. Termina Teixeira Coelho, dizendo que: “como este governador entrou a castigar os régulos, a evitar os furtos e as extorsões, a zelar a cobrança da Real Fazenda e a fazer que os delitos não ficassem escandalosamente impunes, é certo que havia de ficar sendo o ódio de muitos”.

Ainda que seja apologética a intenção de Teixeira Coelho, ao esboçar a gestão do conde de Valadares, deixa transparecer o drama das populações mineiras ante uma administração violenta de um lado, e a diminuição das suas rendas de outro. Não seria por calúnia que o conde de Valadares se tornou o ódio de muitos.

Apesar dos esforços do governador para deter a marcha acelerada da diminuição das rendas reais, principalmente a dos quintos, tendem estes inexoravelmente para a baixa, num declive sem intermitência, como se verifica através das médias quinquênais:

*Quintos: quinquênios e médias quinquênais*

1745-49	.....	1.889,3kg
1750-54	.....	1.708,8kg
1755-59	.....	1.560,4kg
1760-64	.....	1.440,3kg
1765-69	.....	1.297,2kg
1770-74	.....	1.203,9kg
1775-79	.....	1.076,0kg
1780-84	.....	953,3kg
1785-89	.....	685,6kg
1790-94	.....	656,4kg
1795-99	.....	623,2kg

Mais elucidativas são as taxas percentuais sobre os quintos: do quinquênio 1745-49 para 1750-54 a percentagem de baixa é



de 9,6%; deste para o seguinte, 1755-59, a porcentagem é de 8,7%, reduzindo-se no quinquênio seguinte para 7,7%. Queda mais violenta no período de 1765-69: 10,0%, passando a 7,2% em 1770-74 e nos quinquênios seguintes a queda foi progressivamente acentuada: 1775-79: 10,7%; 1780-84: 11,5%; 1785-89: 28,1%. Nos dois últimos quinquênios do século o ritmo se reduziu: 1790-94: 4,3%; 1795-99: 5,1%.

Além dos quintos sobre o ouro, as rendas da Fazenda Real nas minas constituíam-se dos direitos das passagens, dos dízimos, das entradas, dos donativos de ofícios e de outros impostos de menor monta, sendo alguns temporários como o subsídio voluntário. Interessam-nos no momento os direitos sobre as passagens e as entradas, por espelharem, em parte, o trânsito e o movimento das minas.

Para exercer sua ação fiscal, criou a Coroa nos pontos-chaves das rotas de penetração para a região mineira — os registros —, que, além da função fiscalizadora sobre a quintagem do ouro, funcionavam também como postos fiscais para a cobrança de impostos como o de passagem e o de entrada.

O imposto de passagem era uma taxa sobre indivíduos e animais em trânsito para as minas, verdadeiro pedágio fixado em \$080 por pessoa e \$160 por montaria. Criado em 1711, foi arrematado pela primeira vez em 1714, e a partir desta data o registro anual das importâncias do arremate permite reconstruir a flutuação do trânsito para as minas.

Verifica-se através do Gráfico n.º 2 o movimento ascendente que atinge o primeiro máximo em 1726, correspondendo a 6:329\$562; a partir daquela data, as cifras reduzem-se paulatinamente até 1734, para então retomar o movimento ascendente, estabilizando-se entre 1740-56, constituindo-se a cifra referente ao ano de 1748 — 11:045\$000 — o ápice da curva. A partir de 1756 o processo de redução foi rápido até 1761, e a partir desta data o imposto das passagens permaneceu até o final do século, num nível estável entre 3 a 4:000\$000.

Esta flutuação revela que em dois períodos houve grande afluxo demográfico para as minas, excetuando-se naturalmente o *rush* inicial da primeira década do século XVIII, um entre 1719-26 e o outro entre 1734-48. A partir desta última data até 1756, a redução é relativamente pequena, precipitando-se em seguida. A fase da grande polarização de aventureiros e da inva-

são das minas havia passado. O substrato demográfico das Gerais estava formado, seu crescimento dependeria, agora, mais de sua potencialidade vegetativa que de contingentes externos.

Quanto às entradas: eram taxas cobradas nos registros sobre mercadorias importadas pelas Minas Gerais. Embora a sua instituição datasse de 1710, só existem elementos a partir de 1718, quando, pela alteração na cobrança dos quintos, para compensar a redução da quota de 30 para 25 arrobas, concordou a Junta que a renda produzida pelas entradas, pertencente até então às Câmaras, passasse para a Fazenda Real. Conforme o Termo da Junta realizada, em Vila Rica, em 23 de julho de 1716, ficou a taxaçoão assim estabelecida: “os escravos, duas oitavas; os cavalos e mulas sem sela, duas oitavas; o gado vacum, uma oitava; as cargas de fazenda seca, cada duas arrobas, uma oitava e meia; e de molhado cada carga meia oitava”.<sup>59</sup>

Acompanhando-se as flutuações anuais do rendimento das entradas, através do Gráfico n.º 2, verifica-se uma ascensão rápida a partir de 1718, atingindo um primeiro máximo em 1725-26 correspondente à cifra de 97:338\$480, notando-se em seguida uma redução das entradas até 1729. Nesta data, a tendência de crescimento das rendas é retomada, firme e contínua até o ápice da curva em 1755-56 quando alcançou a soma de 203:967\$333. Queda brusca em 1757 e violenta no ano seguinte, efeito da crise provocada pelo terremoto de Lisboa, as entradas normalizam-se em 1759. A partir de 1765, data em que o rendimento do imposto se aproxima em valor do ápice da curva — 201:416\$871 — a tendência é uma baixa acelerada até 1769. Nova alta entre 1771-76, para finalmente estabilizar-se até o final do século.

Dessas flutuações, podemos inferir que de 1718-26 houve um movimento crescente de entrada de produtos comerciáveis, que, após a retração de 1726-29, foi retomado em ritmo acelerado até praticamente 1765. A partir de então, o comércio declinou. A potencialidade econômica de absorção dos produtos importados perde o seu vigor, e o nível de vida do mineiro tende para o estágio de sobrevivência apenas.

Dos descobrimentos nas Gerais, difícil é estabelecer-se qualquer indício da produção inicial do ouro, pois as crises de fome

(59) Códice Costa Matoso. “Contratos e direitos em Minas Gerais, 1710-1750.” B. M. (São Paulo), p. 325-26.

e os atropelos deveriam ter provocado uma extração totalmente descompassada. Antonil oferece-nos a primeira avaliação. Inicialmente fala em 100 arrobas anuais, acrescentando em seguida: “mas é certo que cada ano retiram mais de trezentas arrobas”.<sup>60</sup>

Como a maior parte das informações do Autor sobre as minas refere-se ao ano de 1703, parece-nos que a primeira avaliação reporta-se à produção daquele período. O cálculo seguinte, que surge como uma espécie de apêndice ao parágrafo, sugere-nos seja posterior, talvez acrescentado às vésperas da publicação da obra. Colocamos assim, a primeira avaliação de 1.470kg para os anos de 1700-05, e a segunda de 4.410kg para 1706-10.

Em 1715 o abade Mornay, escrevendo sobre as minas de ouro do Brasil, noticia a Versalhes que “não se extraem das minas mais de 18 a 20 milhões (de libras)”. Baseando-nos em 18.000.000, seu equivalente seria de 6.480kg.<sup>61</sup>

A partir de 1720, podemos acompanhar o crescimento das minas espelhado nos rendimentos da Coroa (Gráfico n.º 2). Tendo desde 1722 sido feita a cobrança dos quintos, à proporção de 20%, verificamos que nos anos de 1726-27 eles atingem quase 2.000kg, correspondendo, portanto, a uma produção mínima de 10.000kg anuais. Porém, se aqueles dois anos marcam o ponto culminante da década de 20, os anos posteriores são caracterizados por uma baixa acentuada. Crise que se reflete imediatamente nas outras rendas da Coroa, como as passagens, os dízimos e as entradas, atingindo em 1729 o seu ponto mais crítico. Se os quintos em 1726-27 se aproximam de duas toneladas, em 1729 chegam apenas a 851kg, equivalendo, portanto, a uma produção de 4.255kg. Considerando as oscilações deste período em que os máximos da curva dos quintos (1726-27 e 1735-36) balizam a crise que atinge seu ponto culminante em 1729, podemos calcular a média de produção em 7.500kg.

Com a aplicação do sistema de capitação e censo, perdemos a perspectiva da relação entre o quinto e a produção, mas o movimento das outras rendas e o número de escravos empregados nas minas fornecem-nos elementos para esboçar o volume do ouro extraído.

(60) Antonil. Op. cit., p. 75.

(61) Q. D'O. *Portugal*, t. 49, Carta de 26 de novembro de 1715. Para a conversão da libra francesa em réis: 1 libra = \$160; 1 oitava = 1\$600 (valor em Portugal).

Através do registro das matrículas para a capitação de escravos, os anos de 1737-39 destacam-se pelo número avultado de negros inscritos. Naqueles anos, a média foi de 98.500 escravos, tecto que dificilmente poderia ter sido ultrapassado, quer anteriormente, quer posteriormente.<sup>62</sup> Como o volume de ouro extraído esteve no Brasil dependente do número de braços que o extraía, não temos dúvida em colocar o ápice da produção aurífera das Gerais entre aqueles últimos anos da década de 30 e primeiros da década seguinte.

O problema que se nos coloca para um cálculo da produção deste período é encontrar a média da extração anual por escravo. Indispensável se faz considerar que esta renda era proporcional à fecundidade das jazidas e também às facilidades ou dificuldades na exploração do ouro. Simonsen calcula em 200g anuais a produção individual de ouro para o século XVIII.<sup>63</sup> Esta estimativa talvez seja válida para os primeiros tempos da mineração quando, com facilidade, se extraía o ouro aluvional. Porém, ao se iniciarem os trabalhos de escavação e desmonte para atingir os veios do metal precioso, aquela média nos parece por demais alta. No período que ora analisamos, o número elevado de escravos importados já está intimamente ligado às primeiras dificuldades na exploração, tendo certamente baixado a produção anual *per capita*.

Reportando-nos à referência de Teixeira Coelho sobre a produção anual de 20 oitavas (0,072g) por escravo, nas proximidades de 1780,<sup>64</sup> época em que as dificuldades eram maiores ainda para a obtenção do ouro, podemos considerar para o meado do século uma produção anual média de 30 oitavas ou 108g por indivíduo. Com a média de 98.493 escravos entre 1736-39, a produção de ouro orçaria em 10.637kg. Nos dois quinquênios seguintes, 1740-44 e 1745-49, com respectivamente 93.032 e 89.931 escravos matriculados, a produção do primeiro período seria de 10.047kg e o segundo 9.712kg.

Com o retorno em 1751 ao quinto de 20% sobre o total extraído, volta aquela renda a ser importante para o nosso cál-

(62) Códice Costa Matoso. B. M. (São Paulo), fls. 181-87.

(63) Roberto C. Simonsen. *História econômica do Brasil (1500-1820)*, p. 296.

(64) J. J. Teixeira Coelho. Op. cit., p. 500.

culo. Como o contorno da produção, na segunda metade do século XVIII, tende a acompanhar a curva dos quintos, podemos aplicar as taxas percentuais verificadas na baixa dos quintos para determinarmos, num cálculo probabilístico, o volume do ouro produzido na fase de decadência. Assim, partindo da produção média anual de 9.712kg para o período de 1745-49 e aplicando a taxa de redução de 9,6%, encontramos uma produção de 8.780kg para o período de 1750-54.<sup>65</sup> Empregando o mesmo processo para os quinquênios seguintes chegamos ao seguinte resultado:

<i>Período</i>	<i>Taxa de redução</i>	<i>Produção</i>
1750-54	9,6	8.780kg
1755-59	8,7	8.016kg
1760-64	7,7	7.399kg
1765-69	10,0	6.659kg
1770-74	7,2	6.179kg
1775-79	10,7	5.518kg
1780-84	11,5	4.884kg
1785-89	28,1	3.511kg
1790-94	4,3	3.360kg
1795-99	5,1	3.249kg

Confrontando o nosso cálculo da produção das Gerais com as rendas da Coroa, podemos verificar a semelhança das flutuações, salvo no caso das entradas. Compreensível é esta divergência, pois as entradas, refletindo as importações da capitania, apresentam uma defasagem com relação às demais rendas, uma vez que a alimentação e o vestuário continuaram a ser requisitados pelos mineiros e comerciantes das minas, em troca de uma riqueza estocada, mas que, por já não ser substituída, vai sendo drenada até provocar uma crise violenta a partir de 1766. Mesmo assim, podemos verificar que a renda das entradas já tendem para um estacionamento desde 1746. (Vide Gráfico n.º 2.)

(65) Vide cálculo realizado nas p. 69-70.

TABELA 3

Rendimentos extraídos das Minas Gerais pela Coroa. O Quinto.<sup>66</sup>

Ano	Período fiscal	Valores arrecadados (originais)	Em kg	Sistema de cobrança
1700	janeiro — dezembro	940 oitavas	3,4	20% do ouro extraído
1701	"	6.064 "	21,8	"
1702	"	28 "	0,1	"
1703	"	1.648 "	5,9	"
1704	"	2.926 "	10,5	"
1705	"	1.637 "	5,9	"
1706	"	4.890 "	17,6	"
1707	"	2.151 "	7,7	"
1708	"	1.163 "	4,2	"
1709	"	4.546 "	16,4	"
1710	"	5.682 "	20,4	"
1711	"	13.579 "	48,9	"
1712	"	8.618 "	31,0	"
1713	"	2.781 "	10,0	"
1714	20.3.1714/19.3.1715	30 arrobas	441,0	Cota de 30 arrobas

(66) Tabela formada com dados comparados e criticados, extraídos dos seguintes autores e documentos: W. L. Von Eschwege. *Pluto brasiliensis*; J. J. Teixeira Coelho. "Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais." In *R. A. P. M.*, ano VIII, fasc. I e II, jan.-jun. 1903; Charles R. Roxer. *A Idade de ouro do Brasil*; A. Soetbeer. *Edelmetall — Produktion und Werthhältniss zwischen Gold und Silber seit der entdeckung Amerikas bis zur Gegenwart*; "Rendimento que produziu o quinto do ouro na Capitania de Minas Gerais." B. N. (Lisboa), Coleção Pombalina, vol. 643, docs. ns. 136, 146 e 147.

(Continua)

Tabela 3 (continuação)

Ano	Período fiscal	Valores arrecadados (originais)	Em kg	Sistema de cobrança
1715	20.3.1715/19.3.1716	30 arrobas	441,0	Cota de 30 arrobas
1716	22.7.1716/21.7.1717	30 "	441,0	"
1717	22.7.1717/21.7.1718	30 "	441,0	"
1718	22.7.1718/21.7.1719	25 "	367,5	Cota de 25 arrobas +
1719	22.7.1719/21.7.1720	25 "	367,5	direito das passagens
1720	22.7.1720/21.7.1721	25 "	367,5	"
1721	22.7.1721/21.7.1722	25 "	367,5	"
1722	22.7.1722/31.7.1723	52 "	764,4	Cota de 52 arrobas
1723	1.º.8.1723/31.7.1724	52 "	764,4	"
1724	1.º.8.1724/31.1.1725	26 "	382,2	"
1725	1.º.2.1725/31.12.1725	337:812\$021 + 1.802 marcos	1.428,6	Casa de Fundação: 20%
1726	janeiro — dezembro	511:284\$202 + 1.752 "	1.937,5	do ouro apresentado
1727	"	481:855\$653 + 2.213 "	1.955,4	"
1728	"	33:978\$273 + 6.344 "	1.563,5	"
1729	"	..... 3.697 "	851,7	"
1730	janeiro — dezembro	230:400\$904 + 1.176 marcos	962,1	maio 1730/set. 1732: 12%
1731	"	473:361\$535 + 674 "	1.446,2	do ouro apresentado.
1732	"	448:827\$940 + 649 "	1.373,5	20% do ouro apresentado
1733	"	568:980\$921 + 257 "	1.766,1	
1734	"	132:005\$512 + 6.628 "	1.923,1	
1735	1.º.1.1735/30.6.1735	..... 5.285 "	1.217,6	
	1.º.7.1735/30.6.1736	517.723 oitavas	1.863,8	capitação e censo
1736	1.º.7.1736/31.12.1736	279.796 "	1.007,2	
1737	janeiro — dezembro	549.312 "	1.977,5	

(Continua)

Tabela 3 (continuação)

Ano	Período fiscal	Valores arrecadados (originais)	Em kg	Sistema de cobrança
1738	janeiro — dezembro	550.464 oitavas	1.981,6	
1739	"	541.600 "	1.949,7	
1740	"	538.143 "	1.937,3	
1741	"	539.396 "	1.941,8	
1742	"	536.302 "	1.930,6	
1743	"	531.012 "	1.911,6	
1744	"	527.028 "	1.897,3	
1745	"	541.901 "	1.950,8	
1746	"	535.666 "	1.928,3	
1747	"	525.418 "	1.891,5	
1748	"	511.528 "	1.841,5	
1749	"	509.692 "	1.834,8	
1750	"	7.997 marcos	1.839,3	
1751	1.º. 1. 1751/31. 7. 1751	7.967 "	1.832,4	
1751-52	1.º. 8. 1751/31. 7. 1752	55 arrobas e 34 marcos	816,3	Casa de Fundição: 20% do ouro extraído; teto mínimo de 100 arrobas
1752-53	1.º. 8. 1752/31. 7. 1753	107 " e 50 "	1.584,6	
1753-54	1.º. 8. 1753/31. 7. 1754	118 " e 29 "	1.738,3	
1754-55	1.º. 8. 1754/31. 7. 1755	117 " e 57 "	1.733,0	
1755-56	1.º. 8. 1755/31. 7. 1756	114 " e 57 "	1.688,9	
1756-57	1.º. 8. 1756/31. 7. 1757	110 " e 53 "	1.629,0	
1757-58	1.º. 8. 1757/31. 7. 1758	89 " e 41 "	1.317,7	
1758-59	1.º. 8. 1758/31. 7. 1759	117 " e 15 "	1.723,3	
1759-60	1.º. 8. 1759/31. 7. 1760	98 " e 12 "	1.443,3	
1760-61	1.º. 8. 1760/31. 7. 1761	111 " e 59 "	1.645,2	

(Continua)



Tabela 3 (continuação)

Ano	Período fiscal	Valores arrecadados (originais)	Em kg	Sistema de cobrança
1761-62	1.º.8.1761/31.7.1762	102 arrobas e 56 marcos	1.512,2	
1762-63	1.º.8.1762/31.7.1763	83 " e 18 "	1.224,2	
1763-64	1.º.8.1763/31.7.1764	100 " e 9 "	1.472,0	
1764-65	1.º.8.1764/31.7.1765	94 arrobas e 12 marcos	1.348,2	
1765-66	1.º.8.1765/31.7.1766	86 " e 7 "	1.265,8	
1766	1.º.8.1766/31.12.1766	46 " e 52 "	688,1	
1767	janeiro — dezembro	87 " e 33 "	1.286,4	
1768	"	84 " e 63 "	1.249,2	
1769	"	84 " e 33 "	1.242,3	
1770	"	92 " e 19 "	1.356,7	
1771	"	81 " e 2 "	1.191,1	
1772	"	82 " e 17 "	1.209,3	
1773	"	78 " e 23 "	1.151,8	
1774	"	75 " e 37 "	1.111,0	
1775	"	75 " e 1 marco	1.102,7	
1776	"	76 " e 23 marcos	1.122,4	
1777	"	70 " e 7 "	1.030,6	
1778	"	72 " e 51 "	1.070,1	
1779	"	71 " e 46 "	1.054,2	
1780	"	65 " e 49 "	966,7	
1781	"	72 " e 12 "	1.061,1	
1782	"	65 " e 36 "	963,7	
1783	"	62 " e 44 "	921,5	
1784	"	58 " e 6 "	853,9	

Tabela 3 (conclusão)

<i>Ano</i>	<i>Período fiscal</i>	<i>Valores arrecadados (originais)</i>	<i>Em kg</i>	<i>Sistema de cobrança</i>
1785	janeiro — dezembro	54 arrobas e 51 marcos	805,5	
1786	"	49 " e 30 "	727,2	
1787	"	43 " e 12 "	634,8	
1788	"	41 " e 28 "	609,1	
1789	"	44 " e 20 "	651,4	
1790	"	41 " e 39 "	611,1	
1791	"	41 " e 23 "	607,9	
1792	"	45 " e 35 "	669,5	
1793	"	48 " e 7 "	707,2	
1794	"	46 " e 44 "	686,3	
1795	"	45 " — —	661,5	
1796	"	44 " — —	646,8	
1797	"	42 " — —	616,4	
1798	"	41 " — —	602,7	
1799	"	40 " — —	588,0	

TABELA 4

Rendimentos extraídos das Minas Gerais pela Coroa: as passagens, os dízimos e as entradas (em réis) 67

1750 = índice 100		Índices	Dízimos	Índices	Entradas	Índices
Ano	Passagens					
1713	5:829\$000	59				
1714	2:880\$898	29				
1715	3:141\$568	32				
1716	3:283\$500	33	19:281\$830	20		
1717	3:036\$913	31	46:276\$395	50		
1718	2:603\$676	26	46:276\$395	50	13:537\$678	7
1719	2:589\$167	26	46:613\$498	50	55:134\$720	28
1720	3:101\$813	31	47:085\$440	51	55:134\$720	28
1721	3:559\$893	36	40:082\$117	43	65:071\$102	34
1722	3:443\$500	35	49:111\$646	53	93:880\$240	49
1723	5:088\$637	52	49:111\$646	53	93:880\$240	49
1724	5:437\$000	55	61:423\$980	66	94:744\$801	49
1725	5:757\$000	59	78:661\$245	85	97:338\$480	50
1726	6:329\$562	65	78:661\$245	85	97:338\$480	50
1727	5:951\$860	61	68:018\$625	73	94:751\$369	49
1728	5:814\$466	59	53:118\$957	57	86:990\$038	45
1729	5:113\$860	52	47:085\$440	51	86:990\$038	45
1730	4:948\$983	50	53:118\$957	57	89:259\$991	46

(67) "Relação dos Rendimentos Gerais desta Capitania de Minas Gerais desde os seus descobrimentos conforme a melhor notícia que se tem alcançado e se pôde averiguar nos mesmos rendimentos." B. N. (Lisboa), Coleção Pombalina, vol. 643, doc. n.º 204.

(Continua)

Tabela 4 (continuação)

1750 = índice 100		Índices	Dízimos	Índices	Entradas	Índices
Ano	Passagens					
1731	5:011\$781	51	58:607\$124	63	96:069\$851	50
1732	4:668\$389	48	66:290\$555	72	96:069\$851	50
1733	4:562\$549	40	66:290\$555	72	104:944\$060	54
1734	4:316\$743	44	82:357\$947	89	131:566\$612	68
1735	4:606\$847	47	104:852\$298	113	131:566\$612	68
1736	4:648\$702	47	104:852\$298	113	138:274\$580	72
1737	4:501\$239	46	97:708\$529	106	158:398\$546	82
1738	6:135\$639	63	94:736\$730	102	158:398\$546	82
1739	7:855\$027	80	104:642\$798	113	162:420\$458	85
1740	8:369\$397	86	104:642\$798	113	174:486\$319	91
1741	8:369\$397	86	104:427\$332	113	174:486\$319	91
1742	9:003\$891	92	104:125\$680	113	174:502\$478	91
1743	9:005\$005	92	104:125\$680	113	174:550\$958	91
1744	9:005\$005	92	99:089\$147	107	174:550\$958	91
1745	10:718\$261	110	92:038\$000	99	178:679\$838	93
1746	10:718\$261	110	92:038\$000	99	191:066\$479	100
1747	10:597\$061	109	92:038\$000	99	191:066\$479	100
1748	11:045\$000	113	92:038\$000	99	191:058\$391	100
1749	10:519\$000	108	92:038\$000	99	191:034\$128	100
1750	9:721\$987	100	92:068\$700	100	191:034\$128	100
1751	8:596\$864	88	92:111\$680	100	192:585\$586	100
1752	8:642\$060	88	92:111\$680	100	197:239\$600	103
1753	8:619\$324	88	80:558\$902	87	197:239\$600	103
1754	8:285\$531	85	64:385\$013	69	198:921\$544	104

(Continua)

Tabela 4 (continuação)

1750 = índice 100		Índices	Dízimos	Índices	Entradas	Índices
Ano	Passagens					
1755	8:278\$669	85	64:385\$013	69	203:967\$333	106
1756	8:285\$095	85	67:281\$541	73	203:967\$333	106
1757	4:748\$947	48	71:336\$680	77	181:535\$379	95
1758	5:108\$664	52	71:336\$680	77	114:239\$519	59
1759	5:174\$491	53	73:405\$439	79	195:739\$000	102
1760	4:300\$450	44	76:301\$680	82	195:739\$000	102
1761	3:291\$118	33	76:301\$680	82	195:739\$000	102
1762	3:225\$564	33	76:680\$847	83	196:414\$000	102
1763	3:143\$398	32	77:211\$680	83	196:414\$000	102
1764	3:154\$958	32	77:211\$680	83	196:414\$000	102
1765	3:382\$782	34	79:596\$280	86	201:416\$871	105
1766	3:421\$401	35	82:934\$756	90	172:677\$304	90
1767	3:429\$940	35	72:335\$635	78	188:261\$672	98
1768	4:461\$800	45	98:399\$179	106	164:964\$545	86
1769	4:376\$668	45	62:960\$880	68	126:372\$908	66
1770	4:376\$668	44	62:960\$880	68	126:372\$908	66
1771	3:265\$746	33	62:962\$547	68	126:372\$908	66
1772	3:277\$292	33	62:964\$880	68	164:993\$572	86
1773	3:277\$294	33	62:964\$880	68	166:418\$020	87
1774	4:383\$874	45	62:964\$880	68	166:946\$852	87
1775	4:382\$166	45	62:964\$880	68	155:220\$251	81
1776	4:382\$166	45	62:964\$880	68	126:529\$513	66
1777	4:382\$167	45	39:471\$880	42	126:529\$513	66

Tabela 4 (conclusão)

1750 = índice 100		Índices	Dígitos	Índices	Entradas	Índices
Ano	Passagens					
1778	4:405\$999	45	64:968\$346	70	126:529\$513	66
1779	4:506\$000	46	64:968\$346	70	126:529\$514	66
1780	4:506\$000	46	64:968\$347	70	126:529\$514	66
1781	4:506\$333	46	64:968\$347	70	126:529\$514	66
1782	4:506\$334	46	64:968\$347	70	117:370\$667	61
1783	4:373\$001	44	64:968\$347	70	117:370\$666	61
1784	4:433\$833	44	65:368\$346	70	117:370\$666	61
1785	4:433\$834	44	65:368\$347	70	124:037\$333	64
1786	4:447\$166	45	65:368\$347	70	124:037\$333	64
1787	4:350\$499	44	65:368\$346	70	124:037\$334	64
1788	4:350\$501	44	65:368\$347	70	141:215\$642	73
1789	4:380\$501	45	82:311\$115	89	129:728\$757	67
1790	4:453\$946	45	75:947\$842	82	122:593\$601	64
1791	4:451\$868	45	76:269\$003	82	134:547\$923	70
1792	4:766\$972	49	77:067\$299	63	129:256\$860	67
1793	4:537\$219	46	72:816\$965	79	139:879\$746	73
1794	4:363\$144	44	72:811\$590	79	124:401\$222	65
1795	4:378\$466	45	72:831\$305	79	118:676\$665	62
1796	4:309\$128	44	73:104\$303	79	98:971\$111	51
1797	4:306\$689	44	73:118\$317	79	117:008\$549	61
1798	3:867\$165	39	72:971\$343	79	101:600\$058	53
1799	4:393\$100	45	73:525\$164	79	121:298\$450	63

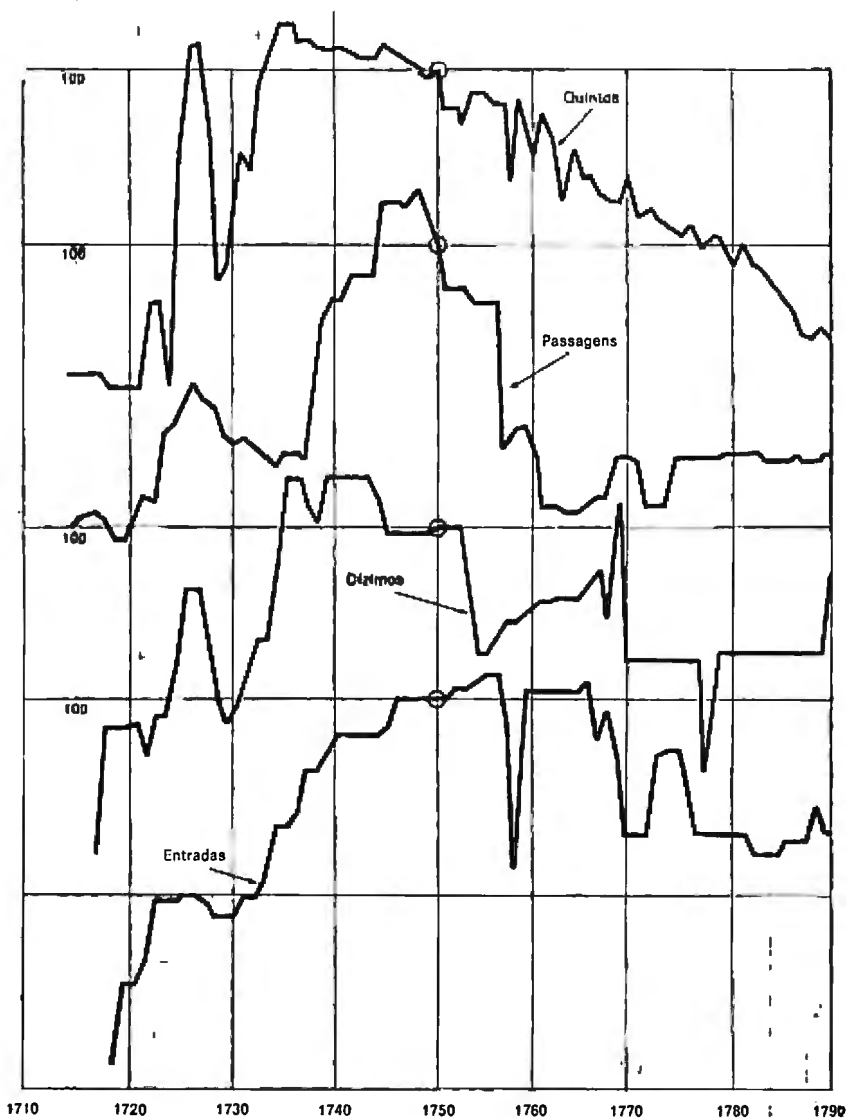


Gráfico 2.— Índices sobre as rendas da coroa nas Minas Gerais: os quintos, as passagens, os dízimos e as entradas (1710-1790). 1750 = 100.

### 2.3 — O OURO NA BAHIA

A descoberta e a produção do ouro na Bahia permanecem ainda um capítulo nebuloso na história da mineração brasileira. Em resposta a um comunicado do governador da Bahia, é de 1703 uma carta do rei, dizendo julgar inoportuna a exploração das minas de ouro baianas, não só pela proximidade da costa, o que era um risco em face da ambição das outras potências, como também pelas conseqüências que poderiam advir para as lavou-  
ras do açúcar e do tabaco.<sup>68</sup> Esta carta demonstra que datam de 1702 ou 1703 os primeiros achamentos de ouro na região baiana.

Apesar da negativa real, os governadores continuaram a solicitar da Metrópole a autorização para explorar aquelas minas, porém, pelas Cartas Régias de 9 de julho de 1713 e 19 de dezembro de 1714, a Coroa permaneceu inabalável, justificando as suas negativas pelo perigo a que ficaria exposta a Bahia.<sup>69</sup> É necessário lembrar que o descobrimento das minas baianas coincide com a Guerra de Sucessão da Espanha.

Entretanto, as riquezas das minas de Jacobina e Rio das Contas continuaram a estimular a cobiça geral, e a notícia do sucesso da bandeira de Sebastião Pinheiro Raposo que, em 1718, num só dia, extraíra no Rio das Contas nove arrobas de ouro, terminou por quebrar a resistência da Coroa. Em 5 de agosto de 1720 a Metrópole suspendeu a proibição de exploração das minas de Jacobina,<sup>70</sup> e no ano seguinte, pela Carta Régia de 31 de outubro foram abertas oficialmente as minas do Rio das Contas.<sup>71</sup> Na realidade, as razões que prevaleceram nos anos de 1703-14 não mais tinham pertinência, uma vez que a Europa já se encontrava em paz.

A correspondência do consulado francês em Lisboa transmite, em 1724, as novas recém-chegadas do Brasil sobre as minas da Bahia: "Notifica-se por este mesmo navio que a mina de

(68) Inácio Acioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas* (Anotadas por Brás do Amaral), vol. 6, p. 18.

(69) Idem, *ibidem*.

(70) Idem, p. 19.

(71) Idem, p. 36.



ouro dos jacobistas (*sic*), próxima da Bahia de Todos os Santos, conhecida há muito tempo (que se havia negligenciado pelo pouco proveito que dava) rende hoje um marco por libra.”<sup>72</sup>

Em 13 de maio de 1726 foram criadas as Casas de Fundição de Jacobina e do Rio das Contas e, quando em 1734 foi introduzido o regime das capitações, informa Acioli que nos primeiros quatro meses, livre de toda despesa, Jacobina rendeu 1.964 oitavas e meia (7,0kg) e Rio das Contas 3.691 oitavas (13,2kg).<sup>73</sup> De outubro de 1743 a maio de 1745, as capitações renderam 11:707\$606 (35,1kg) nas minas de Jacobina, enquanto a renda do Rio das Contas foi de 24:729\$397 (74,1kg).<sup>74</sup> Em 1748, segundo Calógeras, rendeu a primeira 3.831,5 oitavas (13,8kg) e a segunda 24.793,5 oitavas (89,2kg).<sup>75</sup>

Extinto o regime de capitação, em 27 de junho de 1751 reabriu-se a Casa de Fundição de Jacobina, porém, pela provisão de 15 de fevereiro de 1755 foi ordenado que todo o ouro extraído das duas minas fosse enviado para a Casa da Moeda de Salvador e, no ano seguinte, 1756, a renda daquelas minas foi de apenas 12.427 oitavas (44,7kg).<sup>76</sup>

Além das regiões auríferas de Jacobina e Rio das Contas, pertenceram à Bahia, até 1757, as minas de Araçuaí e as do Farnado, descobertas em 1727. Tudo indica que foram estas minas as mais ricas do complexo mineiro baiano. Da Casa de Fundição de Araçuaí, que funcionou de 1728-36, temos os seguintes dados: de 3 de agosto de 1728 a 29 de julho de 1729, foram fundidas 220 arrobas, 19 libras, 90 oitavas, e 20 grãos de ouro (3.243kg).<sup>77</sup> Entre 1730-35 entraram para a mesma casa de fundição 215 arrobas (3.160,5kg), o que permite avaliar uma média anual de 43 arrobas (632,1kg).<sup>78</sup>

(72) A. N. (Paris), AE.BI 662, Carta de 11 de julho de 1724.

(73) Inácio Acioli de Cerqueira e Silva. Op. cit., vol. 6, p. 99.

(74) Idem, vol. 2, p. 398n.

(75) P. Calógeras. *As minas do Brasil e sua legislação*, vol. 1, p. 79.

(76) Idem, vol. 6, p. 101.

(77) Idem, vol. 6, p. 76.

(78) F. A. Varnhagen. Op. cit., t. IV, p. 114.

Destas minas, os únicos rendimentos da Coroa obtidos foram fornecidos por Acioli, quando era vigente o sistema da capitação.<sup>79</sup>

<i>Ano</i>	<i>Valor em réis</i>	<i>Em kg</i>
1739	58:680\$000	176,0
1740	42:500\$000	101,9
1741	41:200\$000	98,8
1742	36:955\$000	88,6
1743	35:400\$000	84,9
1744	29:980\$000	71,9
1745	38:050\$000	91,3
1746	37:540\$000	90,9
1747	44:736\$018	107,3
1748	40:989\$600	98,3
1749	38:925\$430	93,4
1750	40:652\$800	97,5

Em 10 de maio de 1757 o território das minas de Araçuaí e do Fanado, denominado Minas Novas, foi seccionado da Bahia e incorporado ao das Minas Gerais. Esta separação geo-administrativa justifica-se pela maior proximidade da região com o centro mineiro das Gerais. A divisão não foi aceita de imediato e só após a enérgica Carta Régia de 20 de agosto de 1760 consumou-se definitivamente a separação.

Acreditamos que esta disposição da Coroa não obedeceu apenas ao desejo de colocar aquela região sob o controle mais próximo das Gerais, mas também, quis ela reforçar, com esta incorporação, os seus rendimentos nas Gerais, exatamente no momento em que ali os seus quintos começavam a oscilar em torno da cota das cem arrobas.

Apesar das nossas pesquisas, os elementos coletados não permitem o mais tímido esboço da flutuação das minas baianas. Dos dados referentes à Jacobina e ao Rio das Contas, só pode-

(79) Inácio Acioli de Cerqueira e Silva. Op. cit., vol. 6, p. 100. Infelizmente não pudemos utilizar todos os dados, pois as indicações para 1736-38 estão confusas e prejudicadas pela péssima edição.

mos inferir que, embora a fama da primeira, os rendimentos maiores sempre foram os das minas do Rio das Contas. Parece-nos que a fase áurea daquelas regiões se situa entre 1718-30, entrando em seguida num período de rápida decadência.

Araçuaí e Fanado renderam centenas de arrobas desde o seu descobrimento em 1727-40, entretanto, os rendimentos por capitação, de 1741-50, espelham uma produção já reduzida porém estável. Após o seccionamento destas minas incorporadas em 1757 ao território das Gerais, a Bahia perde interesse como região aurífera.

O que a localização das minas baianas nos sugere é uma caudalosa corrente de contrabando, seguindo a direção dos rios em que elas se encontravam. Os rios Itapicuru (Jacobina), das Contas (Rio das Contas) e Jequitinhonha (Araçuaí e Fanado), ligando as regiões auríferas baianas diretamente com o Atlântico, são vias fáceis para o comércio ilícito, realizado não só com os navios estrangeiros que freqüentemente ancoravam no litoral brasileiro, como também através dos navios negreiros que partiam para a África. Pierre Verger, em seu estudo sobre o tráfico de negros entre o Golfo de Benin e a Bahia, documenta a presença do ouro brasileiro no comércio com a África, sobretudo na aquisição de escravos de companhias européias, principalmente inglesas.<sup>80</sup> Aquele Autor transcreve ainda as recomendações do conselho diretor, em Londres, da Royal African Company a seus representantes na África, para tratar com civilidade os navios portugueses oriundos do Brasil, e envidar todos os esforços para encorajar o comércio do ouro com eles por conta da companhia.<sup>81</sup> Estas recomendações são freqüentes entre 1721-24, no exato momento em que as minas de Jacobinas e do Rio das Contas atingem o ápice da sua produção.

Como o comércio com a África estava nas mãos de mercadores da Bahia, pode-se inferir a vultosa corrente de ouro contra-

(80) Em nota de n.º 82 (p. 59-60), Pierre Verger transcreve, como exemplo, um contrato entre a Royal African Company of England e o mercador Bento de Arouso e Sousa, datado de 30 de julho de 1724, referente à compra de 65 escravos adultos e um jovem por 239 onças de ouro e 150 *moydores*.

(81) *Flux et reflux de la traité des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos*, p. 52.

bandeado para aquele continente e que em seguida tomava o rumo da Europa.

## 2.4 — O OURO EM MATO GROSSO

Após o povoamento da região das Gerais, e em consequência do conflito entre paulistas e os outros elementos atraídos pelo ouro (Guerra dos Emboabas), as bandeiras paulistas deslocaram-se para o oeste, e em 1718 desvendaram a região mineira matogrossense com a descoberta do ouro de Coxipó Mirim.

Pelo termo inicial de 1719 foram assegurados os direitos de descobridor a Pascoal Moreira Cabral. Como nas Gerais, a área do ouro matogrossense alargou-se rapidamente: em 1720 abriram-se as minas de Forquilha, em 1722 as do Sutil, onde se ergueu o arraial que em 1.º de janeiro de 1727 foi erigido em primeira vila da região, Senhor Bom Jesus do Cuiabá; em 1734 desvendaram-se as minas dos ribeirões de Santana e do Brumado, onde mais tarde se ergueu a Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso; em 1739, as minas do rio Arinos e em 1745, as de Corumbiara.

Repetiu-se o quadro da avalanche humana para as novas regiões auríferas, porém aqui com muito mais dramaticidade. A notícia das descobertas deslocou levas de indivíduos das Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, “deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes sertões como se fora a terra de promessa ou o Paraíso encoberto”.<sup>82</sup> Metendo-se em canoas, esta gente se dirigia para as novas minas sem conhecer os caminhos, sem defesa contra a fome e as moléstias, sobretudo a malária. “Houve comboio em que morreram todos, sem ficar um vivo, achando os que vinham atrás, as canoas com as fazendas podres e os corpos mortos pelos barracos dos rios e redutos; e redes armadas com os donos dentro, mortos.”<sup>83</sup>

Além das dificuldades nos caminhos de navegação, entre São Paulo e as minas do Mato Grosso, como as cachoeiras, as corre-

(82) José Barbosa de Sá “Relação das povoações do Cuyabá e do Mato Grosso de seus principios the os presentes tempos.” In *A.B.N.*, vol. XXIII, p. 9.

(83) José Barbosa de Sá. *Op. cit.*, p. 9.

deiras etc., já descritas por Sérgio Buarque de Holanda,<sup>84</sup> dois outros fatores dificultaram a ocupação da nova área mineradora: a insalubridade da região e a ação de tribos bravias.

Quanto à insalubridade, o engenheiro Luís D'Alincourt dedica um artigo sobre suas pesquisas realizadas em 1828,<sup>85</sup> em que ressalta a grande umidade da região provocada pelas chuvas e pelas enchentes dos rios. Distinguindo apenas duas estações, a chuvosa e a seca na região mato-grossense, D'Alincourt coloca a primeira entre outubro até março ou abril, quando "as torrentes arrastam grandes imundícies e podridões das espessas matarias, juntando-se-lhes as dos animais de muitas espécies; e estes males assim preparados fazem que as evaporações contínuas alterem o equilíbrio que deve existir necessariamente entre os gases de que se compõe o ar vital".<sup>86</sup> Para ajudar a ação das águas paradas, revela ainda o mesmo Autor que, nas regiões auríferas, os terrenos têm sido em muitas partes revolvidos pelos mineiros, o que há produzido largas e fundas escavações, sem que tenham o cuidado de lhes preparar escoantes, acontece que enchendo-se de água, no tempo das chuvas, e ficando esta represada, vem a corromper-se e por sua evaporação a causar grandes males".<sup>87</sup>

Na realidade, "a verdadeira causa de tantas sezões e febres malignas que por ali consomem a humana criatura" não era a corrupção dos ares como acreditava D'Alincourt, mas sim a poluição das águas paradas e a proliferação de mosquitos portadores da malária: "Os mosquitos inquietavam nesta vila a gente de noite e de dia, dentro das casas, se não dormia sem mosquito e de dia não se estava sem abanos nas mãos".<sup>88</sup> Nas crônicas do Mato Grosso, freqüentes são as referências às devastações feitas pela malária. Em 1737, por exemplo, partiram de Cuiabá para Mato Grosso mais de setenta canoas para "ajudar os que lá estavam a curtir maleitas malignas e sezões que todos os dias iam a enterrar dez, doze e às vezes mais".<sup>89</sup>

No período da expansão das minas de Mato Grosso, duas tribos se destacam pela resistência à penetração dos brancos: os

(84) Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*.

(85) Luís Alincourt. "Resultados dos trabalhos e indagações estatísticas da Província do Mato Grosso." *A.B.N.*, vol. VIII, 1877-1878.

(86) Idem, p. 86.

(87) Idem, p. 87.

(88) José Barbosa de Sá. *Op. cit.*, p. 15.

(89) Idem, p. 37.

guaicurus e os paiaguás. Em todas as descrições dos primórdios daquelas minas, a constante é a narração de ataques dos índios cavaleiros, os guaicurus, e dos índios canoieiros, os paiaguás. Duas chacinhas ficaram famosas nos anais das minas de Mato Grosso, a de 1725, quando um comboio que se dirigia para a região, foi atacado, e seiscentas pessoas perderam a vida no combate; e a de 1730, em que uma frota de canoas, dirigindo-se para São Paulo, carregada com 60 arrobas de ouro, foi completamente destroçada e mortos quatrocentos cristãos entre brancos, pretos e índios.<sup>90</sup>

A todos estes obstáculos somava-se a constante escassez de víveres, que mantinha os mineiros do Mato Grosso sempre em sobressalto. Os preços, em virtude da carência das mercadorias, subiram exorbitantemente, e a exploração era desenfreada. Em 1721, uma abóbora comprada por 4 oitavas de ouro (6\$000), cozida e feita em papas, foi vendida em porções que renderam 15 oitavas (22\$000)! Um frasco de sal foi vendido em 1725 por 1/2 libra de ouro (96\$000) e, no mesmo ano, o primeiro casal de gatos, surgido nas minas do Mato Grosso, foi vendido por 1 libra de ouro (192\$000) porque “os ratos eram tantos, que se não podia deles livrar coisa alguma, não só destruíam os mantimentos como também as roupas, inquietavam as gentes de noite que se não podia dormir”.<sup>91</sup> Além dos mosquitos e ratos, outras pragas contribuíam para tornar infernal a vida na região: “O milho que se plantava na terra, antes de nascer o comiam os ratos, depois de nascido, o que escapava dos ratos o destruíam os gafanhotos, o que chegava a espigar brotava o sabugo sem grão e algum que granava o comiam os pássaros, o que era necessário colhê-lo verde. O que acontecia aos feijões e a tudo o mais que se plantava na terra.”<sup>92</sup>

Ao contrário das Minas Gerais, e por conseqüência das dificuldades nas comunicações e transporte, nas minas do Mato Grosso não se estabeleceu inicialmente uma corrente regular de comércio. Aqui, os preços não abaixaram como nas outras regiões mineiras, ao contrário, mantiveram-se sempre elevados porque os gêneros eram escassos. Em 1729, por falta de fazendas para o vestuário, eram vendidas em Cuiabá camisas feitas de lençóis a

(90) *Idem*, p. 27.

(91) *Idem*, p. 16.

(92) *Idem*, p. 15.

12 oitavas cada (14\$400).<sup>93</sup> Para estabelecer uma comparação de valores entre Minas Gerais e Mato Grosso, lembramos que, segundo Antonil, na fase de maior alta nas Gerais, uma camisa de linho valia 3 oitavas (4\$500). O escrivão da Câmara da Vila Bela, em sua crônica, dá notícias dos preços naquela vila em 1736: “Valia um alqueire de milho seis oitavas (9\$000), produto das roças; principiou o feijão a dez oitavas (15\$000) o alqueire, e depois, pelos anos adiante, valeu vinte oitavas (30\$000), e chegou a valer a quarta de ouro (48\$000). Valia uma libra de carne, ou de vaca ou de porco: duas oitavas (3\$000), e uma libra de tocinho salgado vindo de Cuiabá a duas oitavas e meia (3\$750); um frasco de aguardente de cana a quinze oitavas (22\$500); um prato de sal por quatro oitavas (6\$000), e ao depois cresceu mais. Uma caixeta de marmelada da branca a cinco oitavas (7\$500), e uma libra de alguma marmelada de sumo que aparecesse valia seis e sete oitavas (9 a 10\$500), e pelo mesmo preço, uma libra de açúcar. Uma galinha valia seis oitavas (9\$000), que dos mais gêneros necessários para as doenças totalmente não havia. Valia uma camisa de linho seis oitavas (9\$000), uma ceroula quatro oitavas (6\$000), um chapéu grosso de baeta quatro oitavas (6\$000) um côvado de baeta, quatro oitavas (6\$000) e todos os mais gêneros por este teor.”<sup>94</sup>

Estes preços, nunca vistos até então na Colônia, foram o estímulo que manteve o dificultoso comércio com São Paulo através das monções. Como diz Sérgio Buarque de Holanda: “foram os lucros certos, que o mercado daqueles remotos sertões oferecia, que compensavam os riscos da viagem.”<sup>95</sup>

Sobre o preço de escravos nas minas do Cuiabá, Barbosa de Sá informa que em 1737 chegaram a ser vendidos por 500 oitavas (750\$000). Para confronto, no ano anterior, em carta já citada de 6 de setembro dirigida ao rei, o Senado da Bahia lamentava os preços exorbitantes naquela praça e a má qualidade dos escravos por serem refugo das minas, vendidos a 150\$000. Resguardada a diferença possível entre a robustez das

(93) Idem, p. 26.

(94) Francisco Caetano Borges, “Anal de Vila Bela desde o primeiro descobrimento deste sertão do Mato Grosso, no ano de 1734.” Doc. publicado por Henrique de Campos Ferreira Lima, in *Congresso do Mundo Português*, vol. X, t. II.

(95) Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*, p. 93.

peças, da Bahia ao Mato Grosso, um escravo variava de 150 para 750\$000!

Em virtude das dificuldades no transporte, do alto custo posto nas minas, e também em face do índice de mortalidade dos negros, foi o paulista obrigado a prolongar naquela região a sua atividade tradicional: a preação dos índios que existiu paralela à mineração.

O trabalho nas lavras cuiabanas diferiu, na paisagem humana, de suas congêneres das Gerais e dos Goiasés, pela presença índia. A "Relação" de J. Barbosa de Sá fornece informações sobre a existência da escravidão índia naquelas minas. Em 1727 diz que elementos do Cuiabá "... botaram-se para o sertão do gentio Bororo, outros para os Parecis que então se descobriram, de onde traziam indivíduos de uma e outra nação que vendiam como escravos".<sup>96</sup> No ano seguinte, veio do "sertão dos Parecis bastante gente embarcada em canoas, rodando o Paraguai abaixo com muito gentio que daquele sertão traziam".<sup>97</sup> A busca e a utilização da mão-de-obra indígena foi sistemática pois, em 1731, informava o mesmo cronista: "continuando-se neste ano a conquista do gentio Pareci, de onde eram trazidos muitos indivíduos desta nação que, como escravos, se vendiam".<sup>98</sup>

As minas de Cuiabá, quando do seu descobrimento, apresentaram riqueza jamais imaginada. Somente a lavra do Sutil no primeiro dia de sua exploração, rendeu aos seus descobridores, Miguel Sutil e João Francisco, respectivamente meia arroba (7,3kg) e 600 oitavas (2,1kg). Os cronistas avaliam a produção desta lavra, no espaço de um mês, em 400 arrobas (5.880kg) "sem que os socavões aprofundassem mais de três até quatro palmos".<sup>99</sup>

As notícias destas riquezas foram o estimulante para que, apesar das misérias sofridas, o fluxo humano para aquelas minas se avolumasse, fazendo crescer assim a quantidade de ouro extraído, e por consequência as rendas da Coroa.

(96) José Barbosa de Sá. Op. cit., p. 21. Estas informações demonstram a presença do índio nas minas de Mato Grosso, negando assim a informação de Caio Prado Jr. de que a mão-de-obra indígena nunca foi ensaiada na mineração (*História econômica do Brasil*, p. 72).

(97) Idem, p. 24.

(98) Idem, p. 31.

(99) Idem, p. 11.



Desde o início da exploração, ficou estabelecido que os quintos seriam cobrados na base da capitação estipulada em 2,5 oitavas anuais, por pessoa, mineiro ou não. Esta cota foi aumentada em 1724 para 3, e ainda no mesmo ano para 4 oitavas.

Desencontradas são as informações sobre os primeiros quintos de Cuiabá. Washington Luís, baseando-se na correspondência do governador Rodrigo César de Meneses, apresenta um quadro que difere totalmente daquele apresentado por Nogueira Coelho:

<i>Ano</i>	<i>Washington Luís</i> <sup>100</sup>	<i>Nogueira Coelho</i> <sup>101</sup>
1721	150 oitavas ( 0,5kg)	-
1722	1.134 " ( 4,8kg)	
1723	16.384 " ( 58,9kg)	
1724	20.032 " ( 72,1kg)	3.805 oitavas ( 13,6kg)
1725	56.745 " (204,2kg)	8.953 " ( 32,2kg)
1726	8.912 " ( 32,0kg)	16.727 " ( 60,2kg)
1727	51.589 " (185,7kg)	35.210 " (126,7kg)
1728	28.672 " (103,2kg)	

Apesar das diferenças, pode-se constatar, pelas duas relações, que a tendência do imposto é de crescimento. Deste período, por carta do governador Rodrigo César de Meneses, datada de 18 de dezembro de 1724, sabe-se que chegaram a São Paulo, vindas do Cuiabá, 36 arrobas de ouro (529,2kg).<sup>102</sup>

Em 1727, cumprindo ordens régias, aquele governador chegou a Cuiabá para visitação às minas. A partir desta data, a administração colonial começou a se consolidar. Os direitos das entradas estabeleceram-se a 8 oitavas sobre cada fardo de fazenda seca, 5 oitavas por carga de fazenda molhada e 4 oitavas por negro ou índio introduzido nas minas. A capitação para os quintos passou de 4 para 6 oitavas por pessoa.

(100) Washington Luís. *Capitania de São Paulo*, p. 251-52.

(101) Felipe José Nogueira Coelho. "Memórias cronológicas da Capitania de Mato Grosso." *R.I.H.G.B.*, vol. XIII, p. 142-44.

(102) Carta citada por Henrique de Beaurepaire-Rohan. "Anais de Mato Grosso." *R.I.H.G.S.P.*, vol. XV, p. 50.

No mesmo ano, as lamentações cresceram, fazendo crer que grave crise se alastrava pelas minas cuiabanas. “Fome, doenças, falta de mantimentos, falta de ouro que a terra o não devia e tudo a um tempo se experimentava; viu-se o povo tão atenuado que despejaram muitos a povoação, fizeram viagem para povoado (São Paulo) deixando casas, sítios, roças, lavras e o mais que não podiam carregar por fugirem de tantos males.” E, em 1728, “... continuando as calamidades relatadas determinaram todos em comum despejarem o país e irem-se para povoado e outro para Goiás, que neste ano chegou a notícia de seu descobrimento (...). Partiram neste ano bastantes gentes para povoado no mês de abril aonde foram melhor de mil pessoas em diversas malocas.”<sup>103</sup>

O colapso das minas cuiabanas foi rápido. Pela carta de 6 de dezembro de 1734, do governador conde de Sarzedas, verifica-se que a dispersão humana provocada pela decadência das minas “tem redundado em grande prejuízo do aumento das mesmas minas, que se acham diminutas de gente, que esperando uma grossa remessa delas, não entraram na Real Casa de Fundição mais que 20.999 oitavas de ouro (75,6kg) de partes, e nenhuma dos direitos de V. Majestade, que a respeito dos mais anos bem se deixa ver o lastimoso estado que se acha reduzido aquela conquista”.<sup>104</sup> Confrontando-se os dados coletados, remessa em 1724 de 529kg e em 1734 de 75kg, verifica-se que em dez anos a produção cuiabana ficou reduzida a uma sétima parte, o que justifica D’Alincourt quando afirma que “centenas de arrobas de ouro deram, é verdade, as minas de Cuiabá, mas já no ano de 1732, não ofereciam mais que a sombra da grande riqueza passada.”<sup>105</sup>

Porém, a grande dispersão provocada pela crise do final da década de 20, levou à descoberta das minas de Mato Grosso.<sup>106</sup> Em 1731 foram localizadas por Fernando Pais de Barros e seu irmão Artur Pais as minas da chapada de São Francisco Xavier

(103) J. Barbosa de Sá. Op. cit., p. 20 e 21.

(104) “Cartas do conde de Sarzedas à Sua Majestade.” *Documentos interessantes*, 1902, vol. XL, p. 152-56.

(105) Luís D’Alincourt. Op. cit., p. 92.

(106) Dentro dos limites do atual Estado do Mato Grosso, é necessário distinguir, para o século XVIII duas regiões mineiras. Uma em que Cuiabá foi o centro e outra em que Mato Grosso foi o núcleo. Deste núcleo derivou o nome para todo o Estado.

e as do Guaporé, onde futuramente se ergueria a Vila Bela da Santíssima Trindade do Mato Grosso; mas somente em 1734 começaram a ser exploradas e “de onde, logo apareceu ouro nesta vila (Cuiabá) em abundância”.<sup>107</sup>

O rendimento inicial da lavra, ou os jornais como diziam os cronistas, foi de 3 a 4 oitavas diárias, rendimento que justifica a fama de sua riqueza e a polarização imediata da população flutuante para aquelas minas. Na sua “Relação”, Barbosa de Sá conta, talvez com certo exagero, que no ano 1737 “despovoou-se nesta ocasião esta vila (Cuiabá) e seus distritos, ficando sítios, casas e lavras tudo deserto.”<sup>108</sup> Beaurepaire-Rohan, mais precisamente, diz que de Cuiabá emigraram para Mato Grosso 1.500 pessoas.<sup>109</sup> Abria-se, assim, a segunda fase da opulência das minas da atual região moto-grossense.<sup>110</sup>

Neste período, já se sente o início da normalização do ritmo de vida por aquelas paragens. Em 1736-37 abriu-se a estrada entre Cuiabá e as minas de Goiás e através dela começaram a chegar as primeiras boiadas regulares. A carne de boi, quando havia, era vendida a 4 oitavas a arroba; na medida em que o corte se tornou mais regular, a tendência dos preços foi para a baixa, como se pode constatar pelo *Anal de Vila Bela*: “em 1748 já era vendida a duas oitavas e meia, entre 1750 e 1752 a duas oitavas, e em 1754 a uma oitava e meia” e prosseguindo aquela crônica: “da mesma forma se rebaixou por taxa da Câmara o preço da carne de porco fresca a oitenta réis de ouro a libra, e cem réis de ouro o toicinho salgado, que até ali corria, pela carestia e falta de sal, a quarto de ouro.”<sup>111</sup>

A partir de 1749 começaram também os contatos com o Pará, através da navegação do rio Madeira. Na década seguinte, o comércio com a capitania do Norte já se fazia regularmente, sobretudo após a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e

(107) J. Barbosa de Sá. Op. cit., p. 35.

(108) Idem, p. 37.

(109) Beaurepaire-Rohan, Henrique de. “Anais de Mato Grosso.” *R.I.H.G.S.P.*, vol. XV, p. 63.

(110) Esta divisão em duas fases distintas das minas de Mato Grosso, embora perfeitamente documentada pelos cronistas, não foi considerada, nem por Von Eschwege, nem por Calógeras. Este último, termina sua análise sobre aquelas minas com as palavras de D’Alincourt sobre a decadência das minas de Cuiabá em 1732. (Op. cit., p. 85).

(111) F. Caetano Borges. Op. cit., p. 311, 315 e 316.

Maranhão que terminou por envolver também o comércio do Mato Grosso.<sup>112</sup> Pouco a pouco as minas mato-grossenses desligaram-se de sua célula-máter, São Paulo, estabelecendo contatos mais regulares porque menos dificultosos, com o Pará, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. A provisão do Conselho Ultramarino, de 9 de maio de 1748, veio consumir este desligamento natural, desmembrando da Capitania de São Paulo, a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá.

Em 1751 tomou posse o primeiro governador, Antônio Rolim de Moura, futuro conde d'Azambuja. Sua primeira preocupação foi criar uma vila, para constituir em núcleo administrativo para os arraiais e populações espalhadas pelas margens do rio Guaporé. Daí o aparecimento da Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, cujo nome veio a se estender posteriormente a toda a capitania.

Desde a extinção da Casa de Fundição de São Paulo, em 1736, retornou o sistema de capitação para as minas do Mato Grosso, sendo estabelecida a cota de 4 oitavas e 3/4 por cabeça, anualmente. Este sistema foi modificado em 21 de março de 1751 pelo Conselho Ultramarino, e em substituição, foram criadas casas de fundição em vários locais da área mineira, incluindo-se Cuiabá e Vila Bela. Entretanto, Rolim de Moura "trazendo todos os oficiais necessários para a dita fábrica, não quis (...) fazê-lo, deixando-nos ficar o tributo por herança contra o Real Decreto e bem comum dos povos."<sup>113</sup> Somente em fins de 1771, o então governador, Luís Pinto de Sousa, considerando "os clamores dos povos, a quem ouviu no pequeno espaço que residiu nesta vila e, atendendo também ao deplorável estado em que se acham estas minas, determinou, por um bando datado de 19 de novembro do ano passado de 1771, que se publicou nesta vila em 5 de dezembro do mesmo ano (...), o estabelecimento da dita Casa de Fundição no 1.º de janeiro".<sup>114</sup>

(112) "Mato Grosso era, pois, abastecido pela Companhia através dessa magnífica via fluvial. Sabe-se que do porto de Belém, da baía do Guajará, partiam as canoas de índios remadores com as mercadorias enviadas para o Estado pela Junta da Administração em Lisboa." Manuel Nunes Dias. *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. Coleção da *Revista de História da F.F.L.C.H.*, da USP, vol. XXXVII, p. 418-19.

(113) J. Barbosa de Sá. Op. cit., p. 48.

(114) Joaquim da Costa Siqueira. "Chronicas do Cuyabá" *R.I.H. G.S.P.*, vol. IV, p. 162-63.

Os elementos coletados de vários cronistas permitem estabelecer o seguinte quadro da produção mato-grossense de ouro:

<i>Ano</i>	<i>Produção (em kg)</i>	<i>Fonte</i>
1737	1.176	"neste mesmo ano segue para São Paulo uma monção com 80 arrobas de ouro." (Beaurepaire-Rohan, p. 63).
1762	989	"partiram no mês de setembro cinco canoas para Povoado bem petreichadas em que melhor de 50 arrobas de ouro." (Barbosa de Sá, p. 52.)
1767	441	"saiu uma frota de canoas para povoado muita gente e 30 arrobas de ouro de mercadores (Barbosa de Sá, p. 53.)
1768	808	"saiu uma frota para povoado em que foi muita gente e 55 arrobas de ouro." (Barbosa de Sá, p. 54.)
1769	689	"exportaram-se este ano de Vila Bela ... 191.452 oitavas e 1/4 de ouro." (Beaurepaire-Rohan, p. 85.)
1770	474	"safram este ano de Vila Bela para o Pará 194 mil cruzados 270 réis; de Cuiabá para as praias do Rio de Janeiro e Bahia, não, fazendo menção das parcelas módicas, ... 55.075 oitavas que reduzidas a cruzados são 206 mil, que com a décima faz todo o ouro que saiu desta vila 299 mil cruzados ... 356.927 1/2 réis." (Beaurepaire-Rohan, p. 86).
1772	1.055	"fundiram-se neste ano 293.260 oitavas." (Beaurepaire-Rohan, p. 87.)
1772-78	4.578	NOTA — O volume de metal compreende todo o ouro em circulação extraído nos anos anteriores. Isto explica a elevação da cifra. "o escrivão da provedoria atesta que nestes seis anos de sua administração (...) fundiram-se em Cuiabá e Vila Bela 311 arrobas, 30 marcos, 4 onças, 2 oitavas e 42 grãos de ouro." (Beaurepaire-Rohan, p. 93.)
1773-78	704	Sendo o total dos seis anos de 4.578kg e conhecendo-se a quantidade fundida em 1772, extraindo-se esta daquela e dividindo-se pelos anos restantes obtém-se a média anual para o período de 1773-78: 704kg.

No momento em que a produção tendia para o declínio, evidente nos anos de 1768-70, nova descoberta veio alimentar a produção mato-grossense: as minas de Poconé, de onde “se extraíram muitas arrobas de ouro e ainda hoje (1869) se minera com proveito”.<sup>115</sup>

Porém, o complexo aurífero de Mato Grosso contraía-se, paulatinamente, e mesmo as novas descobertas não logravam superar o declínio do conjunto. Pela “Memória” de José Manuel de Sequeira, pode-se sentir que as duas décadas finais do século XVIII foram crepusculares para o ouro daquela região, pois em 1802 estavam as minas cansadas “os seus jornais já não cobrem as despesas do ferro, aço, alimento e vestuário dos escravos, e por isso o mineiro já desesperado se passa a lavrador ou criador de gado ou erige um engenho de aguardentes e açúcares”.<sup>116</sup>

Para um cálculo da produção aurífera de Cuiabá e Mato Grosso não podemos deixar de considerar dois aspectos. O primeiro são as condições geográficas que impediram uma concentração demográfica de importância. Como a produção brasileira do ouro esteve condicionada ao número de braços empregados na extração, aquele é um fator limitador da produção das minas mato-grossenses. As notícias de sua riqueza fabulosa estavam em proporção ao número escasso de indivíduos que ali sobreviveram e que justamente por isso tinham a possibilidade de acumular maior volume de ouro facilmente encontrável.

O segundo aspecto a considerar é que as minas do Mato Grosso não foram exploradas simultaneamente. Dos nossos estudos, podemos distinguir duas fases na exploração mineira daquela região. A primeira concentrada em Cuiabá e a segunda em torno de Vila Bela.

Ante estes dois aspectos e dada a escassez de elementos quantitativos, o cálculo da produção de Cuiabá e Mato Grosso torna-se um terreno difícil e arriscado. Para a região cuiabana, calculando-se pelas rendas da Coroa, entre 1721-25, a produção aumentou progressivamente, passando dos 600kg a uma produção que seria, no mínimo, de 1.000kg em 1725, média que se deve ter matido entre 1723-26, quando começou a se esgotar o ouro aluvional da região. O período que se estende de 1726-35 foi

(115) H. de Beaurepaire-Rohan. Op. cit., p. 92.

(116) José Manuel de Sequeira. “Memória.” Apud: S. Buarque de Holanda. *Monções*, anexo D, p. 224.

marcado pela exaustão das minas, associada ao desaparecimento do ouro superficial e do desconhecimento pelos mineradores de técnicas que lhes permitissem aprofundar as buscas do ouro. Esta fase coincide com a crise de 1729 já verificada nas Minas Gerais, o que acentua ainda mais a depressão no contexto geral da produção brasileira. Neste período, a produção cuiabana deve ter caído em 50%.

A partir de 1734 começa a exploração das minas de Vila Bela que, pela sua riqueza e pelo afluxo humano proveniente de Cuiabá e de São Paulo, devem ter rendido, com as de Cuiabá aproximadamente 1.500kg nos cinco primeiros anos.

A diminuição do volume de ouro extraído nas minas do Mato Grosso é um declive suave. Suas reservas, mesmo as aluvionais, não foram sendo exploradas todas de vez desde os primeiros anos da mineração, possibilitando-se compensações na produtividade por um período mais extenso, embora proporcional a uma população escassa.

Podemos considerar para o período de 1740-59 uma produção de 1.100kg, para 1760-79, 600kg, e para os últimos decênios do século, 400kg.

-

## 2.5 — O OURO EM GOIÁS

Mais que qualquer outro descobrimento, a revelação das minas de Goiás foi consequência direta da bandeira do Anhangüera. Incentivada pelo governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, formou-se a bandeira chefiada pelo filho do grande desbravador do sertão, que partiu em 1722, de São Paulo, com a finalidade de redescobrir a região por ele palmilhada, quando ainda adolescente, na companhia do velho bandeirante.

Vagou Bartolomeu Bueno da Silva, o jovem, por três anos pelos sertões do Brasil Central, sofrendo com a sua comitiva a fome, a doença, a deserção e a ira dos terríveis caiapós. Finalmente, quando já se aprontava em São Paulo uma bandeira de socorro, retornou Bueno da Silva em 21 de outubro de 1725 com a amostra de 8.000 oitavas de ouro (28,8kg), “anunciando ao governador haver descoberto nos sertões de Guaiás cinco ribeiros

com muito ouro, e assegurando no novo descobrimento iguais grandezas às de Cuiabá, com vantagem de não serem os ares tão contagiosos”, como em seguida informou Rodrigo César à Metrópole.<sup>117</sup>

Recompensado com o posto de capitão-mor regente dos novos descobrimentos, partiu Bueno da Silva em 1726 para a região recém-descoberta, dando início à exploração aurífera de Goiás.

A notícia sobre as novas minas, correndo célere e fantasiada em sua trajetória, provocou, como de costume, uma avalanche humana para aquela região: “Correram das outras capitânicas os homens, e em menos de dois anos era imenso o povo que se tinha ajuntado.”<sup>118</sup>

Como decorrência deste *rush*, sucederam-se novos achamentos, que, em breve tempo, transformaram os desertos goianos num pulular de arraiais e povoados. Entre 1728-33 o núcleo mineador inicial formava-se com o aparecimento dos arraiais de Barra, Ouro Fino, Ferreiro, Anta, Santa Cruz, Guarinos e Meia Ponte. Em virtude da escalada para o norte, orientada pelo rio Tocantins, na direção da Bahia e do norte de Minas, surgiram entre 1734-39 os núcleos de Natividade, Crixás, Traíras, São José dos Tocantins e São Félix. Com o aparecimento dos arraiais de Cavalcante, Arraiais, Pilar, Conceição, Carmo, Santa Luzia, Cocal e Anicuns, entre 1740-50, completa-se o quadro das principais minas de Goiás.

O panorama inicial assemelha-se, pela violência e dramaticidade, aos primórdios das Gerais e do Cuiabá. De todos os rincões do Brasil partiram ondas de aventureiros em busca do novo Eldorado e, segundo Alencastre, por volta de 1737 “era já tão crescida a população que quase todo o sul de Goiás estava povoado”.<sup>119</sup>

Como seria fatal, numa área em que toda a população se dedicava à busca do ouro, os produtos alimentícios alcançaram altíssimos preços, “chegando a custar o alqueire de milho seis a sete oitavas (9 a 10\$500), e de farinha dez oitavas (15\$000);

(117) Washington Luís. Op. cit., p. 205.

(118) Luís Antônio da Silva e Souza. “Memória sobre o descobrimento, Governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goyáz”, *R.I.H.G.B.*, n.º 16, 4.º trimestre, 1849, p. 437.

(119) J. M. Alencastre Pereira de. “Anais da Província de Goyáz.” *R.I.H.G.B.*, 3.º trimestre de 1864, t. XXVII, p. 67.



o primeiro porco que apareceu: oitenta oitavas (120\$000); a primeira vaca de leite: duas libras de ouro (384\$000); e tudo o mais à proporção".<sup>120</sup>

Porém, já em 1732 estabelecia-se o contato entre os sertões da Bahia e Goiás, por onde começaram a chegar as primeiras cabeças de boi trazidas pelos vaqueiros do São Francisco. No mesmo ano comunicava o conde de Sarzedas ao rei:

“Tive notícia de que ao arraial de Meia Ponte havia chegado um comboio de gado e algumas fazendas secas vindas dos currais da Bahia por um novo caminho aberto de próximo, e que conseguida a dita estrada se esperavam novas carregações e muito maior número de gado do rio de São Francisco, Currais e Minas Gerais, de onde se me faz certo estar aberto caminho para as Minas de Guaiases.”<sup>121</sup>

Ainda pela mesma carta, o conde de Sarzedas, declarando-se impotente para deter o desvio do ouro, solicita que sejam enviadas, pela Coroa, instruções ao vice-rei do Brasil e aos governadores, com ordens para que fossem fechadas todas as estradas para as minas de Goiás. Tentava assim preservar os liames entre a nova área mineira e o seu pólo administrativo, garantidos pela Carta Régia de 10 de janeiro de 1730, que estipulava a existência de um só caminho para Goiás via São Paulo.

Embora em 5 de outubro de 1733 fossem adotadas medidas de repressão, como o fechamento das estradas e o confisco dos bens, as ligações entre Goiás e as capitanias da Bahia e de Minas Gerais tenderam a crescer, desafiando assim as proibições administrativas. A afinidade de interesse era tão grande que todas as providências contrárias foram inócuas, como confessa o conde de Sarzedas: “A experiência me tem mostrado que toda esta providência, que é a que cabe em mim, é inferior à força com que procuram introduzir gêneros por aquelas com o interesse de desencaminhar o ouro sem pagar os quintos, porque tendo notícia o superintendente em uma ocasião de gêneros que entravam para Minas mandou um grosso de gente com seu cabo a fazer tomadia, e sendo avisados por alguns mineiros os que traziam se puseram em resistência, e valendo-se de mais socorro conseguiram

(120) Luís Antônio da Silva e Souza. Op. cit., p. 438.

(121) *Documentos interessantes*. Carta de 12 de outubro de 1732, vol. XL, p. 24.

ram matar o çabo, como consta da carta do capitão Fernando Bicudo de Andrade, que também remeto à V. Majestade; e assim devo esperar que à vista de todo o referido V. Majestade se digne de lhe determindar positivamente os meios mais eficazes para remediar o dano que lhe resulta da continuação destas entradas, e da extração do ouro que se desencaminha por aqueles sertões.”<sup>122</sup>

Em 1734 volta o conde de Sarzedas a noticiar à Coroa que “se abriram novas picadas por onde vieram do rio de São Francisco e das Minas Gerais não só fazendas, mas também gados, com o interesse de extraírem os pagamentos em ouro sem pagarem os quintos que se devem à V. Majestade”.<sup>123</sup>

Uma das particularidades das minas goianas foi a sua disseminação por uma vastíssima área. Ao contrário das lavras das Gerais que se concentravam em torno de Sabará, Ouro Preto e Mariana, ou das minas do Mato Grosso com dois pólos: Cuiabá e Vila Bela, as jazidas dos Goíases apresentavam-se incrustadas entre as redes hidrográficas do Araguaia, do Tocantins e do Paraná, encontrando-se a maioria das minas e dos arraiais a longas distâncias entre si. Este fator, dificultando as comunicações e o abastecimento dos núcleos mineiros, é essencial para a compreensão da evolução das minas goianas. Como manter numa dependência com relação a São Paulo as populações mineiras de Goiás, sobretudo as do extremo norte da Capitania, se chegavam da Bahia e das Gerais gado e mantimentos com muito menos esforço e risco? Basta olhar-se para um mapa do Brasil para que imediatamente se perceba que nenhum poder colonial seria suficiente para barrar os contatos entre Goiás e a bacia do São Francisco.

Em 1734 o conde de Sarzedas noticia ao rei as dificuldades em enquadrar os Goíases dentro do esquema metropolitano, “por serem aqueles sertões mui dilatados e não haver naquelas minas soldados e só algumas ordenanças compostas dos moradores e mineiros, que fazem a sua maior conveniência em comerciarem com os que introduzem fazendas naquelas minas e extraem o ouro delas sem pagarem quintos”.<sup>124</sup>

(122) Idem. Carta de 29 de dezembro de 1733, p. 73.

(123) Idem. Carta de 15 de março de 1734, p. 99.

(124) Idem. Carta de 15 de março de 1734, p. 100.

Mútuos eram os interesses que ligavam mineiros de Goiás e vaqueiros do São Francisco. Garantiram os primeiros sua sobrevivência adquirindo gado, mercadorias e certamente escravos. Embora não tivéssemos encontrado referências sobre a passagem de negros da Bahia para Goiás, tudo faz acreditar que grandes levas de negros tivessem sido conduzidas do Recôncavo, via São Francisco, em direção principalmente das minas de Natividade, São Félix, Arraias e Cavalcante.

Quanto aos vaqueiros e comerciantes da Bahia, o envio de bois e mercadorias para Goiás representava lucro extraordinário, por ser aquele mercado altamente compensador, principalmente se comparado com o baiano, afetado pela crise do açúcar.

Outro fator para a conexão entre Bahia e Goiás foi o lucro auferido pelos mineiros em virtude da avidez com que era o ouro procurado pelo mercado baiano. Já vimos a situação de penúria em que se encontravam as praças da Bahia entre o final do século XVII e início do século XVIII. O contato com as minas goianas abriu um mercado muito maior que o de Jacobina e Rio das Contas, permitindo o carreamento para Salvador do ouro de Goiás, em detrimento de São Paulo. Auferiam os mineiros, com este comércio, lucro significativo pela diferença do valor da oitava. Tendo sido proibido o uso de moeda nos Goíases, e correndo oficialmente a oitava de ouro a 1\$200, nas transações com a Bahia era cotada acima deste valor, como se pode verificar através da correspondência do conde de Sarzedas que, ao referir-se àquele comércio, informava ao rei: "... se compram gravíssimas partidas de ouro em pó a 1.280 e 1.300 réis e o passam pelos currais da Bahia sem impedimento de registros, introduzindo pelas picadas do sertão várias carregações sem pagarem." <sup>125</sup>

Além de \$080 ou \$100 réis, acrescentando-se os \$240 do quinto sonogado, lucrava o mineiro \$340 por oitava, lucro suficiente para explicar os interesses dos mineiros com relação ao comércio com a Bahia. Daí a persistência das queixas do governador de São Paulo que, em relatório sobre o estado das minas da Capitania, datado de 12 de maio de 1735, informa que a remessa dos quintos feita para o Rio de Janeiro "pudera ser mais avultada se os caminhos que se abriram dos currais para os Guaiases não houveram dado ocasião à contínua extração de ouro que se passa sem pagar os reais quintos para as diversas partes

(125) Idem. Carta de 30 de abril de 1735, p. 191.

daquele continente, não bastando as providências que couberam na possibilidade para evitar tão contínuos descaminhos, de que a V. Majestade tenho dado várias contas sobre a mesma matéria".<sup>126</sup> O resultado não poderia ser outro, uma vez que eram mínimas as parcelas enviadas para a Casa de Fundição de São Paulo, onde era o ouro oficialmente quintado.

Paralelo a estes problemas nas minas goianas, nas Gerais desenvolvia-se a luta contra a aplicação do método de capitação e censo para a cobrança do imposto régio. O conde de Sarzedas, pela carta de 15 de setembro de 1735, acusava o recebimento das instruções para aplicar aquele sistema nas minas de São Paulo, instruções estas que, segundo o governador, já tinham sido transmitidas aos intendentés e oficiais de Paranaguá, Cuiabá e Guaiases.<sup>127</sup>

Chama a atenção, nesta carta, uma referência ao governador que abre nova perspectiva sobre a aplicação do imposto. Ao noticiar que as instruções já tinham sido enviadas aos intendentés, o conde de Sarzedas esclarece que, para a aplicação do novo imposto, deviam os intendentés regularem-se "pelo ajuste feito nas Minas Gerais à proporção de oitava e meia de jornal por bateia em cada uma semana" e que lançasse a intendência "contribuição com o excesso ou diminuição que prudentemente julgasse a bem da utilidade da real Fazenda e conservação dos vassallos". Isto quer dizer que o imposto lançado nas Gerais teve como base o rendimento *per capita* semanal de uma oitava e meia (0,0054g) e que nas outras minas o imposto deveria ser aplicado proporcionalmente.

No ano seguinte, volta o conde de Sarzedas a dar conta à Coroa sobre os resultados do estabelecimento da capitação o censo nas minas da Capitania por ele governada. Comunica que se conseguiu "em todas estas minas a capitação sem distúrbio a respeito da pinta regulada pelas das Minas Gerais a quatro oitavas e três quartos por bateia geralmente, exceto nos Guaiases, no distrito dos Curuchás (Crixás) a seis oitavas e quarto, e nos Tocantins a sete oitavas e três quartos".<sup>128</sup>

Por estas informações do conde de Sarzedas, pode-se deduzir que, pelo menos entre 1735-36, as minas de Crixás e do To-

(126) Idem. Carta de 12 de maio de 1735, p. 204.

(127) Idem. Carta de 15 de setembro de 1735, p. 207-08.

(128) Idem. Carta de 1.º de junho de 1736, p. 242.

cantins eram as de maior rentabilidade *per capita* entre todas as minas brasileiras pois a taxa estabelecida por bateia foi ali duplicada com relação às outras áreas mineiras.

Pela mesma missiva comunica o governador que os demais impostos foram assim lançados: as lojas maiores a 60 oitavas, as medianas a 30 e as inferiores a 15 oitavas; tavernas a 20, mestres de ofício a 8 e oficiais a 5 oitavas. Comparando estes impostos com aqueles estabelecidos para as Gerais, Cuiabá e Vila Bela, constata-se a grande diferença de uma para as outras regiões:

<i>Capitação e censo</i>	<i>Em Goiás:</i>	<i>Nas Gerais, Cuiabá e Mato Grosso</i>
Cada bateia	4 oitavas e 3/4 (a)	4 oitavas e 3/4
Cada ofício	8 oitavas (b)	4 oitavas e 3/4
Cada loja grande	60 oitavas	24 oitavas
Cada loja medíocre	30 oitavas	16 oitavas
Cada loja inferior	15 oitavas	8 oitavas
Cada venda	20 oitavas	16 oitavas

(a) Exceto nas minas de Crixás e Tocantins, com respectivamente 6 oitavas e 1/4, e 7 oitavas e 3/4.

(b) Em Goiás cobraram-se taxas sobre os mestres de ofício, 8 oitavas e sobre os oficiais, 5 oitavas.

Mesmo considerando a arbitrariedade dos intendentes e a prepotência dos subalternos, transformados em tiranetes, a diferença nos impostos aplicados nas várias regiões mineiras faz crer numa riqueza e opulência extraordinárias das minas goianas, sobretudo se for considerado que Sarzedas, cumprindo instruções régias, viajou para Goiás em 1737 para verificar *in loco* as condições daquelas minas, pacificar os ânimos exaltados e regulamentar o novo imposto. Tendo convocado uma Junta em Meia Ponte, em 4 de fevereiro de 1737, foram ratificadas as taxas anteriormente estipuladas pela Intendência, o que nos sugere a constatação da exuberante produtividade das minas goianas pelo governador.

Já doente e alquebrado, partiu o conde de Sarzedas de Meia Ponte para escolher um local onde pudesse ser erigida a primeira vila, quando veio a falecer em Traíras em 28 de agosto de 1737.

Com o desaparecimento de Sarzedas, a Capitania de São Paulo ficou praticamente acéfala até 1739, uma vez que foi administrada interinamente por Gomes Freire de Andrade; então governador do Rio de Janeiro. Este interregno foi dos mais turbulentos em Goiás. Desde os primórdios dos descobrimentos, pela ausência de um poder instituído, de uma administração organizada, aquele território foi palco de disputas, de rixas e assassinatos, alguns com tais requintes de crueldade, que refletem bem o clima de violência e de excessos, narrado com detalhes pelos cronistas. A acefalia de São Paulo acentuou ainda mais este aspecto, instalando-se verdadeira anarquia em Goiás.

Se nas Gerais e, com menor intensidade, no Mato Grosso, instalam-se pólos urbanos e administrativos que centralizam e controlam as atividades mineiras circunvizinhas, em Goiás verifica-se uma descentralização quase que total, conseqüência da própria geografia das suas minas. A profunda erosão sofrida pelo Planalto Central e a resultante deslocação dos resíduos auríferos, para depósitos semeados pelos vales dos rios, proporcionaram uma riqueza sem-par das lavras assim que descobertas, porém de escassa duração, provocando um nomadismo constante na busca de novos depósitos. Essa dispersão manteve nos Guaiases o clima psicológico de um constante *rush*, impedindo em grande parte uma consolidação urbana e a conseqüente sedimentação administrativa.

Pelas narrações dos cronistas percebe-se que, durante a economia do ouro, a população mineira de Goiás foi nômade, pronta em qualquer momento a desvincular-se do acampamento armado na beira do rio. População de aventureiros, de padres corruptos, de funcionários facilmente subornáveis; população masculina por excelência, quer no que respeita ao branco que espera enriquecer-se rapidamente, quer no que respeita à escravatura. Daí a constante dos crimes passionais e da dissolução moral.

A este quadro pode-se acrescentar outro elemento: a fúria dos selvagens. Tal como no Mato Grosso onde a ação dos paia-guás e dos guaicurus contribuiu para a inquietação dos mineiros, também em Goiás "... as hordas selvagens, insaciáveis de ódio e de vingança traziam os povos em continuados receios, e não poucas vezes levavam diante de si populações inteiras, que, ater-

radas, abandonavam seus trabalhos e suas casas para se irem refugiar nos arraiais mais populosos".<sup>129</sup>

Dominando o vale do rio Araguaia, os caiapós abriram luta contra o branco invasor e, além da ameaça permanente nas vias de comunicação, com frequência chegavam a colocar em perigo as povoações mais importantes do sul. Nas minas do norte, o terror nativo era representado pelos xavantes e pelos acroás, defensores das margens do Tocantins.

Aos selvagens se lhes moveu guerra de extermínio, quando a crueldade dos beligerantes escreveu um dos capítulos mais sangrentos do impacto das duas culturas.

Para completar o quadro das dificuldades das minas goianas, necessário se faz lembrar a formação dos quilombos. Em virtude da desorganização geral, e favorecidas pela geografia da região, várias comunidades negras foram criadas por elementos escravos fugitivos. E não poucas vezes puseram em perigo as vias de comunicação entre os povoados pois, para sobreviverem, os negros praticavam assaltos e saques. Entre os vários quilombos surgidos nos Goiasés, o de Ambrósios constituiu o mais sério desafio aos preadores.

Este aspecto caótico das minas goianas, justamente no período da descoberta e exploração das jazidas de Natividade, Crixás, Traíras, São José dos Tocantins e São Félix, sugere uma das fases de maior intensidade na extração do ouro, mas também um período de desenfreado contrabando. Não somente na direção da Bahia e das Gerais, como também na do Maranhão.

Nesta mesma época foi aberto o caminho entre Cuiabá e Goiás que, como já vimos, permitiu a entrada regular de gado e de outras mercadorias para aquelas minas via Goiás. Sabemos que a grande parte do gado consumido em Goiás era proveniente dos currais do São Francisco, o que nos leva a afirmar que a maior rede de comércio ilícito acabava de se formar no Brasil colonial, uma vez que para a Metrópole a única via legal de comunicação, tanto para o Mato Grosso quanto para Goiás, era São Paulo. Foi a Bahia que captou esta corrente de ouro que de Cuiabá, passando por Goiás, chegava até o Recôncavo.

Com a lentidão que caracteriza a administração joanina, somente em 12 de fevereiro de 1739 Luís de Mascarenhas, futuro

(129) J. M. Pereira de Alencastre. Op. cit., p. 77.

conde d'Alva, assumiu o governo da Capitania de São Paulo. A premência dos negócios goianos percebe-se pela pressa com que o novo governador se dirigiu para Goiás, tendo chegado a Meia Ponte em julho do mesmo ano.

Executando as instruções que o conde de Sarzedas não pudera cumprir, Luís de Mascarenhas, em 25 de julho de 1739, instituiu a Vila Boa dos Guaiases no local onde anteriormente existia o arraial do Santana. Criava-se, assim, o primeiro núcleo goiano com foros de vila.

A estada do novo governador em Goiás representa a fase inicial da instalação do poder colonial, numa área em que, embora decorridos dez anos de ocupação efetiva, mal se esboçara ainda um poder administrativo.

Legislou Luís de Mascarenhas desde sobre a distribuição das sesmarias até a plantação de roças, passando pelo fechamento das vias de comunicação com o Maranhão, pela matrícula de escravos, entrada de novos indivíduos nas minas, distribuição da justiça, guerra contra os selvagens etc. Estimulou o governador novos descobrimentos e, na sua viagem ao extremo norte da Capitania, presidiu a instalação dos arraiais de Cavalcante, Arraias, Conceição e Chapada, junto às recém-descobertas jazidas. Na mesma ocasião, foram localizadas as minas de Papuã e Santa Luzia.

Tendo organizado e pacificado a região dos Goiaes, retornou o governador a São Paulo em outubro de 1742. Dois anos depois, pelo alvará de 8 de novembro de 1744, foi criada a Capitania de Goiás, desmembrada da Capitania de São Paulo. Seu primeiro governador, Marcos de Noronha, agraciado com o título de conde dos Arcos em 1750, somente em fins de 1749 tomou posse do cargo em Vila Boa.

Com a morte de João V, quase que simultânea à posse do primeiro governador de Goiás, houve uma série de mudanças, e, entre elas, a da cobrança dos quintos. Pela Carta Régia do novo Monarca, José I, datada de 3 de dezembro de 1750, ficava extinto o sistema de capitação e censo e restabelecido o imposto de 20%, cobrado através das casas de fundição.

Publicada a nova lei em Goiás, em 11 de abril de 1751, já em 1.º de janeiro do ano seguinte começava a funcionar a Casa de Fundição de Vila Boa. A quintagem e a fundição do ouro



em Vila Boa colocou o problema das distâncias entre aquele centro e as minas do norte, pois o ouro daquela região teria de ser conduzido por centenas de quilômetros até a Casa de Fundição, para daí retornar aos seus proprietários em barras e quintado.

O desconhecimento da realidade brasileira, pela administração metropolitana, mais uma vez criava condições que explicam a sonegação fiscal sistemática, justificada agora pelas dificuldades em se cumprir o novo esquema estabelecido.

Reconhecendo esta situação, em 3 de dezembro de 1752 criou a Metrópole a Casa de Fundição do Norte, instalada pelo conde dos Arcos em São Félix, tendo começado a funcionar em 13 de julho de 1754.

Com a nomeação do conde dos Arcos para vice-rei do Brasil, em 1755, sucedeu-lhe Álvaro José Xavier Botelho de Távora, conde de São Miguel. A Capitania de Goiás preparava-se para ser cenário das violências do futuro marquês de Pombal na sua fúria contra os Távoras. Já que pela distância não se podia acusar o conde de São Miguel de participante do atentado contra José I, foram-lhe imputadas, assim como a uma série de funcionários, as acusações de descaminhos, extorsões e desvio de dinheiro régio. Normal era este procedimento entre os administradores coloniais, e o próprio Alencastre exalta a figura de Luís de Mascarenhas, “não levando em conta o seu grande amor pelas riquezas e os meios regulares ou ilícitos que empregou para adquiri-las durante o tempo de sua governação”.<sup>130</sup>

Entretanto o conde de São Miguel era um Távora, e teria que pagar por isso. Destituído de seu cargo, foi substituído por João Manuel de Melo que, em 7 de julho de 1759, foi empossado no governo de Goiás: “Nenhum governador veio à capitania revestido de mais amplos e formidáveis poderes. Ergueu-se o cada-falso e a justiça dos homens foi terrível e inexorável.”<sup>131</sup>

Inicia-se em Goiás um período de devassas, prisões e terror, que, somado à desorganização endêmica, veio agravar a situação das minas, que vinham apresentando sintomas de exaustão. João Manuel de Melo dedicou-se com tal afinco à sua missão de distribuir a justiça dentro dos padrões pombalinos, que com a mineração muito pouco se preocupou. Ao fazer o balanço desta administração, que se estende até 1770, conclui Alencastre: “. . . se

(130) Idem, p. 74.

(131) Idem, p. 148.

por um lado ganhou a capitania com o seu governo pela regeneração moral e pela punição dos crimes, por outro lado sua decadência ia sendo cada vez mais sensível em consequência da pobreza das minas, ou antes, da diminuição dos braços que se empregavam no mister da mineração.”<sup>132</sup>

Após a morte de João Manuel de Melo, sucedeu-lhe José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, futuro barão de Mossamedes, que, tendo tomado posse em julho de 1772, no início do ano seguinte partiu para uma inspeção das minas goianas. “Por toda a parte encontrou desânimo e pobreza; por toda a parte notou que o serviço das lavras, em razão dos pequenos jornais e da falta de braços, estava tão reduzido que só um soberano esforço poderia fazê-lo voltar ao antigo esplendor.”<sup>133</sup>

No ano seguinte, tendo compreendido que uma das saídas para a economia de Goiás seria restabelecer o comércio com as capitanias do Norte, enviou José de Vasconcelos uma expedição oficial ao Pará, fazendo-a acompanhar por uma carta dirigida a João Pereira Caldas, então governador daquela Capitania, na qual retrata o quadro goiano: “O notável abatimento em que achei esta Capitania me tem feito indagar e conhecer a origem deste mal; e que, sendo o tirar o ouro o principal negócio das minas, não havendo descobertos há vinte anos, se acham os mineiros reduzidos a simples faisqueiras, com o que não podem ainda diminuir as dívidas que para os seus estabelecimentos contraíram. Que os escravos com que reformam os que na morte pagam à natureza o seu tributo, os compram fiados por exorbitantes preços, a que não podendo satisfazer em tempo, se vêm no desgosto de vê-los rematar com os que tinham pela diminuição do valor de que a praça reputa. Que, faltando aos particulares as forças para fazerem novas explorações, se acham obrigados a sofrer misérias, enquanto os credores totalmente os não concluem.”<sup>134</sup>

Um dos maiores problemas apontados pelo governador é o do escravo, que realmente constitui fator essencial para a compreensão da economia mineira. Embora as condições climáticas de Goiás fossem melhores que as de Cuiabá e Mato Grosso, a constituição das suas minas apresentava aspectos negativos para

(132) *Idem*, p. 183-84.

(133) *Idem*, p. 261.

(134) *Idem*, p. 281-82.

o trabalho nas lavras. O depósito de ouro aluvional, em leitos de rios e de córregos, obrigava a uma permanência contínua dos escravos semimergulhados em água sob um sol tórrido. A pneumonia e a tuberculose, denominadas pelos cronistas de "hidropisia do peito", minavam a saúde dos negros que, mal alimentados e malcuidados, sucumbiam facilmente. "Aconteceu muitas vezes morrerem, no espaço de um ano, cem escravos... coisa nunca sucedida aos agricultores" comentava Cunha Matos.<sup>135</sup> Percebe-se, através destas informações, a necessidade de vultosos capitais para uma renovação constante da mão-de-obra escrava nas minas de Goiás.

Embora sejam raros os dados quantitativos sobre preço e número de escravos naquela região, algumas referências fornecem elementos para a avaliação do mercado escravagista goiano. Em 1730, no início da mineração, valeu o escravo entre 256 e 300 oitavas (384\$000 a 450\$000).<sup>136</sup> Acreditamos que a tendência do preço foi para a alta, ou manutenção do nível, uma vez que a procura e a carência da mão-de-obra negra foram constantes nas minas goianas, resultado de uma deficiência contínua com relação ao abastecimento.

Quanto ao número de escravos, os dados são imprecisos. Alencastre informa que, ao se efetuarem as primeiras matrículas para a capitação, "viu-se então que mais de seis mil trabalhavam efetivamente nas minas".<sup>137</sup> Em 1750, através de seu relatório notifica o conde dos Arcos que existiam naquelas minas 14.437 escravos.<sup>138</sup>

Estes números, porém, representam apenas uma parcela da realidade, uma vez que Cunha Matos, embora não especifique datas, informa que somente em Natividade houve tempo em que ali trabalhavam acima de 40.000 escravos, 16.000 em Arraias, 9.000 em Cavalcante e mais de 14.000 em Trafras.<sup>139</sup>

Como as minas de Goiás foram caracterizadas pelo fluxo de população para áreas recém-descobertas, e sua migração após a exaustão das mesmas, podemos aproximadamente determinar as datas a que se referem as informações de Cunha Matos. Nati-

(135) Raimundo José da Cunha Matos. "Corografia Histórica da Província de Goiás." *R.I.H.G.B.*, t. XXXVII, p. 302.

(136) Idem.

(137) J. M. Pereira de Alencastre. Op. cit., p. 64.

(138) Idem, p. 99.

(139) R. J. da Cunha Matos. Op. cit., t. XXXVIII, p. 16.

vidade e Traíras foram descobertas em 1734 e 1735 e a grande concentração dever-se-ia ter realizado entre 1737-38. Descobertas em 1740, Cavalcante e Arraias devem ter sido exploradas intensamente a partir de 1742. Assim, enquanto os registros oficiais assinalavam 6.000 escravos em 1735, na realidade, em duas lavras apenas, Natividade e Traíras, estariam trabalhando aproximadamente 54.000 escravos; e em princípio da década de 40, em Arraias e Cavalcante estariam trabalhando 25.000 negros, enquanto os registros, pouco tempo depois, mostravam apenas 14.437 escravos.

Isto nos dá idéia das proporções gigantescas da sonegação do imposto, ao mesmo tempo que nos fornece elementos para avaliar a produção goiana de ouro e a intensidade do contrabando.

Como já foi visto, o colapso das minas goianas verifica-se durante o governo de José de Vasconcelos e, ao historiar o seguinte, de Luís da Cunha Meneses (1778-83), Alencastre relata o esforço do novo governador em incentivar a busca do ouro, concluindo porém que "a época da mineração tinha passado, ninguém mais se queria expor aos azares da deusa fortuna".<sup>140</sup>

Pela evolução das minas goianas podemos perceber uma produção piramidal, confirmada por alguns dados referentes ao quinto e às entradas. A concentração dos descobrimentos entre 1727-41 sugere um aumento contínuo da produção espelhado palidamente pelos quintos. Segundo Von Eschwege, o imposto em 1730 foi de 2 arrobas (29,4kg), quantidade que certamente longe estava de representar a quinta parte do ouro extraído.<sup>141</sup>

Taunay informa-nos sobre o quinto enviado a Lisboa referente ao ano de 1735, elevando-se a 20 arrobas e 8 libras (297,6kg) além de 12.000 cruzados de ouro em pó (14,4kg), totalizando 312kg.<sup>142</sup>

O terceiro ponto de referência encontramos na relação do cônsul francês, sobre a chegada em Lisboa da frota de 1741, em que consta a capitação de Goiás: 179:632\$500, valendo a oitava neste período 1\$500, temos 119.755 oitavas ou 431,1kg.<sup>143</sup>

(140) J. M. Pereira de Alencastre. Op. cit., p. 313.

(141) W. L. Von Eschwege. Op. cit., vol. I, p. 362.

(142) A. d'E. Taunay *História geral das bandeiras paulistas*, vol. 11, p. 159-60.

(143) A. N. (Paris), AE, BI, 672. Carta de 14 de novembro de 1741.

Referindo-se ao rendimento do imposto, Silva e Sousa afirma que rendeu em 1753, "o ano mais pingue", 169.080 oitavas, ou seja, 608,6kg.<sup>144</sup>

Com a remessa do ouro para as casas de fundição de Vila Bela e de São Félix, perdemos a visão de conjunto do imposto régio, uma vez que as citações referem-se a anos diferentes. Fornece-nos Silva e Sousa a renda da Casa de Fundição de São Félix em 1755, ano em que esteve mais alto o quinto: 59.569 oitavas (214,4kg).<sup>145</sup> Porém, segundo o relatório de José de Vasconcelos em 1778, no ano anterior, aquele rendimento real atingiu apenas 38 marcos, 4 onças e 60 grãos (8,8kg).<sup>146</sup> No mesmo relatório, encontramos a renda da Casa de Fundição de Vila Boa: 216 marcos, 1 onça, 6 oitavas e 40 grãos (49,7kg), que somada à de São Félix totaliza 58,5kg para o ano de 1777.

O declínio dos quintos acentuou-se na década seguinte, pois, segundo Teixeira Coelho, o quinto em 1787 foi de 9 arrobas, 57 marcos, 2 onças, 1 oitava e 2 grãos (145,4kg),<sup>147</sup> média esta que se manteve nos anos seguintes como testemunham os dados fornecidos por Soetbeer:<sup>148</sup>

1788	9 arrobas e 14 marcos (135,5kg)
1789	8 arrobas e 19 marcos (121,9kg)
1790	7 arrobas e 47 marcos (113,7kg)
1791	7 arrobas e 46 marcos (113,4kg)
1792	9 arrobas e 8 marcos (136,6kg)
1793	11 arrobas e 19 marcos (166,6kg)
1794	7 arrobas e 40 marcos (112,1kg)
1795	7 arrobas e 25 marcos (108,6kg)

Quanto às entradas, os elementos coletados deixam entrever a mesma flutuação que a dos quintos.

(144) Luís Antônio da Silva e Sousa. Op. cit., p. 477.

(145) Idem, p. 478.

(146) J. M. Pereira de Alencastre. Op. cit., p. 303.

(147) J. J. Teixeira Coelho. Op. cit., p. 572.

(148) Adolf, Soetbeer. Op. cit., p. 89.

<i>Período</i>	<i>Total em réis</i>	<i>Média anual</i>
1736-38 — 6 arrobas, 21 libras	40:896\$000	13:632\$000 <sup>149</sup>
1742-44 — 15 arrobas	73:500\$000	24:500\$000 <sup>150</sup>
1745-47 — 17 arrobas	83:300\$000	27:766\$666 <sup>151</sup>
1762-64 —	40:400\$000	13:466\$666 <sup>152</sup>
1765-75 —	96:760\$762	9:676\$076
1776-81 —	25:977\$876	4:329\$646
1782-87 —	26:529\$533	4:421\$588
1788-93 —	22:624\$000	3:770\$666

Verifica-se um crescimento constante nos triênios 1736-38, 1742-44 e 1745-47, localizada neste último a média anual mais alta. Infelizmente a interrupção dos dados entre 1748-61 impede localizar o ponto culminante na cobrança das entradas, porém, certamente estará entre os últimos anos da década de 40 e os primeiros da década seguinte.

A partir de 1762 pode-se acompanhar o decréscimo paulatino do montante do imposto, refletindo claramente a retração do comércio que por sua vez espelha a decadência do período mineiro de Goiás.

As condições já apontadas, quando analisamos os descobrimentos e a evolução da Capitania de Goiás, levam-nos a afirmar que foi a região onde mais se lesou o fisco metropolitano. Mesmo assim, pelos escassos elementos sobre os quintos e contrato das entradas, pode-se entrever a flutuação da produção goiana. O povoamento rápido e a concentração dos descobertos entre 1728-50 devem ter provocado um aumento contínuo e progressivo da

(149) *Documentos interessantes*. Carta de 28 de abril de 1736, vol. XI, p. 240.

(150) Myriam Ellis. *Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras do Brasil no século XVIII*, p. 34.

(151) *Idem*, p. 34.

(152) Luís Antônio da Silva e Sousa. *Op. cit.*, p. 479 (para os anos de 1762-1793).

produção, refletido na arrecadação dos quintos e no contrato das entradas. Para este período o nosso cálculo é o seguinte:

<i>Período</i>	<i>Produção</i>
1730-34	1.000kg
1735-39	2.000kg
1740-44	3.000kg
1745-50	4.000kg

Segundo os depoimentos dos cronistas, o quinquênio 1750-54 marca o apogeu do ouro goiano. Silva e Sousa indica 1753 como o ano em que mais se elevou a renda do quinto, e Alencastre, numa única avaliação por nós encontrada, calcula a produção do período entre “400 a 500 arrobas, não levando em conta os extravios que nunca se pôde corrigir”.<sup>153</sup> Preferimos nos basear na primeira cifra correspondente a 5.880kg.

Após 1754 o processo de decadência foi rápido. Entre 1755-59 a produção deve ter baixado ao nível dos 3.500kg, para nos decênios seguintes atingir 2.500kg entre 1760-69, 2.000kg entre 1770-79, 1.000kg entre 1780-89 até chegar ao nível dos 750kg na década final do século.

Das regiões auríferas brasileiras, Goiás foi a de existência mais brilhante e fugaz. Seu desenvolvimento extraordinário e sua riqueza fizeram a opulência da região em menos de vinte anos. Também a decadência foi tão precipitada, que vinte anos após demonstrava já a miséria de uma população empobrecida, retratada no início do século seguinte pelos primeiros viajantes estrangeiros que por lá andaram.<sup>154</sup>

## 2.6 — PRODUÇÃO BRASILEIRA DE OURO NO SÉCULO XVIII

Impossível, dentro do quadro atual das pesquisas sobre o ouro, estabelecer com alguma precisão quantitativa a produção

(153) *Idem*, p. 101.

(154) Vide principalmente Augusto de Saint-Hilaire. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás* (2 vols.), e George Gardner. *Viagens ao Brasil*.

brasileira daquele metal no século XVIII. A começar pelo sistema burocrático deficiente, pelo desleixo na conservação dos registros, pelas várias mudanças de núcleos administrativos, acrescentando-se as injúrias do tempo, tudo contribuiu para que a documentação referente ao ouro chegasse até nós fragmentada, e que para algumas regiões se tenha perdido completamente.

Assim, embora para Calógeras o cálculo da produção aurífera brasileira seja uma questão de “palpite”, após a análise feita anteriormente da evolução do ouro nas principais zonas mineradoras, tentaremos, antes os dados coletados, encontrar, pelo menos, um contorno da produção brasileira de ouro.

Ao se iniciar o século XVIII, a mineração englobava três áreas: uma inexpressiva como a de São Paulo, outra já em decadência como a de Curitiba e Paranaguá e a terceira alvorecendo com perspectiva de fabulosas riquezas: as Gerais.

O impulso da produção das Gerais, acrescido a partir de 1720 pela produção baiana e cuiabana, acentua-se por volta de 1723. Entre 1727-34 notamos uma oscilação de nível que reflete o descompasso da produção. Nova escalada, espetacular, a partir de 1735 quando, além da produção das Gerais e a da Bahia, abrem-se as minas de Goiás e Vila Bela. A exploração maciça e simultânea nas três principais regiões auríferas eleva progressivamente a produção brasileira entre 1735-54. Embora as Minas Gerais comecem a apresentar ligeiro declínio a partir de 1740, a diminuição nesta região foi compensada pelo ritmo crescente da produção goiana.

Colocamos, portanto, a grande produção brasileira de ouro nos anos de 1735-54. A partir daí, a inversão do processo se efetua, motivada pelo início do declínio das minas goianas que vem se aliar à decadência das Gerais e do Mato Grosso. Primeira flexão no quinquênio 1755-59 que somada à segunda flexão no quinquênio seguinte constituem uma queda marcante na produção, acompanhada de um declive contínuo, porém, menos acentuado até os dois quinquênios 1775-79 e 1780-85, quando o colapso marca praticamente o final da era do ouro no Brasil.

Em nossa avaliação, por falta de elementos quantitativos, deixamos de computar algumas áreas mineradoras. Paranaguá, Curitiba e São Paulo podem ser desprezados, pois no século XVIII, como regiões auríferas, suas contribuições foram mínimas, não influenciando, portanto, numa avaliação global. Do ouro do Ceará, descoberto em meado do século, poucas referências existem. Segundo Von Eschwege, em 1735 foi criada Casa de Fundição em



São José dos Cariris, e as minas foram exploradas durante vinte anos, porém não acreditamos tenha sido significativa sua produção.

Na Bahia, as minas de Jacobina, Rio das Contas, Araçuaí e Fanado devem ter rendido centenas de arrobas, entretanto, não encontramos elementos em que pudéssemos nos apoiar para uma avaliação aproximativa. Acreditamos que um estudo sobre aquelas minas deverá modificar nosso cálculo, principalmente para o período entre 1725-45. Não cremos, porém, numa modificação para os períodos posteriores, uma vez que a atividade mineradora daquela região foi, àquela época, relativamente restrita.

TABELA 5

*Cálculo da produção de ouro do Brasil no século XVIII*

*Em quilogramas*

Quinquênios	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Média anual
1700-1705	1.470	—	—	1.470
1706-1710	4.410	—	—	4.410
1711-1715	6.500	—	—	6.500
1716-1720	6.500	—	—	6.500
1721-1725	7.000	—	600	7.600
1726-1729	7.500	—	1.000	8.500
1730-1734	7.500	1.000	500	9.000
1735-1739	10.637	2.000	1.500	14.134
1740-1744	10.047	3.000	1.100	14.147
1745-1749	9.712	4.000	1.100	14.812
1750-1754	8.780	5.880	1.100	15.760
1755-1759	8.016	3.500	1.100	12.616
1760-1764	7.399	2.500	600	10.499
1765-1769	6.659	2.500	600	9.759
1770-1774	6.179	2.000	600	8.779
1775-1779	5.518	2.000	600	8.118
1780-1784	4.884	1.000	400	6.284
1785-1789	3.511	1.000	400	4.911
1790-1794	3.360	750	400	4.510
1795-1799	3.249	750	400	4.399

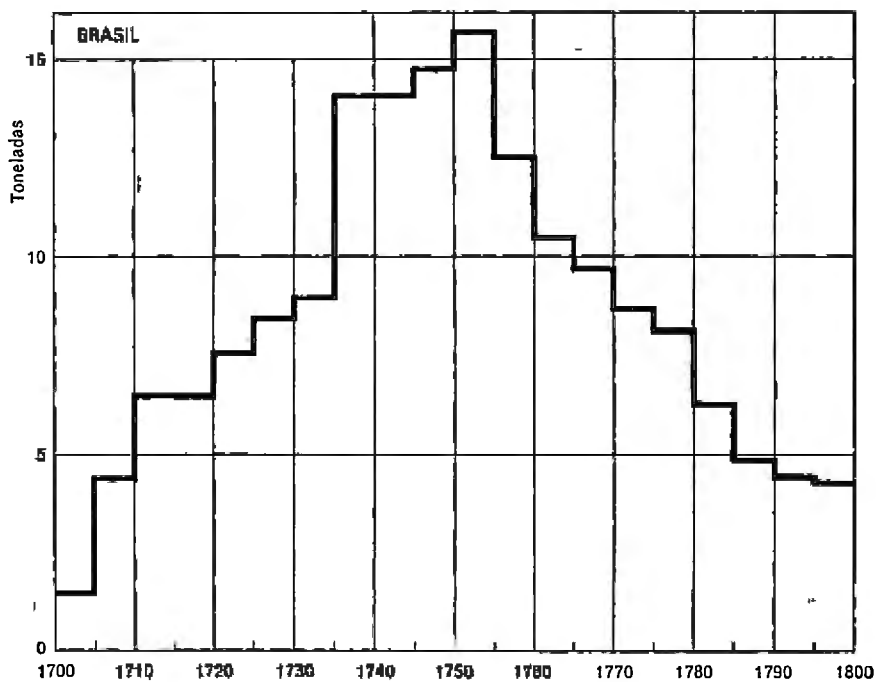
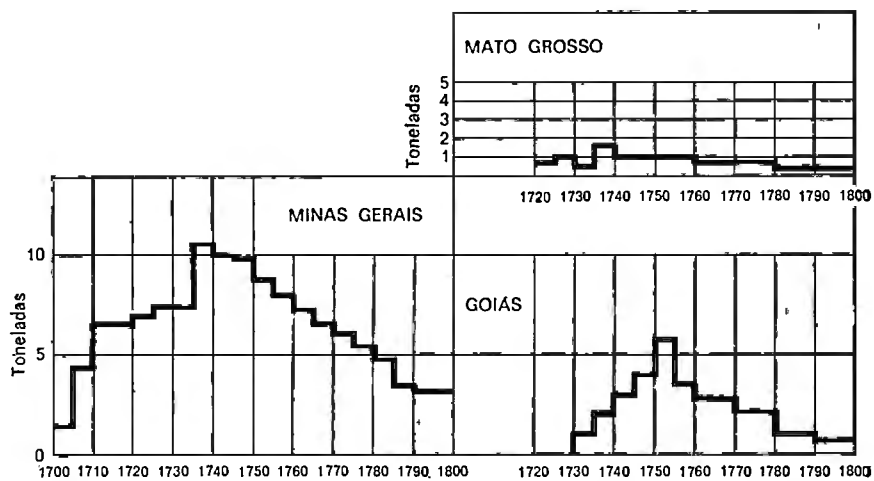


Gráfico 3 — Produção de ouro no Brasil — século XVIII.

Embora não seja nosso objetivo discutir as várias avaliações existentes da produção aurífera brasileira, não podemos deixar de confrontá-las.

Calógeras inclui nos seus cálculos as regiões de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Bahia e Ceará. Transformando os seus totais em médias anuais, observamos que o teto da produção brasileira de ouro se localiza entre 1736-51, com a média anual de 14.850kg. A soma global da produção, para o período de 1700-99, perfaz 948.105kg.<sup>155</sup>

Soetbeer não especifica as áreas mineradoras incluídas em seu cálculo, mas indica uma produção anual média, para o período entre 1741-60, de 14.600kg. A produção global para todo o século XVIII seria de 836.050kg.<sup>156</sup>

Von Eschwege considera as áreas de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Goiás, e, apesar de incluir o ouro confiscado (1700-20), o ouro da lavagem dos diamantes (1772-1820) e o contrabando (*sic*), o seu cálculo é inferior aos demais. Como ápice da produção estabelece a média de 12.656kg para o período de 1736-51, e uma produção global de 740.334kg para todo o século XVIII.<sup>157</sup>

Nossa avaliação cobre apenas as regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e pudemos estabelecer um teto de 15.760kg para o quinquênio 1750-54. Para um período maior, de 1735-54, esta média anual se reduz para 14.713kg, aproximando-se assim do cálculo de Calógeras, bem como o total da produção no século XVIII que, pelas nossas estimativas, atingiria 876.629kg. Entretanto, necessário considerar que não estamos incluindo a Bahia — pelos motivos já apontados — como faz aquele Autor. Esta ressalva se torna importante, pois, o estudo das frotas demonstra que entre 1720-42, justamente no momento do apogeu das minas baianas, registraram-se as maiores aportagens de ouro em Lisboa, embora entremeadas de cargas reduzidas. Este descompasso não se verifica entre 1743-55, quando a presença do ouro em Lisboa se faz constante e sem muita oscilação.

A análise das cargas de ouro nas frotas, as notícias sobre os descaminhos e as várias formas de contrabando fazem crer que a produção brasileira de ouro está acima dos cálculos que os

(155) P. Calógeras. *As minas do Brasil e sua legislação*.

(156) A. Soetbeer. Op. cit.

(157) W. L. Von Eschwege. Op. cit.

documentos permitem realizar. Entre 1720-42 detectamos cargas de ouro com 30t (1720), 26t (1725), 28t (1734), 22t (1737), 20t (1739), 24t (1741), 20t (1742). Entre 1743-55 raríssimas frotas deixaram de transportar volume inferior a 12t, não ultrapassando, por sua vez, o limite das 17t.

Estes dados levam-nos a afirmar que a exploração maciça e simultânea das regiões mineiras como as Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás, entre o meado da década de 20 e o começo da década de 50, teria elevado a produção brasileira de ouro a um nível entre 18 a 20t anuais.



# 3

## O COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRO

Excetuando-se as avaliações de Antonil para o início da era setecentista, as relações das frotas de 1749 publicadas por Simonsen<sup>1</sup> e as estatísticas de Balbi para a última década do século,<sup>2</sup> quase nada mais se encontra sobre o volume total do tráfico entre a Metrópole e a colônia durante o século XVIII. Podemos explicar esta ausência de estudos sobre o comércio luso-brasileiro, durante o período colonial, pelo desaparecimento das fontes principais. A mais importante delas transformou-se em cinzas com a destruição dos registros da Alfândega de Lisboa por ocasião do terremoto de 1755. Novo incêndio da Alfândega em 1764 retirou do historiador da Economia as possibilidades de obter os elementos mais diretos para uma análise do comércio entre Portugal e seu império, durante a maior parte do século XVIII e dos séculos precedentes.

Na ausência daqueles registros, somente as fontes indiretas poderiam fornecer elementos que possibilitassem vislumbrar o volume e as flutuações do comércio luso-brasileiro durante o pe-

(1) R. C. Simonsen. *Op. cit.*, p. 381-84. Ao republicar o mesmo documento constante do Códice Costa Matoso, Boxer, em seu estudo *A idade de ouro do Brasil*, lamenta não ter encontrado a carga da frota da Bahia referente ao ano de 1749. Segundo a correspondência consular francesa, verifica-se que naquele ano realmente não saiu frota daquela procedência.

(2) A. Balbi. *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*.

ríodo colonial. É o que tentaremos fazer, com a documentação proveniente da embaixada e do consulado da França em Lisboa.

A documentação de onde foram extraídos os resumos das cargas das frotas prende-se, na sua essência, à correspondência enviada de Lisboa a Versalhes pelos representantes franceses nos anos de 1697 a 1766. Estas datas são representativas, uma vez que 1697 corresponde à primeira referência — por nós localizada — de ouro nas frotas do Brasil. A segunda é a data em que chegou a Lisboa a última das frotas, após o decreto real que as extinguiu. O lapso existente na documentação entre 1704-12 é resultante da ruptura das relações comerciais entre Portugal e França, em virtude da Guerra de Sucessão da Espanha. Após o armistício e a reabertura do consulado francês em Lisboa, a correspondência consular se torna mais freqüente. Entretanto, esta freqüência sofre uma série de injunções, desde o refletir a personalidade de seu Autor, até aninhar-se em diferentes locais nos arquivos franceses.

Em princípio, toda esta correspondência deveria estar nos Arquivos Nacionais de Paris, na série “Affaires Etrangères”, porém, grande parte das cartas encontra-se nos arquivos do Quai D’Orsay (Ministério das Relações Exteriores), encadernada sob o título “Portugal”. Aparentemente, nenhuma lógica existe nesta separação, pois, tanto em uma como em outra série, sucedem-se cartas de embaixadores e de cônsules numa ordem cronológica duplicada e que se complementam.

Angustiante para o pesquisador é deparar, numa das duas séries, com cartas contendo a informação de que segue anexo a relação da frota e... não encontrá-la. Algumas vezes, para nosso júbilo, a relação se encontra no outro arquivo, porém, com freqüência, extraviou-se nos tortuosos caminhos da burocracia de Versalhes.

Além disso, as informações espelham a personalidade ou o empenho dos informantes. Assim, por exemplo, a correspondência do cônsul De Mornay reflete uma personalidade fria, burocrática, e suas cartas são menos ricas em informações que as do cônsul Du Vernay. Apesar de muitas das suas relações de frotas terem-se extraviado, pela correspondência de Du Vernay percebe-se a sua intensa atividade, inclusive como espião. É através de uma verdadeira rede de informações que ele obtém informes preciosos e relações precisas das cargas dos navios. Talvez, justa-

mente por isso, grande parte dessas relações tenha-se perdido nos gabinetes dos ministros de Luís XV.

Com esta documentação seriada, buscaremos analisar as flutuações e as vicissitudes do comércio colonial e a importância do ouro nele inserido.

Antes, porém, de estudar a conjuntura do Atlântico Sul, necessário se faz caracterizar os reinados de João V e de José I, para que possamos melhor compreender a política portuguesa durante os governos daqueles dois monarcas.

Tendo subido ao trono em 1706, João V governou Portugal até 1750 e o seu longo reinado corresponde ao desenvolvimento e apogeu do ouro no Brasil. Figura controversa, tem propiciado páginas em que, na maioria das vezes, é tachado de “espavoroso”, “beato”, “freirático” etc., e alguns historiadores apaixonados chegam até a transferir-lhe fatos que cronologicamente deslocam-se para reinados anteriores e posteriores.<sup>3</sup> Não há dúvidas que se faz necessário criar o mito do “reinado lúbrico”, na expressão de Oliveira Martins, exagerando-o nas suas falhas para, em contraste, exaltar sobretudo o reinado de José I, coadjuvado pelo marquês de Pombal.

Condicionado pelo clima do absolutismo, João V ascendera ao trono quando ainda reinava na França Luís XIV, que há muito representava o padrão do ideal monárquico da época. Em Portugal, durante o reinado de Pedro II, caminhara o absolutismo a largas passadas, e as últimas Cortes foram reunidas em 1698. O reinado de João V é a evolução natural do absolutismo de seu pai, como será a ponte de ligação para o ultra-absolutismo de seu filho e do ministro-marquês. A época correspondia a este ideal político e, salvo a Inglaterra, onde a revolução de 1688 barrara o processo, quase toda a Europa a ele se entregava.

Sobre o monarca, a correspondência consular francesa fornece preciosos retratos que permitem uma análise do homem e da época. Em 1714 escrevia Viganego, cônsul de Gênova em

(3) J. A. Libânio Guedes. *História administrativa do Brasil*. Na parte III do vol. IV (“Administração absolutista de D. João V — 1706-1750”), p. 103, o Autor abre sua análise da seguinte maneira: “Principiava em 1706 o reinado de D. João V, com uma das feições típicas dos governos absolutistas — a guerra (...). D. João V subia ao trono, pois, numa inundação de sangue português...” como se o monarca que ascendia ao trono em 1706 fosse o responsável pela guerra que se iniciara em 1703!



Lisboa, que o rei era apessoado, não lhe faltando aptidão, porém, excessivamente teimoso. Era tão pouco inclinado ao governo do seu Reino, que tudo aquilo que se referisse aos negócios de Estado representava seu mais cruel castigo. Gostava de ouvir cantar as “Vésperas” e as “Matinas” em sua capela e, conclui Viganego, “ama bastante as mulheres”.<sup>4</sup>

No ano seguinte a caracterização do monarca é mais categórica: “ele odeia o trabalho, ama o fausto e os gastos e, não creio que alguém possa desviá-lo destas inclinações”.<sup>5</sup>

Obcecado pela exteriorização de seu absolutismo e por suas obras suntuárias, a elas abandonou-se, desprezando tudo o mais. A construção de Mafra empolgou-o a ponto de conduzi-lo a uma alucinação faraônica. Em 1730, De Montagnac noticiava que o rei resolvera convocar 40.000 homens para as obras de Mafra, ponderando que isto poderia provocar prejuízos à lavoura, e que seus súditos “nada mais fazem que se lamentar e murmurar por todos os lados, embora veladamente, pelo temor que têm dos castigos, sendo este príncipe bastante despótico para fazer tudo o que queira”.<sup>6</sup>

Realmente, a obstinação de João V fez com que em 18 anos Mafra fosse erigida, consagrada basílica em 1730 e concluída cinco anos após.

Eis os grandes pecados do monarca. Quis ser Luís XIV, sem possuir a paixão e a dedicação pela política e pelo trabalho, como os possuía o Rei Sol. Porém, como um dos expoentes do despotismo em Portugal, conservou João V, enquanto consciente do seu papel de monarca absoluto, uma *virtu*: não transferiu seu poder a nenhum ministro, como fará seu filho. “Ele se reserva entretanto toda a autoridade do governo” — escreve o cônsul Du Vernay, em 1740.<sup>7</sup> Por isso mesmo imprimiu à sua época a marca de sua personalidade.

Amante dos prazeres, do luxo e das mulheres, assemelhava-se em muitos pontos a seu contemporâneo, Luís XV. Tal como este, enfadava-se com os negócios de Estado, adiando sempre que possível as resoluções a serem tomadas, quer no que respeita aos negócios internos, quer aos negócios externos.

(4) Q. D'O *Portugal*, t. 46. Carta de 9 de janeiro de 1714.

(5) Idem. Carta de 3 de dezembro de 1715.

(6) A. N. (Paris), AE.BI 665. Carta de 28 de fevereiro de 1730. ;

(7) Idem, AE.BI 671. Carta de 11 de outubro de 1740.

Sob influência do exemplo do monarca, evoluiu em Portugal uma negligência e uma indolência, assinaladas frequentemente nas cartas dos cônsules e embaixadores franceses. De Mornay relata em 1715 um diálogo mantido com o marquês da Fronteira, tendo este lhe respondido, após inquiri-lo sobre as razões da demora nas soluções dos problemas, “que ele se sentia mais aflito que ninguém da indolência do governo, mas era certo que esta letargia se estendia igualmente aos negócios mais urgentes do Reino, como acontecia com aqueles externos; que tudo girava em torno do secretário de Estado e do das Mercês. O jogo era a principal ocupação do primeiro e o outro, dos sete dias da semana, passava cinco em sua casa de campo e nas caçadas”.<sup>8</sup> Esta indiscrição do encarregado dos negócios da Marinha mostra a displicência dos ministros e a morosidade que se instalou na burocracia portuguesa durante o período joanino.<sup>9</sup>

Logo a seguir, por motivo de ligeiro incômodo de João V, escreve De Mornay que a corte de Lisboa “permanece inativa há três semanas e ainda que a saúde deste príncipe pareça agora suficientemente boa, não se expede contudo nenhum negócio quer externo quer interno do reino e, vários ministros estão em suas quintas”.<sup>10</sup>

Esta característica tende a se acentuar com o tempo, sobretudo na última década do reinado, quando o declínio da saúde do monarca se evidencia. Atormentado pela doença, entrega-se João V cada vez mais à sua obsessão religiosa, abandonando então o Estado que fica entregue a Marco Antônio de Azeredo Coutinho e a frei Gaspar da Incarnação, confessor do rei, que nos seus últimos dias enfeixou em suas mãos o verdadeiro poder.

Uma das características do regime absolutista, quando se afrouxa o exercício do poder pelo próprio rei, é a ascensão política oportunista da nobreza. O afastamento de João V provocou este fenômeno em Portugal, favorecido por frei Gaspar durante a regência da rainha Maria Ana. O cônsul Du Vernay testemunha este processo, comunicando a Versalhes que “a nobreza

(8) Q. D'O. *Portugal*, t. 49. Carta de 12 de agosto de 1715.

(9) Esta característica se acentuou no reinado de João V, embora seja herança do reinado anterior. Já em 1698 escrevia o embaixador Rouillé: “Esta corte é lenta em todos os setores.” Q. D'O, *Portugal*, t. 33. Carta de 26 de fevereiro de 1698.

(10) Q. D'O. *Portugal*, t. 50. Carta de 28 de julho 1716.

durante o reino atual não tivera participação alguma no governo, mas encontra-se agora à testa de todos os tribunais e vai ser empregada na marinha e no exército".<sup>11</sup>

Decorrente de sua própria inclinação, e relacionado aos interesses internos e externos de Portugal, o reinado de João V preservou o império, isolando-o da intrincada e belicosa política europeia do século XVIII. Ascendendo ao trono durante a Guerra de Sucessão da Espanha, foi sintomática a posição do novo rei, ao impedir que as tropas inglesas, solicitadas por Pedro II, desembarcassem em Lisboa. Sobre este incidente, escreve o correspondente francês: "os portugueses declaram que jamais consentirão este desembarque e que suas intenções são de permanecer na defensiva contra a Espanha, e que eles se sentem suficientemente fortes para isso".<sup>12</sup>

Excetuando-se a esquadra, que por duas vezes, em 1716 e em 1717, foi enviada, por solicitação do papa Clemente XI, para combater a frota otomana que ameaçava Veneza, manteve-se João V firmemente neutro nas guerras contemporâneas de seu reinado. Permaneceu afastado das alianças que se fizeram contra Filipe V da Espanha em 1717 e 1718, assim como quando da questão da Companhia de Ostende, que separou a Europa em dois campos: Inglaterra e França de um lado, Espanha e Áustria de outro. Questão resolvida pelo Tratado de Sevilha de 1729. Quando em 1733 se desencadeia a Guerra de Sucessão da Polônia, envolvendo quase todo o continente europeu, da Espanha à Rússia, foi Portugal pressionado pelas potências, que em 13 de setembro de 1732 haviam assinado a Tríplice Aliança de Wusterhausen (Áustria, Prússia e Rússia), pela qual apoiavam um príncipe português para a sucessão polonesa. Sentimos aqui o bom senso da política externa joanina, ao evitar uma aventura funesta para seu império.

Soube João V resistir às pressões da Corte de Viena e, em 1734, o cônsul Montagnac afirmava que o Imperador nada obteria do rei de Portugal, pois este permanecia na firme resolução de não assumir qualquer compromisso.<sup>13</sup>

No ano seguinte, quando se preparava a Inglaterra para uma possível intervenção na guerra continental, comunicava De

(11) A. N. (Paris), AE.BI 680. Carta de 12 de janeiro de 1750.

(12) Q. D'O. *Portugal*, t. 45. Carta de 19 de janeiro de 1707.

(13) A. N. (Paris), AE.BI 667. Carta de 27 de abril de 1734.

Montagnac que o representante daquele país pressionava o rei para obter a permissão de, em caso de necessidade, poder entrar trinta navios de guerra no porto de Lisboa. Entretanto, João V, através de Diogo de Mendonça, não concordara em absoluto com a solicitação, uma vez que pretendia conservar a neutralidade.<sup>14</sup>

Esta mesma insistência verifica-se a partir de 1738, quando as relações entre Inglaterra e Espanha se fizeram cada vez mais difíceis, em consequência do *asiento* de negros concedido à Inglaterra em Utrecht, e das represálias espanholas ao comércio inglês na América. Com o agravamento das relações entre as duas potências e o prenúncio de uma guerra, comunica Du Vernay à Corte de Versalhes “que o enviado da Inglaterra tinha feito e continuava a fazer diligências junto à Corte portuguesa para obter a entrada nos portos de Portugal de uma esquadra inglesa com número maior de navios que o prescrito pelos tratados. Após várias entrevistas sobre o assunto, o resultado tinha sido a recusa por parte do rei em admitir em seus portos maior número de navios que o estipulado pelos tratados”.<sup>15</sup> Decorrente dos problemas americanos, a guerra declarada em outubro de 1739, entre Inglaterra e Espanha, vai inserir-se a partir de 1740 na Guerra de Sucessão da Áustria, somente terminada pela Paz de Aix-la-Chapelle (1748).

Apesar da neutralidade sistemática portuguesa, em alguns momentos as relações com a Espanha estiveram à beira de uma solução armada em virtude da Colônia do Sacramento.

Restituída a Portugal em 1716, por força do Tratado de Utrecht, a Nova Colônia tornou-se o grande centro de contato entre os dois impérios ibero-americanos, por ele passando todo um comércio ilícito, muitas vezes favorecido pelos governadores. Em 1723 claras ficaram as intenções de Portugal de anexar ao Brasil a margem esquerda do estuário do Prata, quando Antônio Pedro de Vasconcelos, então governador da Nova Colônia, por ordem real, tentou estabelecer-se em Montevidéu. Sendo repelida esta tentativa pelos espanhóis de Buenos Aires, instalou-se um clima de desconfiança entre as duas Cortes e, em 1725, escrevia De Montagnac que, de acordo com notícias por ele rece-

(14) Idem, AE.BI 667. Carta de 26 de outubro de 1734.

(15) Idem, AE.BI 671. Carta de 20 de maio de 1738.

bidas da Bahia, faziam-se grandes preparativos de guerra e tudo era colocado em defesa por ordem do rei.<sup>16</sup>

Com o agravamento das relações anglo-espanholas em 1726, o problema da Colônia do Sacramento passou a segundo plano e a reaproximação das duas Cortes permitiu a execução dos duplos casamentos: do herdeiro do trono português, o futuro José I, com a infanta espanhola Maria Ana Vitória, e do herdeiro do trono espanhol, o futuro Fernando VI, com a infanta portuguesa Maria Bárbara. Porém, em 1735, o incidente ocorrido em Madri com a embaixada de Portugal<sup>17</sup> provocou a ruptura das duas Cortes e, em carta de 29 de março, relata De Montagnac o estado de tensão entre as duas potências:

“O Rei de Portugal recebeu antes de ontem um correio de Madri com a notícia, segundo me afirmam, de que a Corte de Espanha havia ordenado ao embaixador português sair em 12 dias dos Estados da Espanha e de que a mesma ordem havia sido dada ao padre Manuel Ribeira que residia naquela Corte na qualidade de agente. Incontinenti foi convocado um conselho de guerra que durou desde as 9 horas da manhã até 11 horas da noite, tendo mesmo o Rei feito servir o jantar a todos os conselheiros no próprio salão do conselho. Hoje, partiu um *paquebot* para instar junto à corte de Londres o envio de socorros, tendo em vista o aviso de que tropas da Espanha estão em movimento na direção da fronteira de Portugal. É mais que certo que a encontrarão num miserável estado.”<sup>18</sup>

Reflexo imediato deste incidente houve nas fronteiras sul-americanas. Em novembro do mesmo ano o governador de Buenos Aires, Miguel de Salcedo, sitiou a Colônia do Sacramento. Graças aos reforços enviados por Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro, foi o cerco levantado, persistindo as hostilidades até 1737, quando, em 16 de março, pelo acordo de Paris, voltou-se ao *status quo* anterior a 1735.

(16) Idem, AE.BI 662. Carta de 21 de agosto de 1725.

(17) O incidente ocorrido em 22 de fevereiro de 1735 foi provocado pela invasão da embaixada portuguesa em Madri e a prisão, por gen-darmes espanhóis, de 19 criados do embaixador Pedro Alvares Cabral (descendente do descobridor do Brasil). Para maiores detalhes vide: visconde de Santarém, op. cit., t. II, p. 211-12.

(18) A. N. (Paris), AE BI 668. Carta de 29 de março de 1735. .

Reconhecendo a vulnerabilidade das fronteiras do Sul, estimulou a Coroa portuguesa, a partir de então, a ocupação efetiva da região de Santa Catarina, criando um segundo posto avançado no Sul, o forte São Pedro, em 1737.<sup>19</sup>

Após a morte de Filipe V (9 de julho de 1746), e com a ascensão ao trono espanhol de Fernando VI, as relações entre as duas Coroas fizeram-se amistosas, graças sobretudo à influência da rainha Maria Bárbara. Foi dentro deste clima que se entabularam as conversações na busca de uma solução para os limites na América Setentrional, sendo encarregados o visconde de Vila Nova da Cerveira, por parte de Portugal, e José Carvajal y Lancaster, por parte da Espanha.

Mal se iniciavam as conversações, e já Du Vernay escrevia a Versalhes que um grande alarido se fazia em Portugal, ante a notícia de que a Nova Colônia seria cedida à Espanha, em troca de algumas terras vizinhas ao Brasil, do lado do Maranhão. Que os ingleses e os holandeses estavam alarmados e, com razão, uma vez que o rio da Prata tinha sido até agora de grande utilidade para o contrabando.<sup>20</sup>

Em 1.º de janeiro de 1750, pelo Tratado de Madri, cedia Portugal a Colônia do Sacramento, renunciando seus direitos sobre as Filipinas, enquanto a Espanha renunciava à área compreendida pelas missões jesuíticas do Sul, e reconhecia, pela cláusula do *uti possidetis*, a posse aos portugueses de toda a área central da América do Sul, já ocupada pela penetração luso-brasileira.<sup>21</sup> Nesta época, o estado precário da saúde de João V fazia prever um desenlace próximo, como podemos verificar pela carta de Du Vernay de maio de 1750: “O estado de fraqueza do Rei de Portugal é tal que se deve esperar por uma mudança próxima de governo.”<sup>22</sup> Realmente, a 31 de julho do mesmo ano morria João V, após 44 anos de reinado.

A mudança de monarca sucedeu uma renovação nos quadros do governo. Renovação natural, uma vez que nos últimos anos do

(19) Idem, AE.B<sup>1</sup> 670. Carta de 17 de setembro de 1737.

(20) Idem, AE.B<sup>1</sup> 679. Carta de 16 de dezembro de 1749.

(21) Para os detalhes do tratado vide: visconde de Santarém. *Op. cit.*, t. II, p. 233ss.

(22) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 680. Carta de 20 de maio de 1750.

reinado de João V dominaram os elementos da geração joanina, e por isso mesmo já idosos. Novo rei, novos homens, é o que revela a correspondência consular, ao dar conta dos primeiros passos do reinado de José I. Du Vernay noticia que o rei, a propósito de tudo, se aconselha com a rainha-mãe e com os cardeais da Cunha e D'Almeida; que em todo o seu tempo tem-se dedicado às questões de Estado, e que os indivíduos escolhidos para trabalhar consigo dão a idéia de seu alto discernimento, concluindo que "o novo Rei, por sua prudência e reserva, enganou a todo mundo e o padre Gaspar de Gouveia, que julgava seu valimento afirmado, não tem participação alguma nos negócios nem tem sido consultado sobre nada".<sup>23</sup> Pouco tempo depois comunica que "o senhor de Carvalho, anteriormente enviado de Portugal a Londres e a Viena, e que havia retornado para cá há 8 meses, acaba de ser nomeado secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros".<sup>24</sup> Para completar a cúpula de ministros de Estado, José I nomeou para a secretaria da Marinha e Ultramar a Diogo de Mendonça Corte Real e para primeiro-ministro a Pedro da Mota e Silva.

Sebastião José de Carvalho, futuro conde de Oeiras e marquês de Pombal, irá porém, numa antropofagia da qual o rei foi a primeira e principal vítima, absorver indivíduos e cargos até enfeixar com pulso férreo o governo de Portugal. José I, felizmente para o novo ministro, herdara quase todas as características do pai, exceto uma: o gosto pela autoridade. Entregando o poder a Sebastião de Carvalho, pôde em seguida dedicar-se às caçadas, às festas feéricas, às corridas de touros, à ópera e aos amores furtivos, quando conseguia escapar da vigilância da rainha Maria Ana Vitória.

Favorecido pela confiança do rei, o futuro marquês de Pombal iniciou a marcha para a restauração de um poder real autoritário, base para toda a sua política. Seu primeiro passo foi o estrangulamento do processo de ascensão política da nobreza, verificado nos últimos anos do reinado joanino. À carta de Du Vernay de 12 de janeiro de 1750, já citada, comentando a invasão da nobreza aos cargos públicos, justapõe-se a carta do

(23) Idem, carta de 11 de agosto de 1750.

(24) A. N. (Paris), AE.BI 680. Carta de 4 de agosto de 1750.

conde Stahremberg, embaixador austríaco em Lisboa, que em dezembro de 1751 noticiava à Corte de Viena que os fidalgos, por mais qualificados que fossem, não conseguiam nenhum emprego na Corte, bem como qualquer posto diplomático.<sup>25</sup>

No mesmo ano, pelo desacato à autoridade de um juiz de fora, três nobres foram exilados: os condes de São Vicente, de Atouguia e de Vidigueira. No ano seguinte, o marquês de Alorna, ao retornar da Índia onde exercera o vice-reinado, foi preso por acusação de fraudes, assim como seu filho que protestara pela ação de Sebastião de Carvalho. Em 1757 o duque de Lafões, primo do rei, foi exilado por se ter implicado na trama do “ministério dos duques e marqueses”.

Esta linha de ação do futuro marquês de Pombal atingiu seu ponto culminante em janeiro de 1759, com a execução do duque de Aveiro, dos marqueses de Távora e do conde de Auto-guia após o espetacular processo referente ao atentado contra José I.

Outra diretriz pombalina, aqui sob o aspecto financeiro, foi a reorganização da máquina fiscal portuguesa, culminando em 1761 com a instituição do Erário Régio, “que revela bem a intenção de formar uma burocracia estritamente dependente do Estado ao mesmo tempo que o desejo de pôr à disposição direta do poder centralizado a maior parte dos recursos fiscais do país”.<sup>26</sup>

A terceira área, na qual a ação de Pombal se fez sentir, foi na reorganização do comércio português e na restauração de monopólios, através das companhias privilegiadas. Em 1753 surgiu a Companhia do Comércio da Ásia, em 1755 a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, e em 1759 a Companhia de Pernambuco e Paraíba.<sup>27</sup>

Sobre estas companhias e as suas repercussões imediatas em Portugal, escrevia em 1755 Saint-Julien:

“Além do estabelecimento de uma Companhia das Índias, da qual minha precedente dá conta a V. Exa., fala-se ainda de

(25) Apud Mario Domingues. *O marquês de Pombal*, p. 113.

(26) Jorge de Macedo. *A situação econômica no tempo de Pombal*, p. 48-49.

(27) Vide Manuel Nunes Dias. Op. cit., e José Ribeiro Júnior. “Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro.”



uma outra para o comércio de Pernambuco, no mesmo sentido daquela do Grão-Pará e Maranhão, e contra esta última diz-se que os jesuítas apresentaram uma memória a Sua Majestade Fidelíssima que foi recebida e devolvida sem ser lida. Todos estes murmúrios de estabelecimento de Companhias não deixam de aborrecer bastante todos os negociantes estrangeiros e portugueses desta praça, principalmente a estes últimos para os quais ficará suspenso inteiramente o comércio.”<sup>28</sup>

Acompanhando o processo de implantação das companhias e suas repercussões no meio mercantil, escreve Saint-Julien, a seguir, sobre os privilégios a elas concedidos:

“A Assembléia do Comércio, denominada aqui a Junta do Comércio, aprontou uma memória, que me foi comunicada, muito ponderada e que demonstra sem alternativa, ao que me parece, o prejuízo considerável que este privilégio faz às finanças, ao comércio e aos súditos que neste têm interesses. Apesar disto os negociantes portugueses que compõem esta Junta do Comércio não esperam obter a anulação daquele privilégio.”<sup>29</sup>

Prosseguindo em suas comunicações, escreve o cônsul no início de agosto:

“... a Junta do Comércio apresentou a Sua Majestade Fidelíssima uma memória contra o privilégio de comércio do Maranhão e Grão-Pará (...), mas todos aqueles que compõem esta Junta do Comércio foram presos a 29, colocados incomunicáveis, vigiados por guardas até que sejam interrogados”.<sup>30</sup>

Finalmente, em outubro do mesmo ano, o resultado do processo:

“Envio anexo (...) também a tradução de um decreto de Sua Majestade Fidelíssima que exila aos componentes da Câmara do Comércio e do Bem Comum, sobre os quais eu havia escrito a V. Exa. que tinham sido presos. Além destes, foi exilado para Bragança o padre jesuíta Benedito da Fonseca, procurador-geral do Maranhão, e para sempre (...). Este castigo, tanto para um quanto para os outros, torna aqui todo mundo reservado na ma-

(28) A. N. (Paris), AE.B<sup>I</sup> 681. Carta de 8 de julho de 1755.

(29) Idem. Carta de 15 de julho de 1755.

(30) Idem. Carta de 5 de agosto de 1755.

neira de falar e retém bastante a linguagem livre dos portugueses.”<sup>31</sup>

Aproveitando-se das oportunidades, o ministro Carvalho, com extraordinário vigor, foi submetendo todos os setores da vida portuguesa à sua vontade, destruindo os empecilhos, aniquilando aqueles que se lhe opunham. Por estas características podemos perceber, em conjunto, a diretriz da política pombalina: a reestruturação do Estado português, através da instalação de um regime de força. E como em todo regime de força, a primeira perda que o povo português sente é a da liberdade. Daí o culto que durante o reinado de José I fez-se à memória do Magnânimo, ao mesmo tempo que o temor se aliava ao rancor ao monarca reinante e a seu ministro.

O embaixador, conde de Merle, em carta de janeiro de 1760, comenta que o ódio dos portugueses ao conde de Oeiras começava a se estender ao monarca e que, antigamente, quando José I atravessava Lisboa para ir a Salvaterra, em seu caminho, era saudado pela população com mostras de satisfação, entretanto, isto não acontecera recentemente, e as pessoas, vendo-o passar, guardavam profundo silêncio.<sup>32</sup>

Embora diferindo profundamente na forma, os reinados de João V e parte do de José I possuem um elo em comum: a neutralidade portuguesa e o usufruto de uma paz que se estendeu por meio século, de 1712-62.

Terminada a Guerra de Sucessão da Espanha, a diplomacia joanina adotou uma política neutralista, que possibilitou a continuidade nas relações econômicas luso-brasileiras, mesmo nos momentos em que o Atlântico se transformou em cenário das disputas européias e coloniais. Reconheceu João V que qualquer nova guerra seria a interrupção do comércio com as colônias, sobre o qual se assentava a riqueza metropolitana. As lembranças da guerra com a Espanha persistiram por largo tempo, assim como os efeitos da invasão francesa do Rio de Janeiro e a sangria dos corsários inimigos sobre as frotas. Apenas para exemplificar: na

(31) Idem. Carta de 21 de setembro de 1755. No ano seguinte, ao comunicar as prisões efetuadas, em Lisboa, de pessoas que haviam distribuído panfletos contra o Governo, afirmava o conde Baschy que o ministro Carvalho era um homem detestado. (Q. D'O. *Portugal*, t. 88. Carta de 29 de junho de 1756.)

(32) Q. D'O. *Portugal*, t. 111. Carta de 29 de janeiro de 1760.

frota de 1708, cinco navios carregados de produtos brasileiros foram apreendidos por um corsário francês que havia encontrado “nove desgarrados e os teria tomado se tivesse número suficiente de gente para os abordar”.<sup>33</sup>

Para garantir a livre navegação, bastaram, durante este período, um a dois navios de guerra para comboiar as ricas frotas brasileiras. Os únicos acidentes, além dos naufrágios, foram os ataques da pirataria do norte da África, desferidos principalmente pelos navios de Argel e Salé. A correspondência consular francesa está salpicada de notícias sobre as incursões dos argelinos e saletinos, sobretudo em 1749, quando dois navios de guerra foram armados em Lisboa, para patrulhar as costas portuguesas em virtude das presas consideráveis feitas no ano anterior. Informa-nos o cônsul francês que esta pilhagem fora tão profícua que se formou uma companhia em Argel “principalmente composta de Judeus, para continuar o curso. Eles têm espíões aqui e são precisamente informados de tudo o que se passa nesta praça”.<sup>34</sup>

Alguns meses passados, voltava o cônsul a informar sobre a expectativa que reinava em Lisboa ante a notícia de que a frota do Rio de Janeiro estava para chegar. Dos dois navios armados para a patrulha, um teve que ser recolhido por avaria, enquanto que o temor aos argelinos crescia, pois “suas equipagens são formadas de renegados de todas as nações, principalmente de portugueses, muito bem instruídos de todas as operações de comércio e navegação desta praça”.<sup>35</sup>

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento do comércio colonial foi a desorganização do período joanino. Impedindo aos vice-reis e governadores uma ação mais eficaz, encaminhando as soluções de problemas coloniais para o marasmo em virtude da lentidão do Conselho Ultramarino, a indolência metropolitana provocou um relaxamento no regime colonial, inércia que, por sua vez, favoreceu um clima de liberdade, condição básica para o desenvolvimento, sobretudo do Brasil. Compare-se a administração joanina com a administração pombalina, ou a de Maria I, e sentir-se-á logo a diferença vivida pelo Brasil entre o clima de tranquilidade e relativa liberdade do período joanino e o período subsequente de monopólios, restrições e violências.

(33) Idem, t. 4. “Extrait d'une lettre de Lisbonne du 28 décembre 1708.”

(34) A. N. (Paris), AE.BI 679. Carta de 8 de abril de 1749.

(35) Idem. Carta de 17 de junho de 1749.

Para o Magnânimo, do império colonial interessavam o ouro, os diamantes e as rendas da Coroa, desde que estes afluíssem para os cofres reais. O resto era complemento, o que, sob o ponto de vista brasileiro, foi um reinado extremamente benéfico.

Com o governo forte de Pombal, pouco a pouco, as restrições vão-se impondo, medidas implacáveis são postas em prática, e o comércio passa a monopólio de uma burguesia ligada aos interesses do ministro-marquês.

### 3.1 — AS FROTAS

Portugal, após a Restauração, foi obrigado a sistematizar o regime de frotas para proteger seu comércio colonial ante a permanência de atritos com a Espanha, Holanda e mesmo a Inglaterra no século XVII. A criação da Companhia de Comércio do Brasil, em 1649, consolidou definitivamente o sistema de comboios, sobretudo com a provisão de 24 de julho de 1660, pela qual foram proibidas as viagens isoladas. Esta sistematização atingia também as épocas de partida das frotas, pois, desde a Carta Régia de 11 de agosto de 1632, os navios com destino ao Brasil seriam obrigados a partir de Portugal entre 1.º de outubro e o último dia de fevereiro.

Apesar de toda esta regulamentação, a primeira conclusão a que se chega, após a análise das informações sobre as chegadas e as partidas das frotas, é de que a obediência era muito relativa (vide Gráfico n.º 4).

Das frotas que de Lisboa demandaram a Bahia e Pernambuco, muito maior foi a freqüência em abril, apesar de ocorrerem partidas em outros meses, porém já em número reduzido em confronto com aquele mês. Entretanto nenhuma frota, entre as registradas, deixou Lisboa em direção à Bahia nos meses de maio, junho e agosto. Para Pernambuco nenhuma partida foi registrada em junho e em outubro. Já as frotas para o Rio de Janeiro têm sua maior freqüência nos meses de março, abril e maio, embora haja registro nos outros meses, com exceção de janeiro, agosto e novembro.

No sentido Brasil—Lisboa, a irregularidade é muito grande. Janeiro e outubro são os meses de maior número de chegadas

de frotas da Bahia, porém, com exceção de junho, em todos os demais aportam navios procedentes daquela Capitania.

De Pernambuco, a freqüência maior é em julho, seguindo-se os meses de agosto, setembro e dezembro e, em escala menor, janeiro, abril e outubro. Nenhuma aportagem em Lisboa nos meses de fevereiro, março e maio de frotas daquela procedência.

Importante observar o ritmo das frotas da Bahia e de Pernambuco. Enquanto as da Bahia chegavam com maior regularidade a Lisboa em janeiro ou outubro, as de Pernambuco aportavam com maior freqüência em julho. Esta alternância assegurava intervalos suficientes para evitar o acúmulo do açúcar, garantindo-se, assim, o escoamento do produto sem dano para sua cotação.

Quanto às frotas do Rio de Janeiro, elas se concentravam em agosto e outubro principalmente, embora se registrem aportagens durante todos os meses do ano. Do Maranhão, a maior freqüência verifica-se nos meses de dezembro e janeiro. Nenhuma frota daquela procedência entrou no Tejo entre julho e setembro.

No sentido global, as frotas para o Brasil partiam em abril. Vinte deixaram Lisboa naquele mês, representando 30,7% do total das que se destinaram aos portos brasileiros no período estudado. Seguem-se os meses de dezembro, janeiro, fevereiro, março e maio. Em agosto há o registro de apenas uma.

Quanto às frotas do Brasil, a maior freqüência de aportagens em Lisboa verifica-se em escala decrescente nos meses de outubro, agosto, dezembro e janeiro. Em número reduzido registram-se frotas em maio e junho.

Pelo grau de freqüência, para o Brasil, as frotas partiam geralmente no primeiro semestre, incluindo dezembro e no máximo até julho, e chegavam no segundo semestre, incluindo janeiro. Entre as partidas e as chegadas, os meses de agosto para as primeiras e maio-junho para as segundas, servem de divisores. Isto para evitar, durante o percurso, os ciclones tropicais do Atlântico Norte, na faixa entre as Antilhas e a Costa da África.<sup>36</sup>

Quanto ao tempo da viagem, alguns elementos extraídos da correspondência consular francesa esclarecem a duração do percurso Brasil—Lisboa:

(36) Para a geografia do Atlântico, vide: F. Mauro. "L'océan et ses contraintes." Op. cit., 1.<sup>a</sup> parte, p. 11ss.

*Rota Lisboa—Rio de Janeiro—Lisboa*

<i>Ano</i>	<i>Percurso</i>	<i>Duração do percurso</i>
1703	Frota Rio—Lisboa	94 dias
1719	Frota Rio—Lisboa	91 dias
1720	Frota Rio—Lisboa	80 dias
	Lisboa—Rio—Lisboa	215 dias (7 meses e 5 dias)
1734	Navio Rio—Lisboa	70 dias
1735	Frota Rio—Lisboa	97 dias
1736	Navio Rio—Bahia—Lisboa	90 dias
1736	Navio Rio—Lisboa	64 dias
1743	Frota Rio—Lisboa	87 dias
1744	Navio Rio—Lisboa	82 dias
1745	Frota Rio—Lisboa	120 dias
1746	Navio Rio—Lisboa	75 dias
1747	Frota Rio—Lisboa	99 dias
1748	Frota Rio—Lisboa	132 dias (— 15 dias em Pernambuco = 117 dias)
1749	Frota Rio—Lisboa	89 dias
1753	Frota Rio—Lisboa	103 dias
1754	Frota Lisboa—Rio—Lisboa	339 dias (11 meses e 5 dias)
1755	Navio Rio—Lisboa	94 dias

*Rota Salvador—Lisboa*

<i>Ano</i>	<i>Percurso</i>	<i>Duração do percurso</i>
1698	Frota Salvador—Lisboa	86 dias
1703	Frota Salvador—Lisboa	84 dias
1714	Navio Salvador—Lisboa	75 dias
1715	Navio Salvador—Lisboa	76 dias
1717	Navio Salvador—Lisboa	75 dias
1717	Navio Salvador—Lisboa	70 dias
1720	Frota Salvador—Lisboa	109 dias
1730	Frota Salvador—Lisboa	91 dias
1736	Frota Salvador—Lisboa	67 dias
1737	Navio Salvador—Lisboa	67 dias
1747	Frota Salvador—Lisboa	82 dias
1754	Frota Salvador—Lisboa	73 dias
+	Frota Lisboa—Salvador—Lisboa	232 dias (7 meses e 18 dias)

*Rota Pernambuco—Lisboa*

<i>Ano</i>	<i>Percurso</i>	<i>Duração do percurso</i>
1747	Frota Pernambuco—Lisboa	69 dias
1749	Frota Pernambuco—Lisboa	81 dias
1754	Frota Lisb.—Pernamb.—Lisb.	360 dias (11 meses e 25 dias)
1755	Frota Lisb.—Pernamb.—Lisb.	215 dias (7 meses e 4 dias)

Estabelecendo as médias para o período e sobre os dados coletados, encontramos:

Rota: Rio de Janeiro—Lisboa . . . . .	Frota: 97 dias	navio: 79 dias
Rota: Salvador—Lisboa . . . . .	Frota: 84 dias	navio: 72 dias
Rota: Pernambuco—Lisboa . . . . .	Frota: 75 dias	

Estas médias se aproximam daquelas fornecidas por Du Vernay em memória sobre o comércio e a navegação dos portugueses para o Brasil. Informa o cônsul que a duração da viagem para o Rio de Janeiro era de aproximadamente 80 a 90 dias, enquanto para a Bahia era de 70 a 80 dias.<sup>37</sup>

Nesta memória, diz ainda o cônsul que geralmente as frotas permaneciam no Brasil oitenta dias para a venda das mercadorias, embora partissem e retornassem no mesmo ano. Algumas vezes, conforme as notícias colhidas sobre a situação do mercado brasileiro, tomava-se a iniciativa de sustar uma frota. De fato é o que se verifica no estudo do ritmo e da frequência das frotas.

Confrontando as médias da duração das viagens no século XVIII com aquelas apontadas por F. Mauro para os séculos XVI e XVII, observa-se que praticamente não houve alteração quanto ao tempo gasto para a rota Portugal—Brasil. Do século XVI ao século XVIII nenhum aperfeiçoamento náutico modificou o tempo de travessia do Atlântico. Será necessário aguardar o século XIX para que a revolução do vapor reduza o tempo de comunicação entre a Europa e a América portuguesa.

(37) A. N. (Paris), AE. BIII 385. "Etat circonstancié du Commerce et de la Navigation des Portugais tant au Brésil qu'aux Indes." Anexo à Carta de 22 de fevereiro de 1746.

**Resumo do movimento das frotas segundo a correspondência consular**

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
1697	
<p><i>Chegada:</i> setembro  <i>Navios:</i> 12  <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro  <i>Carga:</i> 6.000 caixas de açúcar, uma partida de ouro em barra vinda do Peru, de aproximadamente trinta mil escudos e grande quantidade de baleia (<i>sic</i>).</p> <p><i>Chegada:</i> outubro  <i>Navios:</i> 22  <i>Procedência:</i> Brasil (Bahia e Pernambuco).  <i>Carga:</i> 40.000 rolos de tabaco e 14.000 caixas de açúcar.</p>	<p>Q.D'O. "Portugal", tomo 33, carta de 1.º de outubro de 1697 (Rouillé).</p> <p>Q.D'O. "Portugal", tomo 33, carta de 21 de outubro de 1697 (Rouillé).</p>
1698	
<p><i>Partida:</i> fevereiro  <i>Destino:</i> Brasil  <i>Carga:</i> muitas armas, pólvora e balas.</p> <p><i>Chegada:</i> outubro  <i>Navios:</i> 20 mercantes e 2 de guerra.  <i>Procedência:</i> Bahia  <i>Carga:</i> açúcar e tabaco.</p>	<p>Q.D'O. "Portugal", tomo 33, carta de 26 de fevereiro de 1698 (Rouillé).</p> <p>Q.D'O. "Portugal", tomo 33, carta de 7 de outubro de 1698 (Rouillé).</p>
1699	
<p><i>Chegada:</i> agosto  <i>Procedência:</i> Brasil</p>	<p>Q.D'O. "Portugal", tomo 34, carta de 1.º de setembro de 1699 (Rouillé).</p>
1701	
<p><i>Chegada:</i> novembro  <i>Procedência:</i> Brasil  <i>Observação:</i> "A feliz chegada das frotas do Brasil acalmou um pouco os espíritos. Como toda gente é aqui nela interessada, desde a sua chegada cada um está ocupado com os seus negócios particulares e dá menos atenção aos [negócios] públicos."</p>	<p>Q.D'O. "Portugal", tomo 35, carta de 22 de novembro de 1701 (Rouillé).</p>

(Continua)



(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1703</p> <p><i>Chegada:</i> fevereiro <i>Navios:</i> 80 mercantes (compreendendo 1 de Goa). <i>Procedência:</i> Brasil <i>Carga:</i> 40.000 caixas de açúcar, 30.000 rolos de tabaco, 20.000 couros e ouro em barras e em pó vindo do Rio de Janeiro estimado em quatro milhões de libras.</p> <p><i>Observação:</i> "Esta frota vem mais rica, como não tem sido há algum tempo, em açúcar, em tabaco e em couros. Estas mercadorias serão entretanto bastante caras, porque o grande número de pessoas que vão à procura do ouro faz com que reste menos para trabalhar no cultivo das terras, e o preço dos negros tem se tornado excessivo. Junte-se a isto que os mestres dos navios, vendo que havia mais mercadorias a carregar do que se podia embarcar, aproveitaram da ocasião para aumentar o frete consideravelmente. O ouro que veio do Rio de Janeiro, de que se tem conhecimento, ascende a cerca de duzentas arrobas, cada arroba pesando 32 £ (peso), mas é de se acreditar que não se sabe tudo; esconde-se sempre uma parte para evitar o pagamento do quinto devido ao rei de Portugal."</p> <p><i>Partida:</i> junho <i>Navios:</i> 17 mercantes e 2 de guerra. <i>Destino:</i> Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Costa da África.</p> <p><i>Partida:</i> outubro <i>Navios:</i> 25 mercantes e 3 de guerra. <i>Destino:</i> Bahia (8), Pernambuco (11), Paraíba (3), Rio de Janeiro (2), Costa da Mina (1).</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Navios:</i> 3 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro (em 94 dias)</p>	<p>Q.D'O. "Portugal", tomo 42, carta de 14 de março de 1703 (Rouillé).</p> <p>Q.D'O. "Portugal", tomo 42, carta de 13 de fevereiro de 1703 (Château-neuf).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 652, carta de 26 de junho de 1703 (Delescolle).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI 652, carta de 2 de outubro de 1703 (Delescolle).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI 652, carta de 24 de dezembro de 1703 (Château-neuf).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p>1703 (cont.)</p> <p><i>Carga:</i> "... diz-se que eles trazem muito ouro para os particulares e somente quatrocentos e quarenta e oito libras-peso de ouro dos direitos do Rei que são menos cento e vinte e oito libras em relação ao ano passado".</p>	
<p>1704</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 17 navios mercantes entre os quais 1 das Índias e 1 navio de guerra. <i>Procedência:</i> Brasil</p>	<p>Q. D'O. "Portugal", tomo 43, carta de 21 de janeiro de 1704 (Châteauneuf).</p>
<p>1712</p> <p><i>Chegada:</i> outubro <i>Navios:</i> 60 mercantes e 6 de guerra. <i>Procedência:</i> Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Goa (2 navios). <i>Carga:</i> 30.000 caixas de açúcar, 30.000 rolos de tabaco, couros e ouro: "cerca de 800 arrobas de ouro das quais quase nada é vindo do Rio, pois os quintos do Rei ficaram por não haver navio de guerra para os carregar".</p> <p><i>Observação:</i> "O que é vindo de ouro pela última frota não passa de 500 arrobas, cada uma de 32 £-peso de marco. É preciso notar que esta quantidade é somente da Bahia, não vindo nada, ou muito pouco, do Rio de Janeiro, nem para o Rei de Portugal nem para os particulares. (...) A frota anterior a esta última trouxe mil arrobas e alguma coisa a mais porque o do Rio de Janeiro estava junto."</p>	<p>Q. D'O. "Portugal", tomo 45, carta de 18 de outubro de 1712 (Viganego).</p> <p>A.N. (Paris), AE. B<sup>1</sup>, 652, carta de 8 de maio de 1713 (Duverger).</p>
<p>1713</p> <p><i>Partida:</i> julho <i>Destino:</i> Brasil</p>	<p>A.N. (Paris), AE. B<sup>1</sup>, 652, carta de 24 de julho de 1713 (Duverger).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1713 (cont.)</p> <p><i>Chegada:</i> outubro <i>Navios:</i> 1 <i>Procedência:</i> Maranhão <i>Carga:</i> canela e cacau.</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Navios:</i> 38 mercantes, incluindo um das Índias e 3 de guerra. <i>Procedência:</i> Bahia (24), Pernambuco (8), Rio de Janeiro (5), Goa (1). <i>Carga:</i> 18.000 caixas de açúcar, 6.000 de tabaco, couros, madeiras e 360 arrobas de 32 libras cada de ouro registrado. <i>Observação:</i> "... não é senão uma meia frota porque ficaram no Brasil vários navios que não estavam ainda carregados, os quais virão em março ou abril próximos. (...) Diz-se que o valor desta frota, incluindo o navio de Goa, pode ser calculado em torno dos doze a treze milhões de cruzados que fazem 24 a 26 milhões de libras francesas. O Rei de Portugal não recebeu muito ouro nesta frota. Do quinto que ele exige de tudo e que se extrai das minas, não tendo chegado a tempo no Rio para ser embarcado no navio Santa Rosa, lhe veio somente doze mil e tantas moedas de ouro de renda da Casa da Moeda e cerca de quatro arrobas de outros direitos."</p>	<p>Q.D'O. "Portugal", tomo 45, carta de 31 de outubro de 1713 (Viganego).</p> <p>Q.D'O. "Portugal", tomo 46, carta de 2 de janeiro de 1714 (Viganego).</p>
<p style="text-align: center;">1714</p> <p><i>Chegada:</i> março <i>Navios:</i> 2 <i>Procedência:</i> Bahia (1), Maranhão (1) <i>Carga:</i> 850 caixas de açúcar, 600 rolos de tabaco, 500.000 cruzados em ouro (Bahia), cacau, canela e salsaparrilha (Maranhão).</p> <p><i>Chegada:</i> outubro <i>Navios:</i> 33 mercantes, incluindo 1 de Macau e 1 das Índias Orientais e 4 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro (3), Bahia (16), Pernambuco (12), Macau (1), Goa (1).</p>	<p>Q.D'O. "Portugal", tomo 46, carta de 27 de março de 1714 (Viganego).</p> <p>A.N. (Paris), AE.B<sup>1</sup>, 653, carta de 22 de outubro de 1714 (Duverger).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;"><i>1714 (cont.)</i></p> <p><i>Carga:</i> 13.000 caixas de açúcar, sendo: 1.000 do Rio, 8.000 da Bahia e 4.000 de Pernambuco, 12.000 rolos de tabaco, sendo: 11.500 da Bahia e 500 de Pernambuco.</p> <p><i>Observação:</i> "... as mercadorias que eles (os navios) trazem são em pequena quantidade com relação ao que se esperava, mas o pouco tempo que estes navios lá permaneceram e a quantidade de mercadorias existentes não deu possibilidade de comerciar. Assim, vários navios ficaram e os mercadores daqui não demonstram muita satisfação ainda que esta chegada fosse imprevista..."</p> <p>"Perdeu-se na viagem um navio carregado com 600 caixas de açúcar por ter-se chocado com um outro, virando de bordo" (...) Diz-se que esta frota trouxe muito pouco ouro e não se pôde ainda saber a quantidade."</p> <p>"Ouro chegado pela última frota do Brasil por conta do Rei de Portugal: 22.000 moedas de ouro. A moeda de ouro vale em Portugal 24 ££ de França, 32 arrobas de ouro e 1 vaso de ouro pesando 12 libras. Além desta soma, ficou um milhão de libras no Brasil para as novas fortificações. Não se pôde saber o que é vindo em ouro para os particulares..."</p> <p>"O ouro chegado do Brasil, tanto em moeda como em barras e em pó, não passa de 14 milhões de libras."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 653, carta de 22 de outubro de 1714 (Duverger)</p> <p>Q.D'O. "Portugal", tomo 46, carta de 23 de outubro de 1714 (De Mor-nay).</p> <p>Q.D'O. "Portugal", tomo 46, carta de 30 de outubro de 1714 (De Mor-nay).</p> <p>Q.D'O. "Portugal", tomo 46, carta de 6 de novembro de 1714 (De Mor-nay).</p>
<p style="text-align: center;"><i>1715</i></p> <p><i>Partida:</i> fevereiro <i>Destino:</i> Brasil <i>Observação:</i> "Os navios que partiram para</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 653, carta de 11 de fevereiro de 1715 (Duverger).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1715 (cont.)</p> <p>o Brasil são em maior número que inicialmente, porque, como esta frota se atrasou, isto deu tempo a que mais alguns fossem preparados. Assim, aqueles que sairão no mês de março com os dois para as Índias, serão em menor número.”</p> <p>“Esta frota, senhor, que partiu a 5 deste rio é de 28 navios mercantes escoltados por um navio de guerra dos quais a maior parte é para a Bahia.”</p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 14 mercantes e 2 de guerra <i>Destino:</i> Pernambuco (5), Bahia (3), Rio de Janeiro (1), Paraíba (1), Costa da Mina (3), Angola (1). <i>Observação:</i> “... a frota portuguesa saía ultimamente para o Brasil estava bem mais carregada de gêneros alimentícios que de mercadorias...” <i>Chegada:</i> outubro <i>Navios:</i> 69, sendo: 1 das Índias Orientais. <i>Procedência:</i> Bahia e Rio de Janeiro (46), Pernambuco (18), Maranhão (4), Índias (1) <i>Carga:</i> 24.000 caixas de açúcar, 17.000 rolos de tabaco, 60.000 couros, 13.000.000 de cruzados de ouro, aproximadamente.</p> <p><i>Observação:</i> “... a relação que tive a honra de vos enviar, da carga da frota do Brasil estava exagerada; ela é exata com relação às mercadorias, mas quanto ao ouro, pessoas bem informadas asseguraram-me que não havia mais de 18 a 19 milhões de libras, incluindo-se o que trazem três navios que ainda não chegaram.”</p> <p>“Dos três navios que faltavam das frotas do Brasil, um foi tomado pelos mouros e afundou na entrada do porto de Salé. Soube-se que os outros dois arribaram nas ilhas dos Açores, que faziam muita água, e que estavam a ponto de soçobrar se não encontrassem abrigo. Um deles está no Faial e outro na ilha de São Miguel.”</p>	<p>Q.D'O. “Portugal”, tomo 48, carta de 12 de fevereiro de 1715 (De Mornay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 653, anexo carta de 1.º abril de 1715 (Duverger).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 653, carta de 22 de abril de 1715. Q.D'O. “Portugal”, tomo 49 carta de 12 de novembro de 1715 (De Mornay).</p> <p>Q.D'O. “Portugal”, tomo 49, carta de 19 de novembro de 1715 (De Mornay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 653, carta de 31 de dezembro de 1715 (De Mornay).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
1716	
<p><i>Partida:</i> março <i>Navios:</i> 13 <i>Destino:</i> Brasil <i>Observação:</i> "Esta frota, que ordinariamente é composta de 40 navios mercantes, não é este ano senão de treze; uma diminuição tão considerável confirma o que tenho tido a honra de escrever várias vezes a V.M. sobre o estado do comércio de Portugal e de suas conquistas."</p>	Q.D'O. "Portugal", tomo 50, carta de 17 de março de 1716 (De Mornay).
<p><i>Partida:</i> abril <i>Destino:</i> Bahia <i>Observação:</i> "Partiram, senhor, com os dois navios de guerra para Goa, alguns navios mercantes para a Bahia de Todos os Santos."</p>	Q.D'O. "Portugal", tomo 50, carta de 7 de abril de 1716 (De Mornay).
<p><i>Chegada:</i> outubro <i>Procedência:</i> Bahia</p>	A.N. (Paris), AE. B <sup>l</sup> , 654, carta de 8 de dezembro de 1716 (Saint-Colombe).
<p><i>Chegada:</i> novembro <i>Navios:</i> 27 mercantes <i>Procedência:</i> Pernambuco (14), Rio de Janeiro (7) além de 6 destinados ao Porto. <i>Carga:</i> 510 rolos de tabaco, 11.285 caixas de açúcar, 996 caixões de açúcar, 45.760 couros, 112.426 oitavas de ouro em pó e 297.502 moedas de ouro, valendo doze libras cada. <i>Observação:</i> "O dinheiro do Rei não tendo chegado ainda das Minas..."</p>	A.N. (Paris), AE. B <sup>l</sup> , 654, cartas de 1º e 8 de dezembro de 1716 (Saint-Colombe).
<p>"Várias pessoas asseguram, senhor, que as minas do Brasil começam a diminuir, e pode-se acreditar nisso ante a desigualdade das duas últimas frotas. Aquela do ano passado trouxe cerca de vinte e quatro milhões de libras e a deste ano, dez no máximo, nas quais o quinto do Rei de Portugal não está incluído."</p>	Q.D'O. "Portugal", tomo 50, carta de 15 de dezembro de 1716 (De Mornay).

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;"><b>1717</b></p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 32 mercantes e 2 de guerra <i>Destino:</i> Brasil (28), Goa (2), São Tomé (1), Macau (1). <i>Carga:</i> "... o carregamento principal destes (navios para o Brasil) consiste em víveres de que há uma grande carência no Brasil."</p> <p><i>Chegada:</i> novembro <i>Navios:</i> 26 mercantes e 1 de guerra <i>Procedência:</i> Bahia e Pernambuco (24), e Goa (2).</p> <p><i>Carga:</i> 6.000 caixas de açúcar, 5.000 rolos de tabaco, 40.000 couros curtidos e 6.000.000 de libras em ouro aproximadamente.</p> <p><i>Observação:</i> "... o navio de guerra trouxe 90.000 moedas de ouro e 90.000 oitavas de ouro em barra e em pó. Estas duas frota não carregaram este ano um quarto da quantidade de açúcares e tabaco do Brasil, que elas têm o costume de trazer todos os anos."</p>	<p>Q.D'O. "Portugal", tomo 52, carta de 20 de abril de 1717 (De Mornay).</p> <p>Q.D'O. "Portugal", tomo 52, anexo à carta de 14 de dezembro de 1717 (De Mornay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.B<sup>1</sup>, 655, carta de 29 de novembro de 1717 (Saint-Colombe).</p>
<p style="text-align: center;"><b>1718</b></p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 33 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Brasil (31) Índias Orientais (2) <i>Observação:</i> (os navios) "que a compõem estão quase que somente carregados de víveres".</p> <p><i>Chegada:</i> julho <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> ouro para o Rei: 52 arrobas e 10 libras de ouro em pó, 17.700 moedas de ouro de 24 libras cada. Ouro total: 86 arrobas de ouro em pó, 433.052 moedas de 24 £ cada, 5.365 caixas de açúcar, 649 caixões de açúcar, 3.279 couros curtidos,</p>	<p>Q.D'O. "Portugal", tomo 52, carta de 19 de abril de 1718 (De Mornay).</p> <p>Q.D'O. "Portugal", tomo 51, carta de 26 de julho de 1718 (Saint-Colombe).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1718 (cont.)</p> <p>1.546 couros em pêlo, 280 rolos de tabaco, 70 pipas de azeite de peixe, barbas de baleia e pau-brasil e outras madeiras.</p> <p><i>Chegada:</i> novembro <i>Navios:</i> 28 mercantes e 1 de guerra <i>Procedência:</i> Bahia <i>Carga:</i> 8.000 caixas de açúcar, 17.000 rolos de tabaco, 30.000 couros e 6.000.000 de libras de ouro, tanto cunhado como em barras.</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Procedência:</i> Pernambuco <i>Carga:</i> 5.500 caixas de açúcar, 100 rolos de tabaco, 40.000 couros, 960.000 ££ de ouro cunhado e em barra.</p>	<p>Q.D'O. "Portugal", tomo 51, carta de 13 de dezembro de 1718 (De Mornay).</p> <p>Q.D'O. "Portugal", tomo 51, carta de 13 de dezembro de 1718 (De Mornay).</p>
<p style="text-align: center;">1719</p> <p><i>Chegada:</i> outubro <i>Navios:</i> 6 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> para o Rei: arrobas, 34 arráteis, 17 onças, 14 oitavas, 25.727 moedas. Para os particulares: 165 arrobas, 9 arráteis, 11 onças, 2 oitavas, 1 arroba, 21 arráteis, 10 onças, 5 oitavas, 467.262 moedas, 1.486 caixas de açúcar, 297 fechos de açúcar, 2.500 couros em cabelo, 988 meios de sola, 80 quintais de barba de baleia, 115 dúzias de couçoera, 105 dúzias de tabuado, 2.639 quintais de pau de jacarandá, 277 fardos de seda de Macau e 160 pontas de marfim.</p> <p><i>Observação:</i> "... um dos navios da frota do Rio de Janeiro que estava fortemente avariado entrou no porto em 28 do mês de outubro passado. Falta ainda um navio desta mesma frota, denominado <i>O Corsário das Índias</i>, carregado no valor de mais de dois</p>	<p>Cerqueira e Silva, Inácio Acioli de. <i>Memórias históricas e políticas da Província da Bahia</i>, vol. 6, nota n.º 9, de Brás, do Amaral, p. 198-99.</p> <p>A.N. (Paris), AE.B<sup>1</sup>, 657, carta de 7 de novembro de 1719 (Saint-Colombe).</p>

(Continua)



(Continuação)

Ano	Fonte
<p>1719 (cont.)</p> <p>milhões em ouro, do qual não há qualquer notícia. Espalha-se mesmo na cidade, que ele foi atacado por um argelino que o capturou..."</p>	
<p>1720</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 34 mercantes e 1 de guerra <i>Procedência:</i> Bahia (31), Índias Orientais (3).</p> <p><i>Carga:</i> 7.794 caixas de açúcar, 957 meias caixas de açúcar, 128 pequenas caixas de açúcar de 32 arrobas cada, 11.238 rolos de tabaco, 21.751 couros curtidos, 205 couros não curtidos, 55 milhares de contas para fazer rosários, 92 barris de melaço, 104 escravos, 10.270 moedas de ouro para Sua Majestade Portuguesa, 164.151 moedas de ouro para os particulares e 759.125 onças de ouro para os particulares.</p> <p><i>Observação:</i> "Perderam-se três navios desta frota na barra de Lisboa. Um outro foi capturado na enseada de Pernambuco, e outro foi pilhado na mesma enseada pelo mesmo pirata. Duas balandras vindas de Pernambuco, carregadas de madeira para o almirantado, foram tomadas pelos mouros, assim como um navio que vinha do Maranhão. Não há notícias ainda do navio bastante rico que vinha do Rio e que se separou da frota na altura do Cabo Verde."</p> <p><i>Chegada:</i> julho <i>Procedência:</i> Pernambuco</p> <p><i>Chegada:</i> outubro <i>Navios:</i> 11 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 658, cartas de 21 e 23 de janeiro de 1720 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 658, carta de 13 de agosto de 1720 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 658, carta de 6 de novembro de 1720 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;">1720 (cont.)</p> <p><i>Carga:</i> ouro para o Rei: 34 arrobas e 8 libras, 28.209 moedas. <i>Total:</i> 224 arrobas e 10 libras, 308.160 moedas, 2.290 caixas de açúcar e couros.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 48, p. 587-88.</p>
<p style="text-align: center;">1721</p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 12 mercantes e 2 de guerra <i>Destino:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Chegada:</i> agosto <i>Navios:</i> 60 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Bahia e Pernambuco (59), Goa (1).</p> <p><i>Carga:</i> da Bahia 12.196 caixas de açúcar, 1.613 meias caixas de açúcar, 24.388 rolos de tabaco, 32.962 couros de sola e 2.153 couros de pélo. De Pernambuco: 1.395 caixas de açúcar, 175 meias caixas de açúcar, 809 rolos de tabaco, 8.444 couros de sola e madeiras.</p> <p><i>Observação:</i> "dos 60 navios, 14 são destinados para o Porto e Viana, dos quais a carga não está computada na relação supra".</p> <p><i>Partida:</i> novembro <i>Navios:</i> 19 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Pernambuco (8), Bahia (2), Angola (3), São Tomé e Costa da Mina (2), Cabo Verde e Cacheu (1), Madeira (1).</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 659, carta de 8 de abril de 1721 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 659, carta de 26 de agosto de 1721 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 659, carta de 11 de novembro de 1721 (De Montagnac).</p>
<p style="text-align: center;">1722</p> <p><i>Chegada:</i> março <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 660, carta de 10 de março de 1722 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1722 (cont.)</p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 19 mercantes <i>Destino:</i> Bahia (18) e Índias (1).</p> <p><i>Observação:</i> "A partida desta frota foi tão precipitada, que um terço das mercadorias que ela deveria carregar ficou em terra, e aquelas que foram embarcadas partiram sem que os mercadores a quem elas pertencem tenham tido tempo de fazer assinar os conhecimentos...."</p> <p><i>Chegada:</i> maio <i>Procedência:</i> Bahia</p> <p><i>Observação:</i> "... não se pôde saber nada, além de que esta frota sendo uma das mais ricas vinda daquela região, o conselho deste príncipe, sem dúvida, decidiu a propósito impedir seu conhecimento às cortes estrangeiras, para fazê-las ignorar a quantidade de ouro que Portugal retira cada vez mais de suas minas. (...) E esta mesma pessoa me assegurou que as riquezas desta frota, em barras e em ouro em pó, eram surpreendentes e que se ela não tivesse visto a relação nas mãos do Rei, seu Senhor, não teria jamais acreditado..."</p> <p><i>Partida:</i> maio <i>Destino:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Chegada:</i> agosto <i>Procedência:</i> Pernambuco</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 660, carta de 7 de abril de 1722 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 660, carta de 2 de junho de 1722 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 660, carta de 2 de junho de 1722 (De Montagnac)</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 660, carta de 11 de agosto de 1722 (De Montagnac).</p>
<p style="text-align: center;">1723</p> <p><i>Chegada:</i> agosto <i>Navios:</i> 1 <i>Procedência:</i> São Gabriel <i>Carga:</i> 11.000 couros de boi</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 661, carta de 3 de agosto de 1723 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1723 (cont.)</p> <p><i>Observação:</i> Chegada de um navio que os portugueses tinham enviado no ano passado à Nova Colônia de São Gabriel. (...) Dizem também que trouxe algumas caixas de piastras, sem que se pudesse saber ainda o valor total.</p>	
<p style="text-align: center;">1724</p> <p><i>Chegada:</i> março <i>Navios:</i> 30 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Bahia (29), Índias (1) <i>Carga:</i> 12.000 caixas de açúcar e 14.000 rolos de tabaco.</p> <p><i>Observação:</i> "Há um tempo memorável não se via chegar em Portugal uma frota tão pobre como esta."</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Navios:</i> 5 mercantes <i>Procedência:</i> Maranhão <i>Carga:</i> tabaco, açúcares etc.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 662, carta de 7 de março de 1724 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 662, carta de 5 de dezembro de 1724 (De Montagnac).</p>
<p style="text-align: center;">1725</p> <p><i>Chegada:</i> fevereiro <i>Navios:</i> 24 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Carga:</i> 3.000 caixas de açúcar, 61.000 couros e ouro: 16 milhões de cruzados dos quais 2 milhões e meio para S.M.P., provenientes de seus 2/5, ou seja, 1/5 do ano passado e o outro 1/5 do presente. O resto pertence aos particulares que é a riqueza e o retorno de duas frotas, posto que não houve senão esta do Rio de Janeiro desde 2 anos. Mais 45 mil moedas de ouro em dinheiro, vindas pelos direitos da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, e outros direitos pertencentes ao Rei de Portugal.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 662, carta de 13 de fevereiro de 1725 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1725 (cont.)</p> <p><i>Observação:</i> “Eu soube depois que veio também nesta mesma frota cerca de cem mil piastras em dinheiro de prata, que os portugueses tiraram de Buenos Aires, pela sua colônia de São Gabriel.”</p> <p><i>Partida:</i> setembro <i>Navios:</i> 11 mercantes e 1 de guerra <i>Destino:</i> Rio de Janeiro (6), Bahia (2), Bengala (2), Angola (1)</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Navios:</i> 1 mercante <i>Procedência:</i> São Gabriel <i>Carga:</i> 8.000 rolos de tabaco, 16.000 couros de Buenos Aires e cerca de 70 mil patacas em dinheiro.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 662, carta de 27 de fevereiro de 1725 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 662, carta de 18 de setembro de 1725 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 662, carta de 25 de dezembro de 1725 (De Montagnac).</p>
<p style="text-align: center;">1726</p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 17 mercantes e 1 de guerra <i>Destino:</i> Pernambuco (15), Índias (2)</p> <p><i>Carga:</i> vinhos, azeite, aguardentes, farinhas e outros gêneros alimentícios, e algumas carregações em tecidos da Bretanha, de Hamburgo, baetas e serafinas da Inglaterra.</p> <p><i>Chegada:</i> novembro <i>Navios:</i> 50 <i>Procedência:</i> Bahia, Maranhão, Costa da Mina, Índias.</p> <p><i>Observação:</i> “O navio de guerra do Rei de Portugal, o <i>Santa Rosa</i>, de 60 canhões, com 600 homens de equipagem, que comboiava esta frota, explodiu pelo fogo que atingiu a pólvora na altura de Pernambuco, ao anoitecer, e do qual só se salvaram 5 a 6 marinheiros e 2 soldados encontrados no dia seguinte pela manhã sobre os mastros que</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 663, carta de 6 de abril de 1726 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 663, carta de 19 de novembro de 1726 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p>1726 (cont.)</p> <p>flutuavam. Este navio trazia em seus cofres, segundo a estimativa, entre 5 a 6 milhões de cruzados em ouro, tanto para o Rei como para os particulares."</p>	
<p>1727</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 22 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Pernambuco <i>Carga:</i> açúcares e outras mercadorias daquele país.</p> <p><i>Observação:</i> "A frota de Pernambuco chegada aqui no mês de janeiro último, da qual V.Ex<sup>a</sup>. deseja saber do que é composta a sua carga, não trouxe senão açúcares, pau-brasil e couros, que são os produtos que compõem ordinariamente as cargas desta frota. Ela trouxe também algum ouro cunhado, mas não se pode saber a quantidade. Estima-se, aproximadamente, toda a sua carga, tanto em ouro quanto em mercadorias, em cerca de um milhão e meio de cruzados..."</p> <p><i>Partida:</i> março <i>Navios:</i> 19 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> baetas, bretanhas e outras fazendas de lã e comestíveis como farinhas, biscoitos, vinhos e aguardentes.</p> <p><i>Partida:</i> abril. <i>Navios:</i> 19 mercantes e 1 de guerra <i>Destino:</i> Bahia</p> <p><i>Carga:</i> fazendas como baetas, tecidos de lã e de seda, algumas bretanhas, vinhos, azeites, aguardentes, biscoitos, farinhas e outros gêneros alimentícios.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 663, carta de 21 de janeiro de 1727 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 663, carta de 25 de março de 1727 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 663, carta de 25 de março de 1727 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 663, carta de 29 de abril de 1727 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;">1727 (cont.)</p> <p><i>Partida:</i> agosto <i>Destino:</i> Pernambuco</p> <p><i>Chegada:</i> novembro <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Carga:</i> 1.800 caixas de açúcar e 133.000 couros de Buenos Aires.</p> <p><i>Observação:</i> "Estima-se no total em cerca de um milhão de cruzados."</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Procedência:</i> Bahia <i>Observação:</i> "Não foi possível ainda obter uma nota do que trouxe a frota da Bahia..."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 663, carta de 2 de setembro de 1727 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 664, carta de 3 de fevereiro de 1728 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 663, carta de 30 de dezembro de 1727 (De Montagnac).</p>
<p style="text-align: center;">1728</p> <p><i>Chegada:</i> junho <i>Navios:</i> 9 mercantes <i>Procedência:</i> Pernambuco</p> <p><i>Carga:</i> 120.000 couros curtidos, 7.000 caixas de açúcar e um pouco de ouro em pó e em moedas.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 664, cartas de 8 e 15 de junho de 1728 (De Montagnac).</p>
<p style="text-align: center;">1729</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 16 mercantes e 2 de guerra <i>Procedência:</i> Bahia (15), Índias (1)</p> <p><i>Carga:</i> 12.000 caixas de açúcar, 8.000 rolos de tabaco, 60.000 couros e 8 milhões de cruzados em ouro, tanto para o Rei de Portugal quanto para os particulares. Assegura-se que a maior parte deste ouro é para este príncipe.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 664, cartas de 11 e 18 de janeiro de 1729 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1730</p> <p><i>Partida:</i> janeiro <i>Navios:</i> 14 mercantes e 1 de guerra <i>Destino:</i> Bahia</p> <p><i>Observação:</i> "Diz-se que (a frota) vai carregar madeira de construção daquela região para os edifícios de Mafra."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 665, carta de 17 de janeiro de 1730 (De Montagnac).</p>
<p><i>Partida:</i> fevereiro <i>Navios:</i> 15 mercantes <i>Destino:</i> Rio de Janeiro (14), Bahia (1) <i>Observação:</i> "Esta frota, assim como aquelas dos dois anos precedentes, não estava senão meio carregada e, os tecidos de lã dos ingleses e algumas bretanhas que vêm da França que os portugueses costumam embarcar, eram a menor parte da carga desta frota. A grande parte era de comestíveis, como farinhas, biscoitos, vinhos, aguardente, azeite, presuntos, salsichões, etc., o que prova que estas colônias estão sempre repletas de todas as espécies de mercadorias e que não se ousa enviar mais por temor de perda considerável e de desgastar ainda mais o comércio."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 665, carta de 14 de fevereiro de 1730 (De Montagnac).</p>
<p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 7 mercantes e 1 de guerra <i>Destino:</i> Pernambuco <i>Observação:</i> "Esta frota partiu meio carregada, levando somente alguns gêneros alimentícios e muito pouco de mercadorias."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 665, carta de 2 de maio de 1730 (De Montagnac).</p>
<p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Navios:</i> 28 mercantes e 2 de guerra <i>Procedência:</i> Bahia (25), Maranhão (2), Goa (1)</p> <p><i>Carga:</i> 12.000 caixas de açúcar, sendo: 10 mil para Lisboa e 2 mil para o Porto, 23.000 couros em pêlo, 27.000 couros "a pretez" (<i>sic</i>), 13.000 rolos de tabaco, madeiras para construção, 2 milhões de cruzados por conta de S.M.P. e 2.500.000 cruzados para os particulares.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 665, carta de 5 de dezembro de 1730 (De Montagnac).</p>

(Continua)



(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1730 (cont.)</p> <p><i>Observação:</i> (sobre os navios do Maranhão) "... onde as mercadorias da Europa são vendidas a um baixíssimo preço e o cacau, com que eles (os navios) estão carregados, chegará em torno dos trinta soldos a libra, vendido em Lisboa. Vieram por estes mesmos navios, índigo, das novas plantações que se fizeram no Maranhão, por ordem do Rei, e algumas pedras que foram lá encontradas e que se acredita sejam diamantes. Destes últimos, veio uma quantidade pelos navios da frota."</p>	
<p style="text-align: center;">1731</p> <p><i>Partida:</i> março <i>Navios:</i> 19 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Carga:</i> lãs da Inglaterra, alguma bretanha, estojos, sedas da França, da Holanda, e da Itália e gêneros alimentícios.</p> <p><i>Chegada:</i> abril <i>Navios:</i> 27 mercantes <i>Procedência:</i> Pernambuco</p> <p><i>Observação:</i> "Esta frota é a mais rica que memória de homem tenha visto vir do dito Pernambuco. Estas riquezas igualam-se quase àquelas do Rio de Janeiro."</p> <p><i>Chegada:</i> novembro <i>Navios:</i> 5 mercantes <i>Procedência:</i> Maranhão <i>Carga:</i> cacau e outras mercadorias daquela região.</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Navios:</i> 14 mercantes <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 665, carta de 20 de março de 1731 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 665, carta de 10 de abril de 1731 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 665, carta de 27 de novembro de 1731 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 665, cartas de 11 e 17 de dezembro de 1731 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;">1731 (cont.)</p> <p><i>Carga:</i> 40.000 couros em pêlo, 5.000 caixas de açúcar, e ouro: 11.000.000 de cruzados, sendo: 3.600.000 para o Rei e o restante para os particulares, e diamantes: 8.000 oitavas dos registrados, que podem valer, pelo que me disse uma pessoa por cujas mãos passaram no Rio de Janeiro, 3.000.000 de cruzados.</p>	
<p style="text-align: center;">1732</p> <p><i>Chegada:</i> março <i>Procedência:</i> Bahia</p> <p><i>Observação:</i> "Descarrega-se atualmente a frota recém-chegada da Bahia. Não se pode saber ao certo em que consistem as riquezas que ela trouxe em ouro; parece mesmo que isto se conserva em segredo."</p> <p><i>Chegada:</i> julho <i>Navios:</i> 14 mercantes e 1 de guerra <i>Procedência:</i> Pernambuco</p> <p><i>Carga:</i> 6.400 caixas de açúcar, 60.000 meios couros curtidos, 12.000 quintais de pau-brasil, algum ouro de cuja quantidade nada se sabe, alguns diamantes que passaram para a dita colônia pelo comércio com as minas.</p> <p><i>Partida:</i> outubro <i>Navios:</i> 16 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Bahia (14), Pernambuco (1), Rio de Janeiro (1).</p> <p><i>Carga:</i> "Ricamente carregada de tecidos de lã da Inglaterra, bretanhas e quantidade das ditas falsificadas em Estrasburgo, sedas da Itália e algumas partidas das de Lion..."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 666, carta de 18 de março de 1732 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 666, carta de 5 de agosto de 1732 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 666, carta de 7 de outubro de 1732 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;"><b>1733</b></p> <p><i>Partida:</i> fevereiro <i>Destino:</i> Pernambuco</p> <p><i>Chegada:</i> abril <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Observação:</i> "... um navio desta frota se perdeu na altura das ilhas Açores tendo afundado por velhice e pelo mau tempo (...); na entrada da barra de Lisboa, perdeu-se um segundo (navio) na noite da sexta-feira santa, que vinha da Nova Colônia, o qual se tinha incorporado no Rio de Janeiro com a frota. Toda a equipagem desapareceu, sem que escapasse uma só pessoa (...); dois dias depois, os cadáveres e um cofre, que continha uma parte das piastras que este navio trazia daquela Nova Colônia, foram encontrados nas margens do rio, a duas léguas abaixo de Lisboa (...). Avaliam-se os diamantes vindos por esta frota em quatro milhões de cruzados".</p> <p><i>Partida:</i> outubro <i>Destino:</i> Rio de Janeiro</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 666, carta de 24 de fevereiro de 1733 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 666, carta de 14 de abril de 1733 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 666, carta de 27 de outubro de 1733 (De Montagnac).</p>
<p style="text-align: center;"><b>1734</b></p> <p><i>Chegada:</i> março <i>Navios:</i> 40 mercantes e 2 de guerra. <i>Origem:</i> Bahia (38), Índias (2).</p> <p><i>Carga:</i> 14.000 caixas de açúcar e 8.000 rolos de tabaco.</p> <p><i>Observação:</i> "Não pude saber ainda a quantidade de ouro e de diamantes que esta frota trouxe da Bahia e que é considerável</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 667, carta e anexo de 16 de março de 1734 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;">1734 (cont.)</p> <p>pelo que me asseguraram. Somente pude obter a nota aqui anexa do ouro do Rei de Portugal, proveniente do quinto das Minas e de outros lugares, das alfândegas do Rio de Janeiro, vindo numa fragata procedente do Rio e que passou pela Bahia para aí comboiar a frota..."</p> <p>"Relação do ouro e do dinheiro enviados a S.M.P.":</p> <p>Das Minas Gerais: em 121 barras de ouro 1.946 marcos, 3 onças, 3 oitavas, 24 grãos a 1.568 réis... 195:327\$808; em 64.100 moedas cunhadas 410:240\$000, em 44 polvarinhos de ouro, em pó 1.415 marcos, 5 onças, 4 oitavas, 36 grãos, a 1.400 réis, 126:846\$300, em dinheiro cunhado 279:187\$200.</p> <p>Da cidade de São Paulo: em 144 barras de ouro 1.819 marcos, 3 onças, 1 oitava a 1.568 réis... 182:579\$488; em uma só pepita de ouro virgem, pesando 90 marcos, a 1.500 réis a oitava... 8:640\$000; em dinheiro cunhado e direito do donativo... 2:452\$620.</p> <p>Da cidade do Rio de Janeiro: em um polvarinho de ouro em pó de uma confiscação 7.486 oitavas a 1.400 réis... 10:480\$400; em dinheiro de Angola que o governador enviou a S. Majestade... 2:000\$000. Total ..... 1.217:753\$816. Perfazendo: 3.044.384 cruzados.</p> <p><i>Chegada:</i> agosto</p> <p><i>Navios:</i> 17 mercantes e 2 de guerra.</p> <p><i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Observação:</i> "Afirma-se que é muito rica em diamantes, havendo um de 140 quilates."</p> <p><i>Carga: para o Rei:</i> 120 arrobas e 14 marcos de ouro em pó e em barras, 221:216\$032 em ouro cunhado, 315 marcos de prata e 56 oitavas de diamantes.</p> <p><i>Para particulares:</i> 1 diamante pesando 115 quilates, 9.968 oitavas e 54 grãos de dia-</p>	<p>A.N. (Paris), AE.B<sup>1</sup>, 667, cartas de 31 de agosto e 7 de setembro de 1734 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p data-bbox="408 279 541 302">1734 (Cont.)</p> <p data-bbox="238 315 714 577">mantes brutos, 3.137:960\$030 em ouro cunhado, 43 arrobas e 38 marcos de ouro em barra e em pó, 4 arrobas, 30 marcos, 5 onças de ouro trabalhado, 40.803 piastras, 6.373 marcos de prata em barra, 91.802 couros em pêlo de Buenos Aires, 5.204 meios couros curtidos, 70.000 cruzados em barbas de baleia, 1.100 caixas de açúcar, 712 quintais de marfim, 695 quintais de madeira jacarandá, 293 escravos e 200 pipas de azeite de peixe.</p> <p data-bbox="238 597 445 620"><i>Chegada:</i> dezembro</p> <p data-bbox="238 620 347 644"><i>Navios:</i> 17</p> <p data-bbox="238 644 506 667"><i>Procedência:</i> Pernambuco</p> <p data-bbox="238 667 714 715"><i>Observação:</i> "17 navios ricamente carregados pelo que pude saber."</p>	<p data-bbox="757 597 1030 667">A.N. (Paris), AE.BI, 667, carta de 7 de dezembro de 1734 (De Montagnac).</p>
<p data-bbox="452 765 497 788">1735</p> <p data-bbox="238 801 637 871"><i>Chegada:</i> setembro <i>Navios:</i> 12 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p> <p data-bbox="238 895 441 965"><i>Chegada:</i> outubro <i>Navios:</i> 43 <i>Procedência:</i> Bahía</p> <p data-bbox="238 1012 714 1154"><i>Carga: ouro para o Rei:</i> ouro em dinheiro... 130:168\$087, ouro em barras... 21:570\$000, 1% de direito sobre o dinheiro vindo para o público... 2:100\$000, produto da Bula... 2:880\$000, confiscação aos ausentes... 1:383\$200.</p> <p data-bbox="238 1177 714 1295"><i>Ouro para os particulares:</i> ouro em dinheiro... 348:822\$436, ouro em barras... 4:158\$000, ouro trabalhado... 172:590\$000, 1.768 oitavas de diamantes, avaliados em... 122:160\$000</p>	<p data-bbox="757 801 1030 871">A.N. (Paris), AE.BI, 668, carta de 27 de setembro de 1735 (De Montagnac).</p> <p data-bbox="757 895 1030 981">A.N. (Paris), AE.BI, 668, carta e anexo de 25 de outubro de 1735 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p>1735 (cont.)</p> <p><i>Mercadorias:</i> 12.250 caixas de açúcar, 1.422 meias caixas de açúcar, 774 pães de açúcar, 265 barris de mel (melaço), 8.335 rolos de tabaco, 180.861 couros curtidos, 295.200 milhares de coquilho, 3.585 quintais de madeiras couçoeiras, 11.368 couros da Nova Colônia, 238 escravos, 2.272 quintais de madeira jacarandá.</p>	
<p>1736</p> <p><i>Partida:</i> março <i>Destino:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Observação:</i> "Soube depois (da partida da frota) que o Rei de Portugal fez embarcar em seus navios uma quantidade de armas, de balas e de ferramentas próprias para remover a terra e na véspera da partida desta frota ordenou-se a um engenheiro embarcar..."</p> <p><i>Chegada:</i> agosto <i>Navios:</i> 26 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Pernambuco (21), Bahia (4), Bengala (1).</p> <p><i>Carga:</i> 1.500.00 cruzados em ouro em barra e cunhado, 6.103 caixas de açúcar, 8.300 rolos de tabaco, 1.500 quintais de madeira de Pernambuco, 80.000 couros curtidos, 1.000 couros em pêlo.</p> <p><i>Observação:</i> "Esta frota trouxe muito pouco ou quase nenhum diamante."</p> <p><i>Chegada:</i> novembro <i>Procedência:</i> Bahia</p> <p><i>Observação:</i> "...com uma carga pouco considerável, quer em ouro quer em gêneros alimentícios e isto é consequência do trans-torno que a guerra da colônia tem ocasionado ao Brasil".</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 669, cartas de 27 de março e 3 de abril de 1736 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 669, carta de 14 de agosto de 1736 (De Montagnac).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 669, carta de 20 de novembro de 1736 (De Montagnac).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;"><b>1737</b></p> <p><i>Partida:</i> maio <i>Navios:</i> 6 <i>Destino:</i> Rio de Janeiro e Goa.</p> <p><i>Chegada:</i> novembro <i>Navios:</i> 15 mercantes e 2 de guerra.</p> <p><i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 670, carta de 14 de maio de 1737 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 670, carta de 3 de dezembro de 1737 (Du Vernay).</p>
<p style="text-align: center;"><b>1738</b></p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 1 <i>Procedência:</i> Maranhão <i>Carga:</i> tabaco e açúcar.</p> <p><i>Partida:</i> maio <i>Destino:</i> Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco (4), Índias (2).</p> <p><i>Observação:</i> "Calcula-se em 6 milhões de cruzados o carregamento da frota, que partiu a 1.º do mês passado para o Rio de Janeiro."</p> <p><i>Chegada:</i> julho <i>Navios:</i> 22 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Pernambuco</p> <p><i>Carga:</i> 9.640 quintais de pau-brasil, 7.639 caixas de açúcar, 697 fardos de açúcar, 908 pães de açúcar, 11.860 couros em pêlo, 67.929 couros para sola, 444 barris de mel, 110 rolos de tabaco, 175 pranchas, 244 escravos e 1:455\$277 em dinheiro e ouro em pó.</p> <p><i>Chegada:</i> outubro <i>Navios:</i> 26 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Bahia</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 671, carta de 7 de janeiro de 1738 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 671, cartas de 29 de abril e 6 de maio de 1738 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 671, carta de 24 de junho de 1738 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 671, carta de 15 de julho de 1738 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 671, cartas de 16 e 21 de outubro de 1738 (Du Vernay).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;">1738 (cont.)</p> <p><i>Carga:</i> 7.000 caixas de açúcar, 9.600 rolos de tabaco, 57.000 couros de sola, 3.600 couros em pêlo, várias qualidades de madeira, 500 oitavas de diamantes, e 3.000.000 de cruzados em ouro para o Rei e a mesma quantidade para os particulares.</p>	
<p style="text-align: center;">1739</p> <p><i>Partida:</i> maio <i>Destino:</i> Maranhão e Pernambuco.</p> <p><i>Partida:</i> dezembro <i>Navios:</i> 29 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Rio de Janeiro (26), Santos (1), Angola (2).</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 671, carta de 5 de maio de 1739 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 671, carta de 29 de dezembro de 1739 (Du Vernay).</p>
<p style="text-align: center;">1740</p> <p><i>Chegada:</i> fevereiro <i>Procedência:</i> Bahia</p> <p><i>Chegada:</i> abril <i>Navios:</i> 27 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Pernambuco</p> <p><i>Carga:</i> 6.360 caixas de açúcar, 340 rolos de tabaco, 210.000 couros curtidos, 5.600 couros em pêlo salgados, 7.600 quintais de pau-brasil, 3.600 libras de ipecacuanha, 3.400 quintais de madeira jacarandá, 12.000 quintais de madeira para assoalho e pranchas para portas e janelas, 600 arrobas de limões, bananas, doces, e 300.000 cruzados em dinheiro.</p> <p><i>Chegada:</i> agosto <i>Navios:</i> 26 mercantes e 3 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Observação:</i> "Dizem-na menos rica do que costuma ser."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 671, carta de 23 de fevereiro de 1740 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 671, carta de 31 de maio de 1740 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 671, carta de 30 de agosto de 1740 (Du Vernay).</p>

(Continua)



(Continuação)

Ano		Fonte
<p data-bbox="431 266 480 290">1741</p> <p data-bbox="216 305 698 423"><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 6 mercantes <i>Procedência:</i> Maranhão <i>Carga:</i> açúcar, cacau, cravo, salsaparrilha, café e algodão.</p> <p data-bbox="216 446 644 517"><i>Partida:</i> janeiro <i>Navios:</i> 25 mercantes e 2 de guerra. <i>Destino:</i> Bahia (18), Pernambuco (7).</p> <p data-bbox="216 540 622 611"><i>Partida:</i> fevereiro <i>Navios:</i> 25 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Rio de Janeiro</p> <p data-bbox="216 635 698 846"><i>Carga:</i> "Sua carga consiste no mesmo que daquelas da Bahia e de Pernambuco, que eu esqueci, Senhor, de vos comunicar, em baetas, camelas, panos, tecidos de seda, alguns galões, quinquilharia, tecidos reais de Bretanha; mas a grande parte do carregamento destas três frotas é de comestíveis como vinhos, azeites, farinhas, biscoitos, queijos, manteiga, sal, carne de porco etc."</p> <p data-bbox="216 870 698 1011"><i>Chegada:</i> abril <i>Procedência:</i> Bahia <i>Carga:</i> 4.000.000 de cruzados para o Rei, 2.000.000 de cruzados para os particulares, 1.849 caixas de açúcar, 8.141 couros de sola, 3.716 rolos de tabaco e 50 escravos.</p> <p data-bbox="216 1034 698 1128"><i>Partida:</i> junho <i>Navios:</i> 13 mercantes <i>Destino:</i> Maranhão e Pará (6), Índias (5), Angola (2).</p> <p data-bbox="216 1152 698 1223"><i>Carga:</i> "Algumas fazendas, quantidade de baeta, panos grossos, artigos religiosos e muitos gêneros alimentícios."</p> <p data-bbox="216 1246 622 1317"><i>Chegada:</i> outubro <i>Navios:</i> 20 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p>	<p data-bbox="737 305 1004 376">A.N. (Paris), AE.BI, 672, carta de 17 de janeiro de 1741 (Ferrand).</p> <p data-bbox="737 446 1004 517">A.N. (Paris), AE.BI, 672, carta de 17 de janeiro de 1741 (Ferrand).</p> <p data-bbox="737 540 1004 611">A.N. (Paris), AE.BI, 672, carta de 21 de fevereiro de 1741 (Ferrand).</p> <p data-bbox="737 870 1004 940">A.N. (Paris), AE.BI, 672, carta de 18 de abril de 1741 (Ferrand).</p> <p data-bbox="737 1034 1004 1105">A.N. (Paris), AE.BI, 672, carta de 6 de junho de 1741 (Ferrand).</p> <p data-bbox="737 1246 1004 1317">A.N. (Paris), AE.BI, 672, carta de 24 de outubro de 1741 (Du Vernay).</p>	

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p data-bbox="243 263 367 295">1741 (cont.)</p> <p data-bbox="56 303 559 422"><i>Observação:</i> "Já se sabe que no geral ela (a frota) não é tão rica quanto se esperava e, a maior parte dos comissários permaneceu no Rio, com uma parte das mercadorias."</p> <p data-bbox="56 438 274 486"><i>Chegada:</i> outubro <i>Procedência:</i> Bahia</p> <p data-bbox="56 526 559 750"><i>Observação:</i> "... a frota do Rio de Janeiro está realmente carregada de metade do que se esperava, aquela da Bahia de Todos os Santos está melhor (...), sabe-se somente que no geral elas trazem cerca de: 6.000.000 de cruzados para S. M. Portuguesa, 9.000.000 de cruzados para os particulares, 1.240 oitavas de diamantes, 13.000 caixas de açúcar e igual quantidade de rolos de tabaco.</p> <p data-bbox="56 758 559 805">"Extrato do ouro e dos diamantes vindos para o Rei:"</p> <p data-bbox="56 805 559 901">da capitação das minas 807:505\$500, do tesouro real das ditas minas 246:594\$000, das minas de Goiás pela capitação 179:632\$500, da capitação das minas de Cuiabá 36:341\$250.</p> <p data-bbox="56 909 284 933"><i>Do Rio de Janeiro:</i></p> <p data-bbox="56 933 559 1029">do tesouro real e do produto das alfândegas da capitação das minas de Cuiabá 36:341\$250. vícias 109:745\$512, da Casa da Moeda ... 217:061\$820, das confiscações 34:463\$888.</p> <p data-bbox="56 1037 559 1141">Total: 1.651:275\$211 que perfaz 4.128.188 cruzados e 11 réis. Vieram também 21.145 1/2 quilates de diamantes em 1.208 oitavas e 20 grãos.</p> <p data-bbox="56 1165 347 1236"><i>Chegada:</i> dezembro <i>Navios:</i> 27 <i>Procedência:</i> Pernambuco</p> <p data-bbox="56 1252 559 1332"><i>Observação:</i> "... ela traz além das mercadorias costumeiras algum ouro em pó e alguns diamantes (...). No geral há bastante</p>	<p data-bbox="595 438 880 518">A.N. (Paris), AE.BI, 672, carta de 31 de outubro de 1741 (Du Vernay).</p> <p data-bbox="595 742 880 821">A.N. (Paris), AE.BI, 672, carta de 14 de novembro de 1741 (Du Vernay).</p> <p data-bbox="595 1173 880 1268">A.N. (Paris), AE.BI, 672, carta de 19 de dezembro de 1741 (Du Vernay).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p>1741 (cont.)</p> <p>contentamento por esta frota e cada vez mais descontentamento com a do Rio de Janeiro..."</p> <p>"Não se tem nenhuma notícia do navio de Pernambuco que falta, e que apareceu nesta costa há mais de seis semanas. Não se duvida mais que ele tivesse sido capturado pelos argelinos. Esta perda é calculada em oitocentas mil libras."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 673, carta de 30 de janeiro de 1742 (Du Vernay).</p>
<p>1742</p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Destino:</i> Rio de Janeiro <i>Observação:</i> "(a frota) partiu no dia 11, meio carregada."</p> <p><i>Partida:</i> julho <i>Navios:</i> 21 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Bahia <i>Observação:</i> "...ela está mediocrementemente carregada."</p> <p><i>Chegada:</i> novembro <i>Navios:</i> 2 <i>Procedência:</i> Goa (1), Brasil (1).</p> <p><i>Observação:</i> "Entrou há três dias um navio de guerra vindo de Goa, mediocrementemente carregado (...) e um navio de licença vindo do Brasil (...) estes dois navios trazem um milhão e novecentos mil cruzados e alguns diamantes, quase tudo para o Rei de Portugal."</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Navios:</i> 15 <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Observação:</i> (a frota) "não está tão opulenta quanto o comércio desejava, porém bem mais que a do ano passado, e não há</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 673, carta de 17 de abril de 1742 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 673, carta de 10 de julho de 1742 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 673, carta de 20 de novembro de 1742 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 673, carta de 18 de dezembro de 1742 (Du Vernay).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1742 (cont.)</p> <p>do que se lamentar. A relação de sua carga não apareceu ainda, mas sabe-se que no geral ela trouxe cerca de dezesseis milhões e quinhentos mil cruzados em ouro, três milhões de cruzados em piastras, duzentas oitavas de diamantes, cinco mil couros.”</p> <p><i>Carga:</i> 37.520 quilates de diamantes entre os quais um de 5 oitavas, 2.841 oitavas de topázios, 689 caixas de açúcar, 3.913 couros curtidos, 8.683 couros em pêlo, 150 quintais de jacarandá, 2.574 rolos de tabaco, . . . . 12.000.000 de cruzados em ouro e prata para os particulares, 3.500.000 dos ditos para o Rei de Portugal e 97 fardos de baleia.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 673, carta de 25 de dezembro de 1742 (Du Vernay).</p>
<p style="text-align: center;">1743</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 5 <i>Procedência:</i> Maranhão <i>Carga:</i> açúcares e tabaco.</p> <p><i>Chegada:</i> fevereiro <i>Navios:</i> 1 de guerra <i>Procedência:</i> Bahia <i>Carga:</i> 800.000 cruzados de ouro.</p> <p><i>Chegada:</i> julho <i>Navios:</i> 30 mercantes (sem comboio). <i>Procedência:</i> Pernambuco <i>Carga:</i> 7.000 caixas de açúcar, 11.000 couros em pêlo, 150.000 meios couros curtidos, . . . 1.050 rolos de tabaco, 10.000 quintais de pau-brasil e 1.000.000 de cruzados em ouro.</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Navios:</i> 20 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> 42.352 quilates de diamantes, 2.110 quilates de topázios, 2.000 caixas de açúcar, 596 barris de mel, 742 barris de farinha,</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 675, carta de 15 de janeiro de 1743 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 675, carta de 26 de fevereiro de 1743 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 675, carta 30 de julho de 1743 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 675, carta de 24 de dezembro de 1743 (Du Vernay).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1743 (cont.)</p> <p>10.037 couros em pêlo, 1.230 couros curtidos, 382 quintais de madeira jacarandá, 963 toras de pau-brasil, 106 pipas de azeite (de baleia?), 147 negros e negras, 3.012.770 cruzados em ouro por conta de S.M.P., 9.676.040 cruzados para o comércio e particulares e 200.000 piastras.</p>	
<p style="text-align: center;">1744</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 39 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Bahia (37), Índias (2).</p> <p><i>Carga:</i> 11.824 caixas de açúcar, 450 quartos do dito, 5.164 rolos de tabaco, 114.144 meios couros curtidos do Brasil, 527 barris de mel, 331 dúzias de pranchas de pau-brasil, 3.158 quintais de pau-brasil, 12.510 milheiros de coquilhos, 41 oitavas de topázios, 3.180.000 cruzados em ouro registrado, dos quais cerca da metade por conta do Rei e a outra para os particulares.</p> <p><i>Chegada:</i> fevereiro <i>Procedência:</i> Maranhão <i>Carga:</i> 52.000 arrobas de cacau, 500 arrobas de café, 4.000 arrobas de cravo, 160 arrobas de salsaparrilha, 25 barris de óleo de coaíba e 5.000 couros em pêlo.</p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 15 mercantes <i>Destino:</i> Pernambuco (9), Angola (3), Pará (2), São Tomé (1)</p> <p><i>Partida:</i> junho <i>Navios:</i> 28 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> panos, baetas, tecidos, artigos religiosos, quinquilharia, vinho, aguardente, azeite, manteiga e farinha.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 674, carta de 28 de janeiro de 1744 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 674, carta de 25 de fevereiro de 1744 (Ferrand).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 674, carta de 7 de abril de 1744 (Ferrand).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 674, carta de 2 de junho de 1744 (Ferrand).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;">1744 (cont.)</p> <p><i>Partida:</i> julho <i>Navios:</i> 6 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Maranhão <i>Carga:</i> comestíveis, baetas, tecidos, panos, artigos religiosos, algumas sedas e galões.</p> <p><i>Chegada:</i> novembro <i>Navios:</i> 1 de guerra <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> 1.500.000 cruzados para o Rei e ... 2.000.000 para os negociantes.</p> <p><i>Partida:</i> dezembro <i>Destino:</i> Bahia</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 674, carta de 14 de julho de 1744 (Ferrand).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 674, carta de 24 de novembro de 1744 (Ferrand).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 674, carta de 15 de dezembro de 1744 (Ferrand).</p>
<p style="text-align: center;">1745</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 21 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Pernambuco e Paraíba <i>Carga:</i> 8.500 caixas de açúcar, 50.000 couros em pêlo, 80.000 meios couros de sola, 5.000 quintais de pau-brasil e 1.000.000 de cruzados para o comércio.</p> <p><i>Chegada:</i> fevereiro <i>Navios:</i> 5 <i>Procedência:</i> Maranhão <i>Carga:</i> 75.000 arrobas de cacau, 400 arrobas de café, 800 arrobas de cravo, 600 arrobas de salsaparrilha, 40 caixas de açúcar, 2.000 couros em cabelo, 3.000 couros salgados e 100.000 cruzados em ouro.</p> <p><i>Chegada:</i> março <i>Navios:</i> 20 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> 2.219 caixas de açúcar, 620 meias caixas de açúcar, 5.122 couros em pêlo, 2.537 quintais de pau-brasil, 1.340 quintais de barba de baleia, 300 quintais de jaca-</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 676, carta de 19 de janeiro de 1745 (Ferrand).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 676, carta de 9 de março de 1745 (Ferrand).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 676, carta de 16 de março de 1745 (Ferrand).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;"><i>1745 (cont.)</i></p> <p>randá, 1.472 dúzias de madeira couçoera, 1.473 barris de melaço e de farinha-de-pau. 428 pipas de azeite de peixe, 4.240 varas de madeira de manga para liteiras, 658 dúzias de pranchas, 900 vigas para construção, 581 ditos curvas e abobadadas para construção, 183 escravos homens e mulheres, 1.076.714 cruzados de ouro para o Rei, 5.377.420 cruzados em moedas de ouro para os particulares, 3.605.840 cruzados de ouro em pó para os particulares, 65.137 cruzados de ouro em barras para os particulares e ... 10.155 cruzados de ouro trabalhado para os particulares.</p> <p><i>Observação:</i> "Não se pesaram ainda os diamantes, mas dizem que eles valem aproximadamente dois milhões de cruzados."</p> <p><i>Partida:</i> maio <i>Destino:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Chegada:</i> agosto <i>Navios:</i> 34 mercantes <i>Procedência:</i> Bahia (33), Índias (1) <i>Carga:</i> 13.441 caixas de açúcar, 1.729 caras de açúcar, 1.088 pranchas, 10.940 rolos de tabaco, 9.260 quintais de pau-brasil, 16.694 couros em pêlo, 776 barris de mel, 636 barris de farinha, 883 milheiros de coquilhos, 5.455 peças de madeira, 105.739 couros vermelhos, 2.795 couros curtidos, 132 escravos, 166:709\$648 em dinheiro para ser enviado ao Tesouro de ultramar, 5:261\$740 para ser enviado à Casa da Moeda, 944:374\$028 para os particulares, 80:511\$070 manifestado fora dos cofres. 16.806 oitavas de ouro em pó, 748 oitavas e meia em ouro trabalhado e 336 oitavas de topázios.</p> <p><i>Partida:</i> novembro <i>Destino:</i> Maranhão</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 676, carta de 11 de maio de 1745 (Ferrand).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 676, carta de 7 de setembro de 1745 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 676, carta de 23 de novembro de 1745 (Du Vernay).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p>1745 (cont.)</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Navios:</i> 1 <i>Procedência:</i> Bahia <i>Observação:</i> "Chegou há um mês e meio um navio de licença que trouxe 800.000 cruzados em ouro para o Rei, algumas centenas de caixas de açúcar e cerca de 1.000 ou 1.200 rolos de tabaco."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 677, carta de 25 de janeiro de 1746 (Beauchamp).</p>
<p>1746</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 10 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> 297 caixas de açúcar, 199 meias caixas de açúcar, 89 pequenos pacotes de açúcar de uma arroba cada, 12.890 couros em pêlo da colônia, 1.250 couros curtidos, 5.035 quintais de pau-brasil, 10.000 quintais de jacarandá, 724 barris de melaço, 65 fardos de barba de baleia, 156 negros, 2.342 oitavas de diamantes brutos, 806.000 cruzados em ouro para o rei e 6.850.000 cruzados em ouro para os particulares.</p> <p><i>Chegada:</i> abril <i>Navios:</i> 8 <i>Procedência:</i> Maranhão <i>Carga:</i> 60.000 arrobas de cacau.</p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 20 mercantes e 2 de guerra. <i>Destino:</i> Bahia (18), Goa (2).</p> <p><i>Partida:</i> maio <i>Navios:</i> 30 mercantes e 2 de guerra. <i>Destino:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Chegada:</i> agosto <i>Procedência:</i> Pernambuco, Bahia (1 de licença).</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 677, cartas de 11, 18 e 25 de janeiro de 1746 (Du Vernay e Beauchamp).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 677, carta de 5 de abril de 1746 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 677, carta de 26 de abril de 1746 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 677, carta de 17 de maio de 1746 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 677, carta de 2 de agosto de 1746 (Du Vernay).</p>

(Continua)



(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1746 (cont.)</p> <p><i>Carga:</i> 7.478 caixas de açúcar, 784 meias caixas de açúcar, 358 meias caixas de açúcar mascavado, 533 barris de mel, 458 barris de farinha de raiz, 156 escravos, 11.903 quintais de pau-brasil, 843 pranchas do dito, 8.229 vigotas do dito, 17.229 couros curtidos, 63.951 couros em pêlo, 49.058 meios couros, 16 rolos de tabaco, 877.119 libras dos direitos para o rei e 1.256.250 libras em dinheiro para os particulares.</p> <p><i>Carga do navio de licença da Bahia:</i> 1.625.000 libras de ouro, 400 rolos de tabaco, 200 caixas de açúcar e alguns couros em pêlo.</p> <p><i>Chegada:</i> outubro <i>Navios:</i> 1 de guerra <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> "12.500.00 libras em ouro para o rei de Portugal, provavelmente de seu quinto na exploração das minas, das taxas e direitos da alfândega."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 677, carta de 9 de agosto de 1746 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 677, carta de 1.º de novembro de 1746 (Du Vernay).</p>
<p style="text-align: center;">1747</p> <p><i>Partida:</i> janeiro <i>Navios:</i> 8 mercantes <i>Destino:</i> Pernambuco, Paraíba, Angola. <i>Carga:</i> sal, frutas, poucas mercadorias.</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> 19.401 quilates de diamantes, 1.699 caixas de açúcar, 615 meias caixas de açúcar 34.536 couros em pêlo, 3.773 couros curtidos, 195 fardos de barbas de baleia, 2.890 peças de madeira jacarandá, 157 pipas de azeite de baleia e 7.416.821 cruzados em ouro. <i>Observação:</i> "Quase tudo por conta do comércio; os fundos do Rei de Portugal chegaram há dois meses por um navio de guerra."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 678, carta de 17 de janeiro de 1747 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 678, carta de 31 de janeiro de 1747 (Du Vernay).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1747 (cont.)</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Procedência:</i> Bahia <i>Carga:</i> 8.487 caixas de açúcar, 1.212 meias caixas de açúcar, 14.866 rolos de tabaco, 8.057 quintais de madeira de Pernambuco, 61.753 couros curtidos, 8.328 couros em pêlo, 580 milheiros de coquilhos e 3.470.485 cruzados em ouro (quase tudo por conta do comércio).</p> <p><i>Partida:</i> maio <i>Navios:</i> 33 mercantes e 2 de guerra. <i>Destino:</i> Rio de Janeiro <i>Observação:</i> "Sua carga consistindo em todas espécies de mercadorias, faz-se ascender a vinte e oito milhões de mercadorias."</p> <p><i>Chegada:</i> setembro <i>Navios:</i> 21 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Pernambuco <i>Carga:</i> 7.473 caixas de açúcar, 74.544 couros em pêlo e curtidos, 13.435 quintais de pau-brasil, 215 peças grossas de madeira, 832 ditas menores, 26 escravos, 729 barris de mel, 5.386 oitavas de ouro em pó para o rei, 8.534 oitavas de ouro em pó para os particulares, 39.110 cruzados em dinheiro para o rei e 400.870 cruzados em dinheiro para os particulares.</p> <p><i>Chegada:</i> outubro <i>Navios:</i> 1 de guerra <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> 10.000.000 de libras, metade para S.M.P., metade para o comércio, 1.200 oitavas ou 150 onças de diamantes por conta dos arrendatários e 2.000.000 em piastras.</p> <p><i>Partida:</i> novembro <i>Navios:</i> 23 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Bahia</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 678, carta de 31 de janeiro de 1747 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 678, carta de 9 de maio de 1747 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 678, carta de 26 de setembro de 1747 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 678, carta de 7 de novembro de 1747 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 678, carta de 14 de novembro de 1747 (Du Vernay).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1747 (Cont.)</p> <p><i>Carga:</i> "...estimada em quinze milhões de libras, sendo dez milhões em mercadorias vindas do estrangeiro (...) e cinco milhões em mercadoria, frutos e comestíveis de Portugal."</p>	
<p style="text-align: center;">1748</p> <p><i>Chegada:</i> março <i>Navios:</i> 17 <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> 1.141 oitavas de diamantes para o contratador, 2.816 caixas de açúcar de 40 arrobas cada, 39.024 couros em pêlo, 7.469 couros curtidos, 336 fardos de barbas de baleia, 90 pipas de azeite de peixe, 3.498 vigas de madeira, 624 dúzias de pranchas ditas de tapinhoã, 1.427 quintais de madeira jacarandá, 150 toras do dito, 1.200 peças de madeiras diferentes, 160 vigas, 433 caibros, 1.315 varas, 120 escravos, 73.081 oitavas de ouro em pó para o rei, 254.513 idem para o comércio, 98.762 idem em barra para o rei, 204.096 idem para o comércio, 1.224 idem em ouro trabalhado para o comércio, 679.149 cruzados para o Rei e 7.825.130 cruzados para o comércio. <i>Observação:</i> "Pode-se acrescentar um milhão e quinhentas mil piastras vindas por esta frota, das quais a grande maioria é por conta da Espanha."</p> <p><i>Chegada:</i> outubro/novembro <i>Navios:</i> 40 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Bahia, Sacramento e Rio de Janeiro. <i>Carga:</i> 19.500 caixas de açúcar, 1.400 rolos de tabaco, 3.500 couros, 1.338.990 libras de ouro cunhado para o rei, 12.544 oitavas de ouro em pó para o rei, 26.000 piastras para o Rei, 3.203.385 libras de ouro cunhado para os particulares e 639.275 piastras para o comércio.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.B<sup>I</sup>, 679, carta de 12 de março de 1748 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.B<sup>I</sup>, 679, cartas de 29 de outubro e 19 de novembro de 1748 (Du Vernay).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;">1749</p> <p><i>Chegada:</i> junho <i>Navios:</i> 20 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> 3.360 caixas de açúcar, 41.305 couros em pêlo, 4.746 meios couros, 1.043 pranchas, 1.516 barris de mel e de farinha-de-pau, 150 pipas de azeite de peixe, 1.753 toras de madeira jacarandá, 2.851 toras de madeira pau-brasil, 2.051 vigotas, 661 fardos de barbas de baleia, 311 surrões de lã, 3.457.848 cruzados em ouro em pó e cunhado para o Rei, 11.641.769 cruzados em ouro para o comércio, 4.371 oitavas de diamantes e ... 1.500.000 piastras.</p> <p><i>Chegada:</i> julho <i>Navios:</i> 39 mercantes <i>Procedência:</i> Pernambuco <i>Carga:</i> 13.745 caixas de açúcar, 98.266 meios couros, 37.360 couros curtidos, 16.251 couros em pêlo, 528 peles de veado, 753 barris de doce, 399 barris de melaço, 359 barris de farinha, 7.090 quintais de pau-brasil, 45 quintais de pau-violeta, 1.176 peças de diferentes madeiras e medidas, 140 escravos, 80.831 cruzados em ouro por conta do Rei e 926.904 cruzados em ouro para os particulares.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 679, carta de 30 de junho de 1749 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 679, carta de 22 de julho de 1749 (Du Vernay).</p>
<p style="text-align: center;">1750</p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 14 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Maranhão e Angola. <i>Carga:</i> "...sua carga, tanto em sal e comestíveis como em mercadorias, é pouco importante e é avaliada em 800.000 libras."</p> <p><i>Chegada:</i> julho <i>Navios:</i> 25 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Bahia <i>Carga:</i> 11.978 caixas de açúcar, 18.544 rolos de tabaco, 99.858 couros, 341 barris de</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 7 de abril de 1750 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 14 de julho de 1750 (Du Vernay).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1750 (cont.)</p> <p>melaço, 306 barris de farinha-de-raiz, 2.330 quintais de pau-brasil, 66 pranchas, 877 milheiros de coquilho, 3.861 vigotas e outras peças de madeira, 47 escravos, 253:209\$907 em ouro e prata, tanto em barra como em pó e cunhado para o rei e 866:454\$551 idem para o comércio.</p> <p><i>Chegada:</i> agosto <i>Navios:</i> 17 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> "Sabe-se entretanto que em geral esta frota trouxe cerca de 32 milhões de libras em ouro, das quais 23 milhões são para o comércio, além de uma quantidade considerável de açúcar, cacau e outros produtos da América."</p> <p><i>Partida:</i> dezembro <i>Navios:</i> 22 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> "Avalia-se de 17 a 18 milhões de libras de França o valor das mercadorias carregadas sobre a frota partida daqui no começo deste mês, para o Rio de Janeiro."</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Procedência:</i> Maranhão <i>Carga:</i> 75.000 arrobas de cacau, 3.000 arrobas de madeira de cravo, 1.000 arrobas de salsaparrilha, 65.000 arrobas de açúcar, cravo, canela e baunilha e 547 mil cruzados em ouro.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.B<sup>I</sup>, 680, cartas de 4 de agosto e 22 de setembro de 1750 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.B<sup>I</sup>, 680, cartas de 8 e 29 de dezembro de 1750 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.B<sup>I</sup>, 680, carta de 29 de dezembro de 1750 (Du Vernay).</p>
<p style="text-align: center;">1751</p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 14 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Bahia <i>Carga:</i> "A carga é avaliada em 6 milhões e 300 mil libras."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.B<sup>I</sup>, 680, carta de 6 de abril de 1751 (Du Vernay).</p>

(Continua)

(Continuação)

1751 (cont.)

*Partida:* junho

*Navios:* 9 mercantes e 1 de guerra.

*Destino:* Maranhão

*Carga:* "Sua carga é avaliada em cerca de dois milhões de libras."

*Chegada:* julho

*Navios:* 34 mercantes e 1 de guerra.

*Procedência:* Pernambuco (31), Bahia (1), Sacramento (2).

*Carga:* 11.370 caixas de açúcar, 26.285 couros curtidos, 110.589 meios couros curtidos, 43.637 couros em cabelo, 12.195 quintais de pau-brasil, 416 rolos de tabaco, 322.476\$910 em ouro cunhado e em pó.

*Carga do navio de Sacramento:* 1.522.000 piastras em moeda e 40.000 couros em cabelo.

*Chegada:* julho

*Navios:* 1

*Procedência:* Bahia

*Carga:* "Um milhão e duzentas mil libras em ouro por conta do comércio."

*Chegada:* agosto

*Navios:* 14 mercantes e 2 de guerra.

*Procedência:* Rio de Janeiro

*Carga:* 2.637 caixas de açúcar, 27.770 couros em cabelo, 1.585 couros curtidos, 2.712 meios couros, 1.028 quintais de barbas de baleia, 1.254 barris de melaço, 937 barris de farinha-de-pau, 753 dúzias de peças de madeira e pranchas, 160 milheiros de coquilho, 46 pipas de azeite de peixe, 163 escravos, 64.652 libras em ouro cunhado para o Rei, 7.450.726 libras em ouro em pó para o Rei, 1.037.850 libras de ouro em barra para o Rei, . . . . 19.005.746 libras em ouro cunhado para o comércio e 4.539.250 libras de ouro em pó, em barra e trabalhado para o comércio.

A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 22 de junho de 1751 (Du Vernay).

A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 27 de julho de 1751 (Du Vernay).

A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 27 de julho de 1751 (Du Vernay)

A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 31 de agosto de 1751 (Du Vernay).

1752

*Partida:* janeiro

*Navios:* 16 mercantes

*Destino:* Pernambuco e Angola.

A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 12 de janeiro de 1752 (Du Vernay).

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1752 (cont.)</p> <p><i>Carga:</i> "Sua carga é avaliada em aproximadamente 1.750.000 libras."</p> <p><i>Chegada:</i> abril <i>Procedência:</i> Bahia</p> <p><i>Chegada:</i> setembro <i>Navios:</i> 18 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Pernambuco</p> <p><i>Partida:</i> dezembro <i>Navios:</i> 16 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Bahia <i>Carga:</i> "Sua carga é avaliada em 2.400.000 libras."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 25 de abril de 1752 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 19 de setembro de 1752 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 12 de dezembro de 1752 (Du Vernay).</p>
<p style="text-align: center;">1753</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 30 mercantes e 2 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> 4.298 caixas de açúcar, 49.436 couros, 1.153 barris de mel, 289 rolos de tabaco, 314 fardos de barba de baleia, 21 surrões de lã, 22 quintais de pau-brasil, 7.184 pranchas, 6.150 milheiros de coquilho, 249 escravos, 60 pipas de azeite de peixe, ... 5.194.603 libras de ouro cunhado, em barra e em pó para o Rei. 30.688.202 libras de ouro cunhado, em barra e em pó para o comércio, dois pequenos cofres de diamantes de que não se sabe, ao justo o seu valor, avaliados em 2.180.000 libras e 750.000 libras em piastras.</p> <p><i>Partida:</i> junho <i>Navios:</i> 28 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> "Algum pouco de tecidos da França, bastante de Hamburgo e da Silésia, panos, baetas e quinquilharia da Inglaterra, um</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 23 de janeiro de 1753 (Du Vernay).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 5 de junho de 1753 (Ferrand).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p>1753 (cont.)</p> <p>pouco de quinquilharia e de artigos religiosos da França, quantidade de farinha, de vinho, de aguardente.”</p> <p><i>Partida:</i> junho <i>Navios:</i> 6 mercantes <i>Destino:</i> Maranhão</p> <p><i>Carga:</i> “...carregada de alguns panos e baetas inferiores, de farinha, de vinho, de aguardente e de grandes pedras marcadas com as armas de Portugal que deverão servir para a demarcação dos limites da região que a Espanha cede; perto de Mato Grosso, de quantidade de ferramentas para trabalhar a terra, e de 800 homens de tropas e algumas famílias que deverão se estabelecer naquele país...”</p> <p><i>Chegada:</i> setembro <i>Navios:</i> 33 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Bahia</p> <p><i>Carga:</i> 10.761 caixas de açúcar, 1.288 caixões de açúcar, 1.013 surrões de açúcar, 10.486 rolos de tabaco, 74.024 meios couros curtidos, 17.354 couros curtidos, 7.497 couros em cabelo, 6.899 milheiros em cocos, 4.083 quintais de pau-brasil, 397 barris de melaço, 358 barris de farinha-de-pau, 72 negros e negras escravos, peças de madeira e pranchas, 146.688 cruzados em ouro cunhado para o Rei, 58.672 cruzados em ouro em pó para o Rei, 2.268.848 cruzados em ouro cunhado para os particulares e 42.548 cruzados em ouro em pó e trabalhado para os particulares.</p> <p><i>Partida:</i> setembro <i>Destino:</i> Pernambuco</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 5 de junho de 1753 (Ferrand).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 680, carta de 11 de setembro de 1753 (Ferrand).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 681, conforme carta de 1.º de outubro de 1754 (Saint-Julien).</p>

(Continua)



(Continuação)

Ano	Fonte
<p data-bbox="430 263 478 286">1754</p> <p data-bbox="217 299 402 346"><i>Partida:</i> fevereiro <i>Destino:</i> Bahia</p> <p data-bbox="217 404 612 476"><i>Chegada:</i> março <i>Navios:</i> 8 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Maranhão</p> <p data-bbox="217 479 692 644"><i>Carga:</i> 62.745 arrobas de cacau, 9.023 arrobas de café, 1.477 arrobas de cravo fino, 4.775 arrobas de cravo grosso, 1.082 arrobas de algodão, 69 arrobas de algodão em fio, 6 arrobas de pau xiris, 4 arrobas de baunilha, 12.645 couros em cabelo, 3.150 peles de vitela e 184 barris de azeite de copaíba.</p> <p data-bbox="217 660 626 732"><i>Chegada:</i> maio <i>Navios:</i> 13 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p> <p data-bbox="217 735 692 1321"><i>Carga:</i> 2.187 caixas de açúcar, 1.028 caixas pequenas de açúcar, 624 pães de açúcar, 1.024 barris de mel, 1.173 barris de farinha do Brasil, 2.615 meios couros curtidos, 6.893 peles de vitela curtidas, 27.290 couros em cabelo, 241 escravos, 1.270 quintais de pau-brasil, 712 quintais de madeira jacarandá, 298 (fardos?) barbas de baleia, 292 vigas para o arsenal, 187.132 dúzias de pranchas de tapinhoã, 203 vigas, 55 quintais de lã, 10.468 cruzados em moeda para o Rei, ... 1.470.806 cruzados e 300 réis em 392.215 oitavas de ouro em pó para o Rei, 21.587 cruzados em 5.755 oitavas de ouro em barras para o Rei, 58.289 cruzados e 84 réis pelo produto do 1% para o Rei, 5.402.374 cruzados e 35 réis em moeda para os particulares, 193.070 cruzados e 360 réis em ... 51.485 oitavas de ouro em barras para os particulares, 9.488 cruzados e 60 réis em 2.708 oitavas de ouro trabalhado para os particulares, 208.531 cruzados e 90 réis em 84:412\$490 em moeda do (ouro) manifestado e 4.454 cruzados e 300 réis em 1.558 oitavas de ouro trabalhado.</p>	<p data-bbox="732 299 998 396">A.N. (Paris), AE.BI, 681, conforme carta de 28 de outubro de 1754 (Saint Julien).</p> <p data-bbox="732 409 998 481">A.N. (Paris), AE.BI, 681, carta de 28 de maio de 1754 (Saint-Julien).</p> <p data-bbox="732 660 998 732">A.N. (Paris), AE.BI, 681, carta de 14 de maio de 1754 (Saint-Julien).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p data-bbox="215 263 342 286">1754 (cont.)</p> <p data-bbox="37 299 519 370"><i>Observação:</i> "Assegura-se que há um milhão e meio (de cruzados?) de diamantes; este artigo permanece secreto."</p> <p data-bbox="37 388 239 412"><i>Chegada:</i> setembro</p> <p data-bbox="37 413 441 437"><i>Navios:</i> 44 mercantes e 1 de guerra.</p> <p data-bbox="37 439 311 462"><i>Procedência:</i> Pernambuco</p> <p data-bbox="37 464 519 644"><i>Carga:</i> 12.065 caixas de açúcar, 1.105 caixas pequenas de açúcar, 785 pães de açúcar, 55.482 couros em cabelo, 155.385 meios couros curtidos, 22.183 peles de vitela, 6.700 quintais de pau-brasil, 432 quintais de madeira violeta, 122 negros, 321:632\$590 de ouro em moeda e 13:192\$420 de ouro em barra.</p> <p data-bbox="37 663 228 686"><i>Chegada:</i> outubro</p> <p data-bbox="37 688 430 711"><i>Navios:</i> 19 mercantes e 1 de guerra.</p> <p data-bbox="37 713 441 736"><i>Procedência:</i> Bahia (18), Índias (1).</p> <p data-bbox="37 738 519 1059"><i>Carga:</i> 3.510 caixas de açúcar, 866 caixas pequenas de açúcar, 716 pães de açúcar, 9.113 rolos de tabaco, 7.495 peles de vitela, 30.187 meios couros curtidos, 1.637 couros em pêlo, 58.959 milheiros de coquilho, 86 negros, 1.818 grandes pranchas de pau-brasil, 743 toras de jacarandá, 25 vigas, 1.940 varas, 306 barris de melaço, 380 barris de farinha do Brasil, 70:774\$454 em moedas para o Rei, 22.528 oitavas de ouro em pó para o Rei, 953:964\$925 em moedas para os particulares, 76:683\$800 em moedas para os particulares e 4.268 oitavas de ouro em pó para os particulares.</p> <p data-bbox="37 1078 228 1102"><i>Partida:</i> dezembro</p> <p data-bbox="37 1103 265 1127"><i>Destino:</i> Pernambuco</p>	<p data-bbox="560 388 836 459">A.N. (Paris), AE.BI, 681, carta de 1.º de outubro de 1754 (Saint-Julien).</p> <p data-bbox="560 663 836 733">A.N. (Paris), AE.BI, 681, carta de 28 de outubro de 1754 (Saint-Julien).</p> <p data-bbox="560 1078 836 1172">A.N. (Paris), AE.BI, 681, conforme carta de 5 de agosto de 1755 (Saint-Julien).</p>
<p data-bbox="254 1219 301 1243">1755</p> <p data-bbox="37 1251 218 1274"><i>Chegada:</i> março.</p> <p data-bbox="37 1276 260 1299"><i>Navios:</i> 1 de guerra</p> <p data-bbox="37 1301 342 1324"><i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p>	<p data-bbox="560 1251 836 1321">A.N. (Paris), AE.BI, 681, carta de 11 de março de 1755 (Saint-Julien).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;">1755 (cont.)</p> <p><i>Carga:</i> 4.000.000 de cruzados em diamantes, 1.000.000 de cruzados em ouro cunhado para o Rei e 2.800.000 cruzados de ouro cunhado para os particulares.</p> <p><i>Partida:</i> março</p> <p><i>Navios:</i> 10 mercantes e 1 de guerra.</p> <p><i>Destino:</i> Pará (7), Maranhão (2), Angola (1).</p> <p><i>Chegada:</i> julho</p> <p><i>Navios:</i> 11 mercantes e 2 de guerra.</p> <p><i>Procedência:</i> Pernambuco</p> <p><i>Carga:</i> 4.569 caixas de açúcar, 382 caixas pequenas de açúcar, 837 pães de açúcar, 288 meios pães de açúcar, 43.288 couros em cabelo, 31.890 meios couros curtidos, 600 peles de vitela, 6.350 quintais de pau-brasil, 420 quintais de pau-violeta, 39 negros, 493 cruzados em 91 oitavas de ouro em pó para o Rei, 6.123 cruzados e 300 réis em 1.683 oitavas de ouro em pó, 692 cruzados e 360 réis em 184 oitavas de ouro em barras, 189.059 cruzados em ouro cunhado e 8.046 cruzados em ouro cunhado fora dos cofres.</p> <p><i>Observação:</i> "Não estão compreendidas as madeiras para a construção de navios carregadas sobre as ditas fragatas."</p> <p><i>Chegada:</i> setembro.</p> <p><i>Navios:</i> 35 mercantes e 1 de guerra.</p> <p><i>Procedência:</i> Rio de Janeiro (28), Pernambuco (7).</p> <p><i>Carga:</i> 835 caixas de açúcar, 498 caixas pequenas de açúcar, 146 pães de açúcar, 7.416 peles de vitela, 41.516 couros em cabelo, 1.252 vitelas (<i>sic</i>), 1.381 meios couros curtidos, 1.415 quintais de barbas de baleia e 240 negros.</p> <p><i>Ouro para o Rei:</i> 1.233.419 cruzados e 291 réis de ouro em pó, 28.268 cruzados e 18 réis de ouro em barra, 24.260 cruzados e 132 réis de ouro cunhado.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 681, carta de 1.º de abril de 1755 (Saint-Julien).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 681, carta de 5 de agosto de 1755 (Saint-Julien).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 681, carta de 9 de setembro de 1755 (Saint-Julien).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p data-bbox="238 263 378 295">1755 (Cont.)</p> <p data-bbox="62 303 559 470"><i>Ouro para os particulares:</i> 1.193.757 cruzados e 53 réis de ouro em barra, 6.350 cruzados e 160 réis de ouro em pó, 870 cruzados e 80 réis de ouro trabalhado, 6.025.744 cruzados e 215 réis de ouro cunhado, 528.292 cruzados e 305 réis de ouro cunhado manifestado.</p> <p data-bbox="62 470 559 614"><i>Carga dos 7 navios de Pernambuco:</i> 809 caixas de açúcar, 300 caixas pequenas de açúcar, 173 pães de açúcar, 2.615 couros em cabelo, 3.756 peles de vitela, 10.918 meios couros curtidos e 2.280 quintais de pau-brasil.</p> <p data-bbox="62 614 559 718"><i>Observação:</i> "E além disto, para S.M.P., madeiras para construção de navio, e para os particulares, madeira para marcenaria e construção."</p> <p data-bbox="62 734 274 766"><i>Chegada:</i> setembro</p> <p data-bbox="62 766 481 798"><i>Navios:</i> 21 mercantes e 1 de guerra.</p> <p data-bbox="62 798 481 821"><i>Procedência:</i> Bahia (19), Índias (2).</p> <p data-bbox="62 821 559 1157"><i>Carga:</i> 5.987 caixas de açúcar, 898 caixas pequenas de açúcar, 603 pães de açúcar, 10.507 rolos de tabaco, 43.580 meios couros curtidos, 5.890 peles de vitela ou atanados, 4.304 couros em cabelo, 59 negros, madeira para construção e marcenaria, 9.669 oitavas e 23 grãos de ouro para S.M., 20.988 oitavas e 12 grãos de ouro para os particulares, 150 oitavas de ouro trabalhado para os particulares, 34:408\$248 de ouro cunhado para S.M., 101:722\$974 de ouro cunhado manifestado para os particulares e 614:548\$293 de ouro cunhado, nos cofres, para os particulares.</p>	<p data-bbox="600 742 875 821">A.N. (Paris), AE.BI, 681, carta de 30 de setembro de 1755 (Saint-Julien).</p>
<p data-bbox="290 1197 341 1228">1756</p> <p data-bbox="67 1236 274 1268"><i>Chegada:</i> fevereiro</p> <p data-bbox="67 1268 290 1292"><i>Navios:</i> 1 mercante</p> <p data-bbox="67 1292 326 1316"><i>Procedência:</i> Maranhão</p>	<p data-bbox="600 1236 875 1332">A.N. (Paris), AE.BI, 682, carta de 17 de fevereiro de 1756 (conde de Baschy).</p>

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p style="text-align: center;"><i>1756 (cont.)</i></p> <p><i>Partida:</i> março <i>Navios:</i> 15 mercantes e 1 de guerra. <i>Destino:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Partida:</i> julho <i>Navios:</i> 4 mercantes e 2 de guerra. <i>Destino:</i> Maranhão</p> <p><i>Chegada:</i> agosto <i>Navios:</i> 16 <i>Procedência:</i> Pernambuco (14), Índias (1), Rio de Janeiro (1).</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 682, carta de 31 de março de 1756 (Grenier).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 682, carta de 13 de julho de 1756 (Grenier).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 682, carta de 24 de agosto de 1756 (Grenier).</p>
<p style="text-align: center;"><i>1758</i></p> <p><i>Chegada:</i> junho <i>Procedência:</i> Maranhão <i>Observação:</i> "Com 82.500 cruzados em ouro".</p> <p><i>Chegada:</i> julho <i>Navios:</i> 1 <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Carga:</i> 3.000.000 em dinheiro.</p>	<p>Q.D'O., "Portugal", vol. 90, carta de 5 de junho de 1758.</p> <p>Q.D'O., "Portugal", vol. 89, carta de 25 de julho de 1758 (Saint-Julien).</p>
<p style="text-align: center;"><i>1760</i></p> <p><i>Chegada:</i> fevereiro <i>Navios:</i> 1 <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro <i>Observação:</i> "O navio português vindo do Rio de Janeiro (...) trouxe diamantes, mas a quantidade permanece em segredo, e: ... 3.500.000 cruzados em ouro, sendo: 1.500.000 cruzados para S.M.P., 2.000.000 cruzados para o comércio e 700.000 piastras."</p> <p><i>Partida:</i> abril <i>Navios:</i> 15 mercantes e 2 de guerra. <i>Destino:</i> Pernambuco (15), Índias (2 de guerra). <i>Observação:</i> "Sete navios carregados e os outros oito estão somente de lastro."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 682, carta de 26 de fevereiro de 1760 (Saint-Julien).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 682, carta de 14 de abril de 1760 (Saint-Julien).</p>

(Continua)

(Continuação)

Ano	Fonte
<p style="text-align: center;">1761</p> <p><i>Chegada:</i> julho <i>Procedência:</i> Brasil</p> <p><i>Observações:</i> "A qual trouxera pouco dinheiro, coisa que muito preocupa o comércio. Os ingleses estavam sobremaneira descontentes com a chegada da frota, porque a maior parte do ouro que trouxera fora para o Rei, sendo o que lhes pertencia cousa de muito pouca monta."</p>	<p>Q.D'O. "Portugal", tomo 93, carta de 7 de julho de 1761.</p> <p>Q.D'O. "Portugal", tomo 93, carta de 14 de julho de 1761.</p>
<p style="text-align: center;">1762</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 4 <i>Procedência:</i> Maranhão</p> <p><i>Chegada:</i> janeiro <i>Navios:</i> 40 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Bahia</p> <p><i>Carga:</i> 17.000 caixas de açúcar, 40.000 couros em cabelo, 180.000 meios couros curtidos, 11.000 rolos de tabaco e 4.000.000 de cruzados em ouro cunhado.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 682, carta de 26 janeiro de 1762 (Saint-Julien).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 682, carta de 26 de janeiro de 1762 (Saint-Julien).</p>
<p style="text-align: center;">1763</p> <p><i>Partida:</i> julho <i>Navios:</i> 19 mercantes e 1 de guerra.</p> <p><i>Destino:</i> Rio de Janeiro (10), Grão-Pará e Maranhão (5), Pernambuco (3), Bahia (1).</p> <p><i>Chegada:</i> agosto <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro e Bahia.</p> <p><i>Carga:</i> 150.000 couros curtidos, 100.000 couros em cabelo, 23.000 caixas de açúcar, 19.000 rolos de tabaco e 21.000.000 de cruzados em ouro cunhado.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 683, carta de 19 de julho de 1763 (Louis Trinité).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 683, carta de 16 de agosto de 1763 (Louis Trinité).</p>

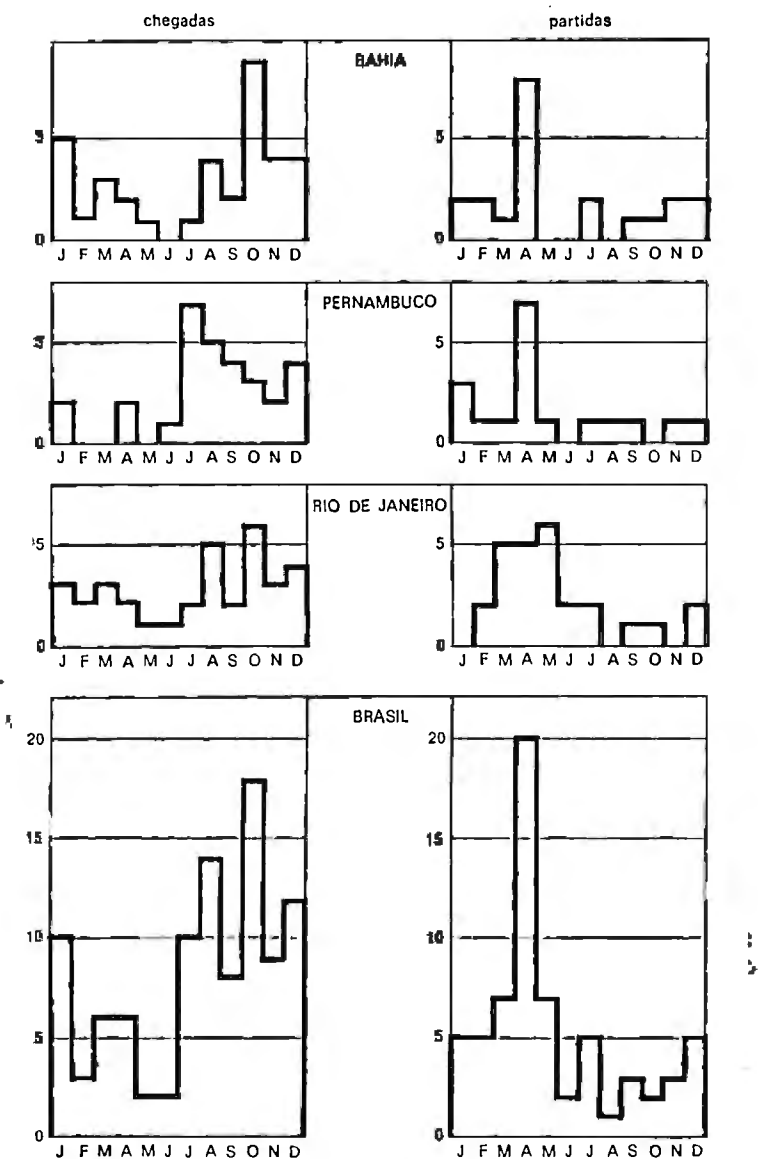
(Continua)

(Conclusão)

<i>Ano</i>	<i>Fonte</i>
<p>1764</p> <p><i>Chegada:</i> abril <i>Navios:</i> 6 <i>Procedência:</i> Bahia (1), Rio de Janeiro (5).</p> <p><i>Carga:</i> 9.000.000 de libras em ouro, sendo: 4.000.000 de libras para o Rei de Portugal e o resto para o comércio.</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 683, carta de 17 de abril de 1764 (Semonin).</p>
<p>1765</p> <p><i>Chegada:</i> setembro <i>Navios:</i> 1 de guerra <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Observação:</i> "Ignora-se ainda a quantidade de ouro trazida pelo navio do Rio de Janeiro, porém, acredita-se que haja aproximadamente três milhões de (libras) torneas para os particulares."</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 684, carta de 1.º de outubro de 1765 (Semonin).</p>
<p>1766</p> <p><i>Chegada:</i> fevereiro <i>Navios:</i> 21 mercantes e 1 de guerra. <i>Procedência:</i> Rio de Janeiro</p> <p><i>Chegada:</i> dezembro <i>Procedência:</i> Bahia</p>	<p>A.N. (Paris), AE.BI, 684, carta de 25 de fevereiro de 1766 (Semonin).</p> <p>A.N. (Paris), AE.BI, 684, carta de 16 de dezembro de 1766 (Semonin).</p>

### 3.2 — AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Além dos produtos tradicionais de exportação do Brasil colonial — o açúcar, o tabaco e as madeiras — no decorrer do século XVIII, alguns novos produtos surgiram na pauta do comércio: os couros e as pedras preciosas, na primeira metade do século, e o cacau e algodão, na segunda metade, excluindo-se naturalmente o ouro.



**Gráfico 4** — Incidência mensal das chegadas e partidas das frotas em Lisboa (1712-1766).



Outros produtos entretanto, que poderiam ser chamados secundários, figuram entre as cargas das frotas oriundas do Brasil e que geralmente são omitidos nos estudos dos produtos dominantes.

O primeiro deles é o coquilho, pequeno coco de que se faziam rosários, como ainda hoje. Infelizmente, por ser um produto de pouca expressão, as notícias são escassas nos relatórios do consulado francês sobre as frotas. Porém, algumas referências permitem verificar a sua freqüência nas exportações brasileiras.

*Coquilho: procedência e carga segundo as relações das frotas*

<i>Ano</i>	<i>Procedência</i>	<i>Quantidade</i>	
1720	Bahia	55	milheiros
1735	"	295.200	"
1744	"	12.510	"
1745	"	883	"
1747	"	580	"
1750	"	877	"
1751	Rio de Janeiro	160	"
1753	Rio de Janeiro	6.150	"
1753	Bahia	6.899	"
1754	"	58.959	"
1757*	"	33.936	"

(\*) Este último dado é fornecido por José Antônio Caldas: *Notícia geral da Bahia*, p. 222.

Outro produto é o melão, do qual se pode perceber o crescente volume na pauta das exportações, apesar das falhas nos registros das frotas.

*Melaço: procedência e carga segundo as relações das frotas*

<i>Ano</i>	<i>Procedência</i>	<i>Quantidade</i>	
1720	Bahia	92	barris
1735	"	265	"
1738	Pernambuco	444	"
1743	Rio de Janeiro	596	"
1744	Bahia	527	"
1745	"	776	"
1746	Rio de Janeiro	724	"
1746	Pernambuco	533	"
1747	"	729	"
1749	"	399	"
1750	Bahia	341	"
1751	Rio de Janeiro	1.254	"
1753	"	1.153	"
1753	Bahia	397	"
1754	Rio de Janeiro	1.024	"
1754	Bahia	306	"
1757*	"	490	"

(\*) Dado fornecido por José Antônio Caldas, op. cit., p. 222.

Persiste quanto ao azeite (de peixe ou baleia) a tendência de escasseamento do produto na pauta das exportações durante o século XVIII, embora acreditemos que o mercado interno brasileiro estivesse absorvendo a maior parte da produção.

*Derivados da baleia: procedência e cargas segundo as relações das frotas*

<i>Ano</i>	<i>Procedência</i>	<i>Azeite</i>	<i>Barbas</i>
1734	Rio de Janeiro	200 pipas	70.000 cruzados
1742	Bahia	—	97 fardos
1743	Rio de Janeiro	106 pipas	—
1745	"	428 pipas	1.340 quintais
1746	"	—	65 fardos
1747	"	157 pipas	195 "
1748	"	90 "	336 "
1749	"	150 "	661 "
1751	"	46 "	1.028 quintais
1753	"	60 pipas	314 fardos
1754	"	—	298 "
1755	"	—	1.415 quintais

A farinha de mandioca também figura entre os produtos de exportação, rotulada algumas vezes como farinha-de-pau ou de-raiz.

*Farinha de mandioca: procedência e carga segundo as relações das frotas*

<i>Ano</i>	<i>Procedência</i>	<i>Quantidade</i>
1743	Rio de Janeiro	742 barris
1745	Bahia	636 "
1746	Pernambuco	458 "
1749	"	359 "
1750	Bahia	306 "
1751	Rio de Janeiro	937 "
1753	Bahia	358 "
1754	Rio de Janeiro	1.173 "
1754	Bahia	380 "
1757*	"	656 "

(\*) Dado fornecido por José Antônio Caldas, op. cit., p. 222.

O escravo é outro elemento constante nas carregações das frotas com destino a Lisboa. Pela relação seguinte, extraída das cargas das frotas, registra-se a freqüência com que Portugal importava o braço negro. Esta importação está relacionada com a necessidade, não só de mão-de-obra para a agricultura, a manufatura e as construções do período joanino, mas principalmente para os trabalhos domésticos. Um exemplo deste tráfico está contido na correspondência entre os comerciantes Antônio Pinheiro Neto, no Rio de Janeiro, e seu irmão Francisco Pinheiro, em Lisboa. Em julho de 1713, o primeiro dá notícia do embarque de duas escravas e espera "que Nosso Senhor as leve a salvamento e com saúde, e que elas sejam de seu agrado e da senhora cunhada; uma chama-se Luzia e a outra Marcela".<sup>38</sup> E, logo em seguida, escreve para a cunhada desejando "que seja do seu agrado (...) e acho que não terá V.M. muita cansa com elas por irem quase ladinas".<sup>39</sup> Isto explica a razão de Portugal pre-

(38) Luís Lisanti Filho. *Negócios coloniais. Uma correspondência comercial do século XVIII*, vol. II, p. 24. Carta de 21 de julho de 1713.

(39) Idem, p. 27. Carta de 3 de agosto de 1713.

ferir importar escravos do Brasil, e não diretamente da África, uma vez que o estágio na colônia permitia a importação de escravos já aculturados e treinados para as necessidades para as quais eram destinados.

A esta importação estão relacionadas as leis de 19 de setembro de 1761 e 12 de agosto de 1763, que aboliram a escravidão em Portugal e concederam a liberdade aos escravos chegados a Lisboa.<sup>40</sup>

*Escravos: procedência e carga segundo as relações das frotas*

<i>Ano</i>	<i>Procedência</i>	<i>Quantidade</i>	
1720	Bahia	104	escravos
1734	Rio de Janeiro	293	"
1735	Bahia	238	"
1738	Pernambuco	244	"
1741	Bahia	50	"
1743	Rio de Janeiro	147	"
1745	"	183	"
1745	Bahia	132	"
1746	Rio de Janeiro	156	"
1746	Pernambuco	156	"
1747	"	26	"
1748	Rio de Janeiro	120	"
1749	Pernambuco	140	"
1750	Bahia	47	"
1751	Rio de Janeiro	163	"
1753	"	249	"
1753	Bahia	72	"
1754	Rio de Janeiro	241	"
1754	Pernambuco	122	"
1754	Bahia	86	"
1755	Rio de Janeiro	240	"
1755	Pernambuco	39	"
1755	Bahia	59	"

Além destes itens, notamos a presença de especiarias como a canela, a salsaparrilha, o cravo, o café e o algodão procedentes

(40) Sobre a extinção da escravatura em Portugal, vide a comunicação apresentada pelos professores Francisco C. Falcon e Fernando A. Novais ao VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Goiânia, setembro de 1971: "A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da política econômica pombalina".

do Maranhão. A primeira referência ao algodão, por nós encontrada, foi na frota de 1741, e já em 1754 eram desembarcadas em Lisboa 1.082 arrobas do produto. Observa-se também o crescimento da participação do Maranhão nas exportações brasileiras, através do aumento de navios naquela rota: nas primeiras décadas do século registra-se apenas um navio por ano; entre 1715-40, quatro a cinco navios; e nas décadas de 40 a 50, já seis a oito navios faziam o tráfico de produtos da região.<sup>41</sup>

### 3.2.1 — O açúcar

Já foi visto, em capítulo anterior, como a produção e a exportação do açúcar brasileiro sofreram o impacto da recessão econômica no final do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII. Focalizando as regiões produtoras, podemos acompanhar a retração na produção do açúcar.

Para a Bahia, segundo Antonil, a produção no início do século XVIII orçava em 14.500 caixas anuais,<sup>42</sup> e, pelas informações do Senado, a produção em 1713 atingia a 18.000 caixas. Já em 1723 era calculada em 5.000 e nos anos mais férteis em 8.000 caixas.<sup>43</sup> Este cálculo encontramos também no “Discurso preliminar...”, confirmando que a produção baiana “assim anteriormente, como de 1739 a 1766, além do que se consumia na terra, vinha a ser de 5.000 caixas com pouca diferença”.<sup>44</sup>

Entretanto, tomando como base as carregações das frotas e considerando condições eventuais, numa caracterização de média para o período, podemos estabelecer uma produção de 10.000 caixas anuais para a Bahia.

Quanto a Pernambuco, Antonil calcula, para o início do século XVIII, 12.300 caixas anuais. Baseando-nos nas cargas che-

(41) Com estes dados verifica-se que o crescimento do Maranhão, no século XVIII, se faz num ritmo acelerado, e que a Cia. Geral do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, veio agir sobre uma região já em desenvolvimento.

(42) Op. cit., p. 54.

(43) “Cartas do Senado à Sua Majestade.” A.P.B., vol. 131 (1715-1741). Carta de 15 de novembro de 1723.

(44) Anônimo. “Discurso preliminar, histórico, introdutivo, com natureza de descrição econômica da Comarca e Cidade da Bahia.” A.B.N., 1905, vol. XXVI, p. 306. Esta obra foi também reeditada por Pinto de Aguiar com o título de *Aspectos da economia colonial*. Bahia, Livraria Progresso Editora, 1957.

gadas a Lisboa daquela região, calculamos uma produção média de 6.500 caixas anuais para o período estudado.

O Rio de Janeiro foi a região em que mais sofreu a produção açucareira. Antonil calcula-a em 10.120 caixas, tendo caído aproximadamente para 2.500 caixas anuais, conforme os carregamentos das frotas. Pelas informações de Du Verger, baseado em cartas vindas do Brasil, esta baixa é justificada em parte pela ação da Inquisição “que prendeu grande quantidade de judeus no Rio, todos ricos e senhores de engenhos de açúcar; existiam mais de 25 engenhos que não mais estavam trabalhando e foram abandonados; assim, daquela região vinham apenas mil caixas.”<sup>45</sup>

Além disto, necessário se faz notar as modificações sofridas pelo Rio de Janeiro com o advento do ouro. Se nas capitânicas do Nordeste a debandada para as minas afetou a produção, no Rio de Janeiro, pela sua proximidade com a região mineira, o êxodo foi muito maior. Porém, o desenvolvimento da cidade, com a sua transformação em principal entreposto das Gerais, abriu novas perspectivas para as quais se voltaram as fontes de energia da região. O comércio com as minas e as transações com a região do Prata desviaram as atividades e os capitais de um ramo pouco lucrativo, como a produção do açúcar, para se concentrarem no comércio do ouro, do escravo e do couro. Assim, o cultivo da cana, no Rio de Janeiro, passou a atividade nitidamente secundária, o que não aconteceu com o Nordeste. Apesar da recessão, os produtos da Bahia e de Pernambuco persistiram como atividade dominante, resistindo aos impactos exteriores.

A estrutura agrícola nordestina, apesar de duramente atingida, amoldou-se às novas condições, mantendo um nível de produção inferior à sua própria capacidade. A preservação de sua potencialidade permitiu responder às solicitações do mercado externo, assim que solicitada. Sente-se esta vitalidade, acompanhando-se o ritmo das cargas de açúcar transportadas pelas frotas e as suas oscilações intimamente ligadas às flutuações político-econômicas da Europa.

O ritmo das aportagens das frotas também permite observar que há um descompasso entre as chegadas das frotas da Bahia e de Pernambuco. Se as frotas continuassem a chegar no ritmo existente até 1713, incorporando toda a produção do

(45) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 653. Carta de 22 de outubro de 1714.

Brasil, as aportagens globais poderiam provocar imediatamente uma baixa violenta do açúcar brasileiro, pela quantidade do produto lançado no mercado. Não foi ao acaso que a partir de 1714 as frotas começaram a se fragmentar, adquirindo novo compasso. A necessidade de ser mantido o preço, dentro de uma fase de baixa, inspirou esta modificação na circulação atlântica, determinando que em épocas diferentes do ano chegassem a Lisboa frotas de diferentes regiões do Brasil. Assim, as frotas de Pernambuco chegavam com maior frequência no mês de julho, e as da Bahia entre janeiro ou outubro. No decorrer do período estudado, com certa regularidade, as frotas daquelas regiões sucediam-se muitas vezes com intervalos maiores que doze meses.

Quanto às flutuações, o estudo das frotas mostra a íntima ligação entre as cargas chegadas, os preços do mercado internacional e a conjuntura política. Em virtude da paz de Utrecht, o preço do açúcar — que sofrera alta durante a guerra — retoma a tendência da baixa secular já iniciada no século precedente. De 125 *shillings* por libra-peso em 1712, a cotação caiu em Londres para 104 *shillings* por libra-peso em 1717.<sup>46</sup> As cargas das frotas acompanham o ritmo: 1712: 30.000 caixas; 1713: 18.000 caixas; 1714: 13.000 caixas; 1715: 24.000 caixas; 1716: 11.996 caixas; 1717: 6.000 caixas.

Este último ano indica o mais baixo nível das chegadas de açúcar no período estudado. O abade Mornay explica a razão desta queda anômala: “Chegou antes de ontem, neste porto, um navio proveniente da Bahia de Todos os Santos, tendo viajado durante 75 dias, que dizem ser enviado pelo vice-rei para comunicar que a seca, que persiste há seis meses no Brasil, causa uma extrema miséria e a colheita dos açúcares e do tabaco será tão medíocre que lhe parece mais aconselhável não enviar a frota este ano. Eu daria pouca fé a esta notícia, e encararia como um meio que já vi praticado por esta Nação para aumentar o preço de seus produtos, se esta nova não me fosse confirmada por um padre francês que retornou da Bahia por este mesmo navio. . .”<sup>47</sup>

Quando em novembro chegaram as frotas da Bahia e de Pernambuco, com apenas 6.000 caixas de açúcar, comentava o cônsul Saint-Colombe: “estas duas frotas estão carregadas este

(46) W. Beveridge. *Prices and Wages in England*.

(47) Q. D'O. *Portugal*, t. 52. Carta de 9 de março de 1717.

ano de um quarto da quantidade de açúcares e tabaco do Brasil, que elas costumam trazer anualmente".<sup>48</sup>

A crise de 1717 foi largamente compensada no ano seguinte: reunidas as cargas do Rio, da Bahia e de Pernambuco totalizam 19.514 caixas de açúcar. Este aumento das exportações brasileiras coincide com a guerra que França e Inglaterra, aliadas, moviam contra Filipe V da Espanha, e com a alta de preço do açúcar verificada na Inglaterra, pois de 104 *shillings* por libra, em 1717, passa a 117 no ano seguinte. Infelizmente, os dados sobre o preço do produto em Amsterdã, fornecidos por Posthumus, são descontínuos neste período, o que nos impede de averiguar se o mercado holandês foi também solidário. Possivelmente, conjugadas, a guerra e a carência do produto no ano anterior foram os fatores determinantes de uma alta geral.

O período que se segue, até a Guerra de Sucessão da Áustria, é o mais crítico para o açúcar no século XVIII. Baixa prolongada de preço é o que podemos verificar pelos dados de Beveridge e Posthumus e, como consequência, reduzidas são as cargas das frotas: 12 a 15.000 caixas são os máximos das aportagens de açúcar brasileiro.

Segundo Macpherson, uma das causas da queda nos preços foi a superprodução das colônias americanas, sobretudo a das francesas, concluindo que "há mais açúcar fabricado em toda América (incluindo as colônias espanholas, portuguesas, holandesas e dinamarquesas) em alguns anos favoráveis, do que pode a Europa consumir; o que foi especialmente a razão do baixo preço dos açúcares entre os anos de 1728 e 1735".<sup>49</sup>

O conflito iniciado entre a Inglaterra e a Espanha em 1739, e que a partir de 1740 se ampliou com a Guerra de Secessão da Áustria (1740-48), colocou Portugal em posição privilegiada, em virtude de sua neutralidade, pois a guerra favoreceu a penetração dos produtos coloniais portugueses, desarticulando o comércio da Inglaterra, da Holanda e da França com as suas colônias.

(48) A. N. (Paris), AE.BI 655. Carta de 29 de novembro de 1717.

(49) David Macpherson. "Annals of Commerce, Manufactures, Fisheries, and Navigation, with Brief Notices of the Arts and Sciences Connected with them, Containing the Commercial Transactions of the British Empire and other Countries." p. 263.



As cotações do açúcar sobem com rapidez. Em Londres, de 92 *shillings* em 1739 para 125 *shillings* a libra em 1747;<sup>50</sup> em Amsterdã, de 0,29 *guilders* em 1739 para 0,45 *guilders* a libra em 1747<sup>51</sup> e, na Bahia, de 1\$200 em 1742 para 1\$700 a arroba entre 1747-48.<sup>52</sup>

A vitalidade da economia açucareira brasileira respondeu ao estímulo imediatamente, e o volume de açúcar chegado a Lisboa foi bem maior que nos anos precedentes, atingindo em 1745 24.780 caixas, e em 1748 chegou a 22.316 caixas.

A paz de Aix-la-Chapelle e a normalização do comércio colonial ocasionaram um rude golpe nesta euforia provocada pela guerra. Sua conseqüência imediata foi gravada pelo autor do “Discurso preliminar”: “. . . sobreveio inesperadamente outra perda muito maior, da perda extraordinária, realizada na venda de 19.000 caixas de açúcar, e da queima de 10.000 rolos de tabaco, que transportara a frota do ano de 1748; porque havendo aquele dito açúcar custado, o branco a 1\$700 réis por arroba, e o mascavado a 1\$300 réis, aquele quando muito se vendera de \$800 réis a 1\$000 réis e este a \$600 réis no que entre uma e outra praça se perderam dois milhões de cruzados, tudo por causa da paz, que então se fizera inesperadamente”.<sup>53</sup>

Realmente, o açúcar que havia atingido 125 *shillings* a libra (peso) em 1747, em Londres, já em 1750 baixara para 108 *shillings*; em Amsterdã, de 0,45 *guilders* em 1747, em 1753 caíra para 0,28 *guilders* a libra; na Bahia, de 1\$700 a arroba em 1748, chegara a 1\$000 em 1750.

Acompanhando a baixa dos preços, houve decréscimo também nas aportagens do açúcar em Lisboa, até que novo estímulo impulsionou a exportação brasileira daquele produto: a Guerra dos Sete Anos (1756-63). Através das frotas da Bahia, pode-se verificar o ritmo ascendente da exportação; 11.557 caixas em 1758, 15.000 caixas em 1761, 17.000 caixas em 1762 e 23.000 caixas em 1763. O mesmo fenômeno ocorre com as cargas provenientes de Pernambuco: 8.977 caixas em 1762, 4.133 caixas em 1763, 12.391 caixas em 1764.<sup>54</sup>

(50) Segundo W. Beveridge. Op. cit., vol. 1.

(51) Segundo N. W. Posthumus. Op. cit.

(52) Segundo o Autor Anônimo do “Discurso preliminar...” citado.

(53) Idem, p. 335.

(54) José Ribeiro Jr. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*, p. 137.

Quando da extinção das frotas em 1765, na última carga chegada por aquele sistema, as exportações da Bahia já haviam caído para 17.000 caixas, enquanto as de Pernambuco reduziam-se a 4.460 caixas.

Entretanto, a entrada de Portugal no conflito, em 1762, rompeu com sua posição privilegiada e modificou o ritmo do comércio do açúcar. Ao contrário dos períodos bélicos anteriores, o preço do açúcar em Amsterdã subiu entre 1757-62, caindo a partir do ano seguinte. Já em Londres, este fenômeno se processou em 1761 com a baixa nas cotações e, na Bahia, após a alta dos anos 1757-58 os preços começaram a cair.

Desta forma, quando a produção brasileira começou a entrar no mercado europeu, já havia uma tendência para a baixa dos preços, em face da estagnação geral do comércio e dos grandes estoques nos portos intermediários. Será necessário aguardar a guerra da independência dos Estados Unidos, para que novas oportunidades surjam para o açúcar brasileiro.

Para a compreensão do mecanismo — alta de preço/aumento das exportações, baixa de preço/redução das exportações —, o autor do “Discurso preliminar” fornece preciosa informação sobre como os comerciantes e senhores de engenho da Bahia reagiam, ante a perspectiva das flutuações dos preços do produto no mercado mundial: “Todos eles de comum acordo convieram que um comerciante e senhor de engenho de maior probidade e de melhor reputação fosse aquele que, ao chegar das frotas e que ao embarcar dos gêneros, lhes fizesse o preço e este então se alteava, se diminuía e se estabelecia, segundo a quantidade do gênero e os avisos e notícias que de Lisboa ao mesmo tempo chegavam sobre o estado e reputação dele.”<sup>55</sup>

Por aí podemos verificar que a estrutura agrária açucareira conservou uma capacidade de produção, que, embora não utilizada totalmente, tinha plasticidade suficiente para se contrair no momento de depressão, e elastecer-se imediatamente nas ocasiões propícias. Tinham consciência disto os produtores e comerciantes do Brasil, daí a expectativa pela chegada das frotas de Portugal, com as notícias sobre o estado e reputação do açúcar nos mercados metropolitano e internacional.

(55) Anônimo. Op. cit., p. 307-08.

*Açúcar: procedência e cargas segundo as relações das frotas*

Ano	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro	Brasil
1703				40.000 caixas
1704				
1705				
1706				
1707				
1708				
1709				
1710				
1711				30.000 caixas
1712				18.000 caixas
1713	8.850 caixas	4.000 caixas	1.000 caixas	13.850 caixas
1714				24.000 caixas
1715	?			11.285 caixas
1716				996 caixões
1717				6.000 caixas
1718	8.000 caixas	5.500 caixas	5.365 caixas	18.865 caixas
			649 caixões	649 caixões
1719			1.486 caixas	1.486 caixas
			297 fechos	297 fechos
1720	7.794 caixas	?	2.290 caixas	10.084 caixas
1720	957 meias caixas			957 meias caixas

(Continua)

(Continuação)

Ano	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro	Brasil
1720	128 pequenas caixas			128 pequenas caixas
1721	12.196 caixas	1.395 caixas		13.591 caixas
1721	1.613 meias caixas	175 meias caixas		1.788 meias caixas
1722	?	?	?	
1723				
1724	12.000 caixas			12.000 caixas
1725			3.000 caixas	3.000 caixas
1726	?			
1727	?	?	1.800 caixas	1.800 caixas
1728		7.000 caixas		7.000 caixas
1729	12.000 caixas			12.000 caixas
1730	12.000 caixas			12.000 caixas
1731	?		5.000 caixas	5.000 caixas
1732	?	6.400 caixas		6.400 caixas
1733			?	
1734	14.000 caixas		1.100 caixas	15.100 caixas
1735	12.250 caixas		?	12.250 caixas
1735	1.422 meias caixas			1.422 meias caixas
1735	774 pães			774 pães
1736	?			6.013 caixas
1737			?	
1738	7.000 caixas	7.639 caixas		14.639 caixas
1738		697 fardos		697 fardos

(Continua)

(Continuação)

Ano	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro	Brasil
1738		908 pães		908 pães
1739				
1740		6.360 caixas		6.360 caixas
1741	14.849 caixas	?	?	14.849 caixas
1742		689 caixas		689 caixas
1743		7.000 caixas	2.000 caixas	9.000 caixas
1744	11.824 caixas 450 pequenas caixas			11.824 caixas 450 pequenas caixas
1745	13.441 caixas	8.500 caixas	2.219 caixas	24.160 caixas
1746		7.478 caixas 784 meias caixas 358 meias caixas	620 meias caixas 297 caixas 199 meias caixas	7.775 caixas 983 meias caixas 358 meias caixas
1747	8.487 caixas 1.212 meias caixas	7.473 caixas	1.699 caixas 615 meias caixas	17.659 caixas 1.827 meias caixas
1748	19.500 caixas		2.816 caixas	22.316 caixas
1749		13.745 caixas	3.360 caixas	17.105 caixas
1750	11.978 caixas		?	11.978 caixas
1751		11.370 caixas	2.637 caixas	14.007 caixas
1752	?	?		
1753	10.761 caixas 1.288 caixões 1.013 surrões		4.298 caixas	15.059 caixas 1.288 caixões 1.013 surrões

(Continua)

## (Conclusão)

Ano	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro	Brasil
1754	3.510 caixas 866 pequenas caixas 716 pães	12.065 caixas 1.105 pequenas caixas 785 pães	2.187 caixas 1.028 pequenas caixas 624 pães	17.762 caixas 2.999 pequenas caixas 2.125 pães
1755	5.987 caixas 898 pequenas caixas 603 pães	5.378 caixas 682 pequenas caixas 1.010 pães 288 meios pães	835 caixas 498 pequenas caixas 146 pães	12.200 caixas 2.078 pequenas caixas 1.759 pães 288 meios pães
1756				
1757				
1758	11.557 caixas*			11.557 caixas
1759				
1760		200 caixas****		200 caixas
1761	15.000 caixas**	1.743 caixas		16.743 caixas
1762	17.000 caixas***	8.977 caixas		25.977 caixas
1763	23.000 caixas	4.133 caixas		27.133 caixas
1764		12.391 caixas		12.391 caixas
1765		4.460 caixas		4.460 caixas
1766	17.000 caixas	7.054 caixas		24.054 caixas

(\*) Dado fornecido por José Antônio Caldas, op. cit., p. 222.

(\*\*) Dados extraídos do "Discurso preliminar...", p. 306.

(\*\*\*) Dados extraídos do "Discurso preliminar...", p. 306.

(\*\*\*\*) 1760/1766: Conforme quadro da p. 137, de José Ribeiro Jr.: *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. 1759-1780.*

### 3.2.2 — O tabaco

Embora o tabaco sofresse uma queda nas exportações para a Europa no início do século XVIII, a crise não afetou tão profundamente a sua produção. Primeiro, porque a lavoura do tabaco requer muito menos capital que a do açúcar, assim como mão-de-obra limitada.<sup>56</sup> Segundo, porque, se os mercados europeus diminuíram o seu consumo, quer por contração quer por concorrência, outro mercado persistiu na sua absorção e em quantidades crescentes: a África.

Já vimos que o escravo foi uma das mercadorias que, durante a recessão econômica, escapou da desvalorização, pelo aumento de sua procura por todas as potências coloniais. Assim, o comércio negreiro intensificou-se durante o século XVIII, sobretudo para o Brasil, onde a região das minas, com voracidade, os absorvia. Como a aquisição do escravo na África era feita principalmente com o tabaco, com o aumento da demanda de mão-de-obra negra para as minas, crescentes quantidades da produção brasileira daquele produto destinavam-se às costas africanas.

Pelo cálculo de Antonil, no início do século XVIII,<sup>57</sup> quando a produção brasileira de tabaco era de 27.500 rolos — sendo 25.000 da Bahia e 2.500 de Alagoas e Pernambuco — 5.000 eram destinados ao comércio com a África, representando portanto 18,1% do total. No período de 1714-65, segundo o Autor Anônimo do “Discurso preliminar...”,<sup>58</sup> a produção era de 21.000 rolos de tabaco anuais, sendo que 10.000 rolos destinavam-se ao comércio com a África, representando 47,6% da exportação. Por aí podemos deduzir que, embora o mercado europeu tivesse diminuído sua importação, esta foi largamente compensada pelo aumento do consumo na África. Tal foi o desvio deste co-

(56) Ao fazer a apologia do tabaco, o Autor Anônimo, na obra citada, relata que a cultura deste produto “não demanda no seu estabelecimento umas grandes possessões e uns extraordinários suprimentos, do que resulta estar este ramo de agricultura desempenhado, e todos os seus lavradores ricos, com avultadíssimas somas depositadas em caixa, e porque ela não demanda grandes custeios; todos quantos querem e podem, tendo qualquer princípio de estabilidade, são lavradores deste gênero...”, p. 322.

(57) Op. cit., p. 65.

(58) Anônimo. Op. cit., p. 325.

mércio para a aquisição de negros, que o tabaco fino ou de primeira escolha, geralmente destinado ao consumo europeu, segundo ainda o Autor Anônimo do “Discurso preliminar...”, era muitas vezes classificado de “refugo” para poder ser embarcado para as costas africanas.

Este testemunho é confirmado pela correspondência entre a Coroa e os vice-reis, onde são constantes as instruções para maior controle na exportação do produto, uma vez que se tinha notícia em Lisboa de grandes quantidades de tabaco de primeira qualidade exportadas para a África sob o rótulo de “refugo”.<sup>59</sup>

Em memória sobre o comércio e a navegação dos portugueses enviada a Versalhes, o cônsul Du Vernay informa que anualmente enviam-se, da Bahia de Todos os Santos à costa de Angola, navios para comerciar e fazer o tráfico de negros, fornecendo, assim, uma idéia das relações do Brasil com os portos africanos.<sup>60</sup>

A amplitude destas relações apalpa-se em toda a documentação do século XVIII. Incalculável comércio realizavam os navios luso-brasileiros nas costas da África, tendo como base o tabaco. Ingleses, holandeses e franceses aguardavam com suas mercadorias os navios negreiros do Brasil e, em troca do tabaco — e também do ouro — uma quantidade de manufaturados como tecidos, ferro, armas e quinquilharias, entrava por esta via nos portos brasileiros, principalmente no de Salvador, na Bahia.

A análise das cargas das frotas para Lisboa demonstra que, inicialmente, as flutuações do tabaco são paralelas às do açúcar. Queda violenta entre o final do século XVII e início do XVIII: 40.000 rolos em 1697, 30.000 rolos em 1703 e igual quantidade em 1712. Em 1713, em virtude da seca prolongada no Nordeste brasileiro, chegaram apenas 6.000 rolos a Lisboa. Entre 1714-24 as oscilações são bruscas, variando de 5.000 rolos em 1717 até 25.197 rolos em 1721. A partir de 1725 as exportações para a Europa se estabilizam entre 8 e 11.000 rolos anuais, salvo nos períodos de guerra como nos anos de 1741: 16.716 rolos, 1747: 14.866 rolos (Guerra de Sucessão da Áustria), 1763: 19.000 rolos (Guerra dos Sete Anos).

(59) P. Verger. Op. cit., p. 36.

(60) A. N. (Paris), AE.BIII 385. “Etat circonstancié du Commerce et de la Navigation des Portugais tant au Brésil qu’aux Indes.” Anexo da Carta de 22 de fevereiro de 1746.



*Tabaco: procedência e cargas segundo relações das frotas*

<i>Ano</i>	<i>Bahia</i>	<i>Pernambuco</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Brasil</i>
1697				40.000 (BA e PE)
1703				30.000
1712				30.000 (BA, PE e RJ)
1713				6.000 (BA, PE e RJ)
1714	12.100	500		12.600
1715				17.000 (BA, PE e RJ)
1716		510		510
1717				5.000 (BA e PE)
1718	17.000	100	280	17.380 (BA e PE)
1720	11.238			11.238
1721	24.388	809		25.197
1724	14.000			14.000
1725				8.000
1729	8.000			8.000
1730	13.000			13.000
1734	8.000			8.000
1735	8.335			8.335
1736				8.300 (BA e PE)
1738	9.600	110		9.710
1740		340		340
1741	16 716			16.716
1742			2.574	2.574
1743		1.050		1.050
1744	5.164			5.164
1745	11.940			11.940
1746	400	16		416
1747	14.866			14.866
1748	1.400			1.400
1750	11.544			11.544
1751				416 (BA e PE)
1753	10.486		289	10.775
1754	9.113			9.113
1755	10.507			10.507
1762	11.000			11.000
1763	19.000			19.000

A Bahia manteve o seu quase monopólio na produção do tabaco, outra razão que explica o seu florescimento no século XVIII, sobretudo por ser aquele produto a pedra angular do comércio negro.

### 3.2.3. — *As madeiras*

Dos produtos tradicionais da exportação brasileira, as madeiras permanecem em destaque durante o século XVIII. Nas cargas das frotas, encontram-se as mais variadas formas das mais diversas madeiras extraídas das florestas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Varas de mangue para suporte de parreiras, pranchas de tapinhoã para a construção de navios, varais para carruagens, vigas para construção, madeiras preciosas como o pau-violeta, pau-brasil e o jacarandá.

O jacarandá, destinado sobretudo às obras de marcenaria, constituiu a matéria-prima para a feitura de móveis e obras de talha.<sup>61</sup>

Apesar de esparsos, alguns elementos extraídos das relações das frotas dão uma idéia das exportações brasileiras de jacarandá. Importante observar a presença do Rio de Janeiro como principal praça exportadora desta madeira.

*Jacarandá: procedência e cargas segundo relações das frotas*

<i>Ano</i>	<i>Carga</i>	<i>Procedência</i>
1719	2.639 quintais	Rio de Janeiro
1734	695 "	"
1736	2.272 "	Bahia
1740	3.400 "	Pernambuco
1743	382 "	Rio de Janeiro
1745	300 "	"
1746	10.000 "	"
1746	2.890 peças (?)	"
1748	1.427 quintais	"
1748	150 toras	Bahia
1749	1.753 "	Rio de Janeiro
1754	712 quintais	"
1754	743 toras	Bahia

(61) Para que se tenha uma idéia do crescimento desta atividade em Lisboa, transcrevemos os dados coletados por Jorge Macedo para seu trabalho: "Problemas de História da Indústria portuguesa no século XVIII.", p. 116. Trabalho de madeira: 1551 — 982 artífices; 1620 — 1.118 artífices; 1763 — 1.722 artífices.

Quanto ao pau-brasil, durante este período continua a ser procurado pelos centros têxteis da Europa, principalmente pela França, Holanda, Alemanha (Hamburgo) e Inglaterra.

Segundo as tabelas de Posthumus, após a alta nos preços na primeira década do século XVIII, provocada pela Guerra de Sucessão da Espanha, o pau-brasil sofreu violenta baixa nas cotações da Bolsa de Amsterdã, passando de 51,00 *guilders* por 100 libras em 1710 para 22,00 *guilders* em 1719.<sup>62</sup>

Essa desvalorização explica a ausência de referências minuciosas sobre o produto, nas relações das frotas enviadas a Versalhes pelo consulado francês em Lisboa. O desinteresse pelo pau-brasil refletia o pouco valor que tinha no mercado internacional. Justamente quando os preços começaram a subir em Amsterdã, aparecem indicações precisas quanto ao volume de madeiras chegadas do Brasil. A partir de 1732 começa uma escalada nas cotações, atingindo seu máximo em 1739, isto é, 31,33 *guilders* por 100 libras. Nas décadas de 40, 50 e início da de 60, há estabilidade no preço do pau-brasil, até 1766, quando se apresenta e se prolonga uma tendência à baixa até 1780.

Pela relação que se segue, verifica-se as grandes quantidades exportadas pelo Brasil, onde se destaca Pernambuco como o grande centro exportador de madeira.<sup>63</sup>

*Pau-brasil: procedência e cargas segundo relações das frotas*

<i>Ano</i>	<i>Carga</i>	<i>Procedência</i>
1732	12.000 quintais	Pernambuco
1738	9.640 "	"
1740	7.600 "	"
1743	10.000 "	"
1743	963 toras	Rio de Janeiro
1744	3.158 quintais	Bahia
1744	331 dúzias de pranchas	"
1745	5.000 quintais	Pernambuco
1745	2.537 "	Rio de Janeiro
1745	9.260 "	Bahia

(Continua)

(62) Op. cit., p. 443-46.

(63) Ignora-se, ainda, a quantidade de pau-brasil exportada por Pernambuco, após a criação da C.<sup>ja</sup> de Pernambuco e Paraíba.

(Conclusão)

Ano	Carga	Procedência
1746	5.035 "	Rio de Janeiro
1746	11.903 "	Pernambuco
1746	843 pranchas	"
1746	8.229 vigotas	"
1749	13.435 quintais	"
1749	2.851 toras	Rio de Janeiro
1749	7.090 quintais	Pernambuco
1750	2.330 "	Bahia
1751	12.195 "	Pernambuco
1753	22 "	Rio de Janeiro
1753	4.083 "	Bahia
1754	1.270 "	Rio de Janeiro
1754	6.700 "	Pernambuco
1754	1.818 grandes pranchas	Bahia
1755	8.630 quintais	Pernambuco

Pelas relações das frotas, observa-se também a presença de madeiras semitrabalhadas, como pranchas, caibros, vigas curvas e abobadadas, vigotas etc., para a construção, varais para carruagens, madeiras para construção de navios, que sugerem uma intensa atividade e grande número de serrarias, sobretudo no Rio de Janeiro.<sup>64</sup>

### 3.2.4 — *Os couros*

Um dos produtos que mais se destaca nas exportações brasileiras é o couro. Entre os tradicionais artigos, o couro alcançou extraordinário surto, durante o século XVIII. Para que melhor se compreenda este desenvolvimento, necessário se faz lembrar que, além da área tradicional de criação bovina — o Nordeste — com a fixação da Colônia do Sacramento dentro do impé-

(64) Eis um setor a exigir pesquisa, cujo resultado poderá enriquecer o panorama das atividades urbanas no Brasil colonial.

rio, incorporou-se a este complexo uma nova área de criação: a do Prata. O crescimento das cargas chegadas a Lisboa pelas frotas do Rio de Janeiro bem demonstra a afluência dos couros do Prata, uma vez que, no início do século, a própria região do Rio de Janeiro era a parte do Brasil que tinha menos gado, segundo Antonil.<sup>65</sup>

Embora fosse o Rio de Janeiro o ponto centralizador da courama do Sul, às vezes aparecem referências a navios que ligavam diretamente o Prata a Lisboa, oriundos de Sacramento e de São Gabriel, com cargas de 11.000, 16.000 e 40.000 couros, respectivamente em 1723, 1725 e 1751.

Porém, apesar do crescente espraiamento do gado na Região Sul, na primeira metade do século XVIII, Salvador e Recife foram os grandes escoadouros da courama proveniente do Vale do São Francisco. As frotas de Pernambuco carregavam com frequência 100.000 couros, atingindo algumas vezes mais de 200.000 como em 1740 (215.600 unidades), 1754 (233.050 unidades) e 1759 (296.644 unidades). Da Bahia, as frotas chegaram a transportar 180.861 couros em 1735 e, em 1762, 220.000 couros.

Em meado do século, as cargas das frotas conjugadas do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Maranhão ultrapassaram as 300.000 unidades, como em 1754 com 324.962 couros, em 1762 com 378.804 couros, e, no ano seguinte, com 349.625 couros. Cinquenta anos antes, Antonil havia calculado a exportação total do Brasil em 110.00 unidades.<sup>66</sup>

A estas quantidades deve-se acrescentar os couros utilizados para a embalagem do tabaco. As exportações no início do século estavam mais em função do tabaco que do couro propriamente dito; logo a seguir inverte-se a posição: na medida em que se reduz para a Europa a exportação do tabaco, a do couro automaticamente se desenvolve.

Esta relação entre o couro e o tabaco explica o comércio entre Salvador, a maior exportadora de tabaco, e Recife, o centro polarizador da courama dos currais do São Francisco. Segundo o

(65) Op. cit., p. 95.

(66) Idem, p. 98.

Autor Anônimo do “Discurso preliminar...” estes couros eram embarcados em Pernambuco, através de uma navegação “de costa a costa, em embarcações pequenas para a Bahia pelo meio de um negócio particular e intrínseco”.<sup>67</sup>

Estes “couros de rolo de tabaco”, além de servirem como embalagem, eram posteriormente consumidos pelo mercado português e mesmo reexportados.<sup>68</sup>

No geral, a tendência que se observa é a de crescimento na exportação deste produto durante o século XVIII. Apesar da cessão do Sacramento à Espanha, a produção de couros continuou em ascensão, uma vez que aquela perda foi compensada com o incremento da criação bovina na Amazônia (Pará e Maranhão), nos campos de Goiás e Mato Grosso, e sobretudo nas planícies do Rio Grande do Sul.

As exportações portuguesas confirmam esta tendência, pois, segundo os balanços de comércio, foram exportados 229.061 couros em 1776, e em 1777, 288.069 couros.<sup>69</sup> Além do mais, é necessário considerar o consumo no Brasil e em Portugal, onde só em Lisboa havia 1.773 artífices, dedicados ao trabalho do couro,<sup>70</sup> nos anos de 1763-69.

(67) *A.B.N.*, vol. XXVII, p. 327.

(68) No balanço de comércio de 1776 consta a exportação portuguesa para a França de 120 e para Gênova de 560 “couros de rolo de tabaco”. (*B.N.* de Lisboa, F.G. 10.714.)

(69) Segundo o balanço de comércio de 1776, a exportação portuguesa de couros foi a seguinte:

Para a Inglaterra	1.023	couros
Para a Holanda	46.329	”
Para Castela	3.340	”
Para a França	26.720	”
Para Gênova	151.649	”
Total .....	229.061	”

Observe-se a importância do mercado genovês para os couros brasileiros. (*B.N.*, Lisboa, F.G. 10.714.)

(70) Para o Brasil, vide José Alípio Goulart, *Brasil do boi de couro* (2 vol.) e para Portugal, vide Jorge Macedo. *Problemas de história da indústria portuguesa.*

*Couros: procedência e cargas segundo relações das frotas\**

<i>Ano</i>	<i>Pernambuco</i>	<i>Rio de Janeiro Sacramento</i>	<i>Bahia</i>	<i>Maranhão</i>	<i>Brasil</i>	<i>Couros de tabaco</i>	<i>Brasil (Total)</i>
1700							
1701							
1702							
1703					20.000	30.000	50.000
1704							
1705							
1706							
1707							
1708							
1709							
1710							
1711							
1712						30.000	30.000
1713						6.000	6.000
1714						12.600	12.600
1715					60.000	17.000	77.000
1716					45.760	510	46.270
1717					40.000	5.000	45.000
1718	40.000	4.825		30.000	74.825	17.380	92.205

(\*) A relação foi completada com os dados extraídos de Manuel Nunes Dias: *Fomento e mercantilismo: Política econômica portuguesa na Baía de Maranhense (1755-1778)* para o Maranhão, após a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, e de José Ribeiro Jr., *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro* para Pernambuco, após a criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

(Continua)

(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Pernambuco</i>	<i>Rio de Janeiro Sacramento</i>	<i>Bahia</i>	<i>Maranhão</i>	<i>Brasil</i>	<i>Couros de tabaco</i>	<i>Brasil (Total)</i>
1719		3.488			3.488		3.488
1720			21.956		21.956	11.238	33.194
1721	8.444		35.115		43.559	25.197	68.756
1722							
1723		11.000			11.000		11.000
1724						14.000	14.000
1725		77.000			77.000	8.000	85.000
1726							
1727		133.000			133.000		133.000
1728	120.000				120.000		120.000
1729			60.000		60.000	8.000	68.000
1730			50.000		50.000	13.000	63.000
1731		40.000			40.000		40.000
1732	60.000				60.000		60.000
1733							
1734		97.006			97.006	8.000	105.006
1735		11.368	180.861		192.229	8.335	200.564
1736	81.000				81.000	8.300	89.300
1737							
1738	79.789		60.600		140.389	9.710	150.099
1739							
1740	215.600				215.600	340	215.940
1741			8.141		8.141	16.716	24.857

(Continua)



(Continuação)

<i>Ano</i>	<i>Pernambuco</i>	<i>Rio de Janeiro Sacramento</i>	<i>Bahia</i>	<i>Maranhão</i>	<i>Brasil</i>	<i>Couros de tabaco</i>	<i>Brasil (Total)</i>
1742		12.596			12.596	2.574	15.170
1743	161.000		11.267		172.267	1.050	173.317
1744			114.144	5.000	119.144	5.164	124.308
1745	130.000	5.122	125.228	5.000	265.350	11.940	277.290
1746	130.238	14.140			144.378	416	144.794
1747	74.544	38.309	70.081		182.934	14.866	197.800
1748		46.493			46.493	1.400	47.893
1749	152.405	46.051			198.456		198.456
1750						11.544	11.544
1751	180.511	72.067			252.578	416	252.994
1752	85.350				85.350		85.350
1753		49.436	98.875		148.311	10.775	159.086
1754	233.050	36.798	39.319	15.795	324.962	9.113	334.075
1755	93.067	51.565	53.774		198.406	10.507	208.913
1756	126.273				126.273		126.273
1757	112.253				112.253		112.253
1758							
1759	296.644				296.644		296.644
1760	3.850			26.790	30.640		30.640

(Continua)

(Conclusão)

<i>Ano</i>	<i>Pernambuco</i>	<i>Rio de Janeiro Sacramento</i>	<i>Bahia</i>	<i>Maranhão</i>	<i>Brasil</i>	<i>Couros de tabaco</i>	<i>Brasil (Total)</i>
1761	87.253	250.000 (RJ e BA)	220.000	39.179	126.432	11.000 19.000	126.432
1762	140.412			19.028	379.440		390.440
1763	77.771			21.854	349.625		368.625
1764	206.455			39.132	245.587		245.587
1765	138.015			45.235	183.250		183.250
1766	150.739			25.696	176.435		176.435
1767	126.474			31.621	158.095		158.095
1768	191.517			18.127	209.644		209.644
1769	128.211			23.944	152.155		152.155
1770	113.913			23.694	137.607		137.607

### 3.2.5 — Os diamantes

O descobrimento e a exploração de diamantes, no Brasil do século XVIII, são decorrência da mineração do ouro. A região do Serro Frio, já explorada e conhecida por sua produção aurífera, a partir de 1729 passou a ser o grande centro diamantífero brasileiro no século XVIII.<sup>71</sup> O local e a data dos primeiros encontros perderam-se na incerteza e na variedade de tradições, segundo Joaquim Felício dos Santos. Certo é que, os mineiros, na busca de ouro, encontravam pequenas pedras cujo brilho lhes atraía a atenção, porém, por desconhecerem-lhe o valor, usavam-nas como tentos para marcar jogos.<sup>72</sup> Entretanto, se a carta de 22 de julho de 1729 do governador Lourenço de Almeida ao rei marca oficialmente o início da exploração dos diamantes no Brasil, Calógeras e Lima Júnior afirmam que anteriormente já se fazia a extração da pedra, e administradores vinham acumulando fortuna na aquisição de diamantes, aproveitando-se da ignorância dos mineiros. De qualquer forma, pela resposta de João V, datada de 8 de fevereiro de 1730, o governador das Minas foi advertido por ter-se retardado em comunicar à Coroa a nova riqueza descoberta.

Sob o impacto da presença dos diamantes brasileiros, em 1730 escrevia de Montagnac a propósito dos primeiros exemplares chegados à Corte: "... aqueles que vieram para amostra foram classificados, após terem sido trabalhados, tão bons e tão perfeitos, quanto aqueles trazidos das Índias Orientais, sendo aquelas minas muito abundantes."<sup>73</sup>

No mesmo ano, volta de Montagnac a transmitir notícias obtidas através de uma carta recebida pelo conde de Assumar, diretamente das Gerais: "... como não se tinha feito caso anteriormente destas pedras por não serem conhecidas, voltava-se a cavar e a revolver a terra de onde se havia tirado o ouro, para aí procurar estas mesmas pedras, que tinham sido desprezadas por falta de conhecimento. Nesta mesma terra já revolvida, admite-se que haja para mais de 60 milhões de cruzados destas pedras, às quais não se tinha dado nenhuma importância. O autor desta carta

(71) Para a história do diamante no Brasil, vide Joaquim Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantino*; Augusto de Lima Jr. *História dos diamantes nas Minas Gerais*; João Pandiá Calógeras. *As minas do Brasil e sua legislação*.

(72) J. Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 60.

(73) A.N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 665. Carta de 21 de março de 1730.

acrescenta que não virá muito pela frota, porque nenhuma passa para o Rio de Janeiro, uma vez que existem pessoas nos locais que as compram, e as fazem passar para a Europa por outras vias; eis o que eu mesmo li na carta do conde meu amigo.”<sup>74</sup>

Em fins de 1730 chegava outra remessa de diamantes pela frota da Bahia, informando de Montagnac que o monarca havia recebido uma partida de ½ libra, na qual existiam três diamantes pesando 32, 36 e 40 quilates.

Continuando suas informações sobre os diamantes, no ano seguinte informava o cônsul: “. . . eles são procurados pelos lapidários da Holanda e da Inglaterra, e os ingleses compram o que podem encontrar, fazem-nos trabalhar na Inglaterra e os revendem em seguida aos portugueses. A senhora marquesa de Távora, neta da falecida senhora duquesa de Cadaval, comprou recentemente pelo preço de 3.000 cruzados um bellissimo fruto daquelas minas que havia sido lapidado na Inglaterra”.<sup>75</sup>

No mesmo ano, em memória enviada a Versalhes, comunicava de Montagnac: “Não é possível poder-se dizer positivamente o valor destes diamantes; são eles encontrados de diversas qualidades tal como nas outras minas desde seis mil até quinze mil-réis o quilate, sendo que o peso e a qualidade estabelecem a diferença. O comércio que se faz aqui não difere em nada daquele dos outros diamantes; eles são igualmente procurados pelos conhecedores, tanto deste país como estrangeiros, e enviados à França, Inglaterra, Holanda e Flandres para serem talhados, não havendo aqui lapidários.”<sup>76</sup>

O súbito derrame de diamantes brasileiros nas praças européas, se de início foi motivo para comemorações em Lisboa, logo a seguir as quantidades chegadas começaram a alarmar a Corte e os comerciantes que faziam da raridade das pedras o ponto de apoio para seus enormes lucros.

(74) Idem. Carta de 13 de junho de 1730. Este documento demonstra que realmente os diamantes eram pedras desconhecidas dos mineiros e faz acreditar que a suposição de serem pedras preciosas somente foi despertada nos últimos anos da década de 20.

(75) A.N. (Paris), AE.BI 665. Carta de 13 de fevereiro de 1731.

(76) Idem. “Memoire pour servir de répose aux éclaircisemens que V.Ex. m'a demandé concernant la decouvert d'une mine de Diamants au Brésil.” Anexa à carta de 12 de junho de 1731.

Em 17 de julho de 1733, John Gore, um dos detentores deste comércio, escrevia de Londres a seu correspondente em Lisboa que, se continuasse a chegar na Europa mais quantidade de diamantes do que o luxo dos ricos exigia, era fatal que chegariam a um desprezo geral. Estava chegando a Lisboa o quádruplo do que ordinariamente vinha da Índia, e que nos grandes centros da Europa as pedras estavam sendo vendidas a 10 e a 15 por cento menos que as primeiras partidas do Brasil. Ao terminar a carta, John Gore pondera que todos aqueles que estão mui entrados neste comércio se arruinarão se a Corte de Portugal não tomar providências para conservar tesouro tão precioso.<sup>77</sup>

Alguns meses depois, em 1.º de outubro, voltava John Gore a escrever que o comércio de diamantes estava parado: “Este comércio não será de proveito à nação... se se não tiver um grandíssimo cuidado. O primeiro, que me parece o mais pronto, é segurar todos os diamantes que vierem na frota da Bahia na Casa da Moeda, com a cautela possível de se não declarar a quantidade e não os entregar aos proprietários até que aqueles que vieram na última frota estejam lapidados porque, enquanto houver em Londres, Amsterdã, Antuérpia e Paris mais vendedores que compradores, é fatal que os preços forçosamente baixem, e quando o temor pânico for geral, o que já se experimenta, os diamantes não terão valor algum.”<sup>78</sup>

O alarme cresceu ainda mais em fins de 1733, quando chegou do Brasil a notícia de que “viriam mais diamantes pela primeira frota do Rio do que têm vindo por todas as precedentes desde a sua descoberta”.<sup>79</sup>

Ante a situação do mercado joalheiro, começou a Coroa a tomar atitudes drásticas, e quando chegou a frota da Bahia em março de 1734, os diamantes foram requisitados e guardados na Casa da Moeda, tal como aconselhara John Gore. “O Rei de Portugal — escreve de Montagnac — fez retirar e guardar na Casa da Moeda todos os diamantes vindos pela última frota da Bahia e está se empenhando em encontrar uma solução para impedir que suas pedras se tornem tão comuns na Europa. Para isto, têm tido várias reuniões para as quais, a maior parte dos negociantes, tanto

(77) Apud: Augusto de Lima Júnior. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, p. 67-68.

(78) Idem, p. 70-71.

(79) A.N. (Paris), AE.B<sup>I</sup> 666. Carta de 27 de outubro de 1733.

portugueses como estrangeiros, foram chamados a opinar (...) Todavia foi despachado há oito dias um pequeno navio com dez homens de tripulação para o Rio de Janeiro, que se diz, leva ordens para proibir sob penas rigorosas a continuação da busca de diamantes em suas minas.”<sup>80</sup>

Confirmando a notícia sobre a vinda de diamantes do Rio de Janeiro, em agosto a frota daquela procedência trazia: 56 oitavas para o rei, 9.968 oitavas e 54 grãos para os particulares além de um de 115 quilates, totalizando 174.555 quilates de diamantes brutos!<sup>81</sup> Em contrapartida, os preços que, segundo de Montagnac, em 1731 oscilavam entre 6\$000 e 15\$000 o quilate, conforme a qualidade da pedra, já em 1734 em Lisboa se vendiam diamantes de muito boa água a 2\$400 o quilate.<sup>82</sup>

Esta situação impulsionou a Corte portuguesa a tomar uma série de medidas, cuja finalidade era preservar o produto da total desvalorização e manter o seu preço no mercado internacional.

Tendo recebido de Portugal poderes para dar início à regulamentação sobre os diamantes, o governador Lourenço de Almeida instituiu, em 24 de junho de 1730, tal como se fazia na mineração do ouro, uma capitação por escravo de 5\$000. Porém, já no ano seguinte, chegavam instruções da Corte para suspender a cata dos diamantes a partir de 1732, salvo em alguns locais que deveriam ser divididos em lotes e postos em praça para arrematação, sendo o lance mínimo de 60\$000 anuais por braça quadrada. Como era interdita a exploração prévia do terreno e como a taxação mínima era exorbitante, Lourenço de Almeida terminou por ceder aos clamores dos mineiros e, pelo Bando de 22 de abril de 1732, assumiu a responsabilidade de suspender a Ordem Régia de 26 de março de 1731, e conceder a liberdade de mineração, mediante o aumento para 20\$000 da capitação por escravo. Esta taxa foi sucessivamente elevada para 25\$600 pelo Bando de 16 de abril de 1733, e para 40\$000 pelo Bando de 2 de dezembro do mesmo ano.

(80) Idem. AE.BI 667. Carta de 30 de março de 1734.

(81) Para que se tenha idéia da proporção desta gema de 115 quilates, é necessário lembrar que nesta época o maior diamante até então descoberto era o famoso Grão-Mongol, encontrado no Indostão em 1640, e que pesava 807 quilates.

(82) “História Cronológica dos Diamantes” (B.N. de Lisboa). Apud Augusto de Lima Jr. Op. cit., p. 62.

Sobre este último aumento, John Gore, em carta de 17 de julho de 1733 comentava: “Eu li os decretos feitos em Portugal quando partiu a última frota, e entendo que os quarenta mil-réis por cada negro não é para aumentar as rendas da Coroa, mas somente para impedir tirar tanta quantidade de diamantes. (...) esta ordem não foi bastante para que aqui em Holanda e Flandres fizesse pessoa alguma comprar diamantes, por causa da grande quantidade deles que veio nas últimas duas frotas.”<sup>83</sup>

Entretanto, nenhuma destas providências foi suficiente para barrar o derrame de diamantes brasileiros na Europa, e, como já foi visto, os anos de 1733-34 foram de pânico no mercado joalheiro.

Isto explica a violência com a qual a Coroa portuguesa tentou reduzir a extração de diamantes no Brasil. Até 1734 não fora ainda demarcada a área diamantífera e a legislação se fazia vagamente sobre os córregos e ribeiros de onde se extraíam diamantes na Comarca do Serro Frio. Pelo Bando de 18 de agosto de 1734, os limites do Distrito Diamantino foram estabelecidos e posteriormente alargados para abrigar as novas áreas onde a pedra era encontrada. Dentro do distrito foi criada uma administração especial — a Intendência dos Diamantes — cuja autonomia era completa, inclusive com referência ao próprio governador das Minas Gerais.

Desde 5 de agosto de 1734 havia sido proibida a cata de diamantes, e também cassadas todas as autorizações de exploração das lavras auríferas, ficando a mineração de ouro totalmente interdita no Distrito Diamantino. Instituíram-se as delações com prêmios aos denunciante.

Em 24 de dezembro recebia o intendente novas ordens: perseguir os faiscadores; as lojas de fazenda estabelecidas no Tijuco foram taxadas com 50 oitavas de ouro anuais e as vendas com 30 oitavas; nas terras onde fosse permitida a cata, todos os diamantes encontrados com peso superior a 20 quilates deveriam ser reservados para a Coroa.

Em 6 de janeiro de 1735 foi instituído o cofre da Intendência, onde, no prazo de três meses, deveriam ser depositados, contra recibo comerciável, os diamantes extraídos antes da proibição. Passados os três meses, todos os diamantes encontrados em circulação seriam confiscados.

(83) Augusto de Lima Jr. Op. cit., p. 69.

Como não poderia deixar de ser, estas medidas provocaram descontentamento geral, estampado na súplica que os habitantes do Tijuco enviaram ao rei em 1738.<sup>84</sup> Não poderiam eles compreender que, sobre pedras tão cobiçadas e de tão alto valor, pudessem pesar ordens para impedir a sua extração. Breve os cartórios se entulharam de processos, instaurados diariamente pela mais insignificante contravenção, anota Joaquim Felício dos Santos.<sup>85</sup> Este era o resultado do choque entre a Coroa assessorada pelos grandes negociantes interessados em manter a raridade do diamante — e portanto o seu preço —, e os colonos, que não viam justificativa para que se lhes impedissem extrair aqueles tesouros da terra, tal como faziam os mineradores do ouro.

Para a Coroa, porém, os resultados das medidas foram positivos. Realmente, pelas relações das frotas, observa-se o declínio da chegada de diamantes. Em 1735, pela frota da Bahia, chegaram 1.768 oitavas (20.840 quilates); já no ano seguinte a observação de que havia chegado “muito pouco ou quase nenhum diamante”. Em 1738, pela frota da Bahia, chegaram apenas 500 oitavas (8.750 quilates); e em 1739, 233 oitavas (4.077 quilates).

Controlada a extração e equilibrado o comércio de diamantes, procurou a Metrópole instituir um sistema que permitisse extrair os diamantes do Brasil, sem prejudicar sua cotação no mercado internacional. Entre as várias alternativas, a que lhe pareceu mais eficaz foi a dos contratos.

Por este sistema, o contratador assumia a responsabilidade da extração dos diamantes no Brasil, mediante uma taxa por escravo, sobre um teto máximo de 600 escravos. O controle era feito portanto no Brasil, e as pedras, ao chegarem a Lisboa, entravam no mercado internacional livremente.

Na primeira fase, foram assinados três contratos (1740-43, 1744-47 e 1749-52) com pequenas variações entre si. Por exemplo: a capitação sobre escravo, de 230\$000 no primeiro e no segundo contratos, baixou para 220\$000 no terceiro. Ainda para este, foi concedido o direito de extração sobre as lavras de Goiás.<sup>86</sup>

(84) J. Felício dos Santos. Op. cit., p. 75.

(85) Idem, p. 73.

(86) Foram os seguintes os contratadores: 1.º contrato: João Fernandes de Oliveira associado a Francisco Ferreira da Silva, 2.º contrato: João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva; 3.º contrato: Francisco Caldeira Brant e seus irmãos Conrado, Sebastião e Joaquim.



O maior problema que o sistema apresentou foi a desenfreada corrupção, a começar pelo número de negros empregados na cata da pedra preciosa. Além dos 600 escravos, sob o pretexto de outros serviços, trabalharam realmente nas minas 4 a 5.000 negros. A tolerância das autoridades, a presença de traficantes e as suas relações com os escravos criaram condições para que os contratos fossem letra morta, e a burla constante. Segundo os registros, durante este período foram extraídos: <sup>87</sup>

<i>Contratos</i>	<i>Quilates extraídos</i>	<i>Valor da venda</i>	<i>Preço médio do quilate</i>
1.º contrato: 1740-43	134.071	1.606:272\$037	11\$980
2.º contrato: 1744-47	177.200	1.807:472\$837	10\$200
3.º contrato: 1749-52	154.579	1.438:015\$987	9\$302

Pelo valor médio do quilate, observa-se que a tendência de baixa nos preços persistiu no mercado diamantífero, pois para 1740-43 a média do quilate foi de 11\$980; para 1744-47 de 10\$200 e para 1749-52 de 9\$302.

Ora, esta tendência, face às providências da Coroa não deveria permanecer. É que, na realidade, o volume das pedras chegado a Lisboa era muito maior do que o declarado, e os efeitos do contrabando se faziam sentir no mercado internacional. Isto se verifica através da correspondência enviada a Versalhes pelo consulado francês em Lisboa.

Durante a vigência do primeiro contrato, encontramos registrados 134.071 quilates. Entretanto, pelos dados das frotas, desfalcados daqueles do Rio de Janeiro de 1740 e sem elementos para os da Bahia, encontramos um volume de 122.717 quilates. Supõe-se, sobretudo em face do contrabando, que volume muito maior de diamantes chegava do Brasil a Lisboa, o que explica a contínua desvalorização da pedra.

Para o segundo contrato, comprova-se o fenômeno: foram declarados 177.200 quilates, porém as frotas registram 179.784 quilates chegados a Lisboa, provenientes do Rio de Janeiro.

(87) J. P. Calógeras. Op. cit., vol. I, p. 312.

Para o período do terceiro contrato, infelizmente os dados já são escassos, uma vez que a Coroa cada vez mais os tornava secretos, porém, somente a frota de 1749 conduziu do Rio de Janeiro 76.492 quilates, praticamente a metade do total declarado para o período, ou seja 154.579 quilates.

Numa nova tentativa de conter os preços, a Coroa viu-se obrigada a intervir no mercado de diamantes. Para isto, manteve o sistema de contrato para a extração no Brasil, sendo o quarto contrato arrematado para o período de 1.º de janeiro de 1753 a 31 de dezembro de 1758.

O governo português concedia, simultaneamente, também, através de contratos, o monopólio da colocação dos diamantes nas praças européias. O primeiro contrato foi assinado em 10 de agosto de 1753 com a firma Bristows, Warde & Co., vigente de 1.º de janeiro de 1754 a 31 de dezembro de 1759, pelo qual aquela companhia londrina ficava obrigada a retirar dos cofres da Coroa 35.000 quilates anuais, à razão de 9\$200 por quilate. No dia seguinte a este contrato, foi assinado o alvará pelo qual o rei de Portugal tomava sob sua proteção o comércio de diamantes, e recomendava providências para a repressão de seu contrabando no Brasil (alvará de 11 de agosto de 1753).

A falta de lisura da firma inglesa fez com que o marquês de Pombal anulasse o contrato em 13 de dezembro de 1757, assinando outro com os joalheiros associados John Gore e Josué Van Neck. Estes obrigavam-se a retirar 50.000 quilates anuais a 9\$200 o quilate, pelo prazo de três anos a partir de 1.º de janeiro de 1757.

O contrato seguinte foi entregue ao holandês Daniel Gildemeester em condições bastante favoráveis: retirada de 40.000 quilates anuais ao reduzido preço de 8\$600 por quilate, no primeiro triênio, passando a 9\$200 no segundo triênio e a 9\$600 no terceiro.

Daniel Gildemeester deteve, através de sucessivas prorrogações do contrato (embora com algumas modificações), o monopólio da distribuição dos diamantes brasileiros na Europa até 1787. No Brasil, o sistema de contrato para a exportação vigorou até 31 de dezembro de 1771.<sup>88</sup>

(88) Foram os seguintes contratadores: 4.º contrato: João Fernandes de Oliveira associado aos Irmãos Torres; 5.º contrato: João Fernandes de Oliveira, Domingos Bastos Viana e Antônio dos Santos Pinto; 6.º contrato: João Fernandes de Oliveira e seu filho.

*Diamantes: extração e venda por contratos (1753-1771)\**

<i>Extração por contratos no Brasil</i>				<i>Venda por contratos na Europa</i>								
<i>Contratos</i>	<i>Quilates extraídos</i>	<i>Valor</i>	<i>Preço médio do quilate</i>	<i>Ano</i>	<i>Quilates vendidos</i>	<i>Valor (em réis)</i>	<i>Valor médio do quilate (em réis)</i>	<i>Contratadores</i>				
4.º contrato (1753-59)	390.094 média anual: 55.728 quilates	3.625:580\$888	9\$294	1753	5.000	46:000\$000	9\$200	Bristows Warde & Co.				
				1754	43.000	463:157\$900	10\$771					
				1755	37.814	347:890\$525	9\$200					
				1756	36.000	331:200\$000	9\$200					
				1757	25.000							
5.º contrato (1760-62)	106.416 média anual: 53.203 quilates	929:476\$750	8\$734	1758	30.159	277:462\$800	9\$200	John Gore & Josué Van Neck				
				1759	29.369	270:194\$800	9\$200					
				1760	31.131	286:405\$200	9\$200					
				6.º contrato (1762-71)	704.209 média anual: 70.420 quilates	6.108:579\$163	8\$674	1761	44.200	380:120\$000	8\$600	Daniel Gildemeester
								1762	42.239	355:597\$600	8\$418	
1763	60.463	514:877\$662	8\$515									
1764	61.665	531:193\$000	8\$614									
1765	84.862	729:813\$200	8\$600									
1766	91.380	785:885\$200	8\$600									
1767	70.942	610:101\$200	8\$600									
1768	74.450	640:270\$000	8\$600									
1769	76.639	659:525\$400	8\$605									
1770	55.414	476:560\$400	8\$600									
1771	35.369	304:173\$400	8\$600									

(\*) Segundo J. P. Calógeras: *As minas do Brasil*, vol. I, p. 307-308 e 312.

Pelos dados para o período, observa-se que de 1753-71, a baixa no preço do quilate persistiu, tanto no Brasil como na Europa. De 1753-59 o valor médio foi de 9\$294, passando para 8\$734 entre 1760 e 1762, caindo para 8\$674 durante a vigência do último contrato (1762-71). Compreensível esta desvalorização, uma vez que na década de 50 a média anual da extração foi de 55.728 quilates, crescendo na década seguinte para 70.420.

Na Europa, o preço de 9\$200 foi mantido artificialmente entre 1753-60, graças aos acordos de venda. Entretanto, é necessário notar que durante a vigência do contrato com John Gore e Josué Van Neck, apesar da obrigação de retirarem 50.000 quilates anuais, os contratadores jamais cumpriram aquela cláusula, e o máximo que adquiriram foi 31.131 quilates em 1760. A presença de John Gore, joalheiro que desde o início esteve ligado ao comércio dos diamantes brasileiros, permite supor que os contratadores estivessem adquirindo grandes partidas de diamantes, a preços muito mais vantajosos através do contrabando.

Esta situação condicionou a assinatura do contrato com Daniel Gildemeester a 8\$600 o quilate, valor inferior à média anual do preço dos diamantes no Brasil. Com esta manobra, Pombal visava atingir o contrabando, uma vez que a aquisição através da Coroa portuguesa iria se tornar mais vantajosa que no comércio ilícito. As grandes partidas adquiridas por Gildemeester, muito superiores àquela estipulada pelo contrato, faz crer que o ministro realmente atingiu seu objetivo. O que se observa, entretanto, é que a ascensão do preço de três em três anos, constante no contrato, não se verificou, e praticamente o valor se estabilizou em 8\$600 o quilate.

Tanto se tornou vantajoso o comércio de diamantes, que, em 1771, a Coroa resolveu cancelar o sistema de contratos para a extração no Brasil e assumir ela mesma esta tarefa. Pelo alvará de 12 de julho de 1771, foi organizada uma junta composta de três membros, e presidida pelo marquês de Pombal, encarregada de gerir o comércio dos diamantes. Pelo mesmo alvará, o rei de Portugal justificava a instalação do regime da Real Extração em virtude dos “lesivos e intoleráveis abusos”, do “exorbitante e superfluo número de escravos empregados no serviço das minas e suas dependências” e, por crescer “... de ano em ano estes males cada vez mais, até o ponto de que, não o cabendo mais remédio deles nas forças dos particulares, vieram a fazer indis-

*Diamantes: extração pela Coroa e venda por contratos (1772-90)\**

<i>Real extração</i>		<i>Venda por contratos na Europa</i>				
<i>Ano</i>	<i>Quilates extraídos</i>	<i>Ano</i>	<i>Quilates vendidos</i>	<i>Valor (em réis)</i>	<i>Preço médio do quilate (em réis)</i>	<i>Contratadores</i>
1772	33.493	1772	39.981	343:936\$600	8\$600	Daniel Gildemeester
1773	50.343	1773	41.759	359:127\$400	8\$600	
1774	37.083	1774	60.945	524:127\$000	8\$600	
1775	36.877	1775	65.547	563:704\$200	8\$600	
1776	37.414	1776	65.794	665:828\$400	10\$119	
1777	40.517	1777	63.969	569:328\$550	8\$900	
1778	39.068	1778	65.753	585:290\$700	8\$901	
1779	39.479	1779	40.201	369:849\$260	9\$200	
1780	31.947	1780	37.000	340:400\$000	9\$200	
1781	38.605	1781	20.000	184:000\$000	9\$200	
1782	51.262	1782	20.000	180:000\$000	9\$000	
1783	48.117	1783				
1784	62.038	1784	37.500	345:000\$000	9\$200	
1785	37.528	1785	12.500	115:000\$000	9\$200	
1786	30.677	1786	40.567	360:216\$400	8\$870	
1787	28.404	1787	12.000	79:200\$000	6\$600	
—	—	1787	14.000	123:752\$591	8\$839	
1788	28.630	1788	43.000	387:800\$000	9\$018	Benjamin Cohen e Abrahão B. Cohen
1789	29.557	1789	36.000	315:000\$000	8\$750	
1790	31.664	1790	16.000	138:000\$000	8\$625	

(\*) Segundo J. P. Calógeras: *As minas do Brasil*, vol. I, p. 307-08 e 323.

pensavelmente necessárias as do meu régio braço".<sup>89</sup> Na realidade, era a força do férreo braço do marquês de Pombal que se abatia sobre o Distrito Diamantino. O Regimento de 2 de agosto de 1771, celebrado como o "Livro de Capa Verde", passou a ser a única lei do Distrito que foi transformado em verdadeiro cárcere comandado pelos administradores.<sup>90</sup>

Na Europa, Daniel Gildemeester continuou a monopolizar as vendas dos diamantes brasileiros, e o preço, estacionado em 8\$600 desde 1765, começou a oscilar a partir de 1776, com tendência para a alta, terminando por se estabilizar em torno de 9\$200 até 1785. Nos últimos anos da década de 80, as oscilações com tendência para a baixa dos preços são os primeiros sintomas da desorganização geral que a Revolução Francesa traria para os mercados europeus.

A grande quantidade daquelas pedras, lançada na Europa pelo Brasil no século XVIII, contribuiu para que as jóias em diamantes, anteriormente apanágio da realeza, se tornassem jóias de consumo de uma nova classe social que vigorosamente ascendia no final do século XVIII: a burguesia.<sup>91</sup>

### 3.3 — AS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Os monopólios entregues à Companhia Geral do Comércio do Brasil<sup>92</sup> mostram que as principais importações brasileiras da Metrópole, na segunda metade do século XVII, eram constituídas de gêneros alimentícios e tecidos. Aquela companhia foi entregue o estanco dos vinhos, farinhas, azeites e bacalhau.<sup>93</sup>

(89) J. P. Calógenas. Op. cit., vol. I, p. 312.

(90) Vide sobretudo a crônica de Joaquim Felício dos Santos (*Memórias do Distrito Diamantino*) sobre os padecimentos da população daquele distrito. Este sistema foi extinto em 25 de outubro de 1832, embora praticamente desde 1821 não mais fosse aplicado.

(91) Entre as jóias do século XVIII, talvez a mais célebre seja o famoso "colar da rainha", como ficou conhecida, após a escandalosa trama criada pela condessa Valois de la Motte, envolvendo os nomes do cardeal de Rohan e da rainha Maria Antonieta, em 1785. Este colar, trabalhado pelos joalheiros Böhmer e Bassenge, foi realizado com diamantes brasileiros.

(92) Criada em 10 de março de 1649. Sobre esta companhia, vide o trabalho de Gustavo Freitas: *A C.ª Geral do Comércio do Brasil (1649-1720)*.

(93) Freitas, Gustavo. Op. cit., p. 33.

A “Memória” escrita em 1704 pelo cônsul francês, em Lisboa, transmite com mais precisão quais os tecidos e demais mercadorias de maior comércio com o Brasil: “. . . fazendas comuns de lã, tecidos de linho que se extraem de Portugal; baeta, sarja, outras espécies de tecidos de lã, meias de seda e chapéus trazidos da Inglaterra e da Holanda; panos brancos denominados panicos, panos crus chamados aniagem grega, fechos de espingarda e cobre fundido próprios para os engenhos de açúcar que se fazem vir de Hamburgo; tecidos da Bretanha de menor largura, drogues, sarjas e brocados matizados de todas as cores que se extraem da França; tabi de seda, tafetás, linha para coser e papel que se faz vir da Itália”.<sup>94</sup>

Este rol de artigos põe em evidência a limitação do mercado brasileiro no início do século XVIII, ligada não somente à escassez da população, mas também ao restrito poder aquisitivo dos colonos.

As alterações produzidas no Brasil, após o advento do ouro, vieram modificar o quadro das importações. Dois fatores são capitais para a compreensão daquelas transformações: o crescimento demográfico e o desenvolvimento urbano, aliados ao crescimento do poder aquisitivo, sobretudo nas áreas mineiras e nos centros de abastecimento. Na “Memória” sobre o comércio de Portugal, datada de 1713, Duverger, ao considerar as perspectivas do mercado metropolitano e colonial, observa que “o Brasil após a descoberta de suas minas povoou-se extraordinariamente”.<sup>95</sup>

A evolução das cidades brasileiras, neste período, foi marcada por uma transformação dos costumes, desde a alimentação até o mobiliário, e em 1714 o referido cônsul testemunhava que o mercado brasileiro “. . . não é mais como antigamente, quando tudo se vendia; hoje quer-se o mais novo e o mais belo. É o que me asseguram vários mercadores”.<sup>96</sup>

Como decorrência dessas modificações, as importações sofreram não somente alterações qualitativas, como também quantitativas.

(94) Q. D'O. *Portugal*, t. 44. “Mémoire touchant le Commerce du Portugal”.

(95) A.N. (Paris), AE.B<sup>I</sup> 652. “Mémoire sur le commerce de Portugal”. 16 de março de 1713.

(96) Idem, AE.B<sup>I</sup> 653. Carta de 29 de janeiro de 1714.

Qualitativas, na medida em que uma burguesia, tanto mineira como comercial, procurava viver dentro dos padrões europeus, preocupando-se com a exteriorização de sua opulência. Daí a necessidade de importar veludos e sedas, brocados e tafetás, rendas e meias de seda, chapéus e fitas bordadas a ouro e prata. Basta lerem-se algumas descrições da vida em sociedade ou as crônicas das festas, para que se tenha idéia da ostentação dessa rica burguesia. Muito contribuiu para a mudança dos costumes a vinda de vice-reis e governadores titulados, com experiência da vida da Corte, e que tentaram muitas vezes amenizar as saudades do Paço Real, criando uma pequena corte em torno de si.<sup>97</sup>

Quantitativas, na medida em que o crescimento demográfico acarretou a necessidade de importar muito maior quantidade de tecidos, sobretudo os panos baratos, para vestir o grosso da população brasileira, quer as de classe média e pobre, quer a escrava. São as baetas, os panos ordinários, as serafinas, as bretanhas e as camelas.

Além do vestuário, os utensílios de metal se diversificam e se destacam durante o período da mineração. Até o século XVII, o cobre era o metal mais importado pela sua grande aplicação nos engenhos de açúcar. Com o ouro, o ferro se faz imprescindível. Ainda que os métodos de extração fossem os mais primitivos, as ferramentas básicas tinham de ser daquele metal, como a alavanca, o almocafre, a verruma e a marreta. O desgaste dos utensílios e a necessidade de substituí-los, amiudadamente, faziam do ferro um dos elementos mais freqüentes na pauta das importações brasileiras, ao mesmo tempo que, pelas taxas cobradas nos caminhos das minas, era transformado num dos produtos mais caros vendidos naquelas regiões. Justamente por isso, o ferro encontra-se entre as mercadorias contrabandeadas para o Brasil. Um testemunho deste comércio ilegal, pela via africana, é a carta datada de 31 de março de 1707, enviada pelo capitão do forte William de Ouidah à direção da Royal African Company de Londres, comunicando que havia iniciado um comércio com os portugueses e que a demanda era grande para o ferro e outras

(97) Vide, por exemplo, o *Triunfo eucarístico*, no qual Simão Ferreira Machado descreve o luxo e a suntuosidade da festa realizada em Ouro Preto, em 24 de maio de 1733, quando se deu a trasladação do Santíssimo Sacramento, da Igreja do Rosário para a nova matriz de N. S. do Pilar. *R.A.P.M.*, ano VI, p. 985.



mercadorias; que eles as comprariam por um preço elevado e pagariam em ouro.<sup>98</sup>

Encontramos também, nos registros das frotas, em algumas ocasiões, a importação de armas e munições, porém está sempre ligada a períodos de guerras, seja na Europa (sucessão da Espanha, guerra dos Sete Anos), seja na América (Colônia do Sacramento).

Pela análise das referências feitas pelo consulado francês sobre as frotas para o Brasil, o que podemos depreender é a freqüência das notícias de que estas frotas carregavam quase que exclusivamente gêneros alimentícios. A farinha de trigo, o bacalhau, o azeite, o vinho, o queijo e o sal constituem-se em elementos dominantes das importações, o que demonstra a tendência do português — e de todo europeu colonizador — em preservar o regime alimentar de origem, na medida em que seu poder aquisitivo lhe permite.

Além das importações da Europa, necessário se faz lembrar as importações do Oriente.

Através dos navios da carreira das Índias, eram os portos brasileiros abastecidos de produtos orientais, tais como louças, especiarias, móveis e tecidos. Sobre estes últimos, Duverger, em 1713, esclarecia, a Versalhes, que os navios das Índias Orientais, no seu retorno, aportavam no Brasil e ali vendiam uma quantidade considerável daquelas mercadorias, contribuindo para a pouca procura das similares européias. Prossegue o cônsul, dizendo que o restante das mercadorias ia para Lisboa onde eram muito bem colocadas, principalmente os móveis e damascos das Índias.<sup>99</sup>

No ano seguinte, volta o cônsul a esclarecer "... que a abundância de estofos de seda das Índias no Brasil prejudica aqueles que se podem enviar da Europa. Não é por falta destes que os da Índia são mais vendidos, e sim porque são mais ao gosto e à moda e são oferecidos a preços mais módicos".<sup>100</sup>

(98) P. Verger. Op. cit., p. 50.

(99) A.N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 652. Carta de 27 de novembro de 1713.

(100) Idem, AE.B<sup>1</sup> 653. Carta de 29 de janeiro de 1714.

Infelizmente, as referências sobre os carregamentos das frotas para o Brasil são de caráter geral, o que impede a utilização de quaisquer dados quantitativos.

### 3.4 — O OURO NO COMÉRCIO LUSO-BRASILEIRO

Para que se possa entender o novo mecanismo comercial criado pela preponderância da economia aurífera, é necessário relembrar, esquematicamente, o mecanismo da economia açucareira.

Nesta economia, o colono detinha a produção, e os mercadores, através das frotas, detinham o dinheiro. A venda do açúcar às frotas possibilitava ao colono a aquisição das mercadorias européias, e o volume das compras estava condicionado ao maior, menor ou nenhum lucro obtido na venda do açúcar.

Na economia aurífera, as posições se invertem: quem detém o dinheiro, no caso o ouro, é o colono, enquanto os mercadores, representados pelas frotas, são os detentores das mercadorias. Esta inversão determinou uma série de modificações no comércio atlântico. Assim, os detentores do ouro impõem os seus gostos e as suas necessidades aos comerciantes. O aumento súbito do poder aquisitivo do colono faz com que ele exija os produtos: ou os que necessita ou os que o destacam socialmente.

Na ausência de uma manufatura local, ele é obrigado a adquirir mercadorias importadas, pagando-as com o fruto do seu labor nas minas. Eis o momento em que se percebe todo o peso de uma economia colonial.

Desta maneira se estrutura a grande corrente comercial para atender às exigências do colono, ao mesmo tempo que, em contrapartida, conaliza para a Europa o produto das minas.

A burguesia comercial portuária, como a do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís e Belém, para atender às exigências e às necessidades das populações mineiras, adquirem da burguesia comercial portuguesa, através das frotas, os gêneros alimentícios e os manufaturados para o consumo interno. Por sua vez, a burguesia comercial portuguesa irá adquirir, nas várias praças européias, aquilo que necessita para atender à demanda brasileira.

Assim, o mineiro pagava em ouro as mercadorias que adquiria nas áreas de mineração, ouro este que era remetido pelo co-

mércio local às praças portuárias em pagamento das compras efetuadas. Por sua vez, a burguesia portuária o enviava para Lisboa em pagamento das suas dívidas, e de Lisboa o ouro brasileiro se distribuía, através do mesmo processo, pelas praças européias, sobretudo Londres.

Uma das forças do contrabando era justamente eliminar a burguesia portuguesa como intermediária entre os mercados manufatureiros europeus e o mercado consumidor brasileiro.

Ainda é importante lembrar que a Coroa exigia para si a quinta parte do ouro extraído, e que uma parcela deste imposto ficava no Brasil para pagamento de salários, fortificações etc. Assim, mais de quatro quintos da produção aurífera fluiu para a Europa, exclusivamente através da corrente do comércio, lícito ou ilícito.

Este mecanismo é essencial para a compreensão do fluxo que se estabeleceu das minas até os grandes centros da finança e da manufatura da Europa. Para acompanhá-lo, necessário se faz seguir de perto o transporte do ouro através das frotas.

A primeira notícia sobre ouro nas frotas é a que aparece no relatório sobre aquela chegada a Lisboa em 1697. O embaixador Rouillé, seu autor, refere-se a ouro “peruano”; acreditamos porém que já era fruto das novas descobertas nas Gerais. Por ainda ignorá-las, o diplomata rotulou-o de “peruano”. Por esta frota chegaram 115,2kg de ouro.

Faltam elementos para os anos de 1698-1703, entretanto, V. M. Godinho aponta as seguintes cargas: em 1699, 725kg e em 1701, 1.785kg.<sup>101</sup>

Em 1703, duas frotas aportaram a Lisboa. A de fevereiro, carregando 200 arrobas de ouro (2.940kg), e a de dezembro que, embora trouxesse “muito ouro para os particulares”, apenas foi registrada a parte da Coroa: 448 libras-peso (206kg). Por comparação, este volume é inferior ao do ano anterior: libras-peso (264,9kg). Para 1703 contamos então com 2.940kg da primeira frota e 206kg da segunda, sendo este último parcial e talvez pouco expressivo, lembrando que a parte da Coroa era geralmente sempre menor que a parte dos comerciantes.<sup>102</sup>

(101) Op. cit., p. 192.

(102) V. M. Godinho aponta para este ano um total de 4.350 kg. Infelizmente, por não ter aquele historiador fornecido detalhes das fontes que consultou, ficamos impossibilitados de cotejar os dois resultados.

A partir de 1704 interrompem-se as relações entre Portugal e França, em virtude da Guerra de Sucessão da Espanha, fazendo cessar os preciosos informes sobre as frotas até 1713, quando foi reaberto o consulado francês, em Lisboa, sob a chefia de Du Verger.

Em maio de 1713 comunicava o novo cônsul que, pela última frota, chegaram 500 arrobas de ouro, quase todas da Bahia, acrescentando que a anterior a esta havia trazido: 1.000 arrobas e alguma coisa a mais, porque o ouro do Rio de Janeiro estava junto. Como as 500 arrobas (7.350kg) referem-se à carga de 9 de outubro de 1712, as outras 1.000 arrobas (14.700kg) representam a carga de 1711. Nossa interpretação diverge daquela dada por V. M. Godinho, que coloca as 1.000 arrobas em 1712 e as 500 arrobas em 1713. Esta defasagem é conseqüência da confusão criada pela carta de Duverger de 8 de maio de 1713. Por esta carta, o cônsul retifica a notícia transmitida em 18 de outubro de 1712 pelo cônsul de Gênova, Viganego, pela qual havia chegado na frota do dia 9 de outubro uma carga de 800 arrobas. Corrobora esta nossa interpretação a diminuição pela metade do ouro chegado em 1712, conseqüência, sem dúvida, da retração provocada pelo ataque ao Rio de Janeiro por Duguay-Trouin, em setembro de 1711.<sup>103</sup> Os efeitos do saque e o pânico fizeram-se sentir sobre a frota do ano seguinte, portanto na de 1712, que, como noticia Duverger, o ouro chegado era quase todo da Bahia, não vindo nada ou muito pouco do Rio de Janeiro.

Além da diminuição da aportagem de ouro em 1712, a frota de 1713 chegou a Lisboa somente em fins daquele ano, e os efeitos deste retardamento fizeram-se sentir em Portugal. Já em novembro escrevia Viganego: “É incrível como as finanças estão exauridas, recorre-se a tudo, mesmo aos depósitos e fundos destinados às obras pias.”<sup>104</sup>

O atraso da frota e o pouco ouro por ela trazido (5.292kg) contribuíram para a asfixia da praça de Lisboa, e um mês após sua chegada observava Duverger: “Não se pode compreender aqui

(103) Pelo relatório do ataque do Rio de Janeiro por Duguay-Trouin, escrito a bordo do navio capitânia *Lys*, em 18 de janeiro de 1712, pode-se verificar o volume de ouro saqueado: 2.616 marcos (602kg). A. N. (Paris), MBIV, 36. (Nesse volume encontra-se toda a documentação sobre o episódio, inclusive as dificuldades de Duguay-Trouin com os armadores em Brest.)

(104) Q. D'O. *Portugal*, t. 45. Carta de 7 de novembro de 1713.

o que foi feito do ouro desta frota, a praça está tão miserável como antes e ninguém paga.”<sup>105</sup>

Embora em março de 1714 tivesse chegado um navio da Bahia com 500.000 cruzados em ouro (579kg), persistiu a penúria durante o primeiro semestre daquele ano, e isto pode-se perceber através da perplexidade transmitida por Viganego: “. . . não há dinheiro aqui, e isto é tanto mais alarmante, que, refletindo sobre os estados que possui o rei de Portugal e sobre o grande comércio que aqui se faz, ele deveria ser um dos mais ricos príncipes da Europa.”<sup>106</sup>

Em outubro aportaram as frotas conjugadas do Rio, da Bahia e de Pernambuco, e apesar de, segundo De Mornay, não terem os comerciantes ficado satisfeitos com a chegada imprevista das frotas, em face do número de navios que permaneceu no Brasil aguardando carregação de retorno, sua carga em ouro foi bem superior à do ano precedente: 4.646,6kg para os comerciantes e 729,3kg para o rei, excluindo-se 1.000.000 de libras (383,9kg) que permaneceram no Brasil para as fortificações do Rio de Janeiro. Somando-se o ouro chegado em março e outubro, seu volume ascende a 5.951,9kg.<sup>107</sup>

Em 1715, do Brasil chegaram as frotas incorporadas do Rio, da Bahia e de Pernambuco entre fim de outubro e início de novembro. O primeiro cálculo de sua carga em ouro foi enviado a Versalhes em 12 de novembro, juntamente com a relação das demais mercadorias. Nesta primeira avaliação, o ouro trazido orçaria em 13.000.000 de cruzados, porém, no dia 19 de novembro, De Mornay retifica-a para 18 a 19.000.000 de libras, dizendo que o primeiro cálculo estava exagerado. Entretanto, pela carta de 15

(105) A.N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 653. Carta de 29 de janeiro de 1714.

(106) Q. D'O. *Portugal*, t. 46. Carta de 15 de maio de 1714.

(107) Para 1714, V. M. Godinho aponta 9.000kg. O visconde de Santarém, para o mesmo ano, aponta os seguintes valores: 26.000.000 (?), 24.000 moedas para o rei e 224 mil moedas para os particulares. Reexaminando a documentação indicada por Santarém, pudemos verificar alguns equívocos: a primeira importância encontramos-na na carta de 2 de janeiro de 1714 de Viganego (Q. D'O. *Portugal*, t. 46), porém refere-se à avaliação global da carga chegada em dezembro de 1713: 26.000.000 de libras francesas. Os dois valores seguintes apontados por Santarém são encontrados na carta de 23 de outubro de 1714 de De Mornay (Q. D'O. *Portugal*, t. 46), porém, refere-se à avaliação feita pelo cônsul, do ouro chegado para os particulares, a partir das moedas chegadas para o rei. Entretanto, pela carta de 6 de novembro do mesmo ano, o próprio De Mornay corrige o primeiro cálculo por ele efetuado.

de dezembro de 1716, quando, ao comentar sobre a desigualdade das duas últimas frotas, 1715-16, referindo-se sobre a carga da primeira, fala em cerca de 24.000.000 de libras. Após a análise das cartas, preferimos nos basear nos 24.000.000 de libras (9.216kg) por ser uma avaliação mais tardia, portanto, com maior probabilidade de acerto.<sup>108</sup>

A partir de 1715, percebe-se o desencadeamento de uma crise no comércio luso-brasileiro. Em abril daquele ano, comunica Duverger que, pelas cartas vindas do Brasil, "... avisa-se que as mercadorias são abundantes e por consequência baratas, e que apenas os gêneros alimentícios mantêm seu preço".<sup>109</sup> Quando, no mesmo mês, partiu de Lisboa a frota para o Brasil, estava ela bem mais carregada de víveres que de outras mercadorias.

Na véspera da chegada da frota de 1715, comentava Duverger: "Não há nada de particular que mereça ser escrito a V. Exa. a não ser que jamais se viu tão poucos navios neste porto, o que não é nada vantajoso para o comércio."<sup>110</sup>

Em março do ano seguinte, quando da partida da frota para o Brasil, foi sintomática a informação de De Mornay: a frota, que geralmente era composta de 40 navios mercantes, naquele ano partia com apenas 13, o que atestava uma diminuição considerável no tráfico Portugal—Brasil.<sup>111</sup>

Entre outubro e novembro de 1716 chegaram as frotas da Bahia, do Rio e de Pernambuco. Embora não tenhamos localizado a relação de ouro vindo pela primeira, segundo a avaliação global fornecida em dezembro por De Mornay, pode-se calcular a sua carga. Diz o embaixador que naquele ano vieram 10.000.000 de libras em ouro (3.839kg), sem incluir a parte do rei.<sup>112</sup> Como do Rio de Janeiro e de Pernambuco vieram 2.118,3kg para os mercadores, a carga da Bahia foi portanto de 1.721,6kg. Comparando-se o ouro chegado em 1715 (9.216kg) e em 1716 (3.839kg) verifica-se a queda violenta das aportagens de metal precioso.

(108) V. M. Godinho aponta para 1715, 12.400kg, parece-nos baseado no primeiro cálculo de 13.000.000 de cruzados.

(109) A. N. (Paris), AE. B<sup>1</sup> 653. Carta de 8 de abril de 1815.

(110) Idem. Carta de 13 de outubro de 1715.

(111) Q. D'O. *Portugal*, t. 50. Carta de 17 de março de 1716.

(112) Nosso cálculo se aproxima, neste ano, daquele de V. M. Godinho, que aponta 3.000kg.

Em 1717 a crise se acentua. Quando partiu a frota de Lisboa, sua carga consistia em víveres. Para agravar ainda mais essa crise, em setembro, precedendo a frota do Brasil, chegou um navio da Bahia com notícias desalentadoras sobre o açúcar e o tabaco, cujas colheitas tinham sido prejudicadas pela seca. Realmente, como já foi visto, chegaram apenas 6.000 caixas de açúcar e 5.000 rolos de tabaco. Em ouro somente 6 milhões de libras (2.304kg).<sup>113</sup>

Dois fatores concorreram para esta redução nas aportagens do ouro: não veio em 1717 a frota do Rio de Janeiro e por dois anos consecutivos o ouro da Coroa não foi embarcado, conforme carta de De Mornay de 14 de dezembro de 1717. Por esta mesma missiva informa o embaixador: “este governo, que reconhece com pesar o enfraquecimento muito visível em que tomba cada dia o comércio do Brasil, tomou, com razão, todas as precauções possíveis para impedir que o público fosse informado ao certo do que veio este ano pelas frotas da Bahia de Todos os Santos e de Pernambuco.”<sup>114</sup>

Além da crise do açúcar e do tabaco, muito concorreu para o agravamento do comércio as transações ilícitas feitas nas costas do Brasil. Quando em abril de 1718 foi renovada a proibição de aportagens de navios estrangeiros nos portos brasileiros, escreveu De Mornay para Versalhes: “Esta Corte, que supõe que a maior parte dos navios que ancoram nos portos do Brasil não entram senão para introduzir mercadorias de contrabando, pretende por este regulamento remediar este inconveniente. Mas pode-se duvidar que ela neste caso tenha sucesso, e que a vigilância dos oficiais portugueses venha a ser mais eficiente a mil e seiscentas léguas de Portugal, quando ela não o é dentro do próprio palácio do rei, onde o contrabando se faz publicamente.”<sup>115</sup>

Realmente, pelas cartas do consulado francês, confirma-se que o comércio direto com o Brasil intensificou-se após a Paz de Utrecht. Em 1715 escreve Duverger: “Em todas as cartas vindas daquele país (...) notifica-se também que apareceram até 11 navios franceses que percorrem a costa e ali comerciam.”<sup>116</sup> Em

(113) V. M. Godinho aponta 1.000kg. Nossos dados coincidem com os do visconde de Santarém, embora fale este Autor em 6.000.000 de francos, numa época em que a moeda francesa era a libra tovesa.

(114) Q. D'O. *Portugal*, t. 52. Carta de 14 de dezembro de 1717.

(115) Idem. Carta de 12 de abril de 1718.

(116) A. N. (Paris), AE.BI 653. Carta de 8 de abril de 1715.

1716 comunicava De Mornay “que no ano passado foram mais de trinta navios ingleses para aquelas conquistas”.<sup>117</sup>

Ainda em 1715 relatava Duverger: “As queixas dos negociantes portugueses, contra o marquês de Angeja e sobre o comércio do Brasil, permanecem e aumentam mesmo. Pela via da Inglaterra e da Holanda eles tiveram notícias de pouco débito de suas mercadorias enviadas pela última frota, pois os navios de todas as nações que as levam diretamente, ali colocaram uma grande quantidade a 40 e 45% mais baratas que as enviadas por Lisboa. Pela primeira frota eles não esperam nenhum retorno, ou muito pouco, o que faz temer que naquela ocasião os portugueses farão, por sua vez, falências que acabarão por destruir inteiramente o comércio, já em tão mau estado.”<sup>118</sup>

Finalmente, com atraso de mais de um ano, chegou a Lisboa em julho de 1718, a frota do Rio de Janeiro. Segundo a relação enviada a Versalhes, sua carga em ouro foi de 6.252,9kg, dos quais 972,9 pertenciam à Coroa. A chegada em novembro das frotas da Bahia e de Pernambuco, com respectivamente 2.304 e 368,6kg, globaliza a aportagem do metal precioso naquele ano em 8.925,5kg.<sup>119</sup> Comparada com os totais dos anos anteriores, representa uma retomada do nível de 1714-15, após a depressão de 1716-17. Além disto, as cargas de açúcar e tabaco foram também consideráveis.

Embora a correspondência consular registre para 1719 a chegada da frota do Rio de Janeiro a Lisboa, não havíamos localizado a sua relação. Porém, Brás do Amaral fez chegar até nós a lista das mercadorias e do ouro conduzidos por aquela frota. Para a Coroa vieram 356,4kg e para os comerciantes 7.837,3kg, totalizando 8.193,7kg.<sup>120</sup>

Retardatária, a frota da Bahia somente lançou âncoras no Tejo em janeiro de 1720. Bastante acidentada foi a travessia do Atlântico por esta frota, pois, ao se dirigir a Pernambuco fora ata-

(117) Q. D'O. *Portugal*, t. 50. Carta de 14 de julho de 1716.

(118) Idem, t. 49. Carta de 22 de julho a 1715. Por cartas anteriores, sabe-se que o marquês era acusado de favorecer o comércio direto, sobretudo dos ingleses.

(119) V. M. Godinho indica para este ano 7.500kg.

(120) Amaral, Brás do. Nota n.º 9 do volume 6 da obra *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, de Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, p. 196-99. Para este ano V. M. Godinho registra 8.000kg.



cada por um corsário que arrebatou dois navios. Durante a travessia do oceano, dois outros, carregados de madeira para o arsenal, foram tomados pelos mouros, assim como um navio do Maranhão. Para coroar esta série de insucessos, três dos sete navios retardatários, ao tentarem entrar na barra de Lisboa, durante a noite, foram arremessados de encontro aos rochedos.

Segundo De Mornay, os piratas infestavam as costas da Guiné e do Brasil, e, além dos ataques à frota, eles também haviam tomado vários navios que faziam a *trata* de negros. Estas razões determinaram a Corte de Lisboa a fazer comboiar as frotas por maior número de navios de guerra.<sup>121</sup>

Apesar das perdas, a frota da Bahia conduziu em 1720 o maior volume de ouro. Para o rei foram 118,3kg, enquanto para os comerciantes o total ascende a 23.146,5kg! Para este primeiro teto das aportagens de ouro em Lisboa, só encontramos uma explicação: desde 1718 as minas de Jacobina e Rio das Contas vinham sendo clandestinamente exploradas, e como esta carga fantástica é procedente da Bahia, tudo faz crer que grande parte desse ouro seja daquelas minas.

Em julho do mesmo ano chegou a Lisboa a frota de Pernambuco, porém não há relação de sua carga. Em outubro aportou a frota do Rio de Janeiro, ricamente carregada. Na primeira notícia sobre a carga em ouro, avalia Montagnac em 6.000.000 de cruzados, sendo 1.500.000 para o rei e o restante para os comerciantes.<sup>122</sup> Porém, em 12 do mesmo mês seguiu a relação completa: 6.847,4kg no total, sendo 828,3kg para a Coroa. Deduzindo-se o segundo do primeiro, encontramos a carga dos mercadores: 6.019,1kg. Somando-se os totais da Bahia (23.264,8kg) e do Rio de Janeiro (6.847,3kg), em 1720 chegaram a Lisboa 30.112,2kg de ouro.<sup>123</sup> Trinta toneladas de metal precioso, sem contar com aquele trazido pela frota de Pernambuco!

Após 1720, as informações quantitativas sobre as cargas de ouro tornam-se mais raras e menos precisas. Explica o cônsul Montagnac que a dificuldade em obter os relatórios das frotas do Brasil deve-se à nova política da Coroa em impedir a divul-

(121) A. N. (Paris), AE.BI 658. Carta de 6 de fevereiro de 1720.

(122) Idem. Carta de 5 de novembro de 1720.

(123) V. M. Godinho aponta, para 1720, "mais de 20.000kg...", enquanto os dados do visconde de Santarém ficam muito aquém da realidade, pois desconheceu a carga de ouro da Bahia e registrou apenas a carga do Rio, segundo a avaliação de 5 de novembro de 1720.

gação de notícias que tornasse conhecida a quantidade de ouro aportado em Lisboa. Assim, para 1721-24, 1727-28 e 1732-33, não obtivemos registro pela correspondência consular francesa do volume de ouro descarregado em Lisboa. Entretanto, por outras fontes, tentamos preencher essas lacunas.

Em 1721 não houve frota do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa, somente as da Bahia e Pernambuco que, conjugadas, ancoraram no Tejo em agosto. O visconde de Santarém registra para esta frota: 24.770 moedas de ouro para o rei de 238.487 para os particulares, além do ouro em pó: 23.826. Avaliando a moeda a 4\$800, teremos, para o rei, 285,3kg e para os particulares 2.747,3kg. A cifra do ouro em pó apresenta difícil utilização, pois aquele Autor não especifica qual a unidade utilizada. Como o ouro em pó era geralmente pesado em marcos, acreditamos sejam 23.826 marcos,<sup>124</sup> ou 5.479,9kg, que somados às quantidades em moedas totalizam 8.512,5kg.<sup>125</sup>

Das frotas de 1722 não obtivemos nenhuma informação, apesar das aportagens a Lisboa das frotas do Rio (março), da Bahia (maio) e de Pernambuco (agosto). Por carta de 2 de junho, comenta o cônsul Montagnac: que embora não tivesse sido possível conseguir a relação da Bahia, por informação que obtivera, a riqueza daquela frota era surpreendente pelo volume de ouro em barras e em pó.<sup>126</sup>

Nos dois anos seguintes, 1723-24, não chegaram a Lisboa as frotas do Rio de Janeiro, certamente por estarem sofrendo as conseqüências das convulsões das Minas Gerais, provocadas pelas revoltas de 1720-21 e pelas mudanças em torno do regime fiscal de cobrança dos quintos.

Em 1724 as frotas da Bahia e Pernambuco, segundo a correspondência consular inglesa consultada por Soetbeer,<sup>127</sup> carregaram respectivamente 6 e 3.000.000 de cruzados, ou seja 6.912kg

(124) J. Lúcio Azevedo em *Épocas de Portugal econômico*, p. 464, adjetiva os 23.826 de ouro em pó, de cruzados, o que não nos parece correto uma vez que não encontramos em nenhuma outra relação, ouro em pó avaliado em cruzados.

(125) V. M. Godinho aponta para este ano um volume de 11.000kg.

(126) A. N. (Paris), AE.BI, 660. Carta de 2 de junho de 1722. Para este ano, V. M. Godinho aponta 11.000kg.

(127) A. Soetbeer. Op. cit., p. 86.

para a primeira e 3.456kg para a segunda, totalizando 10.368kg.<sup>128</sup>

Logo no início de 1725 (fevereiro) chegou a Lisboa a frota do Rio de Janeiro, com o retorno de dois anos, pois desde 1723 não aportara frota daquela procedência. Justamente por isto, sua carga marca um dos pontos altos das chegadas do metal precioso na Europa: 16.000.000 de cruzados, dos quais, 2.500.000 pertencentes ao rei, fruto de dois anos do imposto do quinto, além de 45.000 moedas resultante de outros direitos. Temos assim, para o rei, 3.398,4kg e para o comércio 15.552kg, globalizando 18.950kg em ouro. Ainda neste ano, embora não tenhamos encontrado nenhuma referência na correspondência consular francesa, Soetbeer registra, pela similar inglesa, a chegada de uma frota em outubro, possivelmente da Bahia e de Pernambuco conjugadas.<sup>129</sup> Esta frota teria trazido 6.500.000 cruzados em ouro (7.488kg) que, somados aos do Rio de Janeiro, totalizam 26.438kg em 1725.<sup>130</sup>

Para 1726 só registramos a chegada da frota da Bahia, despidada de sua carga em ouro, uma vez que o navio de guerra *Santa Rosa*, justamente aquele que costumeiramente carregava ouro, explodiu na costa de Pernambuco, e sua carga avaliada em 5 a 6.000.000 de cruzados (5.760 a 6.912kg) foi sepultada no fundo do Atlântico.<sup>131</sup>

Não obtivemos dados quantitativos referentes aos anos de 1727-28, embora tivessem sido registradas várias chegadas de frotas a Lisboa. O visconde de Santarém, sem especificar a procedência, registra para 1727: 9.000.000 de cruzados (10.368kg) para os particulares, 168 arrobas (2.469,6kg), 13.700 moedas cunhadas (157,8kg) e 300.000 cruzados (345,6kg) para o rei, totalizando 13.341kg.

(128) V. M. Godinho aponta para 1723, 6.000kg, e para 1724, 4.000kg. Para 1724, o visconde de Santarém registra 10.000.000 de cruzados e 45.000 moedas que, transformados em quilogramas, resultariam 16.744kg. Entretanto, acreditamos que Santarém considerou para 1724 a carga da frota do Rio de Janeiro chegada no início de 1725.

(129) A. Soetbeer. Op. cit., p. 86.

(130) Para 1725, V. M. Godinho registra 20.000kg. Já os dados do visconde de Santarém, além de imprecisos, se transformados em quilogramas resultariam num total absurdo: 50.696kg!

(131) V. M. Godinho calcula de 6 a 8.000kg a média das aportagens de ouro entre 1726-31.

Em 1729 a única frota assinalada foi a da Bahia, que conduziu 8.000.000 de cruzados (5.616kg) sendo que, pela informação de Montagnac, a maior parte deste ouro era para a Coroa.<sup>132</sup>

Pela análise das cargas de ouro, nos anos precedentes, percebe-se uma estagnação nas aportagens daquele metal, reflexo de nova crise que se esboça no comércio luso-brasileiro. O comentário do cônsul Montagnac, em carta de fevereiro de 1730, sobre a partida da frota para o Brasil, atesta a diminuição das relações comerciais entre a Metrópole e a colônia. Essa frota, assim como as dos dois anos precedentes, além de ter deixado Lisboa semicarregada, levava uma carga na maior parte constituída de gêneros alimentícios, pois, segundo o cônsul, estava o Brasil repleto de todas as espécies de mercadorias e se não ousava enviar mais, para não aumentar o prejuízo do comércio.<sup>133</sup>

Em maio do mesmo ano, quando da partida da frota de Pernambuco, voltava o cônsul a notificar que, além de meio carregada, aquela frota conduzia quase que exclusivamente gêneros alimentícios.<sup>134</sup>

Quando em dezembro aportou a Lisboa a frota da Bahia, sua carga compreendia apenas 2.000.000 de cruzados para a Coroa (2.304kg) e 2.500.000 cruzados para o comércio (2.880kg), totalizando 5.184kg.

Em abril de 1731 chegou a frota de Pernambuco. Embora a relação da sua carga não tivesse sido encontrada, o visconde de Santarém indicou-a: 4 arrobas para o rei (58,8kg) e 1.200.000 cruzados para os mercadores (1.382,4kg). A do Rio de Janeiro, chegada em dezembro, conduziu 11.000.000 de cruzados em ouro (12.672kg) sendo que 3.600.000 cruzados (4.147,2kg) destinavam-se à Coroa. Englobando-se as cargas de Pernambuco e do Rio de Janeiro, em 1731, chegaram a Lisboa 14.113,2kg de ouro, o que representa uma retomada do ritmo anterior a 1726.

Para que se tenha uma idéia do grande contrabando de ouro feito pelas próprias frotas, importantes são as cartas do cônsul francês, narrando a apreensão de 17 arrobas sobre aquela do Rio

(132) O visconde de Santarém registra exatamente esta quantidade.

(133) A. N. (Paris), AE.BI 665. Carta de 14 de fevereiro de 1730.

(134) Idem. Carta de 2 de maio de 1730.

de Janeiro.<sup>135</sup> A Coroa, ordenando que se abrissem todas as cartas vindas do Brasil, obteve as indicações do ouro contrabandeado, que somente naquela frota ascendia a 250kg, excluindo-se a quantidade de diamantes também apreendidos.

Esse fato se refletiu na frota da Bahia chegada em março de 1732, pois, temerosos da confiscação, os particulares fizeram a declaração de 160 arrobas de ouro não registrado. Sobre a atitude moderada e desconcertante de João V, com relação a estes 2.352kg de ouro contrabandeado, Montagnac comenta que “ele somente fez pagar seu quinto sobre esta última parcela, no que se acha que usou de clemência: esperava-se que impusesse a pena de Talião”.<sup>136</sup>

Infelizmente não obtivemos as cargas das frotas de 1732-3.400.000 cruzados para o rei (3.916,8kg) que somados resultam 11.000.000 de cruzados para os particulares (12.672kg) e 3.400.000 cruzados para o rei (3.916,8kg) que somados resultariam um total de 16.588,8kg.

Embora a frota de março de 1734 fosse a da Bahia, o navio de guerra que a comboiava passara pelo Rio de Janeiro e carregara o ouro proveniente das Minas Gerais e de São Paulo. Infelizmente encontramos apenas a relação do ouro para a Coroa, cujo total é de 2.899,2kg. Em agosto aportou a Lisboa a frota do Rio com 2.298,1kg de ouro para o rei, e 8.237,7kg para os comerciantes. Para o mesmo ano, Macpherson referindo-se às duas frotas do Rio e da Bahia relaciona os valores por ela trazidos: 15.500.000 cruzados em ouro (17.856kg), 220 arrobas de ouro em pó, 437 arrobas de ouro em barras e 48 arrobas de ouro trabalhado (10.363,5kg), totalizando, portanto, 28.219kg.<sup>138</sup> Subtraindo-se aquele trazido pela frota do Rio de Janeiro, podemos chegar à carga total da frota da Bahia: 17.683,7kg, o que justifica o comentário de Montagnac quando a diz ser “uma das mais ricas até então vindas”.<sup>139</sup>

(135) Idem. Cartas de 1.º e 8 de janeiro de 1732.

(136) A. N. (Paris), AE.BI 666. Carta de 1.º de abril de 1732.

(137) V. M. Godinho, sem apontar a quantidade de ouro chegada em 1732, fala em crise. Porém, pela correspondência consular, a crise se localiza nos anos de 1729-30, e em 1731 o ritmo foi retomado. Quanto aos anos de 1733-35 o mesmo Autor aponta a média de 11.000kg.

(138) D. Macpherson. Op. cit., vol. III, p. 206. Os valores apontados por Santarém referem-se apenas ao ouro trazido do Rio de Janeiro para a Coroa: 120 arrobas e 221:216\$032 de ouro cunhado (2.298,1kg).

(139) A. N. (Paris), AE.BI 667. Carta de 16 de março de 1734.

Em 1735 registra-se a entrada no Tejo de duas frotas: uma do Rio de Janeiro, em setembro, e outra da Bahia, em outubro. Nenhum dado quantitativo foi obtido para a primeira. Para a segunda temos: ouro vindo para o rei 379,4kg, ouro vindo para os particulares 3.661,3kg, totalizando 4.040,7kg. Além dessas, em novembro, segundo carta do cônsul Montagnac, chegou a Lisboa um navio de guerra português, que havia permanecido no Rio de Janeiro, quando da partida da última frota. Afirma o cônsul que estava ricamente carregado, tanto em ouro quanto em diamantes, porém não fornece elementos para a avaliação da sua carga.<sup>140</sup>

Em 1736 a frota de Pernambuco conduziu 1.500.000 cruzados em ouro (1.728kg), esclarecendo Macpherson que 1.300.000 destinavam-se aos comerciantes (1.497,6kg) e 200.000 cruzados ao rei (230,4kg).<sup>141</sup> Embora haja registro da chegada da frota da Bahia em novembro, desconhece-se a sua carga e, segundo as informações de Montagnac, era “muito pouco considerável”.<sup>142</sup>

A contração do ouro nos últimos dois anos deve-se ao clima de guerra em torno da Colônia do Sacramento, e do temor dos ataques às frotas. Segundo o cônsul francês, as mercadorias da Europa permaneceram sem compradores nos portos do Brasil “e o ouro ficou nas mãos dos proprietários, nas ditas minas”.<sup>143</sup> Além disto, o não retorno da frota do Rio de Janeiro, em 1736, começou a inquietar o comércio, principalmente depois da chegada a Lisboa, em agosto de 1737, de um navio-correio com a notícia de que não se fazia ainda nenhum preparativo no Rio de Janeiro para a partida da frota, comentando Du Vernay que o retorno dela “faz falta aqui há mais de um ano”.<sup>144</sup>

Finalmente, em novembro de 1737 chegou a frota do Rio de Janeiro. Não localizamos a sua carga em ouro, porém o visconde de Santarém indica os seguintes valores: 5.464.000 cruzados (6.294,5kg) e 341 arrobas (5.012,7kg) para o rei. Como o

(140) Idem, AE.BI, 668. Carta de 22 de novembro de 1735. Para 1735, os dados de Santarém referem-se à frota da Bahia e somente ao ouro trazido para a Coroa.

(141) D. Macpherson. Op. cit., vol. III, p. 212.

(142) A. N. (Paris), AE.BI 669. Carta de 20 de novembro de 1736. Para este ano, o visconde de Santarém aponta somente a carga de ouro de Pernambuco.

(143) A.N. (Paris), AE.BI 669. Carta de 20 de novembro de 1736.

(144) Idem, AE.BI 670. Carta de 13 de agosto de 1737.

total do ouro foi avaliado em 19.096.000 cruzados (21.998,5kg), portanto, vieram para os comerciantes 10.691,3kg. O grande volume de metal precioso destinado à Coroa — 11.307,2kg — parece-nos seja a renda atrasada, referente ao triênio 1735-37, uma vez que nas frotas anteriores reduzidas quantidades de ouro destinavam-se ao rei.<sup>145</sup>

As frotas de 1738, de Pernambuco em julho e da Bahia em outubro, carregaram, respectivamente, 1.455.277 cruzados (1.676,4kg) e 6.000.000 de cruzados (6.912kg), sendo metade para a Coroa (3.456kg) e metade para o comércio (3.456kg). A ausência da frota do Rio explica a redução da chegada do ouro a Lisboa, pois as duas cargas — de Pernambuco e da Bahia — somaram 8.588,4kg.<sup>146</sup>

Para 1739 não obtivemos quaisquer informações sobre as chegadas de ouro a Lisboa. O visconde de Santarém indica para esse ano os seguintes valores: 24.538 marcos (5.643,7kg), 12.000.000 de cruzados (13.824kg) e 412.415 cruzados (475kg), totalizando 19.942,7kg.

Registramos para 1749 as frotas da Bahia, de Pernambuco e do Rio, porém só foi encontrada a relação da carga de Pernambuco: 300.000 cruzados (345,6kg). Sobre a frota do Rio de Janeiro, Duverger a diz menos rica do que costuma ser.<sup>147</sup>

A redução que parece ter havido na aportagem de ouro, em 1740, foi largamente compensada pelas cargas das frotas no ano seguinte. Por uma pequena frota da Bahia, chegaram em abril 4.000.000 de cruzados para a Coroa (4.608kg) e 2.000.000 de cruzados para o comércio (2.304kg), totalizando 6.912kg. Em 22 de outubro chegou a frota do Rio de Janeiro que, segundo Du Vernay, “não era tão rica quanto se esperava”.<sup>148</sup> Em 24 do mesmo mês entrou na barra de Lisboa a frota da Bahia. Por carta de 31 de outubro, confirma o cônsul que “a frota do Rio de Janeiro estava realmente carregada da metade do que se esperava; aquela da Bahia de Todos os Santos está melhor” e avalia a carga de ambas em 15.000.000 de cruzados em ouro

(145) V. M. Godinho indica a crise de 1736, e calcula para os anos de 1737-39 a média de 11.000kg.

(146) O visconde de Santarém aponta os mesmos valores para 1738.

(147) A. N. (Paris), AE.BI 671. Carta de 30 de agosto de 1740. Para a década de 40, V. M. Godinho calcula a média de 14.000kg, com exceção de 1744, quando cai para 6.000kg.

(148) A. N. (Paris), AE.BI 672. Carta de 24 de outubro de 1741.

(17.280kg), sendo 6.000.000 para o rei (6.912kg) e 9.000.000 para os particulares (10.368kg).<sup>149</sup> Somando-se os valores das três frotas, o total para 1741 é de 24.192kg de ouro.

Para 1742 registra-se, em novembro, a chegada de um navio do Brasil com 1.900.000 cruzados em ouro (2.188,8kg) que, segundo Du Vernay, era “quase tudo para o rei de Portugal”, e em dezembro a frota do Rio de Janeiro com 12.000.000 de cruzados para o comércio (13.824kg) e 3.500.000 para a Coroa (4.032kg), tendo comentado o cônsul que “ela não está tão opulenta quanto o comércio desejava, porém, bem mais que a do ano anterior”.<sup>150</sup> Para 1742 o total é de 20.044,8kg de ouro chegado a Lisboa.<sup>151</sup>

As aportagens de 1743 começaram em fevereiro, quando sozinho chegou a Lisboa um navio de guerra da Bahia com 800.000 cruzados (921,6kg). Em julho foi a frota de Pernambuco com 1.000.000 de cruzados (1.152kg) e em dezembro a frota do Rio de Janeiro com 3.012.770 cruzados para o rei (3.470,7kg) e 9.676.040 cruzados para o comércio (11.146,7kg). Somadas as cargas, temos para 1743 um total de 16.691kg.

A frota da Bahia chegou em janeiro do ano seguinte com 3.180.000 cruzados em ouro, sendo metade para a Coroa e a outra metade para o comércio. A frota do Rio de Janeiro não retornou a Lisboa em 1744, apenas um navio de guerra transportou daquela procedência, em novembro, 1.500.000 cruzados para o rei (1.728kg) e 2.000.000 para o comércio (2.304kg). Assim, para 1744 o total é de 7.695,2kg.

Do confronto das cargas de ouro entre os anos de 1741-44, pode-se observar uma diminuição nas aportagens do metal precioso em Lisboa. A crise de 1744 é bem acentuada, pois apenas 7 toneladas foram desembarcadas: um terço da carga de 1742. A partir deste ano as frotas partem de Lisboa “mediocrementemente carregadas” e o novo cônsul, Ferrand, em carta de maio de 1744, informa que possivelmente a frota para o Rio será composta da metade dos navios, uma vez que havia no Brasil muita mercadoria das frotas precedentes ainda sem terem sido vendidas.<sup>152</sup>

(149) Idem. Carta de 31 de outubro de 1741.

(150) Idem, AE.BI 673. Carta de 18 de dezembro de 1742.

(151) Para 1742 o visconde de Santarém fornece uma relação com várias quantias, sem especificar a origem nem as unidades. Desta forma não foi possível cotejar os dois resultados.

(152) A. N. (Paris), AE.BI 674. Carta de 12 de maio de 1744.



Para 1745, a primeira frota a chegar foi a de Pernambuco, em janeiro, com 1.000.000 de cruzados para o comércio (1.152kg). Em fevereiro aportou a do Maranhão, em cuja relação aparece pela primeira vez ouro, o que revela os primeiros contatos entre aquela região e as áreas mineradoras. Por esta frota do Maranhão foram transportados 100.000 cruzados (115,2kg). Em março chegou a do Rio de Janeiro com 1.076.714 cruzados para o rei (1.240,3kg) e 9.058.552 cruzados para o comércio (10.435,3kg). Em agosto a da Bahia com 171:971\$388 para o rei (412,7kg) e para os particulares 1.024:885\$098 (2.459,7kg), além de 17.554 oitavas de ouro (63,1kg). Ainda, segundo carta do embaixador Beauchamp, em dezembro, procedente do Brasil chegou a Lisboa um navio com 800.000 cruzados de ouro para o rei (921,6kg). Somando-se as cargas temos para 1745 um total de 16.799,8kg.

A primeira frota a aportar em Lisboa em 1746 foi a do Rio de Janeiro com 806.000 cruzados para a Coroa (92,8kg) e 6.850.000 cruzados para o comércio (7.891,2 kg). Em agosto chegou a de Pernambuco com 877,119 libras para o rei (336,8kg) e 1.256.250 libras para o comércio (482,4kg). Juntamente com esta frota veio da Bahia o navio de licença com 1.625.000 libras (623,9kg). Ainda em outubro, um navio de guerra procedente do Rio de Janeiro carregou o ouro da Coroa, cujo valor ascende a 12.500.000 libras (4.799,9kg). O total das cargas em ouro para 1746 atinge a 14.227kg.<sup>153</sup>

A frota da Bahia, que não retornara no ano anterior, em janeiro de 1747 aportou a Lisboa juntamente com a do Rio de Janeiro. Conduziu a primeira 3.470.485 cruzados (3.997,9kg) e a segunda 7.416.821 cruzados (8.544,1kg), quase tudo para o comércio, uma vez que o ouro da Coroa fora embarcado em navios de guerra no ano anterior. Em setembro, a frota de Pernambuco aportou 64,3kg para o rei e 492,5kg para o comércio e no mês seguinte, por um navio de guerra, foram desembarcados 10.000.000 de libras, sendo metade para a Coroa (1.919,9kg) e metade para o comércio (1.919,9kg). O ouro chegado a Lisboa em 1747 totaliza 16.938,6kg.

(153) O visconde de Santarém registra somente a frota do Rio, chegada em janeiro. Justamente por isso, o seu cálculo fica muito aquém da realidade. Os informes sobre o ouro daquele Autor se encerram neste ano.

A frota do Rio de Janeiro entrou no porto de Lisboa em março de 1748 com 1.400,9kg de ouro para a Coroa e 10.669,9kg para o comércio. A frota da Bahia ancorou entre fim de outubro e início de novembro, após ter sofrido bastante com uma tempestade que a dispersou na altura da ilha da Madeira. Com ela vieram também dois navios, sendo um de guerra, procedentes da Colônia do Sacramento, que além das mercadorias destinadas a Portugal, transportaram prata por conta da Espanha, e um deles, antes de aportar a Lisboa, dirigiu-se diretamente a Cádiz. Pela frota da Bahia chegaram 559,2kg de ouro para o rei e 1.230kg para os particulares. Extraídas do Sacramento, foram desembarcadas também 26.000 piastras para a Coroa e 639.275 piastras para o comércio. O total de ouro para 1748 ascende a 13.860kg. Não veio a frota de Pernambuco.

Em 1749 apenas duas frotas ancoraram em Lisboa. A do Rio de Janeiro, em junho, com 3.457.848 cruzados para a Coroa (398,3kg), e 11.641.769 cruzados para o comércio (11.011,3kg), além de 1.500.000 piastras. A de Pernambuco, em julho, com 80.831 cruzados em ouro para o rei (93,1kg) e 926.904 cruzados para o comércio (1.067,7kg) totalizando as duas frotas 12.570,4kg de ouro.

A primeira frota de 1750 foi a da Bahia, que em julho descarregou para a Coroa 253.209\$907 (607,7kg) e para o comércio 866:454\$551 (2.079,4kg). A frota do Rio de Janeiro que ancorou em agosto, nos primeiros dias do reinado de José I, trouxe para o comércio 23.000.000 de libras (8.831,9kg) e para a Coroa 9.000.000 de libras (3.456kg). Do Maranhão, a frota, em dezembro, trouxe 547.000 cruzados em ouro (630,1kg). No total, aportaram a Lisboa, em 1750, 15.605,1kg em ouro.

Em julho de 1751, além da frota de Pernambuco, ancoraram no Tejo o navio de licença da Bahia e outro da Colônia do Sacramento. De Pernambuco chegaram 322:476\$910 em ouro (773,9kg), da Bahia 1.200.000 libras (460,8kg) e do Sacramento 1.522.000 piastras em prata. A do Rio de Janeiro entrou em agosto com 8.553.228 libras para a Coroa (3.284,4kg) e 23.544.996 libras para o comércio (9.041,2kg). Somando-se as várias cargas, chegaram a Lisboa em 1751, 13.560,3kg de ouro.

Infelizmente para 1752, embora tenhamos registrado as frotas da Bahia em abril, e de Pernambuco em setembro, nenhum dado quantitativo foi obtido. Como não veio a frota do Rio de Ja-

neiro, acreditamos que neste ano o volume de ouro desembarcado em Lisboa tivesse sido inferior ao dos anos anteriores.

Logo em janeiro de 1753 ancorou a frota do Rio de Janeiro, que o cônsul Du Vernay classifica de "bastante rica".<sup>154</sup> Sua carga em ouro consistia em 5.194.603 libras para a Coroa (1.994,7kg) e 30.688.202 libras para o comércio (11.784,2kg). Em outubro chegou a frota da Bahia com 205.360 cruzados para o rei (236,5kg) e 2.311.396 cruzados para os particulares (2.662,7kg), que, somados ao ouro do Rio de Janeiro, totalizam 16.678,1kg.

Em 1754, a primeira frota a ancorar no Tejo é a do Rio de Janeiro, em maio, com uma carga em ouro de 1.561.150 cruzados para o rei (1.798,4kg) e 5.817.917 cruzados para o comércio (6.702,2kg). Em setembro aportou a de Pernambuco com um total de 334.825\$010 (803,5kg) e no mês seguinte a da Bahia com 250,9kg de ouro para a Coroa e 2.488,8kg para o comércio. No global, a aportagem de ouro em Lisboa, pelas frotas de 1754, atingiu 12.043,8kg.

Antecedendo as frotas de 1755, chegou em março a Lisboa um navio de guerra do Rio de Janeiro, conduzindo 1.000.000 de cruzados para a Coroa (1.152kg) e 2.800.000 cruzados para o comércio (3.225,6kg). Em julho chegou a frota de Pernambuco com 203.920 cruzados para o comércio (234,9kg) e 493 cruzados para a Coroa, cuja conversão em quilogramas resulta apenas meio quilo de ouro. A frota do Rio de Janeiro, acompanhada de alguns navios de Pernambuco, chegou em setembro, carregando 1.285.947 cruzados para o rei (1.481,4kg) e 7.755.013 cruzados para o comércio (8.933,7kg). Em setembro aportou a frota da Bahia com 117,3kg para a Coroa e 1.795kg para os comerciantes. Com esta frota, o total de ouro desembarcado em Lisboa em 1755 ascende a 16.940,4kg.

Neste mesmo ano, em novembro, o terremoto de Lisboa destruiu em grande parte a sede da monarquia portuguesa. Dramática é a carta do conde Baschy, embaixador francês em Portugal, que em 11 de novembro comunica a Versalhes a terrível catástrofe. Aquela carta, irregularmente escrita — e por isso mesmo ela se destaca de toda correspondência consular, geralmente redigida em bela ortografia oficial — expressa em si mesma o pânico

(154) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 680. Carta de 23 de janeiro de 1753.

da circunstância: “Recebi a carta que vós haveis me honrado a 20 do [mês] passado, ainda na agitação causada pelo funesto evento que transformou num monte de ruínas e de cinzas a maior parte de Lisboa. Espero que se vos façam uma descrição mais pormenorizada, o que não me sinto capacitado em fazê-la (...) Não posso, Senhor, vos expressar o acúmulo de horrores com que todos os objetos que se nos apresentam ao olhar nos inspiram (...) Será necessário passar uma esponja sobre tudo o que precede a destruição desta rica cidade, se se quiser fazê-la ressurgir das ruínas e das cinzas. Tenho o coração trespassado por todas as misérias que vejo (...) Não estou mais em condições de prestar auxílio por mínimo que seja, e as circunstâncias atuais não deixam o Rei em melhor estado para socorrer a seus pobres súditos.”<sup>155</sup>

Com o terremoto foi destruída a Alfândega de Lisboa, onde grande parte das cargas das frotas estava ainda estocada e, conforme o novo cônsul, Grenier, encontravam-se as mercadorias a serem despachadas para o Brasil. Também, ainda segundo o mesmo cônsul, com a destruição da Casa da Índia perdeu-se toda a carga de dois navios recém-chegados da China.

Do caos que se tornara Lisboa após o terremoto, surgiu fortalecida a autoridade de Sebastião José de Carvalho. Em 25 de maio de 1756, comunica o cônsul Grenier as modificações do ministério josefino. Luís da Cunha, anteriormente enviado português na Inglaterra, assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a da Guerra, enquanto que Sebastião José reservava-se as secretarias do Interior e do Reino.

A primeira alteração que se percebe, através da correspondência consular francesa, é a política de sigilo. Após 1755 raramente encontram-se informações sobre as frotas brasileiras, o que impede acompanhar o ritmo das chegadas de ouro em Lisboa. Algumas informações, entretanto, revelam uma oscilação brusca nas aportagens do metal precioso após 1755.

Para 1758 registram-se duas chegadas a Lisboa. Uma do Maranhão de 94,7kg e outra do Rio de Janeiro de 3.456kg, totalizando 3.550,7kg.

Em 1760, por um navio do Rio de Janeiro, foram desembarcados 3.500.000 cruzados (4.032kg), sendo 1.500.000 para a Coroa (1.728kg) e 2.000.000 para o comércio (2.304kg). Neste ano configura-se uma crise, pois, dos 15 navios que em

(155) Idem, AE.BI 681. Carta de 11 de novembro de 1755.

abril zarparam para Pernambuco, apenas sete estavam carregados.<sup>156</sup> Em 1761, ao chegar a frota do Brasil, comentava o cônsul que pouco dinheiro viera, coisa que muito preocupava o comércio, sobretudo os ingleses.<sup>157</sup>

Em 1762 uma frota da Bahia conduziu 4.000.000 de cruzados (4.608kg).

Surpreendentemente, em 1763, por uma frota composta de navios do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco e do Grão-Pará e Maranhão, segundo Louis Trinité, chegaram a Lisboa 21.000.000 de cruzados em ouro cunhado (24.192kg). Para este volume extraordinário, num período em que nossos estudos constataam a decadência da produção aurífera brasileira, só temos duas explicações: A primeira, em virtude da entrada de Portugal na Guerra dos Sete Anos, para evitar encontros com piratas franceses e espanhóis, no Atlântico, o ouro não fora embarcado para Lisboa. Talvez daí a expectativa em torno da frota do Rio de Janeiro demonstrada pela carta de julho de 1763: “Fazem-nos esperar a frota do Rio de Janeiro até o fim do mês de agosto próximo. Deus queira, porque está-se aqui numa extrema carência de dinheiro.”<sup>158</sup>

A segunda, a que nos faz encarar a informação de Louis Trinité com certa reserva, é a sua posição dentro do consulado francês. Coincidindo a morte do cônsul Saint-Julien com o início da guerra em Portugal, e em virtude desta, aquele cargo ficou vago até dezembro de 1763, quando o assumiu o cônsul Semonin. Durante este hiato, a pouca correspondência enviada a Versalhes foi assinada por Louis Trinité, que em suas cartas se trai como português, talvez por ascendência francesa. Justamente quando envia a relação da frota do Brasil, em 1763, refere-se ao “État aprochant des *Richesses venus par nos flottes* du Rio de Janeiro et Bahie de Tous Saints”. (O grifo é nosso.) Além do erro de concordância — “richesses venus” — o possessivo “nos flottes” indica sua verdadeira nacionalidade, e é neste ponto que colocamos nossas reservas. Não estaria Luís Trindade exagerando o cálculo do ouro para demonstrar uma pujança que na realidade não mais existia? Acreditamos que a frota de 1763

(156) Idem, AE.BI 682. Carta de 14 de abril de 1760.

(157) Q. D'O. *Portugal*, t. 93. Carta de 14 de julho de 1761.

(158) A. N. (Paris), AE.BI 683. Carta de 19 de julho de 1763.

tivesse carregado realmente um volume maior de ouro que nos anos precedentes, em face das condições atlânticas, porém, sem atingir aquela cifra.

Em 1764 as aportagens retomam o ritmo de 1762, pois a frota do Rio trouxe para Lisboa 9.000.000 de libras (3.456kg) sendo 4.000.000 para o rei (1.536kg) e 5.000.000 para o comércio (1.920kg).

No ano seguinte, a frota do Rio, em setembro, descarregou para o comércio 3.000.000 de libras (1.152kg). Infelizmente, não foi possível ao cônsul obter informações quanto ao ouro da Coroa.

Com a extinção das frotas em 1765, as chegadas de ouro a Lisboa passam a ser esporádicas, e perdemos totalmente a perspectiva do ritmo de suas aportagens na Metrópole. Entretanto, algumas referências podem caracterizar a tendência do período que se segue à extinção das frotas. Já em 1764, comunicava o cônsul Semonin: "Pode-se acrescentar que no momento atual o ouro é muito raro aqui, e o câmbio fortemente desvantajoso."<sup>159</sup> Em setembro de 1765 voltava o cônsul a informar que "há pouco ouro hoje em Portugal".<sup>160</sup> "... os negociantes desta praça não têm tido nenhuma matéria a exportar no momento atual, quando a raridade [de ouro] é grande e o câmbio muito desfavorável".<sup>161</sup> Em 1771, um navio de guerra "impacientemente esperado", trouxe do Rio de Janeiro 7.500.000 libras (2.880kg).<sup>162</sup> Em 1776, pelo navio "dos quintos", "esperado há mais de dois anos", calcula o cônsul Brochier terem chegado "dez a onze milhões de cruzados, sendo um terço para S.M.F. e o restante para os particulares".<sup>163</sup> Por esta informação, o ouro descarregado naquele ano foi de 11.520 a 12.672kg, porém, este volume representa as rendas da Coroa e a venda de mercadorias em dois anos, o que nos dá uma média de 6 toneladas anuais.

Ainda que fragmentadas, estas referências indicam que longe estava o período em que os navios ancoravam no Tejo com cargas consideráveis de metal precioso, espicaçando a cobiça e arrancando dos representantes estrangeiros exclamações de admiração.

(159) Idem, Carta de 14 de agosto de 1764.

(160) Idem, AE.BI 684. Carta de 17 de setembro de 1765.

(161) Idem, AE.BI 685. Carta de 23 de abril de 1767.

(162) Idem, AE.BI 686. Carta de 23 de abril de 1771.

(163) Idem, AE.BI 687. Carta de 30 de abril de 1776.

Ouro: Procedência, destinatários e volume de ouro chegado a Lisboa pelas frotas

Ano	Procedência	Destinatários			Total	Fonte
		Particulares	Coroa	Não-especificado		
1697				115,2	115,2	Corresp. consular
1699				725,0	725,0	V. M. Godinho
1701				1.785,0	1.785,0	V. M. Godinho
1702	Rio de Janeiro	?	264,9		264,9	Corresp. consular
1703	fev. Brasil			2.940,0		Idem
	dez. RJ	muito ouro	206,0		3.146,0	
1711	BA e RJ			14.700,0	14.700,0	Idem
1712	out. Bahia			7.350,0	7.350,0	Idem
1713	dez. BA, PE e RJ	5.096,0	196,0		5.292,0	Idem
1714	mar. BA			576,0		
	out. BA, PE e RJ	4.646,6	729,3		5.951,9	Idem
1715	out. BA, PE e RJ			9.216,0	9.216,0	Idem
1716	out. BA			1.721,0		
	nov. PE e RJ			2.118,0	3.839,0	Idem
1717	nov. BA e PE				2.304,0	Idem
1718	jul. RJ	5.280,0	972,9			
	nov. BA			2.304,0	8.925,5	Idem
	dez. PE			368,6		
1719	out. RJ	7.837,3	356,4		8.193,7	Brás do Amaral
1720	jan. BA	23.146,5	118,3			
		6.019,1	828,3			
		<u>29.165,6</u>	<u>946,6</u>		30.112,2	Corresp. consular

(Continúa)

(Continuação)

Ano	Procedência	Destinatários			Total	Fonte
		Particulares	Coroa	Não-especificado		
1721 ago.	BA e PE	8.227,2	285,3		8.512,5	Visc. de Santarém
1722	RJ, BA e PE				11.000,0	V. M. Godinho
1723					6.000,0	Idem
1724 mar.	BA			6.912,0		
	PE			3.456,0	10.368,0	Soetbeer
1725 fev.	RJ	15.552,0	3.398,4			Corresp. consular
out.	BA e PE			7.488,0	26.438,4	Soetbeer
1727	PE, RJ e BA	10.368,0	2.973,0		13.341,0	Visc. de Santarém
1729 jan.	BA				5.616,0	Corresp. consular
1730 dez.	BA	2.880,0	2.304,0		5.184,0	Idem
1731 abr.	PE	1.382,4	58,8			Visc. de Santarém
dez.	RJ	8.524,8	4.147,2			Corresp. consular
		9.907,2	4.206,0		14.113,2	
1733 abr.	RJ	12.672,0	3.916,8		16.588,8	Visc. de Santarém
1734 mar.	BA e RJ	14.784,5	2.899,2			Corresp. consular e
ago.	RJ	8.237,7	2.298,1		28.219,5	Macpherson
		23.022,2	5.197,3			
1735 set.	RJ	?	?			
out.	BA	3.661,3	379,4		4.040,7	Corresp. consular
nov.	RJ	?	?			
1736 mar.	PE	1.497,6	230,4		1.728,0	Corresp. cons. e Macpherson
1737		10.691,3	11.307,2		21.998,5	Visc. de Santarém

(Continua)



(Continuação)

Ano	Procedência	Destinatários			Total	Fonte
		Particulares	Coroa	Não-especificado		
1738	jul.	PE		1.676,4		
	out.	BA	3.456,0	3.456,0	8.588,4	Corresp. consular
1739				19.942,7	19.942,7	Visc. de Santarém
1740	fev.	BA	?	?		
	abr.	PE		345,6	345,6	Corresp. consular
	ago.	RJ	?	?		
1741	abr.	BA	2.304,0	4.608,0		
	out.	RJ e BA	10.368,0	6.912,0	24.192,0	Corresp. consular
			<u>12.672,0</u>	<u>11.520,0</u>		
1742	nov.	Brasil		2.188,8		
	dez.	RJ	13.824,0	4.032,0	20.044,8	Corresp. consular
1743	fev.	BA		921,6		
	jul.	PE		1.152,0		
	dez.	RJ	11.146,7	3.470,7	16.691,0	Idem
1744	jan.	BA	1.831,6	1.831,6		
	nov.	RJ	2.304,0	1.728,0		
			<u>4.135,6</u>	<u>3.559,6</u>	7.695,2	Idem
			1.152,0			
1745	jan.	PE				
	fev.	MA		115,2		
	mar.	RJ	10.435,3	1.240,3		
	ago.	BA	2.522,8	412,7	16.799,9	Idem
	dez.	RJ		921,6		
			<u>14.110,1</u>	<u>2.574,6</u>		

(Continua)

(Continuação)

Ano	Procedência	Destinatários			Total	Fonte	
		Particulares	Coroa	Não-especificado			
1746	jan. ago. ago. out.	RJ PE BA RJ	7.891,2 482,4	92,8 336,8	623,9	14.227,0	Idem
				4.799,9			
			8.373,6	5.229,5			
1747	jan. jan. set. out.	RJ BA PE RJ	8.544,1 3.997,9 492,5 1.919,9	64,3 1.919,9		16.938,6	Idem
			14.954,4	1.984,2			
1748	mar. out.	RJ RJ e BA	10.669,9 1.230,0	1.400,9 559,2		13.860,0	Idem
			11.899,9	1.960,1			
1749	jun. jul.	RJ PE	11.011,3 1.067,7	398,3 93,1		12.570,4	Idem
			12.079,0	491,4			
1750	jul. ago. dez.	BA RJ MA	2.079,4 8.831,9	607,7 3.456,0	630,1	15.605,1	Idem
			10.911,3	4.063,7			

(Continua)

(Conclusão)

Ano	Procedência	Destinatários			Total	Fonte	
		Particulares	Coroa	Não-especificado			
1751	jul. jul. ago.	PE BA RJ	460,8 9.041,2	3.284,4	773,9	13.560,3	Idem
			9.502,0				
1752	abr. set.	BA PE				?	Idem
1753	jan. set.	RJ BA	11.784,2 2.662,7	1.994,7 236,5		16.678,1	Idem
			14.446,9	2.231,2			
1754	mai. set. out.	RJ PE BA	6.702,2	1.798,4	803,5	12.043,8	Idem
			2.488,8	250,9			
			9.191,0	2.049,3			
1755	mar. jul. set. set.	RJ PE RJ BA	3.225,6 234,9 8.933,7 1.795,0	1.152,0 0,5 1.481,4 117,3		16.940,4	Idem
			14.189,2	2.751,2			
1758	jun.	MA	94		94,7		Idem
	jul.	RJ			3.456,0	3.550,7	Idem
1760	fev.	RJ	2.304,0	1.728,0		4.032,0	Idem

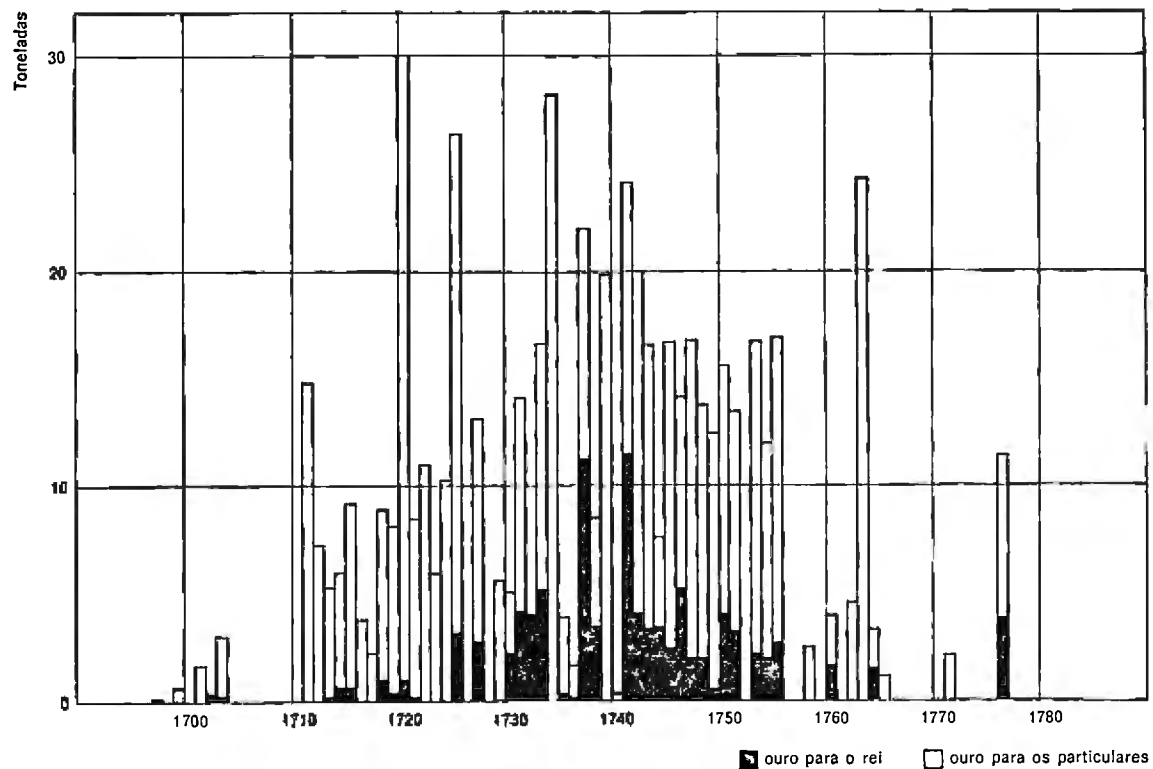


Gráfico 5 — Ouro brasileiro chegado a Lisboa através das frotas (1697-1780).



## 4

### O COMÉRCIO ANGLO-PORTUGUÊS

Entre os tratados de Ryswick (1697) e os de Utrecht (1713) a evolução inglesa havia gerado condições para a sua preponderância mundial. Reestruturada politicamente de acordo com as aspirações da sua burguesia após a Revolução Gloriosa, desvencilhada de seus competidores, favorecida pelos tratados comerciais e engrandecida pelas novas áreas anexadas ou vinculadas ao seu império, a Inglaterra exerceu uma preponderância de fato sobre todo o mundo no século XVIII.

Impregnada pelo sistema mercantilista — orientador de sua política comercial — a Inglaterra impulsionou seu comércio exterior, ao abrir as novas perspectivas de mercado. É o que mostra sua balança de comércio. Como se pode verificar, as exportações inglesas ascendem em ritmo contínuo entre 1700-71. A partir de 1772 nota-se uma redução até 1781, para, em seguida, retomar sua tendência de crescimento. Quanto às importações, é visível a preocupação em conservá-las sempre inferiores às exportações, procurando mesmo reduzi-las, como no período de 1730-46. No espaço entre 1700-80, apenas em um ano, 1718, a balança de comércio lhe foi desfavorável, e em todo o século, somente em 4 anos o saldo foi negativo: 1718, 1781, 1787 e 1788.

Dentro deste quadro do surto inglês, que se espelha também no crescimento demográfico, na acumulação de capital, no desenvolvimento manufatureiro, na expansão de sua marinha etc.; como se enquadra o comércio com Portugal diretamente e indiretamente com o Brasil?

TABELA 6

*Balança de Comércio da Inglaterra (milhões de libras esterlinas) \**

Anos	Export.	Import.	Saldo	Anos	Export.	Import.	Saldo
1700	6,5	6,0	0,5	1728	8,7	7,6	1,1
1701	6,9	5,9	1,0	1729	8,2	7,5	0,7
1702	4,8	4,2	0,6	1730	8,5	7,8	0,7
1703	6,2	4,5	1,7	1731	7,9	7,0	0,9
1704	6,2	5,4	0,8	1732	8,9	7,1	1,8
1705	5,3	4,0	1,3	1733	8,8	8,0	0,8
1706	6,2	4,1	2,1	1734	8,3	7,1	1,2
1707	6,4	4,3	2,1	1735	9,3	8,2	1,1
1708	6,6	4,7	1,9	1736	9,7	7,3	2,4
1709	5,9	4,5	1,5	1737	10,1	7,1	3,0
1710	6,3	4,0	2,3	1738	10,2	7,4	2,8
1711	6,0	4,7	1,3	1739	8,8	7,8	1,0
1712	6,9	4,5	2,4	1740	8,2	6,7	1,5
1713	6,9	5,8	1,1	1741	9,6	7,4	2,2
1714	8,0	5,9	2,1	1742	9,6	6,9	2,7
1715	6,9	5,6	1,3	1743	11,3	7,8	3,5
1716	7,0	5,8	1,3	1744	9,2	6,3	2,9
1717	8,0	6,3	1,7	1745	9,1	7,8	1,3
1718	6,4	6,7	0,3	1746	10,8	6,2	4,6
1719	6,8	5,4	1,4	1747	9,8	7,1	2,7
1720	6,9	6,1	0,8	1748	11,1	8,1	3,0
1721	7,2	5,9	1,3	1749	12,7	7,9	4,8
1722	8,2	6,3	1,9	1750	12,7	7,8	4,9
1723	7,4	6,5	0,9	1751	12,4	7,9	4,5
1724	7,6	7,4	0,2	1752	11,7	7,9	3,8
1725	8,5	7,1	1,4	1753	12,2	8,6	3,6
1726	7,7	6,7	1,0	1754	11,8	8,1	3,7
1727	7,2	6,8	0,4	1755	11,0	8,8	2,2

(\*) Dados segundo T. S. Ashton: *An Economic History of England: The 18th Century* (Tabela XIV), p. 252.

(Continua)

(Continuação)

Anos	Export.	Import.	Saldo	Anos	Export.	Import.	Saldo
1756	11,7	8,0	3,7	1778	11,6	10,3	1,5
1757	12,3	9,3	3,0	1779	12,7	10,7	2,0
1758	12,6	8,4	4,2	1780	12,6	10,8	1,8
1759	13,9	8,9	5,0	1781	10,6	11,9	— 1,3
1760	14,7	9,8	4,9	1782	13,4	9,5	3,9
1761	14,8	9,5	5,3	1783	13,9	12,1	1,8
1762	13,7	8,9	4,8	1784	14,2	14,1	0,1
1763	14,7	11,2	3,5	1785	15,1	14,9	0,2
1764	16,3	10,4	5,9	1786	15,4	14,6	0,8
1765	14,6	11,0	3,6	1787	15,8	16,3	— 0,5
1766	14,1	11,5	2,6	1788	16,3	16,6	— 0,3
1767	13,9	12,0	1,9	1789	18,2	16,4	1,8
1768	15,1	11,9	3,2	1790	18,9	17,4	1,5
1769	13,4	11,9	1,5	1791	21,4	17,7	3,7
1770	14,3	12,2	2,1	1792	23,7	17,9	5,8
1771	17,1	12,8	4,3	1793	19,4	17,8	1,6
1772	16,2	13,3	2,9	1794	25,7	20,8	4,9
1773	14,8	11,4	3,4	1795	26,3	21,5	4,8
1774	15,9	13,3	2,6	1796	29,2	21,5	7,7
1775	15,2	13,6	1,6	1797	27,7	19,5	8,2
1776	13,7	11,7	2,0	1798	31,9	26,0	5,9
1777	12,7	11,8	0,9	1799	34,1	24,5	9,6
				1800	40,8	28,4	12,4

A partir do início do século XVIII, Portugal se tornou um dos mais importantes clientes da Inglaterra, colocando-se entre os grandes importadores daquele país, precedido apenas pela Holanda e Alemanha, alternando-se com a Espanha nos 3.º e 4.º lugares. <sup>1</sup>

(1) Tomando como exemplo a balança de comércio inglesa de 1760, destacam-se:

1.º — Holanda .....	11,3%
2.º — Alemanha .....	9,7%
3.º — Portugal .....	8,7%
4.º — Espanha .....	6,6%

Estas quatro nações absorvem 36,3% do total da exportação inglesa.



A análise da exportação inglesa para Portugal destaca a importância para a Inglaterra daquele mercado consumidor.

Pela Tabela n.º 7 podemos acompanhar a evolução das exportações da Inglaterra para Portugal, através das porcentagens sobre o valor global das suas exportações. No primeiro quinquênio do século XVIII, estas exportações adquirem significação, quando numa verdadeira escalada passam de 3,9% em 1701 para 15,2% em 1705. Entre 1706-18 as porcentagens oscilam entre 7 e 10%, tomando, a partir desta data, um ritmo estável entre 9 e 13% até 1748. Excetuando-se os anos de 1756-57, quando alcançam 12,9 e 12,8% respectivamente, justificada pelas necessidades após o terremoto, o final da década de 50 marca o início de uma redução que se precipita entre 1762-65. Desta data até 1789, o nível se mantém entre 3, 4 e excepcionalmente 5%.

Os interesses dos exportadores ingleses para com Portugal, na primeira metade do século XVIII, revelam-se claramente quando da ratificação, pelo Parlamento, do tratado comercial assinado com a França em 1713. Quando o texto foi conhecido, informa Macpherson, os mercadores ingleses receberam, com surpresa e indignação, os artigos VIII e IX do tratado.<sup>2</sup> Pelo artigo VIII, os súditos de Sua Majestade Católica teriam os mesmos direitos que a nação mais favorecida, e o artigo IX estipulava que no espaço de dois meses uma lei seria votada na Inglaterra, pela qual deixariam de existir taxas alfandegárias sobre as mercadorias compradas na França pela Inglaterra, desde que fossem pagáveis com mercadorias da mesma natureza importadas pela França da Inglaterra.

A reação dos comerciantes ingleses a estas cláusulas provocou o aparecimento de um semanário, publicado sob o título *The British Merchant or Commerce Preserved*, para a defesa do comércio com Portugal, e contra os artigos VIII e IX do tratado com a França.

Segundo ainda Macpherson, esta defesa se baseava nas seguintes considerações: o artigo VIII, sob o ponto de vista comercial, colocava a França em igualdade de condições com Portugal ou com os demais países aliados da Inglaterra; o artigo IX golpeava frontalmente a legítima base do comércio inglês com Portugal. Introduzindo a tarifa de 1664, os vinhos e aguardentes franceses afluiriam para a Inglaterra, em lugar dos vinhos e aguar-

(2) D. Macpherson. *Annals of Commerce...*, vol. III, p. 30.

dentes portugueses. Portugal — extraindo grandes quantidades de lã, ferro, linho e manufaturas — pagava em dinheiro um volume superior a todos os vinhos, azeites e frutas de lá, importados pela Inglaterra.<sup>3</sup>

Quando da votação do tratado, ambos os artigos foram rejeitados pelo Parlamento, o que é bastante significativo.

No que se refere às importações inglesas de Portugal, conforme a Tabela 8, as porcentagens sobre o valor total são menos expressivas. Oscilando entre 4,5 e 6%, essas porcentagens mantêm-se desde o início do século até a década de 40, onde encontramos em 1741-42 as mais altas, respectivamente 7,4 e 7,1%. A partir de 1750 a redução é sensível, permanecendo entre 2 e 3% até o final do período ora analisado.

Com estes elementos pode-se, dentro da perspectiva inglesa, enquadrar o mercado português: excelente como importador, sobretudo até o final da década de 50. Daí para a frente, sua importância se reduz na proporção crescente das exportações inglesas para outras regiões, e em função das transformações que já se processavam com a Revolução Industrial. Como exportador, Portugal se apresenta para a Inglaterra com reduzida importância. Economias concorrentes no que diz respeito aos produtos coloniais, o grande interesse se concentra nos vinhos, que se transformam na base das importações inglesas de Portugal, após o Tratado de Methuen. Isto, sem contar, naturalmente, com o ouro.

Se para a Inglaterra o comércio com Portugal era importante, para Portugal as relações comerciais com a Inglaterra eram vitais. Já vimos, em páginas anteriores, que o Tratado de Methuen garantiu a preponderância dos vinhos portugueses no mercado inglês, e liberou a entrada em Portugal dos produtos manufaturados ingleses. Por outro lado, o descobrimento de ouro no Brasil, ao revolucionar a economia e a sociedade metropolitana e colonial, dilatou o mercado consumidor de todo o império português. Na África, a concorrência das várias potências colonizadoras propiciou a entrada de outros produtos que não o tabaco. Os vidros, as contas, o cobre, o ferro e os tecidos eram também exigidos para o comércio do escravo.

A manufatura portuguesa, desprovida de potencialidade e desaparelhada para satisfazer às novas solicitações do comércio, obrigou Portugal a importar cada vez mais. Foi justamente na

(3) Idem, p. 30.

TABELA 7

*Comércio anglo-português: percentagem da exportação da Inglaterra para Portugal sobre o total exportado (1700-1790)  
(em milhões de libras esterlinas)*

<i>Anos</i>	<i>Total das exportações da Inglaterra*</i>	<i>Exportação da Inglaterra para Portugal**</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Anos</i>	<i>Total das exportações da Inglaterra*</i>	<i>Exportação da Inglaterra para Portugal**</i>	<i>Porcentagem</i>
1700	6,5	0,33	5,0	1714	8,0	0,79	9,8
1701	6,9	0,27	3,9	1715	6,9	0,62	8,9
1702	4,8	0,46	9,5	1716	7,0	0,75	10,7
1703	6,2	0,71	11,4	1717	8,0	0,61	7,6
1704	6,2	0,78	12,2	1718	6,4	0,51	7,9
1705	5,3	0,81	15,2	1719	6,8	0,81	11,9
1706	6,2	0,76	12,2	1720	6,9	0,77	11,1
1707	6,4	0,61	9,5	1721	7,2	0,77	10,6
1708	6,6	0,53	8,0	1722	8,2	0,97	11,8
1709	5,9	0,73	12,3	1723	7,4	0,86	10,8
1710	6,3	0,61	9,6	1724	7,6	0,66	8,6
1711	6,0	0,57	9,5	1725	8,5	0,78	9,1
1712	6,9	0,56	8,1	1726	7,7	0,86	11,1
1713	6,9	0,62	8,9	1727	7,2	0,79	10,9

(\*) Percentagens extraídas sobre dados de T. S. Ashton: *An Economic History of England* (Tabela XIV), p. 252.

(\*\*) Percentagens extraídas sobre dados de José de Almada: *A aliança inglesa*, vol. 1, p. 77-79.

(Continua)

(Continuação)

<i>Anos</i>	<i>Total das exportações da Inglaterra*</i>	<i>Exportação da Inglaterra para Portugal**</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Anos</i>	<i>Total das Exportação da Inglaterra*</i>	<i>Exportações da Inglaterra para Portugal **</i>	<i>Porcentagem</i>
1728	8,7	0,89	10,2	1745	9,1	1,06	11,6
1729	8,2	0,99	12,0	1746	10,8	1,05	9,7
1730	8,5	1,01	11,8	1747	9,8	1,23	12,5
1731	7,9	0,90	11,3	1748	11,1	1,08	9,7
1732	8,9	1,02	11,4	1749	12,7	0,98	7,7
1733	8,8	1,14	12,9	1750	12,7	1,20	9,4
1734	8,3	1,00	12,0	1751	12,4	1,15	9,2
1735	9,3	1,04	11,1	1752	11,7	0,93	7,9
1736	9,7	1,26	12,9	1753	12,2	1,15	9,4
1737	10,1	1,34	13,2	1754	11,8	1,16	9,8
1738	10,2	1,40	13,7	1755	11,0	1,07	9,7
1739	8,8	1,01	11,4	1756	11,7	1,51	12,9
1740	8,2	0,78	9,5	1757	12,3	1,58	12,8
1741	9,6	1,32	13,7	1758	12,6	0,88	6,9
1742	9,6	1,15	11,9	1759	13,9	1,22	8,7
1743	11,3	1,14	10,0	1760	14,7	1,29	8,7
1744	9,2	0,88	9,5	1761	14,8	1,26	8,5

(Continua)

(Conclusão)

<i>Anos</i>	<i>Total das exportações da Inglaterra*</i>	<i>Exportação da Inglaterra para Portugal**</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Anos</i>	<i>Total das exportações da Inglaterra*</i>	<i>Exportação da Inglaterra para Portugal **</i>	<i>Porcentagem</i>
1762	13,7	0,90	6,5	1777	12,7	0,55	4,3
1763	14,7	0,72	4,8	1778	11,6	0,43	3,7
1764	16,3	1,24	7,6	1779	12,7	0,64	5,0
1765	14,6	0,67	4,5	1780	12,6	0,45	3,5
1766	14,1	0,66	4,6	1781	10,6	0,52	4,9
1767	13,9	0,51	3,6	1782	13,4	0,68	5,0
1768	15,1	0,71	4,6	1783	13,9	0,61	4,3
1769	13,4	0,54	4,0	1784	14,2	0,49	3,4
1770	14,3	0,53	3,7	1785	15,1	0,79	5,2
1771	17,1	0,71	4,1	1786	15,4	0,61	3,9
1772	16,2	0,63	3,8	1787	15,8	0,57	3,6
1773	14,8	0,52	3,5	1788	16,3	0,68	4,1
1774	15,9	0,55	3,4	1789	18,2	0,69	3,7
1775	15,2	0,63	4,1	1790	18,9	0,52	2,6
1776	13,7	0,53	3,9	-	-	-	-

TABELA 8

*Comércio anglo-português: Porcentagem da importação pela Inglaterra de Portugal sobre o total importado (1700-1790)  
(em milhões de libras esterlinas)*

Anos	Total das importações da Inglaterra*	Importação inglesa de Portugal **	Porcentagem	Anos	Total das importações da Inglaterra*	Importação inglesa de Portugal **	Porcentagem
1700	6,0	0,27	4,5	1713	5,8	0,19	3,2
1701	5,9	0,20	3,3	1714	5,9	0,28	4,7
1702	4,2	0,19	4,5	1715	5,6	0,33	5,8
1703	4,5	0,25	5,5	1716	5,8	0,30	5,1
1704	5,4	0,33	6,1	1717	6,3	0,33	5,2
1705	4,0	0,22	5,5	1718	6,7	0,42	6,2
1706	4,1	0,24	5,8	1719	5,4	0,35	6,4
1707	4,3	0,24	5,5	1720	6,1	0,31	5,0
1708	4,7	0,27	5,7	1721	5,9	0,42	6,9
1709	4,5	0,25	5,5	1722	6,3	0,36	5,7
1710	4,0	0,19	4,7	1723	6,5	0,34	5,2
1711	4,7	0,24	5,1	1724	7,4	0,38	5,1
1712	4,5	0,20	4,4	1725	7,1	0,41	5,7

(\*) Porcentagens extraídas sobre dados de T. S. Ashton: *An Economic History of England* (Tabela XIV), p. 252.

(\*\*) Porcentagens extraídas sobre dados de José de Almada: *A aliança inglesa*, vol. I, p. 77-79.

(Continuação)

Anos	Total das importações da Inglaterra *	Importação inglesa de Portugal **	Porcentagem	Anos	Total das importações da Inglaterra*	Importação inglesa de Portugal **	Porcentagem
1726	6,7	0,23	3,4	1743	7,8	0,46	5,8
1727	6,8	0,39	5,7	1744	6,3	0,21	3,1
1728	7,6	0,49	6,4	1745	7,8	0,41	5,2
1729	7,5	0,44	5,8	1746	6,2	0,30	4,8
1730	7,8	0,22	2,8	1747	7,1	0,35	4,9
1731	7,0	0,36	5,1	1748	8,1	0,32	3,9
1732	7,1	0,29	4,0	1749	7,9	0,38	4,8
1733	8,0	0,30	3,7	1750	7,8	0,24	3,0
1734	7,1	0,31	4,3	1751	7,9	0,25	3,1
1735	8,2	0,35	4,2	1752	7,9	0,25	3,1
1736	7,3	0,30	4,1	1753	8,6	0,33	3,8
1737	7,1	0,38	5,3	1754	8,1	0,25	3,0
1738	7,4	0,30	4,0	1755	8,8	0,26	2,9
1739	7,8	0,30	3,8	1756	8,0	0,17	2,1
1740	6,7	0,20	2,9	1757	9,3	0,28	3,0
1741	7,4	0,55	7,4	1758	8,4	0,25	2,9
1742	6,9	0,49	7,1	1759	8,9	0,27	3,0

(Continua)

(Conclusão)

<i>Anos</i>	<i>Total das importações da Inglaterra *</i>	<i>Importação inglesa de Portugal **</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Anos</i>	<i>Total das Importações da Inglaterra*</i>	<i>Importação inglesa de Portugal **</i>	<i>Porcentagem</i>
1760	9,8	0,29	2,0	1775	13,6	0,36	2,6
1761	9,5	0,24	2,5	1776	11,7	0,37	3,1
1762	8,9	0,35	3,9	1777	11,8	0,38	3,2
1763	11,2	0,30	2,6	1778	10,3	0,34	3,3
1764	10,4	0,31	2,9	1779	10,7	0,28	2,6
1765	11,0	0,35	3,1	1780	10,8	0,52	4,8
1766	11,5	0,34	2,9	1781	11,9	0,35	2,1
1767	12,0	0,34	2,8	1782	9,5	0,28	2,9
1768	11,9	0,39	3,2	1783	12,1	0,30	2,4
1769	11,9	0,36	3,0	1784	14,1	0,35	2,5
1770	12,2	0,32	2,5	1785	14,9	0,40	2,6
1771	12,8	0,35	2,7	1786	14,6	0,47	3,2
1772	13,3	0,34	2,5	1787	16,3	0,57	3,4
1773	11,4	0,34	2,9	1788	16,6	0,58	3,4
1774	13,3	0,40	3,0	1789	16,4	0,65	3,9



Inglaterra onde encontrou, além de grandes facilidades de crédito, a gama de produtos que necessitava para atender às solicitações comerciais de seu império. Dentro dessa conjuntura, o Tratado de Methuen rege o mecanismo de desequilíbrio no comércio anglo-português, passando o ouro brasileiro a suprir o déficit da balança de pagamento entre os dois países.

O estudo dos efeitos daquele tratado, no início deste trabalho, revela que entre 1704-12 os vinhos portugueses assumiram a preponderância no mercado inglês, em detrimento de seus concorrentes — os similares espanhóis e franceses. A evolução desse processo verifica-se pelo quadro seguinte:

TABELA 9

*Total e porcentagem de vinho português importado pela Inglaterra (médias quinquênis)\**

<i>Quinquênios</i>	<i>Total de tonéis importados pela Inglaterra</i>	<i>Tonéis importados de Portugal</i>	<i>Porcentagem de vinho português</i>
1680-84	89.293	34.964	39,0
1685-89	93.318	13.920	14,9
1690-94	65.548	27.789	42,4
1695-99	71.057	27.361	38,5
1700-05	87.979	39.795	45,2
1706-10	69.030	40.788	59,1
1711-15	70.730	33.305	47,1
1716-20	103.580	57.476	55,5
1721-25	120.868	66.460	55,0
1726-30	115.661	61.627	53,3
1731-35	112.304	60.691	54,0
1736-40	102.480	56.944	55,6
1741-45	76.484	71.690	93,7
1746-50	77.628	58.636	75,5
1751-55	78.875	54.255	68,8
1756-60	73.636	52.363	71,1

\* Quadro composto por dados fornecidos por Shillington & Chapman (1680-99) e por E. B. Schumpeter

Abastecendo o mercado inglês em mais de 50% durante o período de 1706-40, nos quinquênios seguintes — 1741-45, 1946-50, 1751-55 e 1756-60 — as porcentagens atingem respectivamente 93,7%, 75,5%, 68,8% e 71,1%, o que representa o monopólio quase completo do consumo britânico.

Sendo o elemento básico nas relações comerciais com a Inglaterra, o vinho ocupou lugar de destaque na pauta das exportações para as ilhas britânicas. Ainda em 1776, segundo a balança de comércio, ocupava 69,1% do valor total das mercadorias exportadas para a Inglaterra.<sup>4</sup>

Além dos vinhos, os produtos mais freqüentes no comércio com a Inglaterra eram as frutas, o azeite e o sal. Analisando a balança de comércio de 1776, destacam-se os principais produtos que compunham, na época, o elenco das exportações portuguesas para a Inglaterra:<sup>5</sup>

a) *de origem metropolitana:*

aguardente	19:456\$800	1,6%
azeite	33:323\$640	2,9%
biscoito	3:077\$550	0,2%
figos	19:271\$520	1,6%
lã suja e lavada	5:046\$520	0,4%
laranjas	51:773\$200	4,5%
limões	32:971\$000	2,8%
marroquins	9:204\$090	0,8%
sal	56:440\$400	4,0%
sumagre	7:686\$360	0,6%
vinho	794:586\$720	69,1%
	<hr/>	
	1.032:837\$800	88,5%

b) *de origem colonial:*

açúcar branco	7:655\$780	0,6%
açúcar mascavo	1:828\$200	0,1%
algodão em rama	4:370\$000	0,3%
cacau	1:798\$200	0,1%
couros e solas	1:791\$720	0,1%
pau-brasil	11:352\$000	0,9%
peles	2:909\$745	0,2%
	<hr/>	
	31:705\$645	2,3%

(4) B. N. (Lisboa), F. G., 10.714.

(5) É verdade que, nesta altura do século XVIII, algumas modificações já se tinham operado nas relações entre as duas potências, porém, no geral representa os artigos tradicionais do intercâmbio.

Como se verifica, as exportações para a Inglaterra eram feitas sobretudo na base dos produtos metropolitanos. Os onze acima especificados compunham 88,5% do valor global, enquanto os outros sete principais produtos de origem colonial forneceram apenas 2,3% das exportações. Somados, globalizam 90,8% da exportação para a Inglaterra.

No geral, pode-se afirmar que as exportações portuguesas para as ilhas britânicas eram compostas de gêneros alimentícios e de algumas matérias-primas destinadas sobretudo à indústria têxtil, como a lã e o algodão, o sumagre e o pau-brasil.

Quanto às importações portuguesas da Inglaterra, é necessário observar-se a mudança de hábitos em Portugal, logo no início do século. Numa das primeiras cartas enviadas a Versalhes pelo representante francês, após a reabertura do consulado em Lisboa, nota Duverger "... o número da nobreza e de pessoas ricas que usa sempre ouro e prata, principalmente no vestuário. No que se refere às senhoras da sociedade, vestem-se todas em geral magnificamente, com belos brocados de ouro e prata guardados de fitas e de franjas. Esta mesma suntuosidade verifica-se também nos móveis (...). Foram os ingleses que introduziram esta magnificência no mobiliário; os embaixadores e representantes que residem aqui os têm de uma beleza extraordinária".<sup>6</sup>

Em 1715, o cônsul Mornay confirma esta modificação nos hábitos portugueses: "Pode-se assegurar que o comércio de Portugal é atualmente o que não era há quinze anos." Naquela época, comenta o cônsul, eram os portugueses "menos ricos e por consequência faziam menos despesa", hoje, "foi introduzido entre eles um luxo anteriormente desconhecido". A seguir, traça um roteiro para o restabelecimento do comércio francês em Portugal, e informa que naquela data, para o consumo interno e para as colônias, a Inglaterra fornecia mais da metade da importação e o resto era partilhado entre holandeses, alemães, suecos, italianos, franceses e espanhóis.<sup>7</sup>

Por estas referências, percebem-se as alterações havidas em Portugal durante os dez anos da Guerra de Sucessão da Espanha. Dois elementos surgidos neste período foram os agentes das mu-

(6) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 652. Carta de 3 de julho de 1713.

(7) Q. D'O. *Portugal*, t. 49. "Mémoire sur le commerce de France en Portugal." Anexa à carta de 12 de novembro de 1715.

danças que os representantes da França observaram: o primeiro foi o ouro brasileiro, cuja extração tomou impulso naquele período, e se constituiu em pedra angular do comércio português; o segundo foi o Tratado de Methuen que, vinculando as relações comerciais anglo-portuguesas, transformou a Inglaterra na principal fonte das importações portuguesas.

Como as importações de Portugal ligavam-se tradicionalmente a dois setores — cereais e produtos manufaturados — para a análise das flutuações do comércio com a Inglaterra, é necessário relacioná-las com a evolução daqueles setores na política interna portuguesa.

Quanto aos cereais, vimos em capítulo anterior que a produção nativa já era insuficiente para a alimentação da população portuguesa no século XVII. Na primeira metade do século seguinte a situação persistiu, com tendência a se agravar na medida em que o crescimento populacional brasileiro exigia, cada vez mais, maior volume de produtos alimentícios. Pela “Memória” enviada pelo cônsul francês no início do século XVIII, a produção nativa de trigo, para alimentar Portugal, foi calculada em seis ou sete meses. Para os meses restantes do ano, era necessário importar das ilhas, do Norte da África e do Norte da Europa. Observa também o cônsul “que na proporção em que o Brasil se populará, os trigos se tornarão mais raros e mais caros em Portugal. Todos aqueles que são embarcados para o Brasil, onde não é produzido, salvo o centeio nas cercanias de São Paulo, são extraídos deste país”.<sup>8</sup>

Em outra “Memória” de 1737, já calculava o cônsul Du Vernay que a produção portuguesa, em anos de colheita abundante, supria o mercado durante seis meses,<sup>9</sup> e em 1746 este cálculo era reduzido para no máximo cinco meses de abastecimento.<sup>10</sup>

A importância de cereais, principalmente do trigo e do centeio, na alimentação portuguesa já foi devidamente salientada por V. M. Godinho.<sup>11</sup> Para o Brasil, sua importância cresceu na medida em que o poder aquisitivo do colono lhe permitiu restabelecer hábitos metropolitanos. Embora a mandioca seja apon-

(8) Idem, t. 50. “Mémoires contenant les forces de la Couronne de Portugal, ses estats et ses revenus.” Anexa à carta de 14 de janeiro de 1716.

(9) A. N. (Paris), AE.BI, 670. “Mémoires sur les grains.” Anexa à carta de 30 de abril de 1737.

(10) Idem, AE.BI 677. Carta de 21 de junho de 1746.

(11) *Prix et monnaies au Portugal*, p. 150.

tada geralmente como substitutivo do pão, jamais o português no Brasil abdicou de seu regime alimentar, e, quando pôde, passou a importar a farinha de trigo. Nas relações das cargas das frotas para o Brasil, o artigo de maior frequência eram, justamente, “as farinhas”.

Arcando com um déficit para seu próprio consumo, agravado pelas exigências coloniais, Portugal passou a importar cada vez mais trigo, centeio e cevada. Para avaliar o problema, acompanharemos o movimento de cereais em Lisboa durante o ano de 1714, a título de exemplo, através da correspondência consular francesa.

- Em 2 de janeiro — chegada de dois navios ingleses e um holandês carregados de trigo.
- Em 9 de janeiro — chegada de um navio francês carregado de trigo vindo de Gênova.
- Em 16 de janeiro — entraram durante a semana uma vintena de navios, entre ingleses e holandeses, carregados de trigo e outras mercadorias.
- Em 30 de janeiro — chegou um navio irlandês com trigo de seu país.
- Em 6 de fevereiro — entraram oito navios ingleses, dos quais dois da Irlanda carregados de trigo e mercadorias, e um da Nova Inglaterra com trigo. Entraram também quatro navios holandeses, dois dos quais vieram de Amsterdã carregados de cevada.
- Em 13 de março — “Há três semanas faz aqui um tempo tão seco e tão frio, que o campo tem sofrido bastante e o preço do trigo aumenta diariamente no mercado”.
- Em 20 de março — “O tempo continua muito seco, o campo sofre bastante e o preço do trigo aumenta todos os dias”. Entraram dois navios ingleses carregados de trigo.
- Em 27 de março — Chegaram três navios ingleses carregados com trigo e madeiras, e um holandês de Flessingue carregado de trigo.
- Em 10 de abril — chegaram dois navios ingleses, sendo um de Livorno, carregado de trigo.
- Em 17 de abril — entraram seis navios ingleses e um holandês, trazendo trigo e outras mercadorias.

Em 24 de abril — chegada de cinco navios ingleses, dos quais três de Livorno e dois da Irlanda, todos carregados de trigo.

Em 1.º de maio — chegaram três navios ingleses, vindos do reino de Nápoles, carregados de trigo.

Como a partir desta última data cessam os informes sobre aportagens de trigo no porto de Lisboa, concluímos que o trigo nativo tenha começado a entrar no mercado e, de maio a dezembro, transcorrem-se sete meses: o tempo calculado para que Portugal se suprisse com o trigo colhido em seu território.

O fornecimento de cereais a Portugal foi um dos setores do comércio em que a disputa entre ingleses e franceses foi mais acirrada, durante o século XVIII. Esta concorrência dependeu, entretanto, de problemas internos das duas potências. Com relação à Inglaterra, desde 1689 que o Parlamento votara uma lei (Bounty Act) pela qual ficaram liberadas as exportações dos excedentes. Além disso, na falta de cereais ingleses, os navios dessa potência iam buscá-los principalmente na Itália. Quanto à França, sua exportação dependia de autorização da Coroa, o que muitas vezes impediu o desenvolvimento do comércio. Entretanto, na análise das relações franco-portuguesas distinguem-se períodos em que o suprimento de cereais em Portugal foi na sua predominância de origem francesa.

Para a segunda metade do século XVIII, nova região surgiu como fornecedora de farinhas a Portugal: os Estados Unidos. Por uma carta do consulado francês, de 1774, sentem-se os problemas que Portugal enfrentava neste setor com a guerra de independência das antigas colônias inglesas: "Soube por uma via secreta, mas que me parece segura, que as colônias inglesas da América Setentrional se dispõem a suspender o envio de suas farinhas a Portugal. As circunstâncias em que elas se encontram justificam a interrupção deste comércio, seja porque seu próprio interesse assim exige, seja porque as esquadras inglesas podem receber ordem de interceptar estes navios. Estas farinhas, que depois da proibição de saída dos trigos da França, alimentam sozinhas Portugal, vão provocar aqui maior aumento no trigo..."<sup>12</sup>

O problema de abastecimento de cereais foi uma constante para Portugal durante o século XVIII. Mesmo os alvarás de 20

(12) A. N. (Paris), AE. BI 686. Carta de 27 de dezembro de 1774.

de outubro de 1765 e 18 de fevereiro de 1766, de inspiração pombalina, e que ordenavam a extirpação de videiras em terras próprias para o plantio de trigo, não produziram o efeito desejado. Aliás, incorporamos a afirmação de Jorge Macedo de que os referidos alvarás estavam muito mais presos à defesa dos vinhos do Porto, dentro da concorrência interna, que ligados a uma política de fomento agrícola.<sup>13</sup>

Logo após a publicação do primeiro alvará, já o cônsul francês vaticinara o fracasso da ordem real: “Com referência ao cultivo das terras, percebeu-se que se havia plantado muita vinha. O Rei de Portugal acaba de tornar público um edito pelo qual elas serão arrancadas em todas as regiões de seu Reino, próprias para a produção de trigo. Presume-se que serão tomadas, por mais fortes razões, algumas medidas para arrotear muitas terras que estão hoje desvalorizadas e que produzem antigamente cereais. Com efeito, dois comissários do Rei estão atualmente nas províncias, fazendo o censo dos terrenos incultos nos domínios de Sua Majestade. Infelizmente, porém, a maior parte das terras incultas pertence às igrejas e, por infelicidade maior, a população é demasiadamente reduzida em Portugal.”<sup>14</sup>

Assim, para seu abastecimento e de seu império, dependeu Portugal da importação de cereais, ocupando Inglaterra e Holanda lugar de destaque na primeira metade do século XVIII e França, Itália e Estados Unidos na segunda metade, como os principais fornecedores.

Quanto à manufatura, J. Macedo estudou recentemente, em duas obras, sua evolução em Portugal no século XVIII, numa tentativa de modificar a perspectiva geralmente aceita de que a produção manufatureira portuguesa contraiu-se após o Tratado de Methuen até o surto estimulado por Pombal.<sup>15</sup>

Em *Problemas da história da indústria portuguesa no século XVIII*, mostra o Autor a persistência da produção manufatureira em Portugal, sobretudo a do tipo artesanal e doméstica. Em dois setores podemos acrescentar o testemunho dos cônsules franceses. O primeiro, com relação à manufatura do linho. Na “Memória” de 1714 dizia Mornay: “Os portugueses fabricam também

(13) *A situação econômica no tempo de Pombal*, p. 91-92.

(14) A. N. (Paris), AE. B<sup>1</sup> 684. Carta de 5 de novembro de 1765.

(15) *A situação econômica no tempo de Pombal e Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*.

uma quantidade de excelentes panos de linho na província de Entre-Douro-e-Minho, nas ilhas dos Açores e mesmo em Lisboa, onde os teares aumentaram mais que o dôbro após a guerra, servindo-se do linho que lhes trazem de Hamburgo por não terem o suficiente de sua produção.”<sup>16</sup> O segundo, com relação à manufatura de sabão: “Os portugueses fabricam não somente o suficiente para o seu próprio consumo, como exportam ainda uma pequena quantidade para a Galícia e as províncias vizinhas, e eles os enviam em quantidades consideráveis para o Brasil e para seus estabelecimentos da África e da Ásia.”<sup>17</sup>

Ressalta ainda J. Macedo os esforços realizados durante o reinado de João V, chegando mesmo a falar em “novo surto manufatureiro” entre 1720 e 1740.<sup>18</sup> Como não poderia deixar de ser, o ambiente de paz e relativa liberdade que caracterizou o reinado do Magnânimo, ao propiciar as iniciativas particulares, estimulou também a atividade manufatureira. Daí aquele Autor afirmar, com razão, que “o fomento industrial pombalino não nasceu no deserto industrial”.<sup>19</sup>

Porém, ao demonstrar a existência de uma produção manufatureira portuguesa, na primeira metade do século XVIII, afirma J. Macedo que “não se trata de uma indústria importada, artificial ou de luxo, mas de uma indústria realmente organizada para uma vasta população. *As importações é que eram suntuárias.* Para o grande consumo existia no próprio país uma massa considerável de artífices”.<sup>20</sup>

Concordamos que Portugal se auto-abastecesse na maioria das suas necessidades cotidianas, apenas não podemos aceitar a tese de que suas importações fossem suntuárias. A menos que assim estejam catalogadas as mercadorias destinadas ao império colonial e os cereais que já tivemos oportunidade de analisar. O que concorreu para esta visão deturpada do problema foi ter J. Macedo estudado a indústria portuguesa, isolando Portugal de seu império. Parece-nos impossível, dentro das condições da época,

(16) Q. D'O. *Portugal*, t. 46. “Mémoires sur le commerce de Portugal”, 1714.

(17) A. N. (Paris), AE.BIII, 385. “Mémoires sur le commerce de Portugal”, 1737.

(18) *Problemas da história da indústria portuguesa...*, p. 72.

(19) *A situação econômica no tempo de Pombal*, p. 242.

(20) *Problemas da história da indústria portuguesa...*, p. 89. (O grifo é nosso.)



qualquer análise da economia metropolitana sem a perspectiva de todo o império colonial. A indústria que encontramos em Portugal no século XVIII é a do tipo artesanal, que abastece na sua maioria apenas o mercado regional. Não vislumbramos, mesmo nos trabalhos de J. Macedo, nenhuma potencialidade em suprir os enormes mercados coloniais, principalmente o brasileiro que, como produtor de ouro, se tornara cada vez mais exigente e sofisticado. Assim, a manufatura portuguesa adquire dimensão, que, colocada nas circunstâncias do seu tempo e ante as necessidades do seu império, apresenta-se incipiente e circunscrita ao território europeu.

Para Portugal, isoladamente, as importações de produtos manufaturados eram, em parte, do tipo suntuário e é a este setor que estão ligados todos os esforços em estimular novas manufaturas, quer no reinado de João V quer no de José I. É imprescindível verificar suas relações com a importação em geral e em particular com a da Inglaterra.

No que se refere às manufaturas de lã, reconhece J. Macedo que não progrediram na primeira metade do século XVIII.<sup>21</sup> Seria mesmo impossível sua evolução ante o Tratado de Methuen com a Inglaterra e sua extensão à Holanda, justamente com os dois maiores produtores e exportadores de tecidos de lã da época.

Na Memória de 1715 observa Mornay que as manufaturas de lã e de outros tecidos estavam “inteiramente arruinadas” pelos cuidados com que os aliados de Portugal “tiveram em destruir aqueles estabelecimentos para dar maior vazão às suas mercadorias”.<sup>22</sup> Embora reconhecendo o exagero do cônsul quanto às manufaturas “arruinadas”, a observação sobre o imperialismo inglês chama a atenção. Um fato descrito pelo cônsul Duverger, em 1713, exemplifica os métodos utilizados pelos ingleses para impedir o desenvolvimento de setores da manufatura portuguesa, que poderiam concorrer com as importações da Inglaterra. Narra o cônsul que “um português bastante rico, possuindo 400 mil cruzados de bens, propôs ao Rei de Portugal estabelecer uma fábrica de panos, tão belos quanto os da Inglaterra e da Holanda, solicitando como recompensa apenas algumas graças como a Cruz de Cristo e as prerrogativas de nobreza, o que chamam aqui foros de fidalgo. Esta proposta não desagradou [ao Rei] e foi

(21) *Problemas da história da indústria portuguesa...*, p. 63

(22) Q. D'O. *Portugal*, t. 49. “Mémoire sur le commerce de France au Portugal.” Anexo à carta de 12 de novembro de 1715.

enviada ao Conselho para ser examinada. Os ingleses foram avisados e localizaram imediatamente este homem, e sem lhe falar deste negócio, propuseram-lhe estabelecê-lo aqui como comissário de todas as lãs que se embarcam para a Inglaterra, tanto as nativas como as que procedem da Espanha. Este, percebendo suas intenções, nem aceitou nem recusou a proposta, sem dúvida, para ganhar tempo até saber o que a Corte de Portugal decidirá sobre seu projeto. (...) É necessário saber que a comissão que lhe oferecem os ingleses poderá render 30 a 35 mil libras por ano, e é por esta renda sem risco que eles pretendem desviar este homem de seu desígnio".<sup>23</sup>

Este exemplo mostra o processo pelo qual os ingleses, residentes em Lisboa, recorriam para impedir as iniciativas que poderiam afetar as importações da Inglaterra. Porém, não era usado apenas pelos ingleses. Em 1731, dois franceses apresentaram ao monarca português um projeto para erguer uma fábrica. Em 1734 constituiu-se uma sociedade, e no ano seguinte deu-se início à construção do edifício que veio a ser a Real Fábrica de Sedas do Rato. Sempre atento às iniciativas que poderiam prejudicar as importações da França, o cônsul Montagnac, referindo-se aos projetos, informa que "segundo todas as aparências não poderão eles os sustentar, assim creio que não será necessário fazer nenhuma despesa para estimular os senhores Godin e Sibert a abandoná-lo, assim como ao país", em seguida, consulta qual a importância que deveria oferecer aos dois franceses para os levar a desistir da idéia e a retornar à França.<sup>24</sup> Os métodos de que os franceses acusavam os ingleses para arruinar a manufatura portuguesa eram por eles igualmente utilizados quando a iniciativa, em Portugal, prejudicava a importação da França. Entretanto, como Portugal pouco dependia desta potência, pôde estimular sem maiores dificuldades a manufatura da seda, e nos últimos dias do reinado de João V informava o cônsul sobre o esforço que ainda se fazia para manter aquela fábrica. Embora sofrendo embaraços, a manufatura chegara a possuir cento e oitenta teares montados.<sup>25</sup>

Em 1753, o embaixador francês, conde de Baschy, acusava o grande dano que a manufatura de seda portuguesa fazia no

(23) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 652. Carta de 25 de setembro de 1713.

(24) Idem, AE.B<sup>1</sup> 666. Carta de 18 de março de 1732.

(25) Idem, AE.B<sup>1</sup> 679. Carta de 30 de dezembro de 1749.

comércio com o seu país e, caso fosse autorizado, tentaria a ruína daquela fábrica, desencaminhando os operários.<sup>26</sup>

Quanto à indústria de vidro instalada por volta de 1722 em Coína, informava o cônsul: “O Rei de Portugal proibiu, por um decreto que foi afixado, a entrada e a venda, em sua Corte e em seus Estados, dos vidros e cristais de países estrangeiros, isto em favor de uma fábrica de vidros que se estabeleceu há dez anos nas margens do Tejo, a três léguas daqui e do outro lado do rio, a qual estava protegida por Sua Majestade Portuguesa quando do seu primeiro estabelecimento. Como ela não obteve bom êxito para os vidros, os ingleses a tomaram por sua conta há cerca de três anos e fizeram uma belíssima fábrica, a favor da qual esta proibição de vidros estrangeiros veio a ser feita. A Alemanha não é a mais interessada nesta proibição, visto que todo o consumo de vidros em Portugal é daquela origem.”<sup>27</sup>

Pela observação final de Montagnac, a instalação da manufatura de vidros em Portugal se fez em prejuízo da importação alemã e com o auxílio de ingleses.

A indústria de papel que começou a florescer em Lousã, no início do reinado de João V, protegeu-a o monarca pelo alvará de 19 de abril de 1749, quando proibiu a exportação da matéria-prima, os trapos, que se vinha fazendo para a Inglaterra. Ainda aqui, a manufatura de papel fez-se em prejuízo da principal exportadora para Portugal, a Itália.

Sobre as manufaturas do couro, surgidas a partir da década de 20, sua finalidade era utilizar o couro proveniente do Brasil. Em seus inícios feriu um dos ramos da importação inglesa, e a luta pela instalação desta nova indústria se espelha através de um documento publicado por J. Macedo. “Vendo os ingleses este considerável ramo de comércio para eles perdido pelo estabelecimento da nova fábrica, procuraram arruiná-la: já desencaminhando e transportando fugido para a Inglaterra o Mouro que o suplicante havia mandado vir da Barbaria; já corrompendo com dinheiro os mestres de sola para fazerem apodrecer os couros; já levando os outros artífices estrangeiros à presença do enviado da Inglaterra, para os induzir a fugirem, ameaçando-os no caso em que ficassem neste reino...”<sup>28</sup>

(26) Q. D'O. *Portugal*, t. 85. Carta de 6 de novembro de 1753.

(27) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 666. Carta de 22 de janeiro de 1732.

(28) “Recompilação da controvérsia entre João Mendes Faria e Henrique Tompson”. Apud Jorge Macedo. *Problemas da história da indústria portuguesa...*, apêndice documental, documento n.º 28, p. 289-93.

Porém, as grandes quantidades de couro desembarcadas pelas frotas do Brasil constituíram-se na matéria-prima estimulante para este ramo da indústria, e em 1739 foi proibida, pelo alvará de 26 de junho, a importação de solas e atados estrangeiros.<sup>29</sup>

No crepúsculo do reinado de João V e sob a orientação de Alexandre de Gusmão, o esforço em proteger e estimular a manufatura portuguesa foi traduzido pela pragmática de 1749. Nas vésperas da morte do monarca, noticia o cônsul francês a Versalhes: “Fazem-se grandes projetos para reanimar e aumentar consideravelmente a manufatura já estabelecida aqui, porém, nada se tem de positivo; tomaram-se algumas medidas preliminares para utilizar os principais operários e fazer funcionar uma parte dos teares que estavam montados.”<sup>30</sup>

Quanto à pragmática, os rumores de sua publicação desesperaram o cônsul francês que escreve: “... nosso comércio sofrerá mais que o de todas as outras nações reunidas”,<sup>31</sup> e logo após a publicação, Du Vernay a envia traduzida e com o seguinte comentário: “... não farei reflexões sobre esta nova lei, elas se apresentam por si mesmas. O prejuízo é irreparável para as casas francesas estabelecidas em Lisboa, e nosso comércio com Portugal quase aniquilado para o futuro”.<sup>32</sup>

Os principais esforços portugueses na montagem de novos ramos manufatureiros, durante a primeira metade do século XVIII, salvo a dos couros, dirigiram-se no sentido de estimular a redução na importação, sem entretanto ferir os interesses ingleses.

Para o período pombalino, a tendência foi a mesma. As proteções exercidas por Pombal no início de sua participação no ministério visavam a manufatura da seda. Em 1752 (20 de fevereiro), um alvará concedeu privilégios aos plantadores de amoreira e proibiu a exportação de fios de seda e de casulos.<sup>33</sup> Em 1757 a Fábrica de Seda do Rato foi estatizada. Pelo alvará de 31 de abril de 1760, os direitos alfandegários sobre produtos importados necessários àquela indústria foram reduzidos ao mínimo.

(29) Visconde de Santarém. Op. cit., t. I, p. 41.

(30) A. N. (Paris), AE.BI 680. Carta de 2 de junho de 1750.

(31) Idem, AE.BI 679. Carta de 25 de março de 1749.

(32) Idem. Carta de 30 de maio de 1749.

(33) Visconde de Santarém. Op. cit., t. I, p. 42.

Na fase posterior, denominada “fomento industrial pombalino”, a análise dos estabelecimentos manufatureiros incrementados e protegidos revela que a tendência persistiu.

Nos alvarás de fábricas concedidas pela Junta de Comércio entre 1761-77 destacam-se as solicitações para fabricar fivelas, botões, talheres, castões de bengalas, quinquilharia, caixas de tabaco, caixas para relógios, leques, agulhas, louças, chapéus etc.,<sup>34</sup> o que confirma a tendência da manufatura portuguesa de suprir-se dos objetos de luxo, cuja predominância no mercado era até então de origem francesa, alemã e italiana.

Além da manufatura de sedas, dentro dos setores tradicionais da indústria portuguesa, a do linho e das lãs receberam maior estímulo durante o fomento pombalino. Em 1773 anuncia o cônsul a chegada de um navio holandês, “. . . tendo a bordo quatorze mulheres de diferentes províncias dos Países Baixos que se comprometeram a permanecer cinco anos em Portugal para ensinar aos portugueses a fiar, com a delicadeza e a perfeição dos flamengos, o linho para a manufatura das batistas, que se quer estabelecer em Sobral”.<sup>35</sup> Dois anos depois, noticiava o embaixador francês, conde d’Hinnisdal, que “. . . a fábrica de panos e batistas estabelecida em Portugal fez algum progresso, graças à capacidade dos operários que ali trabalham. Sei que um deles partiu há pouco, para se dirigir através da Holanda a Cambrai e a Valenciennes, na intenção de atrair maior número (de artesões) destas duas cidades”.<sup>36</sup>

Quanto às manufaturas de lã, apesar das crises por que atravessaram durante o século XVIII, no período de fomento pombalino, foram estimuladas com algum sucesso. Em 1765 escrevia o cônsul Semonin: “As manufaturas de lã e o cultivo da terra são dois assuntos para os quais o senhor conde de Oeiras tem dado grande atenção. Fabrica-se já em Portugal uma boa quantidade de panos comuns, principalmente daqueles que os ingleses forneceram sozinhos durante tanto tempo.”<sup>37</sup>

(34) “Alvarás de fábricas concedidas pela Junta do Comércio”, apud Jorge Macedo. *A situação econômica no tempo de Pombal, apêndice documental*, documento n.º 4, p. 279-87.

(35) A. N. (Paris), AE.BI 686. Carta de 11 de maio de 1773.

(36) Idem, AE.BI 687. Carta de 10 de outubro de 1775.

(37) Idem, AE.BI 684. Carta de 5 de novembro de 1765.

Algum tempo depois, comentava o mesmo cônsul que os portugueses estavam fabricando, com suas próprias lãs, quase todos os panos grossos que a Inglaterra lhes fornecia anteriormente.<sup>38</sup>

A grande criação manufatureira do reinado de José I foi sem dúvida a do algodão. Já em 1751 informava o cônsul francês que “entre outros projetos de manufaturas, existe um sobre uma fábrica de algodões”. Fez-se vir para isto, de Londres, um francês do Languedoc, denominado senhor Dangé que percorreu toda a Europa. Deu-se-lhe 1.000 escudos para sua viagem e 2.000 para seu sustento, até que se possa iniciar este estabelecimento e lhe fixar um *status*. Pretende-se extrair os algodões do Maranhão em quantidade suficiente.<sup>39</sup>

Este projeto, antecedendo de alguns anos a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, lança novas luzes sobre o interesse português no desenvolvimento do algodão naquela região do Brasil. No final do reinado de José I, já as manufaturas de algodão se estendiam por Lisboa, Oeiras, Cascais, Tomar, Aveiro, Porto, Alcobaca etc., e irão florescer no reinado de Maria I.

Dentre as manufaturas de algodão destaca-se a de veludo. Em 1775, comunicava o cônsul Blanc “. . . o estabelecimento de uma nova manufatura de veludos de algodão do tipo inglês, para a qual o governo fez um empréstimo de trinta mil cruzados (. . .). Esta espécie de tecido, o mais reputado na Inglaterra, é aquele conhecido sob o nome de Manchester Velvet, cuja excelente qualidade lhe deu grande reputação e lhe assegura uma penetração extraordinária. Os portugueses por ele tomaram gosto, e, apesar de seu uso lhes ter sido severamente proibido há um ano, não deixam de os adquirir através dos paquebotes de Falmouth que praticam o contrabando. O ministério de Sua Majestade Fidelíssima, tendo em vista encorajar cada vez mais a cultura do algodão no Maranhão, e de estimular aqui o consumo, a fim de diminuir a necessidade dos lanifícios estrangeiros, atraiu operários ingleses de Manchester mesmo, onde estes veludos são fabricados com mais perfeição que em outros locais”.<sup>40</sup>

(38) Idem, AE.BI 685. Carta de 5 de março de 1768.

(39) Idem, AE.BI 680. Carta de 16 de novembro de 1751.

(40) Idem, AE.BI 687. Carta de 25 de abril de 1775.

Da análise da evolução da manufatura portuguesa, no século XVIII, conclui-se que poucos foram os setores surgidos ou estimulados que afetaram a importação da Inglaterra. Com exceção de alguns, na sua maioria feria diretamente o comércio com outras potências, principalmente com a França. Apenas as manufaturas de algodão e de lã poderiam afetar as importações da Inglaterra. Assim mesmo, no período ora estudado, as fábricas de algodão estavam ainda em seus primórdios e tomaram impulso nas últimas décadas do século XVIII. Sobre os lanifícios, estes só produziam os tecidos mais encorpados, cujo consumo maior era no próprio reino. Para o Brasil as lãs mais leves, portanto, aquelas mais usadas e próprias ao clima, tinham de ser ainda importadas da Inglaterra.

Com esta perspectiva da evolução interna dos principais setores da importação portuguesa, podemos agora acompanhar o comércio com a Inglaterra.

Portugal dependeu durante todo o século XVIII da importação de cereais, não só para completar o abastecimento de seu mercado metropolitano como para suprir os mercados coloniais. Como principal fornecedor, a Inglaterra não sofreu concorrência na primeira metade do século XVIII. Em 1728 relata o cônsul francês que "... os ingleses alimentam os portugueses, tanto no Reino como nas colônias, através de seus trigos e outros comestíveis".<sup>41</sup>

As listas dos navios entrados no porto de Lisboa comprovam a grande porcentagem de navios ingleses, carregando cereais, não somente de origem inglesa como de outras procedências, inclusive da França.<sup>42</sup>

Através da balança geral do comércio de 1776,<sup>43</sup> os produtos alimentícios que se destacam da importação da Inglaterra para Lisboa são os que vêm a seguir:

(41) Idem, AE.BI 664. "Mémoire concernant tant le commerce de la Nation française à par cy devant fait en Portugal, que celluy qu'elle y fait actuellement, avec toutes les circonstances nécessaires sur son augmentation et diminution, et la différence de ce commerce à celluy des anglois", 4 de maio de 1728.

(42) A. N. (Paris), AE.BIII 383. "Liste des batimens étrangers entrés et sortis dans la rivièrre de Lisbonne."

(43) B. N. (Lisboa), F. G., 10714.

### 1) *Cereais*

arroz .....	13:117\$610
farinha de trigo .....	77:151\$900
centeio .....	91\$390
cevada .....	6:857\$840
milho .....	1:772\$160
trigo .....	221:941\$700
Subtotal .....	320:932\$600

### 2) *Peixes*

arenques defumados .....	390\$000
bacalhau .....	86:326\$200
pescada seca .....	173:345\$250
peixe lingüe .....	4:720\$800
Subtotal .....	254:782\$250

### 3) *Outros gêneros*

biscoitos .....	3:056\$400
carne salgada .....	5:560\$800
manteiga .....	132:973\$120
queijos .....	1:731\$000
Subtotal .....	143:321\$320
Total .....	719:036\$170

Extraíndo-se a percentagem do valor referente aos gêneros alimentícios sobre o valor global da importação da Inglaterra, obtém-se 41,8%, o que equivale dizer que, para 1776, pouco menos da metade da importação portuguesa da Inglaterra foi em gêneros alimentícios.

Ainda é importante observar que, neste ano, embora considerável a participação dos ingleses no abastecimento do mer-



cado português em trigo e farinha de trigo, o Reino de Nápoles já ocupava lugar de destaque neste setor, fornecendo 630.324\$800, entre cevada e trigo.

Quanto ao fornecimento de produtos manufaturados, principalmente de tecidos, a Inglaterra permaneceu ao longo do século XVIII como a principal fornecedora de Portugal.

Além dos tratados comerciais e dos interesses mútuos, outras razões conjugaram-se para colocar a Inglaterra em posição privilegiada na importação portuguesa.

A primeira delas é a questão de crédito. O comércio português colonial é um comércio lento, como aliás o da maioria das potências coloniais da época, em virtude das grandes distâncias e do sistema de frotas. O capital empatado na aquisição das mercadorias, para carregar os navios e abastecer os mercados coloniais, somente era revertido em moeda sonante quando do retorno das frotas e, assim mesmo, dependendo da reação aquisitiva daqueles mercados. Na "Memória" de 1746 escreve Du Vernay que "os portugueses fazem o comércio do Brasil e das Índias por sua própria conta. Eles compram dos negociantes estrangeiros estabelecidos em Portugal e pagam no retorno das frotas com ou sem pontualidade, segundo a boa ou má fé, ou ainda, que as frotas tenham bem ou mal negociado".<sup>44</sup>

Ao se estudar o comércio luso-brasileiro, verifica-se que muitas vezes permaneceram invendáveis as mercadorias enviadas de Lisboa, pela saturação do mercado brasileiro. Ora, para suportar as flutuações do mercado consumidor, necessitava o mercador português de crédito. Em 1713, logo após a reabertura do consulado francês, em Lisboa, Duverger, tecendo considerações sobre a situação do comércio português após a guerra, fala no crédito "especial" que os ingleses faziam aos portugueses.<sup>45</sup> Em outra carta a Luís XIV, o abade Mornay, referindo-se aos ingleses, informa que "... não há um mercador português a quem eles não tenham feito adiantamentos consideráveis. Enquanto durou a guerra, exigiam com energia o pagamento de suas mer-

(44) A. N. (Paris), AE.BIII 385 "Etat circonstancié du commerce et de la navigation des Portugais tant aux Brésil qu'aux Indes." Anexo à carta de 22 de fevereiro de 1746.

(45) Idem. AE.BI 652. Carta de 27 de novembro de 1713.

cadorias; desde que a paz foi assinada com Vossa Majestade, passaram a vender a crédito, a fim de, por este compromisso, colocar os negociantes na necessidade de os preferir em detrimento das outras nações”.<sup>46</sup>

Analisando a situação do comércio franco-português, em 1756, o embaixador conde de Baschy, comenta: “... no que os ingleses nos sobrepujam sempre é na força das casas comerciais que, por isto, se encontram em condições de fazerem os mais longos créditos; eles são indispensáveis aqui. Sem crédito, é impossível sonhar em fazer alguma coisa”.<sup>47</sup>

Por estas comunicações, infere-se a dependência contínua dos mercadores portugueses aos comerciantes ingleses, ao mesmo tempo em que somente na Inglaterra encontravam condições de pagamento que facilitavam as transações comerciais de Portugal com o seu império, sobretudo com o Brasil.

Outro fator que contribuiu para a preponderância britânica no comércio português foi o baixo preço e a melhor qualidade de seus produtos manufaturados. Os representantes franceses são sinceros quando comunicam a Versalhes que alguns dos obstáculos para a restauração do comércio português com a França eram justamente os altos preços e a qualidade dos produtos franceses. Em 1713 escrevia Duverger: “... o alto preço de nossas mercadorias, com relação ao baixo custo daquelas dos ingleses, será sempre um grande obstáculo porque, como não há grande diferença na beleza, senão na qualidade, o olho não julga logo a razão da diferença do preço e faz com que aquele que compra vá procurar o mais barato. É isto que causa a venda daquelas da Inglaterra, e, enquanto os preços das nossas não diminuírem, não se pode esperar que tenham curso suficiente para fazer comércio.”<sup>48</sup> Na “Memória” de 1737 diz o cônsul que: “... os ingleses e holandeses levam vantagens nos tecidos de lã porque, sendo iguais na qualidade, eles os oferecem um pouco mais barato”.<sup>49</sup>

(46) Q. D'O. *Portugal*, t. 48. Carta de 2 de abril de 1715.

(47) A. N. (Paris), AE.BI 682. Carta de 20 de julho de 1756.

(48) Idem. AE.BI 652. Carta de 27 de novembro de 1713.

(49) Idem, AE.BI 670. “Mémoire sur le commerce de France en Portugal.” 11 de junho de 1737.

Na maioria das referências, afirmam os representantes franceses a superioridade dos tecidos da França sobre os ingleses. Entretanto, em 1715, o abade Mornay, com um realismo e uma coragem que espantam e que fogem completamente do tom de subserviência da época, analisa os problemas da colocação dos artigos franceses no mercado português e as dificuldades em face da posição de outras potências. “Quanto à França”, escreve Mornay, “as mudanças freqüentes no valor das moedas, a carestia dos víveres ocasionada pela guerra prolongada e por alguns anos desastrosos que obrigaram o aumento do salário dos operários; os direitos estabelecidos sobre as matérias-primas que nossos fabricantes empregam; vários de nossos operários forçados a abandonar seus ofícios por não lhes renderem mais para sobreviver; enfim, a negligência e o relaxamento daqueles que continuaram a trabalhar, parecem as razões principais da ruína quase que total do nosso comércio, não somente em Portugal, mas em todos os países estrangeiros.” Em outra parte desta “Memória” continua Mornay: “. . . o preconceito que têm os nossos fabricantes de que os estrangeiros jamais chegarão a fazer algo que se compare com as nossas manufaturas, e que nossos ínfimos artigos são superiores aos melhores deles, é uma idéia que não é justa. Se era assim antigamente, hoje não é mais. Os ingleses, os holandeses e os italianos sabem imitar nossas fazendas. Eles as fazem todos os dias quase que comparáveis às nossas e, aos preços módicos que as vendem, fazem-nas preferidas àquelas da França.”<sup>50</sup>

Esse testemunho justifica por si só, mesmo que houvesse igualdade de condições entre a Inglaterra e a França, a preferência dos portugueses aos artigos ingleses, holandeses e italianos, uma vez que estes os ofereciam a preços módicos. Além disto, algumas referências deixadas escapar pelos cônsules franceses na sua correspondência fazem supor a superioridade de alguns tecidos fabricados na Inglaterra. Na “Memória” de 1714 afirmava o cônsul francês que as cores dos tecidos eram “bem mais belas na Inglaterra que em qualquer outro lugar”,<sup>51</sup> e na “Memória” de 1728 dizia o cônsul que um dos fatores da prefe-

(50) Q. D’O. *Portugal*, t. 49. “Mémoire sur le commerce de France en Portugal.” Anexa à carta de 12 de novembro de 1715.

(51) *Idem*, t. 46. “Mémoire sur le commerce de Portugal.” s.d. (fim de 1714).

rência às fazendas britânicas era por terem elas “bastante lustro e aparência”.<sup>52</sup>

Estas razões, ligadas aos interesses da política e das economias portuguesa e inglesa, são fatores que explicam a fidelidade mútua entre as duas potências e justificam a preponderância britânica no comércio português.

#### 4.1 — A BALANÇA DE COMÉRCIO

Na análise da evolução das relações comerciais portuguesas com a Inglaterra, no século XVIII, através da balança de comércio distinguem-se quatro fases (Gráficos n.º 6 e 7).

A primeira abrange o período de 1697 e 1718 e é caracterizada pelo alargamento do comércio em geral. As exportações portuguesas, que em 1697 eram de 86.755 libras, atingem em 1704 a 330.689 libras. As importações da Inglaterra, que na primeira data eram de 125.274 libras, em 1705 alcançam 818.995 libras. O aumento, embora ocorrido em ambos os setores, apresenta uma desproporção de ritmo; enquanto as exportações portuguesas não chegaram a quadruplicar, as importações da Inglaterra mais que sextuplicaram.

Após 1704-05, como conseqüência da guerra da Espanha, a importação e a exportação permanecem estacionárias, apresentando mesmo ligeira tendência à redução. A partir de 1713 as exportações portuguesas retomam seu ritmo ascendente, atingindo 429.235 libras em 1718, ano em que as importações da Inglaterra reduzem-se a 514.079 libras.

Nesta primeira fase, o déficit da balança de comércio passa de 38.519 libras em 1697 a 596.453 libras em 1705, reduzindo-se em 1718 a 84.844 libras.

A segunda fase estende-se de 1719-44 e é caracterizada pela abertura extraordinária na tesoura da balança de comércio a favor da Inglaterra. As importações crescem vertiginosamente entre

(52) A.N. (Paris), AE.BI 664. “Mémoire concernant tant le commerce que la nation française à par cy devant fait en Portugal, que celluy qu'elle y fait actuellement avec toutes les circonstances nécessaires sur son augmentation et diminution, et la différence de ce commerce à celluy des anglais.” 4 de maio de 1728.

1718-35, através de degraus ascendentes, formados pelos totais importados nos anos de 1722, 1730, 1733 e 1738, atingindo nesta última data o valor de 1.405.010 libras. Num movimento inverso, as exportações portuguesas para a Inglaterra, embora em 1728 tenham alcançado 495.676 libras, tendem a uma redução, chegando a apenas 201.603 libras em 1740.

Nesta fase, o déficit português da balança de comércio com a Inglaterra atinge um dos pontos mais críticos no século XVIII, por coincidir, nos anos de 1730-40, com o distanciamento maior entre o valor das exportações e o das importações. Em 1738, o déficit alcança 1.098.644 libras, ou seja, quatro vezes o valor das exportações.

Após 1739, a tendência é para a estabilização e mesmo de ligeira baixa nas importações da Inglaterra. O conflito anglo-espanhol e em seguida a Guerra de Sucessão da Áustria favorecem as exportações portuguesas, que em 1741 atingem o ponto mais elevado do período: 553.692 libras, provocando assim uma redução no déficit de pagamento que oscila entre 600.000 a 700.000 libras.

A terceira fase abarca o período de 1745-65 e inicialmente se caracteriza pela estabilização das importações e a retomada da tendência de baixa das exportações portuguesas, que em 1756 chegam ao ponto mais baixo: 171.952 libras. Esta redução violenta é justificada pela desorganização de toda a economia portuguesa, como consequência do terremoto de 1755. Por outro lado, as importações da Inglaterra, num salto gigantesco, alcançam nos anos de 1756-57 a 1.512.581 e 1.587.989 libras, respectivamente. Compreensível e passageiro este aumento súbito das importações, pois é resultante das aquisições de socorros e víveres para enfrentar os efeitos do terremoto. Como consequência daquela catástrofe, o déficit português na balança de comércio com a Inglaterra assume proporções assustadoras: 1.340.629 libras em 1756, e no ano seguinte 1.306.445 libras.

Após estes máximos, o déficit começa a se contrair pela nova tendência do comércio anglo-português. As exportações de Portugal tendem a aumentar de maneira firme, embora lentamente, enquanto as importações da Inglaterra reduzem-se vertiginosamente, passando de 1.291.560 libras em 1760 a 679.037 libras em 1765.

A quarta e última fase estende-se de 1765-80. As importações da Inglaterra conservam-se estacionárias sem ultrapassar as 700.000 libras, enquanto as exportações portuguesas em constante crescimento conseguem — fato extraordinário na economia portuguesa do século XVIII — ultrapassar em 1780 as importações da Inglaterra, obtendo pela primeira vez um saldo positivo no valor de 63.220 libras.

Focalizando agora, isoladamente, a importação portuguesa da Inglaterra (Gráfico n.º 6), verifica-se, na sua tendência geral, que o impulso inicial localiza-se a partir de 1701-02 quando atinge sucessivamente:

1701	—	277.109	libras
1702	—	460.465	”
1703	—	714.241	”
1704	—	780.664	”
1705	—	818.995	”

Este ritmo mostra que o Tratado de Methuen consolidou uma tendência já esboçada nos primeiros anos do século XVIII.

Nas quatro primeiras décadas do século, a importação portuguesa aumentou progressivamente até o ponto máximo localizado em 1738. A partir daí, o ritmo é mais compassado, tendendo para uma plataforma até 1764; abstraindo-se os anos de 1756-57. Nestes dois anos, o aumento súbito das importações foi gerado pela necessidade de importação de gêneros alimentícios e produtos manufaturados, para aliviar a grave crise provocada pelo terremoto de 1755. A quebra violenta no ritmo das importações, provocada por um fenômeno extra-econômico, leva-nos a considerar o ano de 1738 o ponto máximo normal, uma vez que os valores referentes aos anos de 1756-57 prendem-se a um fato que não modifica a tendência anteriormente configurada.

A partir de 1760 a baixa se precipita de maneira violenta até 1765, para seguir a mesma tendência até 1780, reduzindo a intensidade.

Freqüentemente tem-se interpretado este fenômeno como conseqüência direta da política pombalina, e do esforço português

em se desvencilhar da tutela britânica. Já foi visto anteriormente que todo o fomento industrial português, na primeira metade do século XVIII, dirigiu-se no sentido de estimular manufaturas supletivas da importação não inglesa. A mesma tendência observa-se no período pombalino e, como bem mostra J. Macedo, a atuação do marquês no fomento manufatureiro concretizou-se após 1764. Portanto, impossível que estas manufaturas recém-criadas pudessem afetar a importação da Inglaterra, cuja redução violenta se efetua justamente entre 1760-67. Mesmo os dois setores — lanifício e algodoeiro — somente no reinado de Maria I poderiam ser considerados concorrentes das similares britânicas. Assim, nenhum fator interno português justifica a diminuição brusca das importações inglesas.

Entretanto, o relacionamento entre as importações da Inglaterra, e o conseqüente déficit da balança de pagamentos, com a economia aurífera brasileira, permitem observar a sincronia dos dois setores. Assim como o crescente desenvolvimento da extração do ouro brasileiro provocou o aumento do poder aquisitivo na Colônia e na Metrópole, estimulando as importações portuguesas da Inglaterra, da mesma forma o seu rareamento reduziu o poder aquisitivo da sociedade mineira e da burguesia comercial a ela ligada, afetando de maneira direta as importações da Metrópole que, por sua vez, automaticamente, reduzia suas importações da Inglaterra e das demais potências fornecedoras.

A redução das importações portuguesas da Inglaterra faz-se, pois, normalmente, e em função do escasseamento do ouro no Brasil que rege a contração comercial das regiões mineiras e dos setores a elas afins. Este processo também se verifica quanto à presença de navios ingleses no porto de Lisboa. No decorrer do século XVIII, aquela nacionalidade foi a dominante entre os navios ancorados no Tejo, e em alguns anos correspondeu a mais de 70% de todo o movimento portuário. Entretanto, a partir de 1770 verifica-se o declínio, e dez anos depois a presença inglesa correspondia a apenas 19% do total de navios entrados em Lisboa (Tabela 11).

A relação entre as importações da Inglaterra e as chegadas de ouro em Lisboa é um fato verificável, estabelecendo-se, inicialmente, as máximas e as mínimas da curva das importações portuguesas, como veremos.

<i>Minimum</i>		<i>Maximum</i>		<i>Minimum</i>		<i>Duração</i>
<i>Ano</i>	<i>Libras</i>	<i>Ano</i>	<i>Libras</i>	<i>Ano</i>	<i>Libras</i>	<i>Anos</i>
1701	277.109	1705	818.995	1708	538.193	7
1708	538.193	1709	731.751	1712	564.750	4
1712	564.750	1714	793.623	1715	625.381	3
1715	625.381	1716	752.638	1718	514.079	3
1718	514.079	1719	816.367	1721	771.312	3
1721	771.312	1722	973.107	1724	666.781	3
1724	666.781	1726	865.729	1727	792.817	3
1727	792.817	1730	1.015.754	1731	903.349	4
1731	903.349	1733	1.141.773	1734	1.007.397	3
1734	1.007.397	1738	1.405.010	1740	789.046	6
1740	789.046	1741	1.321.286	1744	889.483	4
1744	889.483	1745	1.065.156	1746	1.051.796	2
1746	1.051.796	1747	1.239.208	1749	989.828	3
1749	989.828	1750	1.208.248	1752	938.742	3
1752	938.742	1754	1.165.087	1755	1.072.700	3
1755	1.072.700	1757	1.587.989	1758	889.490	3
1758	889.490	1760	1.291.560	1763	727.623	5
1763	727.623	1764	1.244.198	1767	515.080	4
1767	515.080	1768	711.908	1770	534.708	3
1770	534.708	1771	716.122	1773	522.379	3
1773	522.379	1775	637.489	1778	430.936	5
1778	430.936	1779	647.813	1780	459.673	2



Como podemos constatar, as importações portuguesas da Inglaterra sofrem flutuações cíclicas que variam de 2 a 7 anos, sendo de maior frequência as de três e quatro anos. Quando em páginas anteriores analisamos o ouro brasileiro no comércio com Portugal, identificamos também crises cíclicas nas aportagens de ouro em Lisboa. Comparando agora os anos destas crises com os anos de redução do comércio anglo-português, estabelecemos a sincronia existente entre chegada de mercadorias da Inglaterra e aportagem de ouro do Brasil.

<i>Anos de redução nas aportagens de ouro em Lisboa</i>	<i>Anos de redução nas importações da Inglaterra</i>
1712-14	1712-15
1716-17	1718
1721	1721
1723-24	1724
1726	1727
1730	1731
1735-36-40	1734-1740
1744	1744
1746	1746
1748-49	1749
1751-52	1752
1754	1755

Como a partir de 1755 a política portuguesa de sigilo impediu que os cônsules continuassem a enviar os relatórios sobre as frotas do Brasil, ficamos impossibilitados de confrontar, para os anos subsequentes, o paralelismo entre a redução das chegadas de ouro e a redução nas importações portuguesas da Inglaterra. Apesar da falta de elementos posteriores a 1755, as informações sobre o escasseamento do ouro coincidem com a contração das importações portuguesas da Inglaterra.

Os elementos coletados mostram, porém, a conexão direta entre a flutuação da chegada do ouro em Lisboa e as importações da Inglaterra, numa demonstração que são setores intimamente ligados.

A enorme desproporção entre os valores importados da Inglaterra e os exportados por Portugal só foi possível, graças ao crédito que o ouro brasileiro manteve dentro das relações comerciais anglo-portuguesas.

TABELA 10

Balança do Comércio Portugal—Inglaterra (1697-1789) (em libras esterlinas) \*

Anos	Exportação de Portugal p/Inglaterra	Importação da Inglaterra p/Portugal	Saldo	Anos	Exportação de Portugal p/Inglaterra	Importação da Inglaterra p/Portugal	Saldo
1697	86.755	125.274	38.519	1710	192.113	614.635	422.522
1698	155.310	365.257	209.941	1711	247.108	576.044	328.936
1699	164.539	337.600	173.061	1712	202.364	564.750	362.386
1700	279.156	336.357	57.201	1713	196.416	627.980	431.564
1701	206.924	277.109	70.185	1714	281.268	793.623	512.355
1702	193.998	460.465	266.467	1715	333.385	625.381	291.996
1703	257.180	714.241	457.061	1716	303.459	752.638	449.179
1704	330.689	780.664	449.975	1717	338.661	617.581	278.920
1705	222.542	818.995	596.453	1718	429.235	514.079	84.844
1706	241.929	762.666	520.737	1719	356.083	816.367	460.284
1707	240.512	614.773	374.261	1720	319.476	775.835	456.359
1708	271.505	538.193	266.688	1721	422.620	771.312	348.692
1709	252.478	731.751	479.273	1722	363.604	973.107	609.503

(\*) Segundo dados fornecidos por José de Almada: *A aliança inglesa*, vol. I, p. 77-79. Os dados foram também confrontados com o documento "Conta do valor das exportações da Inglaterra para Portugal, desde 5 de janeiro de 1703 até 5 de janeiro de 1761, cada ano distintamente", existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I, 13, 2, 29.

(Continua)

(Continuação)

<i>Anos</i>	<i>Exportação de Portugal p/Inglaterra</i>	<i>Importação da Inglaterra p/Portugal</i>	<i>Saldo</i>	<i>Anos</i>	<i>Exportação de Portugal p/Inglaterra</i>	<i>Importação da Inglaterra p/Portugal</i>	<i>Saldo</i>
1723	349.908	864.528	514.620	1741	553.692	1.321.286	767.594
1724	388.517	666.781	278.264	1742	492.260	1.154.160	661.900
1725	410.967	780.992	370.025	1743	466.355	1.145.418	679.063
1726	231.369	865.729	634.360	1744	212.180	889.483	677.303
1727	399.774	792.817	393.043	1745	418.452	1.065.156	646.704
1728	495.676	898.899	403.223	1746	305.728	1.051.796	746.068
1729	441.527	996.149	554.622	1747	359.896	1.239.208	879.312
1730	228.118	1.015.754	787.636	1748	321.412	1.081.866	760.454
1731	363.873	903.349	539.476	1749	387.520	989.828	602.308
1732	295.123	1.022.054	726.931	1750	244.276	1.208.248	963.972
1733	300.057	1.141.773	841.716	1751	258.990	1.157.718	898.728
1734	311.275	1.007.397	696.122	1752	253.160	938.742	685.582
1735	358.056	1.045.533	687.477	1753	332.279	1.156.001	823.722
1736	303.655	1.261.576	957.921	1754	254.033	1.165.087	911.054
1737	387.265	1.349.027	961.762	1755	263.080	1.072.700	809.620
1738	306.366	1.405.010	1.098.644	1756	171.952	1.512.581	1.340.629
1739	304.759	1.017.576	712.817	1757	281.544	1.587.989	1.306.445
1740	201.603	789.046	587.443	1758	257.150	889.490	632.340

(Continua)

(Conclusão)

<i>Anos</i>	<i>Exportação de Portugal p/Inglaterra</i>	<i>Importação da Inglaterra p/Portugal</i>	<i>Saldo</i>	<i>Anos</i>	<i>Exportação de Portugal p/Inglaterra</i>	<i>Importação da Inglaterra p/Portugal</i>	<i>Saldo</i>
1759	273.268	1.221.787	948.519	1775	367.093	637.489	270.396
1760	299.088	1.291.560	992.472	1776	372.439	530.784	158.345
1761	241.956	1.264.071	1.022.115	1777	382.708	554.449	171.741
1762	359.127	908.729	549.602	1778	340.576	430.936	90.360
1763	304.056	727.623	423.567	1779	285.334	647.813	362.479
1764	312.974	1.244.198	931.224	1780	522.893	459.673	63.220
1765	354.307	679.037	324.730	1781	355.723	523.493	167.770
1766	347.806	667.104	319.298	1782	280.654	687.324	406.670
1767	340.289	515.080	174.791	1783	309.092	612.151	303.059
1768	391.502	711.908	320.406	1784	350.181	491.800	141.619
1769	369.120	545.367	176.247	1785	401.898	795.225	393.327
1770	329.663	534.708	205.045	1786	473.077	617.836	144.759
1771	354.631	716.122	361.491	1787	572.095	576.834	4.739
1772	347.373	635.114	287.741	1788	582.325	688.550	106.225
1773	349.214	522.379	173.165	1789	654.665	698.724	44.059
1774	405.905	558.158	152.253				

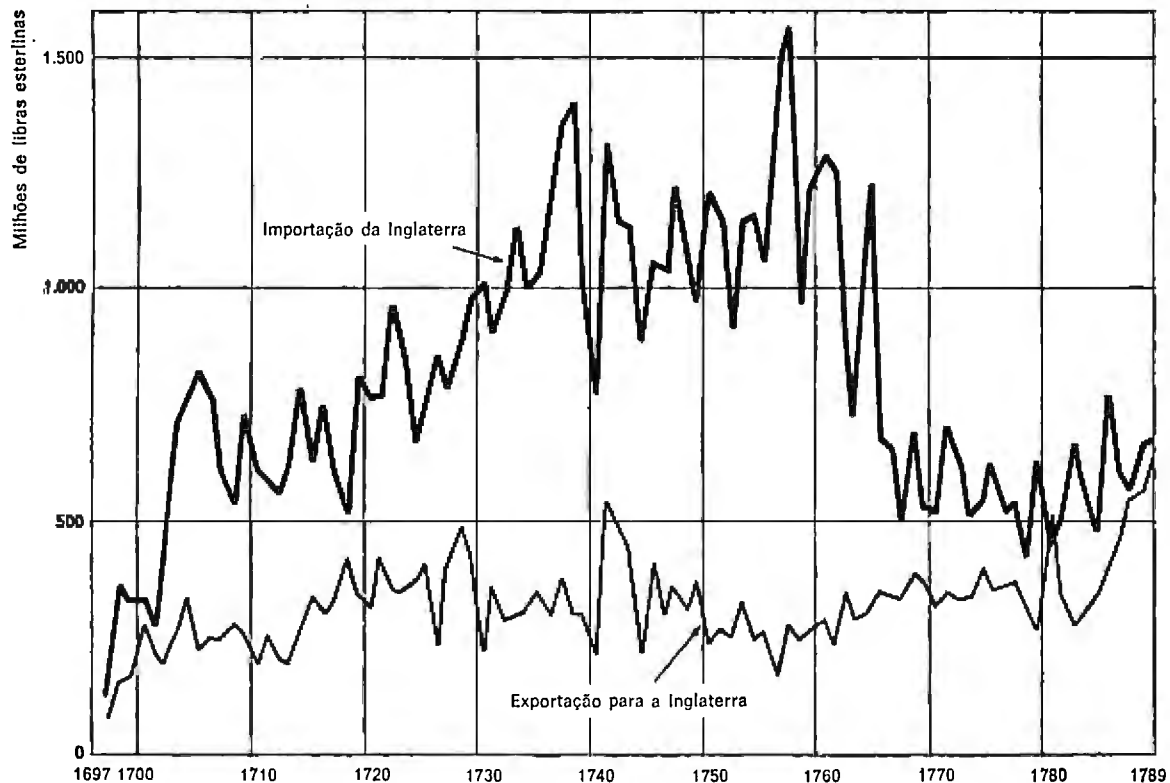


Gráfico 6 — Comércio português com a Inglaterra (1697-1789).

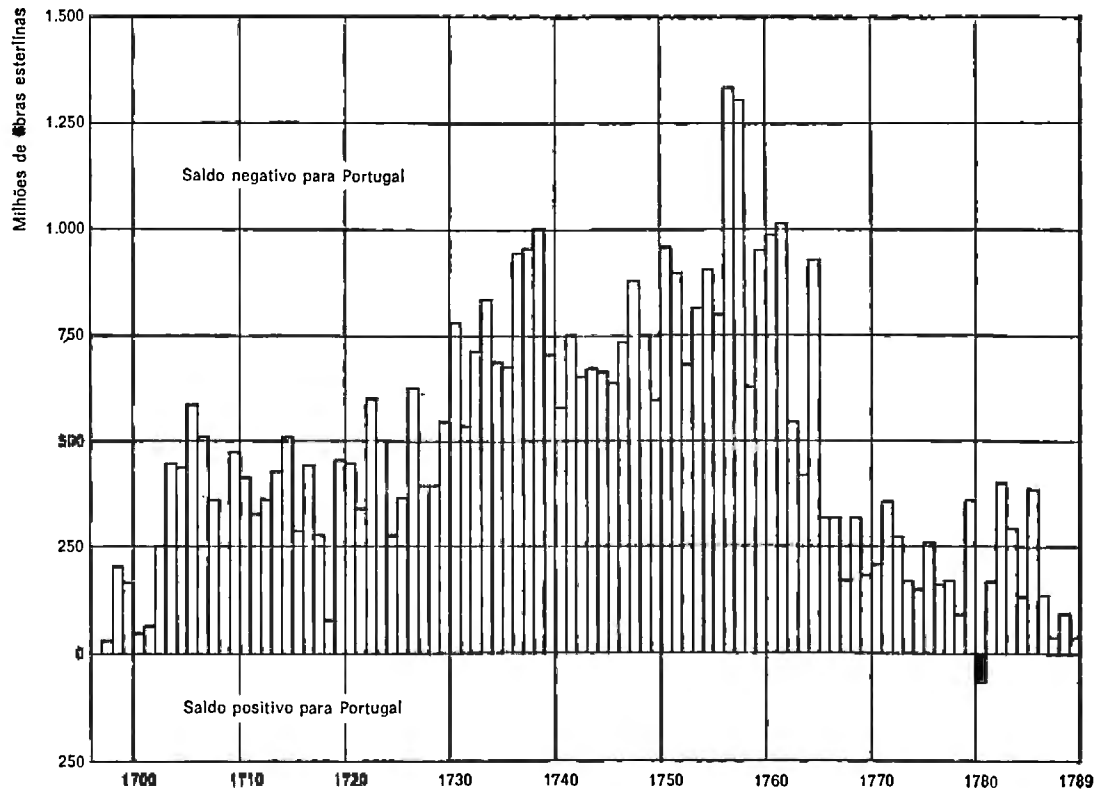


Gráfico 7 — Balanço do comércio anglo-português (1697-1789).

TABELA 11

*Navios Entrados no Porto de Lisboa e percentagem de navios ingleses \**

<i>Anos</i>	<i>Total</i>	<i>Ingleses</i>	<i>Porcentagem</i>
1720	445	179	40
1721	701	347	49
1723	517	391	75
1729	534	301	56
1732	740	554	74
1733	1.003	668	66
1735	1.093	594	54
1746	878	273	31
1747	986	340	34
1748	1.006	371	37
1749	778	350	45
1750	950	553	58
1751	881	536	61
1752	917	546	60
1753	817	484	59
1754	857	539	63
1755	861	534	62
1756	838	400	48
1757	674	186	28
1758	938	182	19
1759	936	269	29
1760	768	330	43

(\*) Tabela formada com dados extraídos de:

1720-1735 — V. M. Godinho, *Prix et monnaies au Portugal*, p. 323.1746-1780 — Jorge Macedo. "Portugal e a economia pombalina", mapa I, in: *Revista de História*, n.º 19, julho-setembro de 1954, p. 98.1780 — "Resumé des événements politiques et maritimes survenus dans le Département du Consulat General de France au Portugal de 1<sup>er</sup> janvier au trente et un decembre de l'année mil sept cent quatrevingt un", A.N. (Paris), AE, B<sup>1</sup>, 689.

(Continua)

(Conclusão)

<i>Anos</i>	<i>Total</i>	<i>Inglezes</i>	<i>Porcentagem</i>
1761	815	330	40
1762	975	434	44
1763	899	421	47
1764	928	459	49
1765	946	431	45
1766	821	388	47
1767	716	338	47
1768	990	415	42
1769	887	476	54
1770	858	538	63
1771	743	396	53
1772	876	447	51
1773	686	371	54
1774	779	440	56
1775	734	426	58
1776	750	318	42
1777	756	235	31
1778	629	172	27
1779	849	214	25
1780	1.050	204	19
1781	793	127	16

#### 4.2. — O OURO BRASILEIRO NO COMÉRCIO ANGLO-PORTUGUÊS

Para acompanhar a trajetória do ouro, temos que distinguir inicialmente as duas formas pelas quais esse metal precioso fluiu das minas brasileiras até o Banco da Inglaterra.

A primeira foi através da transferência dos fundos destinados ao pagamento legal das dívidas comerciais. Como as expor-



tações portuguesas ficavam muito aquém das importações da Inglaterra, a única forma de cobrir a diferença era efetuar o pagamento em ouro.

Embora as leis em Portugal considerassem ilegal a exportação de metais preciosos, a situação criada pelo desequilíbrio do comércio com a Inglaterra obrigou o governo português a ser complacente e tolerante. Um exemplo foi o incidente com um comerciante e banqueiro inglês, narrado pelo cônsul Montagnac, em 1721. Por delação, o comerciante Winfield, chefe de uma das grandes casas inglesas em Lisboa, foi preso juntamente com dois associados, e em seu poder apreendidos mais de 600.000 cruzados em ouro, tanto em moedas como em barras e em pó. Ante a interpelação do representante inglês, sobre as razões daquela prisão, respondeu o secretário de Estado “que aquele banqueiro havia feito pagamentos em barras e em ouro em pó na Inglaterra, contra as proibições e leis de Portugal. Que o Rei de Portugal sabia muito bem que a nação inglesa fazia o comércio em seus Estados além de 10 milhões de cruzados por ano, e que não retirava em gêneros o equivalente, mas que devia, embora fosse proibido, se contentar em extrair as moedas de ouro, e lhe deixar o direito de cunhagem”. Nas considerações finais, escreve Montagnac que não tinha dúvidas sobre as conseqüências do incidente, uma vez que o banqueiro era apoiado pela Inglaterra e ligado “à maior parte dos principais membros do Parlamento”.<sup>53</sup>

Realmente, tendo o banqueiro sido julgado pelo tribunal e condenado à forca, quando a sentença de Winfield foi apresentada ao rei, “este príncipe lhe concedeu sua graça e a restituição de todos os seus bens, mesmo da parte que tocava ao denunciador”.<sup>54</sup>

O caso Winfield demonstra bem a força de pressão do governo inglês sobre as leis portuguesas, e mesmo sobre os interesses da Coroa, uma vez que a exportação de ouro em barras e em pó tirava-lhe parte do lucro, ou seja, os direitos da cunhagem de moedas.

Em face das proibições portuguesas, alguns historiadores vêm repetindo e agigantando o comércio ilegal com a Inglaterra, sem distingui-lo da evasão normal para o pagamento da dívida comercial. Basta analisar o déficit do comércio com a Inglaterra

(53) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 659. Carta de 23 de setembro de 1721.

(54) Idem, AE.B<sup>1</sup> 660. Carta de 13 de janeiro de 1722.

(Gráfico n.º 7), para se constatar o volume de ouro necessário para cobrir a diferença da balança de comércio. Tomando como exemplo o ano de 1738, para cobrir a diferença entre a importação e a exportação, seriam necessários aproximadamente 8.000kg de ouro. Como para o período de 1735-39 o nosso cálculo para a produção aurífera brasileira é de 14t anuais, podemos admitir que os ingleses absorviam quase 60%, somente com o comércio lícito. Isto vem confirmar o que com freqüência afirmavam os representantes franceses, de que a participação inglesa nos lucros do comércio português era de 50%, sendo o restante partilhado entre as outras potências.

Além do comércio legal, a segunda corrente de sucção do ouro para a Inglaterra era o contrabando. Temos que distinguir também as várias formas de comércio ilegal. A primeira era fruto do comércio direto com o Brasil. Já tivemos a oportunidade de nos referir ao enorme comércio ilícito realizado nos portos brasileiros e que em muitos anos fora comprovada a presença de até trinta navios ingleses no litoral do Brasil. Diga-se de passagem que esta forma de comércio, além de ser combatida pela Coroa, era condenada pelos próprios comerciantes ingleses estabelecidos em Portugal, por sofrerem as conseqüências da concorrência. Porém, as vantagens mútuas que apresentava o comércio direto entre Brasil e Inglaterra desafiaram todas as medidas tomadas pela Coroa. Além do mais, esse comércio contava com cúmplices entre as próprias autoridades portuguesas, incluindo governadores e vice-reis. Assim, este tipo de comércio incontrolável carregou para os cofres ingleses incalculável volume de ouro.

O segundo tipo de contrabando era o realizado nos portos portugueses. Nesse caso, o principal veículo eram os navios de guerra e os paquebotes ingleses e mesmo os navios mercantes. Sobretudo os paquebotes, pelas regalias de que gozavam e pela freqüência das viagens. Logo no início do século XVIII, foram estabelecidas as relações diretas entre Londres e Lisboa através destes pequenos navios, geralmente de 80t e conduzidos por equipagem reduzida. Considerados navios da Coroa inglesa, gozavam de isenção de vistoria e tinham como função servir de correio entre as duas Cortes. Através desta regalia, desenvolviam um comércio ilegal desenfreado. Ligando Falmouth a Lisboa, carregavam quantidade de mercadorias, sobretudo aquelas proibidas pelas pragmáticas, mercadorias estas, não só inglesas mas de outros países, via Inglaterra. Ao retornar, além do ouro "legal", transportavam considerável volume de ouro contrabandeado, princi-

palmente em barra e em pó. Só é possível avaliar a quantidade de metal contrabandeado, pela frequência das vindas e retornos realizados, pois, quinzenalmente partia de Lisboa um paquebote. Em 1717, o cônsul Saint-Colombe afirmava que os “paquebotes esgotavam o país, pela quantidade de ouro que conduziam para a Inglaterra”.<sup>55</sup>

O terceiro tipo de contrabando, possivelmente ligado ao “comércio” dos paquebotes, era o realizado nas frotas e com a cumplicidade dos próprios capitães. Eram as mercadorias embarcadas clandestinamente para o Brasil, e quando do retorno da frota o ouro passava diretamente do navio para o transportador inglês. Numa coincidência que não escapou à observação dos representantes franceses, toda vez que uma frota ancorava no Tejo, entre ela ia-se aninhar um navio inglês.

O transporte do ouro para a Inglaterra era assim garantido pela presença freqüente dos paquebotes e dos navios de guerra ingleses. Em 1725 escrevia Montagnac: “. . . quando se aguarda em Lisboa a chegada de uma frota, há sempre algum navio de guerra inglês sobre o qual os negociantes daquela nação embarcam furtivamente as partidas de ouro que receberam do Brasil como retorno de suas mercadorias”.<sup>56</sup>

Trinta anos após esta informação, outro cônsul francês, Saint-Julien, repetia a mesma observação: “. . . tenho sempre noticiado que, ao se aproximar o tempo da chegada das frotas, jamais falta à entrada deste porto alguma fragata ou navio de guerra inglês”, o que atesta a persistência da situação durante o período analisado. Na mesma carta, narra o cônsul a partida de dois navios de guerra ingleses, um para Londres, carregando moedas e barras de ouro e diamantes, e outro para Gibraltar, “levando o ouro que carregou aqui para pagar a guarnição daquela praça”.<sup>57</sup>

Além dos navios de guerra e dos paquebotes, os navios mercantes ingleses eram também transportadores de ouro contrabandeado. Uma carta do cônsul Saint-Colombe documenta o apresamento de um navio inglês “que não era nem paquebote nem navio pertencente ao Rei”, onde foram encontrados 2.000 moedas de

(55) Idem. “Mémoire concernant l'établissement des paquebots d'Angleterre qu'on envoye à Lisbonne.” 16 de novembro de 1717.

(56) Idem, AE.BI 662. Carta de 1.º de maio de 1725.

(57) Idem, AE.BI 681. Carta de 14 de outubro de 1755.

ouro, 23 libras de ouro em pó, 1 barra de ouro, pesando aproximadamente 9 marcos, e 150 cruzados em moedas de prata. Calculava o cônsul que na captura foram apreendidos 40.000 cruzados, compreendendo pagamentos feitos por ingleses e por outros estrangeiros sobre a praça de Londres.<sup>58</sup>

A frequência das aportagens de ouro na Inglaterra pode-se acompanhar através da “Relação do dinheiro que têm trazido os paquetes chegados a Falmouth desde 1759 até 1764, cada ano separado”. Esta relação demonstra apenas o ouro conduzido pelos paquebotes, o que não apresenta os totais aportados na Inglaterra, nem o volume extraído de Portugal, uma vez que muitos navios ingleses, após carregarem o ouro, partiam para o Mediterrâneo ou para o Oriente.<sup>59</sup>

<i>Nome dos paquebotes</i>	<i>Data da ancoragem em Falmouth</i>	<i>Ouro aportado (libras esterlinas)</i>
1759		
<i>Hanover Expedition</i>	12 de janeiro	23.776-13-00
<i>King George</i>	29 de janeiro	39.277-07-03
<i>Prince Frederick</i>	18 de fevereiro	49.126-03-08
<i>Hanover Expedition</i>	15 de março	29.126-66-03
<i>King George</i>	29 de março	38.621-12-06
<i>Prince Frederick</i>	17 de abril	54.343-18-06
<i>Hanover Expedition</i>	27 de abril	39.704-03-09
<i>King George</i>	29 de maio	30.416-11-00
<i>Prince Frederick</i>	3 de junho	46.210-04-10
<i>Hanover Expedition</i>	13 de junho	41.107-10-01
<i>King George</i>	24 de junho	41.051-16-07
<i>Prince Frederick</i>	17 de julho	37.852-02-10
<i>Hanover Expedition</i>	15 de agosto	49.509-19-03
<i>King George</i>	25 de agosto	32.728-19-01
<i>Prince Frederick</i>	2 de setembro	30.158-12-09
<i>Hanover Expedition</i>	8 de setembro	17.982-09-10
<i>King George</i>	5 de outubro	46.027-01-04

(Continua)

(58) A. N. (Paris), AE.BI 656. Carta de 10 de maio de 1718. Calculando o montante somente de ouro, verificamos que totalizava 2.316kg.

(59) B. N. (Lisboa). Col. Pombalina, 635, doc. 445. Esta “Relação embora anônima, faz-nos crer, pelo verbo “trazido”, que fora escrita na Inglaterra e que deveria estar apenas a algum relatório, possivelmente enviado pelo consulado português em Londres.

(Continuação)

Nome dos paquebotes	Data da ancoragem em Falmouth	Ouro aportado (libras esterlinas)
<i>Expedition</i>	2 de novembro	39.119-14-11
<i>Prince Frederick</i>	25 de novembro	19.543-11-07
<i>Hanover</i>	22 de dezembro	49.184-12-01
<i>King George</i>	30 de dezembro	32.420-02-06
		787.289-13-07
	1760	
<i>Expedition</i>	5 de janeiro	70.754-11-10
<i>King George</i>	20 de janeiro	60.054-06-00
<i>Prince Frederick</i>	30 de janeiro	69.923-11-06
<i>Hanover</i>	17 de fevereiro	61.556-09-02
<i>Expedition</i>	13 de março	71.733-02-06
<i>King George</i>	16 de março	61.349-19-06
<i>Prince Frederick</i>	4 de abril	35.865-12-04
<i>Hanover</i>	8 de maio	41.259-13-11
<i>Expedition</i>	17 de maio	49.038-01-01
<i>King George</i>	31 de maio	44.528-16-11
<i>Prince Frederick</i>	19 de junho	47.840-16-04
<i>Hanover</i>	29 de junho	50.762-17-00
<i>Expedition</i>	31 de julho	34.672-19-10
<i>King George</i>	4 de agosto	66.724-17-11
<i>Prince Frederick</i>	23 de agosto	45.668-13-10
<i>Hanover</i>	15 de setembro	48.674-19-03
<i>Expedition</i>	20 de setembro	34.912-17-06
<i>King George</i>	29 de setembro	37.597-11-11
<i>Prince Frederick</i>	27 de outubro	34.957-14-08
<i>Hanover</i>	7 de novembro	36.430-12-07
<i>King George</i>	28 de novembro	35.328-03-09
<i>Prince Frederick</i>	9 de dezembro	45.922-14-09
		1.085.359-04-01
	1761	
<i>Hanover</i>	3 de janeiro	51.248-14-09
<i>King George</i>	7 de fevereiro	34.269-10-11
<i>Prince Frederick</i>	7 de fevereiro	22.885-10-08
<i>Hanover</i>	5 de março	27.741-11-09
<i>Expedition</i>	16 de abril	36.422-16-07
<i>King George</i>	19 de abril	21.743-19-00
<i>Hanover</i>	7 de maio	50.749-03-10

(Continua)

(Continuação)

<i>Nome dos paquebotas</i>	<i>Data da ancoragem em Falmouth</i>	<i>Ouro aportado (libras esterlinas)</i>
<i>Expedition</i>	4 de junho	15.365-03-04
<i>King George</i>	27 de junho	41.006-00-10
<i>Hanover</i>	26 de julho	44.384-16-11
<i>Expedition</i>	14 de agosto	41.412-03-03
<i>King George</i>	31 de agosto	52.170-16-01
<i>Hanover</i>	12 de setembro	33.537-07-11
<i>Expedition</i>	11 de outubro	29.263-04-06
<i>King George</i>	27 de outubro	19.501-08-06
<i>Hanover</i>	26 de novembro	26.829-05-10
		548.531-19-08
	1762	
<i>Expedition</i>	2 de janeiro	29.499-08-08
<i>Duke of York</i>	7 de janeiro	23.821-05-09
<i>King George</i>	7 de janeiro	9.686-05-00
<i>Hanover</i>	17 de fevereiro	41.737-15-07
<i>Expedition</i>	11 de março	20.599-14-04
<i>Duke of York</i>	1 de abril	23.674-02-05
<i>King George</i>	3 de abril	8.596-16-00
<i>Hanover</i>	6 de abril	11.379-09-02
<i>Expedition</i>	18 de abril	7.948-09-11
<i>Duke of York</i>	13 de maio	12.795-12-02
<i>King George</i>	16 de junho	11.522-02-04
<i>Hanover</i>	22 de junho	11.953-11-04
<i>Duke of York</i>	8 de julho	5.317-13-11
<i>Expedition</i>	11 de julho	3.736-16-03
<i>Earl of Besbro</i>	3 de agosto	2.435-01-03
<i>King George</i>	15 de agosto	5.370-17-01
<i>Hanover</i>	26 de agosto	6.075-19-10
<i>Expedition</i>	4 de setembro	3.403-11-03
<i>Duke of York</i>	19 de setembro	3.305-08-00
<i>King George</i>	28 de setembro	1.767-12-05
<i>Hanover</i>	19 de novembro	9.181-05-10
<i>Duke of York</i>	25 de novembro	8.758-05-10
<i>Expedition</i>	26 de novembro	9.139-03-07
<i>King George</i>	30 de dezembro	14.392-06-04
		286.098-14-03

(Continua)

(Continuação)

<i>Nome dos paquebotos</i>	<i>Data da ancoragem em Falmouth</i>	<i>Ouro aportado (libras esterlinas)</i>
	<i>1763</i>	
<i>Besborough</i>	13 de janeiro	5.879-00-06
<i>Hanover</i>	31 de janeiro	9.340-12-09
<i>Expedition</i>	19 de fevereiro	22.301-10-02
<i>Duke of York</i>	3 de março	15.957-14-07
<i>King George</i>	20 de março	19.591-15-04
<i>Besborough</i>	10 de abril	12.832-00-07
<i>Hanover</i>	14 de abril	16.959-03-02
<i>Expedition</i>	28 de abril	9.977-09-01
<i>Duke of York</i>	5 de maio	18.410-05-05
<i>King George</i>	8 de maio	11.268-13-00
<i>Hanover</i>	23 de maio	28.471-03-04
<i>Expedition</i>	31 de maio	21.569-02-03
<i>Duke of York</i>	14 de junho	14.397-15-00
<i>King George</i>	17 de junho	18.456-01-10
<i>Hanover</i>	2 de julho	20.906-00-03
<i>Expedition</i>	14 de julho	13.742-13-03
<i>Duke of York</i>	20 de julho	15.419-06-01
<i>Hampden</i>	31 de julho	13.787-13-09
<i>King George</i>	13 de agosto	13.617-02-08
<i>Hanover</i>	17 de agosto	34.422-18-07
<i>Expedition</i>	8 de setembro	53.348-17-04
<i>Duke of York</i>	21 de setembro	59.882-02-11
<i>Hampden</i>	26 de setembro	42.203-04-08
<i>King George</i>	7 de outubro	35.571-16-03
<i>Hanover</i>	8 de outubro	32.519-19-09
<i>Expedition</i>	23 de outubro	23.332-04-11
<i>Duke of York</i>	31 de outubro	34.336-13-09
<i>Hampden</i>	10 de novembro	21.906-00-05
<i>King George</i>	22 de novembro	17.218-17-09
<i>Expedition</i>	10 de dezembro	17.251-13-09
<i>Duke of York</i>	22 de dezembro	18.896-06-08
		698.356-02-07
	<i>1764</i>	
<i>Hampden</i>	3 de janeiro	23.623-07-06
<i>King George</i>	17 de janeiro	29.954-18-03
<i>Expedition</i>	3 de fevereiro	36.544-10-04
<i>Duke of York</i>	15 de fevereiro	27.725-04-04
<i>Hanover</i>	14 de fevereiro	28.326-18-09
<i>Hampden</i>	16 de março	19.146-00-02

(Continua)

(Conclusão)

<i>Nome dos paquebotes</i>	<i>Data da ancoragem em Falmouth</i>	<i>Ouro aportado (libras esterlinas)</i>
<i>King George Expedition</i>	24 de março	41.843-13-06
<i>Duke of York Hanover</i>	27 de março	30.128-17-05
<i>Hampden</i>	1 de abril	21.911-16-19
<i>King George Expedition</i>	4 de abril	21.661-06-03
<i>Duke of York Hanover</i>	14 de abril	19.104-00-07
<i>Hampden</i>	2 de maio	55.295-19-03
<i>King George Expedition</i>	6 de maio	39.836-18-11
<i>Duke of York Hanover</i>	22 de maio	26.993-15-08
<i>Hampden</i>	7 de junho	24.313-08-02
<i>King George Expedition</i>	9 de junho	58.234-11-06
<i>Duke of York Hanover</i>	24 de junho	55.597-02-06
<i>Hampden</i>	24 de junho	36.833-06-09
<i>King George Expedition</i>	25 de junho	30.849-08-08
<i>Duke of York Hanover</i>	13 de julho	47.249-15-02
<i>Hampden</i>	3 de agosto	40.895-09-03
<i>King George Expedition</i>	4 de agosto	25.330-10-00
<i>Duke of York Hanover</i>	12 de agosto	27.602-06-06
<i>Hampden</i>	29 de agosto	25.552-05-02
<i>King George Expedition</i>	15 de setembro	48.824-11-08
<i>Duke of York Hanover</i>	26 de setembro	26.704-13-09
<i>Hampden</i>	3 de outubro	20.439-00-00
<i>King George Expedition</i>	4 de outubro	21.929-01-00
<i>Duke of York Hanover</i>	16 de outubro	34.419-09-00
<i>Hampden</i>	30 de outubro	34.045-10-08
<i>King George Expedition</i>	2 de novembro	33.633-10-08
<i>Duke of York Hanover</i>	15 de novembro	49.754-11-04
<i>Hampden</i>	3 de dezembro	41.172-18-09
<i>King George Expedition</i>	7 de dezembro	31.358-15-03
<i>Duke of York Hanover</i>	13 de dezembro	25.968-17-09
<i>Hampden</i>	21 de dezembro	23.907-13-08
		1.184.724-17-02

Confrontando os totais anuais com o déficit da balança de comércio, verifica-se a aproximação dos valores. Como o pagamento das mercadorias importadas por Portugal só era feito após o retorno das frotas do Brasil, para nos aproximar da realidade empregamos um artifício, fazendo o confronto dos dados com a defasagem de um ano.



<i>Ano .</i>	<i>Déficit da balança de pagamento</i>	<i>Ano .</i>	<i>Ouro conduzido para a Inglaterra pelos paquebotes</i>
1758 .....	632.340 libras	1759 .....	787.289 libras
1759 .....	948.519 "	1760 .....	1.085.359 "
1760 .....	992.472 "	1761 .....	548.531 "
1761 .....	1.022.115 "	1762 .....	286.098 "
1762 .....	549.602 "	1763 .....	698.356 "
1763 .....	423.567 "	1764 .....	1.184.724 "
Total .....	4.568.615 libras	Total .....	4.590.357 libras

Esta relação pode ser estendida até 1769, graças aos totais publicados por V. M. Godinho e extraídos do "Discurso anglo-lusitano sobre as queixas dos comissários britânicos".<sup>60</sup>

<i>Ano</i>	<i>Déficit da balança de pagamento</i>	<i>Ano</i>	<i>Ouro conduzido para a Inglaterra pelos paquebotes</i>
1764 .....	931.224 libras	1765 .....	631.081 libras
1765 .....	324.730 "	1766 .....	906.286 "
1766 .....	319.298 "	1767 .....	813.370 "
1767 .....	174.791 "	1768 .....	930.461 "
1768 .....	320.406 "	1769 .....	902.455 "
Total .....	2.070.449 libras	Total .....	4.183.653 libras

Se na primeira relação os totais se relacionam e quase se superpõem, na segunda eles se afastam e caminham em ritmos diferentes. V. M. Godinho explica a diferença entre o déficit da balança de comércio e as aportagens de ouro na Inglaterra pelo

(60) *Prix et monnaies au Portugal*, p. 231.

incremento do contrabando direto com o Brasil. Não acatamos esta explicação por duas razões: a primeira porque o Autor mesmo explica que o ouro indicado no “Discurso anglo-lusitano...” refere-se exclusivamente às somas importadas apenas pelos paquebotes ordinários de Falmouth e entradas no Banco da Inglaterra.<sup>61</sup> Sendo, portanto, ouro transportado pelos paquebotes, não pode ser o fruto de comércio direto com o Brasil. Não duvidamos que esteja incluído também o fruto do contrabando, porém, teríamos que admitir um comércio ilícito, cuja importância era superior duas vezes ao comércio legal. Isto nos parece duvidoso, sobretudo dentro da gestão pombalina e ante a evidente contração das minas brasileiras. A segunda razão pela qual não aceitamos a explicação de V. M. Godinho é que este autor, relacionando a cunhagem de moedas de ouro na Inglaterra com o déficit da balança de comércio de Portugal, reforça a idéia de comércio direto com o Brasil, uma vez que as cunhagens na Inglaterra aumentam nos anos de 1761-70 a 1771-80, enquanto o déficit do comércio decresce paulatinamente no mesmo espaço de tempo. Porém, o grande volume de cunhagem de moedas de ouro na Inglaterra, sobretudo entre 1771-80, é resultante da recunhagem de todo o moedário inglês, determinada pela lei de 10 de maio de 1774. Portanto, aquele aumento não reflete novas aportagens de ouro, mas o remanejamento de todo o estoque aurífero, já incorporado à riqueza britânica.

Entretanto, o que mais nos interessa é constatar o fluxo contínuo de ouro para a Inglaterra. Este fluxo, além de envolver pagamentos realizados por Portugal àquela nação, implica também pagamentos realizados a outras potências. As facilidades de que gozavam os ingleses, a freqüência das comunicações, a garantia que a poderosa marinha britânica oferecia, foram fatores para que os débitos portugueses com outras nações fossem saldados através de Londres. Escreve o cônsul Semonin: “Portugal salda sua balança com seu ouro, e esta balança no que se refere à Inglaterra, à Holanda, à França, à Alemanha e ao Norte é calculada em cerca de trinta milhões por ano. Estes trinta milhões passam quase que totalmente pela Inglaterra, onde permanece a maior parte e o restante se distribui entre outros países fornecedores e credores

(61) *Idem*, p. 231.

de Portugal.” Nessa mesma carta, explica Semonin que os mercadores “sabem que o ouro se cambia no banco público de Londres peso por peso, sem nenhuma diminuição. Ainda que o proprietário do ouro nada tenha a pagar na Inglaterra, ele o envia para lá, seja para vender como mercadoria, no caso de câmbio favorável, seja para trocar peso por peso, o que é um lucro sempre certo”.<sup>62</sup>

Assim, não somente o comércio e o contrabando conduziam o ouro brasileiro para a Inglaterra, mas também as transações com França, Holanda e Alemanha, uma vez que Londres se colocava como o principal centro distribuidor de ouro no século XVIII. Informam Shillington e Chapman que, em 1747, *remittance by sea*, isto é, o envio de espécie através da Inglaterra para os mais distantes países, foi uma parte importante de comércio dos estabelecimentos ingleses em Lisboa, e era considerado muito profícuo aos ingleses, que desta maneira ganhavam todo o benefício da comissão de frete e de câmbio.<sup>63</sup>

Essas informações permitem concluir que a Inglaterra funcionou no século XVIII como o centro polarizador de ouro. De fato, através de reformas internas e das circunstâncias históricas, Londres transformou-se no grande mercado de ouro e de pedras preciosas, substituindo Amsterdã.

Para acompanhar este processo, é necessário reportar às reformas decorrentes de Revolução de 1688-89. Em virtude do contínuo cerceamento da moeda e da conseqüente desvalorização, resolveu o governo revolucionário inglês, através do *Coinnage Bill*, recunhar todo o moedário em 1696. Esta reforma se realizou em três etapas. A primeira consistiu em retirar da circulação, as antigas e cerceadas moedas de prata. A segunda, que se prolongou até 1699, consistiu na cunhagem simultânea de novas moedas, e a terceira em reduzir o valor nominal do guinéu de ouro. Esta última operação traduzia o esforço inglês em manter a prata como padrão monetário, uma vez que o escasseamento do metal branco e a deterioração da moeda de prata haviam provocado a valori-

(62) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 685. Carta de 23 de abril de 1761.

(63) V. M. Shillington e A. B. W. Chapman. *The Commercial Relations of England and Portugal*, p. 249.

zação do guinéu, que de 20 xelins em 1663 havia passado a 30 xelins em 1696 e agora, com a reforma, era cotado em 22 xelins.<sup>64</sup>

Após a grande reforma monetária, a relação ouro-prata na Inglaterra passou a ser 1:15,93, o que representa uma valorização do ouro com relação a outros mercados europeus, como por exemplo, a Holanda, onde no mesmo período a relação era de 1:13,02.<sup>65</sup>

Nessa circunstância, difícil seria reter na Inglaterra as emissões de prata, cuja tendência era procurar mercados mais favoráveis, enquanto a do ouro era de afluir para o mercado inglês.

Na tentativa de manter o bimentalismo e deter a evasão do numerário prata, em 1699 o governo inglês depreciou o guinéu para 21 xelins e 2 dinheiros, passando a relação dos dois metais a ser de 1:15,50. Em 1717, por inspiração de *sir* Isaac Newton e ante seus relatórios sobre a escassez da prata na Inglaterra, o valor do guinéu foi novamente reduzido para 21 xelins, e a proporção passou a ser de 1:15,21.<sup>66</sup> Ainda assim, a Inglaterra não conseguira estabelecer o equilíbrio entre os dois metais preciosos e sua relação com o mercado europeu, uma vez que na Holanda, neste período, a relação era de 1:14,75.<sup>67</sup>

Enquanto isto, em Portugal, as várias reformas monetárias, da segunda metade do século XVII culminaram com a lei de 4 de agosto de 1688, que determinou o aumento de 20% sobre o valor do marco de ouro e de prata cunhados. Este aumento incidia sobre o valor do ouro regulado pela Ordem Régia de 24 de março de 1677, que estabelecia o valor do ouro em 85\$333, passando, com o aumento, a valer 102\$400. Quanto à prata, os 20% incidiam sobre o valor de 5\$000 estipulado pela Ordem Régia de 22 de março de 1663, passando agora a valer 6\$400. Com a lei de 1688, a relação ouro-prata em Portugal era de 1:16.<sup>68</sup>

(64) Jacques E. Mertens. *La naissance et le développement de l'étalon-or (1696-1922)*, p. 57. Nota: A moeda de ouro inglesa, o guinéu, tinha seu valor legal estabelecido por decreto real e era expresso em xelins de prata.

(65) N. W. Posthumus. Op. cit., tabela IX, p. CXVI.

(66) J. E. Mertens. Op. cit., p. 59.

(67) N. W. Posthumus. Op. cit., tabela IX, p. CXVI.

(68) S. Sombra. "História monetária do Brasil colonial." In *Anais do primeiro congresso de numismática brasileira*, p. 671.

Os descobrimentos do ouro no Brasil afetaram a relação entre os dois metais, entretanto a Coroa manteve os mesmos valores até 1734. Nesse ano, reconhecendo as modificações no estoque metálico, pela lei de 10 de fevereiro, o marco de prata cunhado passou a valer 7\$000. Com esse reajuste, a proporção ouro-prata passou a ser 1:14,62.<sup>69</sup> Em 1747 nova alteração no valor da prata, que pela lei de 2 de agosto passou a ser de 7\$500, modificando a relação para 1:13,65.<sup>70</sup>

Assim, embora Portugal tivesse estabelecido em 1688 a proporção entre os dois metais, as circunstâncias posteriores criadas pelo afluxo de ouro brasileiro, obrigaram-no a valorizar a prata, estimulando simultaneamente a importação desse metal e a exportação do ouro. Por outro lado, a Inglaterra, apesar dos esforços para desvalorizar o ouro, mantendo uma cotação superior ao mercado europeu, estimulou a importação do ouro e a exportação da prata. Além dos tratados e dos interesses comerciais que ligavam as duas nações, este fator — a relação ouro/prata — favoreceu e acelerou o deslocamento do ouro brasileiro para o mercado inglês.

Esse processo é observável através das estatísticas referentes à cunhagem de moedas em Londres e em Lisboa.

Na Inglaterra, o movimento da cunhagem de moedas de ouro foi crescente entre 1727-90. Tomando como base a média anual para o período de 1727-60, a cunhagem de ouro foi de 353.400 libras e, numa escalada contínua, nos anos de 1781-90 atingiu 1.692.402 libras. A excepcional quantidade cunhada entre 1771-80 explica-se, como já foi visto, pela inclusão da recunhagem do moedário inglês em 1774-75.

Quanto à cunhagem de ouro em Lisboa, a tendência foi de redução, acompanhando o próprio declínio da produção aurífera brasileira. Se para o período de 1752-60 a cunhagem foi de 1:155\$171, já em 1781-90 foi de apenas 221\$050.

No caso da prata, as tendências se invertem. Em Londres, a cunhagem de prata declinou violentamente no decorrer do século XVIII, passando de 9.223 libras entre 1727-60 para somente 90 libras entre 1771-80.

(69) J. P. Calógeras. *A política monetária do Brasil*, p. 12.

(70) S. Sombra. *Op. cit.*, p. 770.

Em Lisboa, a tendência foi aumentar, sobretudo a partir de 1752-60, quando a média anual foi de 8\$624, atingindo em 1781-90 a 102\$938.

TABELA 12

*Cunhagem de moedas de ouro e prata em Londres e em Lisboa \**

<i>Cunhagem de ouro</i>					
<i>Em Londres (£)</i>			<i>Em Lisboa (mil-réis)</i>		
<i>Período</i>	<i>Total</i>	<i>Média anual</i>	<i>Período</i>	<i>Total</i>	<i>Média anual</i>
1727-60	11:662\$216	353\$400	1752-60	11:551\$711	1:155\$171
1761-70	7:226\$438	722\$643	1761-70	9:484\$110	948\$411
1771-80	23:123\$054	2:312\$303	1771-80	4:739\$161	473\$916
1781-90	16:924\$027	1:692\$402	1781-90	2:210\$509	221\$050

<i>Cunhagem de prata</i>					
<i>Em Londres (£)</i>			<i>Em Lisboa (mil-réis)</i>		
<i>Período</i>	<i>Total</i>	<i>Média anual</i>	<i>Período</i>	<i>Total</i>	<i>Média anual</i>
1727-60	304\$360	9\$223	1752-60	86\$241	8\$624
1761-70	6\$219	\$621	1761-70	772\$204	77\$220
1771-80	\$903	\$090	1771-80	401\$165	40\$116
1781-90	55\$723	5\$572	1781-90	1:029\$385	102\$938

(\*) Tabela composta com elementos das seguintes obras: *Para Londres*: a) Jacques E. Mertens. *La naissance et le développement de l'étalon-or*, quadro 42, para 1727-1760; b) David Macpherson, *Annals of Commerce, Manufactures, Fisheries and Navigation...*, vol. III, p. 340ss, para 1761-90.

*Para Lisboa*: A. C. Telxreira de Aragão. *Descrição geral e história das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, tomo II, p. 420ss.

Grande parte do ouro importado era conduzido ou para o Banco da Inglaterra ou para a Casa da Moeda. John Claphan na sua obra clássica, *The Bank of England*, ao analisar a história do banco no período de 1694-1797, diz que "o ouro vinha para o

Banco nesta época em barras de ouro em *moydores*. O *moydore*, a dupla moeda de ouro, era uma excelente moeda portuguesa equivalente a 27 xelins, comumente corrente nas Índias Ocidentais, em especial em Barbados, na Irlanda e mesmo no Oeste da Inglaterra. Chegava pois ao banco através de muitas vias. O banco não tinha intenção de proteger esta moeda. Mandava os *moydores* juntamente com as barras para a Casa da Moeda, a fim de serem transformados em guinéus ou meios guinéus, que voltavam para a “Conta de Ouro” como “Fundo cunhado proveniente da Casa da Moeda”.<sup>71</sup>

Outro autor, *sir* John Craig, confirma o fato quando diz que “para a Inglaterra, também, o ouro português assim como o vinho do Porto afluía através do Tratado de Methuen de 1703; muito deste ouro era transformado em guinéus, e era a principal matéria-prima do “Mint” (. . .) mas o *moydore* também circulava valendo 28 xelins”.<sup>72</sup>

A estocagem de moedas de ouro portuguesa, na Inglaterra, evidencia-se quando dos empréstimos a Portugal. Atesta isto a informação prestada a Versalhes pelo conde de Baschy após o terremoto de Lisboa. Comunicando a chegada do comboio inglês com provisões e fundos para socorrer Portugal, observa o embaixador que “a maior parte dos fundos é em moeda de Portugal”.<sup>73</sup>

Utilizando os dados fornecidos por Claphan sobre os balanços anuais da reserva de metais preciosos do Banco da Inglaterra, construímos a Tabela n.º 13, onde estão confrontados aos saldos positivos da balança de comércio com Portugal. Apesar dos balanços incluírem ouro e prata e representar o volume de riqueza acumulada sucessivamente na Inglaterra, identificamos uma conexão com a balança de comércio com Portugal, através do paralelismo entre a flutuação das duas séries.

Como já foi constatado na análise da balança de comércio anglo-portuguesa, entre 1720-38 o déficit favorável à Inglaterra

(71) Op. cit., vol. I, p. 136.

(72) John Craig. *Newton at the Mint*, p. 85.

(73) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 682. Carta de 17 de fevereiro de 1756.

crece continuamente. No mesmo ritmo, o estoque metálico do Banco da Inglaterra aumenta entre 1720-40. O conflito anglo-espanhol em 1739 e a Guerra de Sucessão da Áustria provocam uma redução no saldo da balança de comércio anglo-portuguesa até 1745, retomando, a partir desta data, o ritmo crescente até 1756-57. No mesmo período, verificamos que o estoque metálico do Banco da Inglaterra decresce entre 1741-45, retomando depois o ritmo de crescimento até 1756. Após 1756, em ambos os setores apresenta-se uma tendência para redução, acelerada no déficit da balança de comércio e menos sensível nos balanços do banco. A Guerra dos Sete Anos e a crise que já se esboça na produção do ouro brasileiro são os fatores da tendência à baixa neste período. O período iniciado em 1765 marca o momento de dissociação das duas séries, desaparecendo a conexão entre o ouro recebido de Portugal e o volume de metal precioso acumulado na Inglaterra.

A recunhagem de moedas iniciada em 1774 na Inglaterra confunde a análise final das duas séries, em face da estocagem de moedas no Banco da Inglaterra como “Fundo cunhado proveniente da Casa da Moeda”.

As pesquisas sobre o ouro brasileiro e o comércio anglo-português têm demonstrado que são setores em relação direta até a década de 60 e início da seguinte. O esgotamento das jazidas auríferas brasileiras, comandando a contração de toda a área mineira e dos setores a ela afins, alterou as relações comerciais entre Portugal e Inglaterra. Em 1768 escrevia Semonin em Lisboa “o comércio da Inglaterra continua a diminuir sensivelmente neste país”<sup>74</sup>, e em 1781 outro cônsul francês, D’Hermand, concluía que “a influência da Grã-Bretanha deixou de ser preponderante”.<sup>75</sup>

(74) Idem, AE.BI 685. Carta de 23 de fevereiro de 1768.

(75) Idem, AE.BI 689. “Resumé des événements politiques et maritimes survenus dans le Département du Consulat Général de France en Portugal du 1<sup>er</sup> janvier au trente et un décembre de l’année mil sept cent quatre vingt un.”



TABELA 13

*Índices do balanço da reserva de metal precioso no Banco da Inglaterra  
e do balanço do comércio anglo-português*

1750 = 100

<i>Anos</i>	<i>Balanço do Banco da Inglaterra*</i>	<i>Índice</i>	<i>Saldo positivo</i>	<i>Índice</i>
1720	1.001	51	456	47
1721	1.048	51	348	36
1722	1.246	63	609	63
1723	1.658	84	514	53
1724	1.918	97	278	28
1725	1.178	60	370	38
1726	1.763	89	634	65
1727	2.961	151	393	40
1728	2.444	124	403	41
1729	2.329	118	554	57
1730	2.201	112	787	81
1731	2.691	137	539	55
1732	2.537	129	726	75
1733	3.356	171	841	87
1734	3.714	189	696	72
1735	3.736	190	687	71
1736	3.968	202	957	99
1737	3.317	169	961	99
1738	2.980	152	1.098	114
1739	4.087	208	712	73
1740	4.801	245	587	60
1741	4.075	208	767	79
1742	3.424	174	661	68
1743	2.613	133	679	70
1744	1.732	88	677	70
1745	808	41	646	67
1746	2.335	119	746	77
1747	1.938	98	879	91
1748	2.179	111	760	78
1749	2.062	105	602	62
1750	1.959	100	963	100

(Continua)

(Conclusão)

<i>Anos</i>	<i>Balanço do Banco da Inglaterra*</i>	<i>Indice</i>	<i>Saldo positivo</i>	<i>Indice</i>
1751	2.970	151	898	93
1752	2.730	139	685	71
1753	2.289	116	823	85
1754	2.829	144	911	94
1755	3.789	193	809	84
1756	4.034	205	1.340	139
1757	3.727	190	1.306	135
1758	2.241	114	632	65
1759	2.208	112	948	98
1760	2.628	134	992	103
1761	2.020	103	1.022	106
1762	3.053	155	549	57
1763	367	18	423	43
1764	1.873	95	931	96
1765	—	—	324	33
1766	1.871	95	319	33
1767	818	41	174	18
1768	1.564	79	320	33
1769	1.379	70	176	18
1770	2.873	146	205	21
1771	2.278	116	361	37
1772	1.504	76	287	29
1773	1.192	60	173	17
1774	—	—	152	15
1775	7.142	364	270	28
1776	5.373	274	158	16
1777	3.905	199	171	17
1778	2.011	102	90	9
1779	3.711	189	362	37
1780	3.581	182	—	—

(\*) Dados extraídos de J. Clapham, *The Bank of England*, vol. I, p. 295-97.



# 5

## CONJUNTURA E ESTRUTURA

Ao penetrarmos nas conclusões deste trabalho, voltamos a afirmar que nossa pretensão, em termos metodológicos, foi aplicar o modelo de análise de F. Braudel a um período da História do Brasil.

O que tentamos foi vislumbrar o Brasil na perspectiva da longa duração; e na longa duração, a dialética das conjunturas e da estrutura. A dialética entre os movimentos maleáveis das conjunturas e aquele mais permanente da estrutura.

### 5.1 — A CRISE DÓ OURO BRASILEIRO

A análise do comércio luso-brasileiro leva a perceber que o pós-guerra dos Sete Anos foi caracterizado por um conjunto de fatores prenunciadores de crise. Crise comercial, crise econômica, crise política afloram visivelmente no Atlântico.

Para compreender a crise política, é importante abordar as relações internacionais a partir do problema Colônia do Sacramento. Pelo Tratado de Madri, de janeiro de 1750, aparentemente resolvia-se a questão dos limites no Prata. Porém, já em novembro do mesmo ano, após a morte de João V, o cônsul Du Vernay retratava o espírito reinante em Lisboa com relação à cessão daquela colônia: “Não se dissimula o arrependimento do compromisso que se assumiu com a Espanha para a cessão da Colônia do Sacramento e o embaraço em que se está para a

execução; chegaram do Brasil várias representações sobre este assunto que provocaram reuniões, cuja conclusão foi que esta cessão era muito prejudicial ao comércio e conseqüentemente ao Estado.” Por outro trecho da mesma carta, percebe-se a inquietação internacional com a perspectiva da cessão da Colônia e, como pondera o cônsul, o perigo, no caso de uma ruptura entre a Inglaterra e a Espanha, de a primeira se apoderar da Colônia, e “abrir uma porta para a introdução de suas mercadorias nas possessões espanholas e portuguesas na América. O que jamais tentaria enquanto ela pertencesse aos portugueses”.<sup>1</sup>

Embora compromissada pelo Tratado de Madri, a política portuguesa, quanto à cessão da Colônia, assumiu uma posição passiva e de expectativa, enquanto os sucessos na América favoreceram-na no sentido de prolongar a execução daquele tratado. Para que a cessão se concretizasse, segundo o acordo, deveriam os portugueses e os espanhóis estabelecerem os limites e ajudarem-se mutuamente. Como grande parte do território a ser cedido pelos espanhóis estava colonizado por jesuítas, não aceitaram estes a sua integração ao império português, e rebelaram os índios aldeados. A partir daí, os maiores inimigos do Tratado de Madri passaram a ser os padres da Companhia de Jesus. Para submetê-los, uniram-se as forças das duas potências, porém segundo relatório do cônsul Saint-Jullien, “o pequeno exército composto de quatro mil homens espanhóis e portugueses, chefiado pelo governador espanhol da Nova Colônia e por aquele do Rio de Janeiro, foi obrigado a recuar ante as aldeias revoltadas, cujo exército, acredita-se, seja de mais de vinte mil homens, e os oficiais e generais, embora sob o hábito dos jesuítas, demonstram que aprenderam a disciplina militar na Europa, e que ali conheceram a guerra, o que determinou a retirada dos espanhóis e os portugueses farão o mesmo. Assim, encara-se a execução do tratado como muito duvidosa”.<sup>2</sup>

Para regularizar este impasse, pelo tratado D’el Pardo, assinado em 12 de fevereiro de 1761, Portugal e Espanha concordaram em declarar nulo o Tratado de Madri, permanecendo então, as Missões com a Espanha, e Sacramento com Portugal.<sup>3</sup>

(1) A. N. (Paris), AE.B<sup>1</sup> 680. Carta de 16 de novembro de 1750.

(2) Idem, AE.B<sup>1</sup> 681. Carta de 18 de março de 1755. Sobre o Tratado de Madri vide: Cortesão, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (sobretudo a Parte I) t. II (1735-1753).

(3) Para o tratado, vide: visconde de Santarém. Op. cit., t. II, p. 246-48.

A partir deste instante, o problema adentrou-se na Guerra dos Sete Anos.

O choque de interesses coloniais entre a França e a Inglaterra e o choque de interesses continentais entre a Áustria e a Prússia provocaram a inversão das alianças tradicionais, unindo-se França e Áustria numa guerra contra a Inglaterra e a Prússia. Impotente para sustentar uma guerra no continente e ao mesmo tempo defender seu império colonial, assistiu a França ao desmembramento de seu império colonial ante o poderio inglês. Na América do Norte perdeu o Canadá — Louisburgo (1758), Quebec (1759), Montreal (1760). Nas Antilhas — Guadalupe (1759), São Domingos, Granada, Santa Lúcia, São Vicente, Tobago e Martinica (1761-1762). Na Índia — Surate e Masulipatam (1759), Pondichery (1761). Na África — Gorea e Fort-Louis (1759).

Os revezes sofridos pela França, acompanhados pelo fortalecimento inglês nas Antilhas, levaram a Espanha a se inquietar, sobretudo após o agravamento da questão das Honduras e do aprisionamento de vários navios espanhóis por corsários ingleses. Em 15 de agosto de 1761 as Cortes de Madri e Versalhes assinaram o Pacto de Família, cuja finalidade era manter a integridade dos Estados governados pelos Bourbons. Paralelamente, por um acordo secreto, comprometia-se a Espanha a declarar guerra à Inglaterra, caso até 1.º de maio de 1762 a paz não tivesse sido estabelecida.

Desde 1759 debatia-se Portugal com uma questão diplomática com a França em torno dos navios franceses violados em porto português pelos ingleses. Após a vitória da esquadra inglesa sobre a francesa, numa batalha travada nas costas de Portugal, quatro navios franceses buscaram refúgio no porto de Lagos, sendo até ali perseguidos por navios ingleses que os bombardearam e os apresaram. Este incidente provocou uma troca de notas entre as três Cortes, na medida em que o embaixador francês exigia a devolução dos navios apreendidos em zona neutra, e Portugal reclamava satisfações de Londres pela violação da sua neutralidade.

Após a assinatura do Pacto de Família e a entrada da Espanha na Guerra, um *ultimatum* franco-espanhol exigiu da Corte portuguesa a adesão ao Pacto, sendo que a recusa significaria

o rompimento. Em 18 de maio de 1762 quebrava Portugal sua neutralidade conservada por meio século.<sup>4</sup>

A guerra européia repercutiu no mesmo ano na América, quando, em outubro, o governador de Buenos Aires, Pedro de Zeballos, atacou Sacramento, que capitulou após 25 dias de assédio. Animado por esta vitória, estendeu o governador buenaiense sua conquista até o Rio Grande do Sul.

Simultaneamente, na Europa, Portugal era violado em suas fronteiras pelos exércitos espanhóis, e em Versalhes planejava-se a conquista do Brasil, como se depreende do despacho enviado por Luís XV ao comandante da esquadra francesa, Beaussier de l'Isle, e ao comandante do exército francês, conde D'Estaing: "Vós conheceis os progressos rápidos que meus inimigos têm feito na América com a conquista da ilha real do Canadá e das minhas ilhas do Vento, e é ainda incerto se, favorecidos com a mesma sorte, não levarão eles mais longe suas conquistas nesta parte do mundo. Considerando esta posição, não encontrei outro meio para equilibrar suas vantagens e obter compensações úteis, senão a de voltar minhas vistas para o Brasil e conquistar esta vasta colônia de um príncipe que se tornou meu inimigo por sua aliança com o Rei da Inglaterra, e que me provocou declarar-lhe uma guerra inevitável. A confiança que deposito em vosso zelo e na vossa experiência, para as operações de mar, fez dirigir-me a vós para executar isto em uma só campanha. Esta escolha de minha parte deve vos assegurar toda a consideração que tenho por vós e o quanto confio em vossa diligência e sobre a prontidão de vossa expedição para arrebatard todas as praças que devem me assegurar e me conservar a posse daquela importante conquista e para a qual ordenei todos os meios para torná-la rápida e fácil."<sup>5</sup>

Porém, aos planos de Versalhes justapunha-se a realidade do poderio marítimo inglês. Em 13 de agosto de 1762 a esquadra inglesa ocupava Havana, aprisionando a esquadra espanhola. As portas do império colonial da Espanha estavam franqueadas à conquista britânica. Só restava aos assinantes do Pacto de Família aceitarem as condições de paz ditadas por Londres. Em 3 de novembro eram as preliminares firmadas em Fontainebleau e em 10 de fevereiro de 1763 assinado o Tratado de Paris. Por este tratado impôs a Inglaterra o seu domínio absoluto como

(4) Idem, p. 248ss.

(5) A. N. (Paris), M. B<sup>1</sup>V 105. Carta de 30 de setembro de 1762.

metrópole de um grande império colonial. Recebia o Canadá e parte da Luisiana na América do Norte. Recebia as ilhas Dominique, São Vicente, Tobago, Grenada e Grenadines, nas Antilhas. Na África, a França lhe cedia o Senegal e, na Índia, seu poderio se afirmava com a expulsão dos franceses. A Espanha lhe reconhecia a posse das Honduras.<sup>6</sup>

Obrigados pelo Tratado de Paris, os espanhóis devolveram Sacramento a Portugal, conservando porém a posse do território uruguaio e do Rio Grande, até 1776, quando foi reconquistado pelos luso-brasileiros.<sup>7</sup>

A Guerra dos Sete Anos, apesar de Portugal se ter envolvido nos últimos anos, sobrecarregou o Estado português, pelo inesperado da situação e pelo despreparo em enfrentá-la. Foi necessário um esforço gigantesco para reaparelhar um exército descuidado durante cinqüenta anos, ao mesmo tempo que a frente platina exigia enormes recursos para barrar o avanço espanhol. O pós-guerra legava ao Estado português um orçamento profundamente afetado pelas despesas de guerra, agravado ainda mais pelas lutas no Sul do Brasil que se prolongaram até 1777.

Como nos períodos bélicos anteriores, no início da Guerra dos Sete Anos houve expansão do comércio colonial português e, igualmente, o pós-guerra trouxe a retração no mercado europeu que se refletiu na baixa dos preços e na diminuição do volume das exportações brasileiras.

O açúcar que em 1760 era cotado a 0,48 *guilders* a libra na Holanda, e a 108,1 xelins por libra na Inglaterra, já em 1767 baixara para 0,32 *guilders* e 88,4 xelins respectivamente. Da mesma forma, as exportações da Bahia que em 1763 atingiram a 23.000 caixas, três anos depois estavam reduzidas a 17.000 caixas de açúcar.

A baixa nos preços e nas exportações, observada em períodos anteriores, atingia sobretudo os produtos agrícolas e extrativos brasileiros. Mas esta perda era compensada pelo fluxo crescente da produção de ouro. Agora, porém, coincidindo com a depressão geral, verifica-se também a crise da produção aurífera brasileira.

(6) Vide J. Godechot. *Histoire de l'Atlantique*, p. 180ss.

(7) Mais uma vez o problema do Prata permanecia sem solução definitiva e, apesar do Tratado de Santo Ildefonso de 1.º de outubro de 1777, a questão será reaberta no período napoleônico e se adentrará na história dos Estados independentes da região platina.



A produção de ouro das Gerais desde 1745 apresentava sintomas de redução, porém, a das minas goianas manteve o ritmo de crescimento na extração aurífera brasileira. Entretanto, no quinquênio de 1755-59 a mineração em Goiás começou a declinar, e entre 1760-64 esboçou-se a primeira inflexão violenta na produção brasileira, precipitando-se no quinquênio seguinte, 1765-69.

Imediatamente a crise na extração se refletiu nas aportagens do ouro a Lisboa, sobretudo entre 1755-60 (Gráfico n.º 5).

A partir deste momento, a crise do ouro se ramificou pelos setores a ele relacionados. O reflexo foi instantâneo nas relações comerciais anglo-portuguesas. Em 1762 as importações de Portugal sobre a Inglaterra começaram a se contrair (Gráfico n.º 6) e já em 1765 reduzia-se o déficit na balança de comércio anglo-português (Gráfico n.º 7).

A redução da importação da Inglaterra afetou simultaneamente a cobrança da taxa das entradas nas Minas Gerais, diminuindo os proventos da Coroa portuguesa oriundos dos impostos sobre as mercadorias importadas pelas Minas (Gráfico n.º 2).

Acompanhando a contração da economia do ouro e do comércio com Portugal, as reservas de metal precioso do Banco da Inglaterra passaram de 4 bilhões de libras em 1756 para 367 milhões de libras em 1763. Até 1774 permaneceram entre 1 e 2 bilhões de libras.

Ao lado da crise do ouro alinha-se a crise dos diamantes, no início da década de 70. A partir de 1772 começa o declínio da atividade diamantífera no Brasil, porém, a crise mais grave foi a dos contratos de venda que, tendo atingido 91.000 quilates em 1766, em 1771 caíram para 35.000 quilates, enquanto o preço permaneceu inalterado, ou seja, 8.600 réis o quilate.

A redução na exportação de ouro e diamantes para a Inglaterra e, conseqüentemente, a redução na importação de manufaturados britânicos, refletiu-se na diminuição da presença da bandeira inglesa no porto de Lisboa. De 63% do total de navios entrados no Tejo em 1770, esta porcentagem passou a apenas 16% em 1781.

A crise da extração do ouro no Brasil, acionando a contração dos setores a ele interligados, desencadeou a crise que entorpecceu a economia luso-brasileira entre 1763-80. Entretanto, esta

crise não se configurou apenas em Portugal e seu império. Como veremos a seguir, estudos de economistas e de historiadores têm identificado uma crise na economia mundial nos anos de 1771-72 e 1787.

Antes porém, é necessário destacar os eventos que se processaram no bojo desta crise e que se projetaram na evolução da história do Atlântico.

Na Inglaterra, a Revolução Industrial ensaiava seus primeiros passos com a invenção da *spinning jenny* por Hargreavers (1765) e da *water frame* por Arkwright (1767). Em seguida, James Watt constrói sua máquina a vapor (1767), aplicando-a na produção industrial (1775). Novo impulso foi dado com a construção da *mule jenny* por Crompton (1779).

No Atlântico, o ciclo das revoluções se inaugura com a luta pela independência dos Estados Unidos (1774). Pela primeira vez o poderio britânico sofreu uma derrota no século XVIII, quando em 1782 teve de reconhecer a independência das suas colônias americanas.

Porém, uma outra revolução se desencadeia na Inglaterra com a publicação da *Riqueza das nações* de Adam Smith (1776). Nova mentalidade caracteriza a Inglaterra nas três últimas décadas do século.

A rivalidade anglo-francesa começou a dar lugar a uma aproximação entre as duas potências após a Guerra de Independência dos Estados Unidos e do Tratado de Versalhes em 1783. Neste sentido, o ministério Pitt, já orientado pelo liberalismo, abriu as perspectivas para um tratado comercial com a França e foi com este objetivo que William Eden chegou a Paris em 1786, entabulando conversações com o governo francês representado por Gerard de Rayneval. Em 26 de setembro do mesmo ano, um acordo foi assinado por ambas as potências e que se tornou conhecido como o Tratado Eden-Rayneval. Entre suas cláusulas, uma era dedicada aos vinhos franceses que passavam a pagar uma taxa de importação de 29 libras e 8 xelins, em lugar de 96 libras, 4 xelins e 1 pêni por tonel. A redução brutal do imposto sobre o vinho francês rompia o monopólio português sobre o mercado inglês.<sup>8</sup>

(8) Para maiores detalhes deste tratado, vide W. O. Henderson. "The Commercial Treaty of 1786." In: *The Economic History Review*. Utrecht, n.º 1, agosto 1957, vol. X.

O Tratado Eden-Rayneval enquadra-se perfeitamente na nova conjuntura, e demonstra claramente o desinteresse inglês por Portugal. A era regida pelo ouro e pelo Tratado de Methuen chegou ao fim.

## 5.2 — O OURO NA CONJUNTURA BRASILEIRA

Nossa análise da situação do império português, na segunda metade do século XVII, estabeleceu a relação entre o que os historiadores da economia européia denominam de fase de baixa na tendência secular mercantilista e o que os historiadores brasileiros e portugueses têm denominado a “crise do açúcar” ou o final do “ciclo” do açúcar. Sendo este o produto dominante na economia do império português no século XVII, seu desenvolvimento regeu o comércio, quer na direção do Atlântico sul, quer nas relações com a Europa.

A recessão econômica, gerando a contração dos mercados europeus, afetou diretamente o comércio do açúcar na medida em que a redução do poder aquisitivo na Europa determinou a diminuição do consumo do produto. Além disto, a produção de similares, estimulada em outras áreas por outras potências coloniais, colocou o açúcar brasileiro em concorrência, principalmente com a produção antilhana, enfrentando a baixa geral dos preços no mercado europeu, em situação desvantajosa.

Ao sofrer o açúcar o impacto da recessão econômica, suas vicissitudes atingiram tentaculamente toda a vida econômica do Brasil e de Portugal. Daí o quadro desolador que o império apresentou nas últimas décadas do século XVII.

Na tentativa de contornar esta situação, buscou Portugal enfrentar a crise, primeiramente através do incentivo de uma política manufatureira, seguida depois pela política de incrementar sua exportação através do único produto cuja perspectiva no mercado internacional poderia reduzir o déficit da balança de comércio: o vinho. Para concretizar esta solução, Portugal lutou com a Espanha e com a França pela conquista do mercado inglês.

O problema do equilíbrio político da Europa, suscitado pela sucessão espanhola, favoreceu-lhe o monopólio do vinho no mercado inglês, selado através do Tratado de Methuen.

Paralelamente a estas soluções, incentivou a Coroa portuguesa a busca de metal precioso em seus domínios. Porém, em vez do metal branco, como esperava encontrar devido à proximidade do Brasil com as minas de prata da América espanhola, foram desvendadas as grandes jazidas de ouro do Brasil Central.

Justamente entre o período agudo da baixa secular mercantilista e o início da tendência secular capitalista, começaram a ser extraídas as primeiras toneladas de ouro das regiões auríferas brasileiras. Com elas, desencadearam-se profundas alterações no Brasil e no comércio colonial.

Acelerou-se a crise da região açucareira, na medida em que para as minas convergiram os interesses da Colônia. Houve o deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Centro-Oeste, provocado pela transferência de capitais e do elemento humano da região açucareira para a região mineira. A notícia da riqueza súbita estimulou a imigração, para o Brasil, de enormes contingentes humanos cuja condição de vida precária em Portugal e na Europa era agravada pela estagnação geral. Pela necessidade de braços para o trabalho das minas e pela sua contínua renovação, intensificou-se o comércio de escravos, alargando o tráfico Brasil—África. De toda esta convergência conheceu o Brasil a decolagem de sua demografia, até então escassa e esparsa.

O ouro, surgindo em áreas até então inexploradas, atraiu para elas aventureiros, escravos e comerciantes que determinaram a absorção definitiva da região Centro-Oeste pela Colônia portuguesa. Embora tivessem os bandeirantes paulistas palmilhado durante o século XVII as regiões do Brasil Central, a ocupação somente se efetuou no decorrer do século XVIII, com a sementeação de vilas e povoados no âmago do continente. A colonização costeira, que fora a grande aventura nos dois séculos anteriores, espalhou-se no século XVIII para o sul, para o centro, para o oeste e para o norte. São Paulo, que fora a grande fronteira até o século precedente, encontra-se agora no coração da Colônia. Sacramento ao sul, Mato Grosso a oeste, Manaus a noroeste e Belém ao norte balizavam então o império português na América.

Ao contrário da economia agrícola e pastoril em que a cidade era extensão do engenho e do curral, a economia mineira estimulou a concentração urbana, provocando o aparecimento de cidades na região aurífera e estimulando o crescimento de outros centros transformados em entrepostos.

As cidades já existentes, sobretudo os portos, na medida em que polarizavam as correntes de comércio entre o Atlântico e a

região mineira, viram-se transformadas em grandes centros comerciais e núcleos de um ativo comércio. O Rio de Janeiro foi o exemplo mais típico por sua ligação direta com as Gerais. Salvador, porém, embora no início do século tivesse sofrido com a crise do açúcar, após a captação do ouro goiano, reassumiu seu papel de metrópole do Nordeste, o que é atestado ainda hoje pela opulência de seu aspecto arquitetônico setecentista. Em menor escala, no Recife o fenômeno se assemelha. Belém do Pará, na segunda metade do século, polarizando o comércio das minas matogrossenses, transformou-se de forte avançado, em entreposto comercial.

Esta evolução foi fator de abertura de novas vias de acesso, provocada pela atividade mineira. Determinadas pelas necessidades de abastecimento das regiões auríferas, surgiram grandes rotas comerciais, fruto da entrosagem de áreas consumidoras e de áreas produtoras ou importadoras. Cortando o sertão através de rotas terrestres e fluviais, os comboios ligaram os pontos extremos do continente brasileiro. O gado, pastorejado da região platina chegava até Minas Gerais, via São Paulo. Das pastagens da região do São Francisco deslocaram-se rebanhos até Mato Grosso, via Goiás. As tropas de carga partindo dos portos, principalmente do Rio de Janeiro e de Salvador, percorriam as áreas mineiras, atingindo Cuiabá. De Belém, os comboios canoieiros penetravam as regiões do ouro matogrossense e goiano.

As rotas de percurso do ouro e de mercadorias e gêneros alimentícios formaram os elos que vincularam as várias regiões e as integraram no império português. E os atritos com a Espanha, resultantes desta expansão, foram o estímulo para a concretização do primeiro esboço do Brasil geográfico: o Tratado de Madri.

Até o aparecimento do ouro, a circulação monetária no Brasil era reduzida, limitada pelo escasso numerário cunhado em Lisboa e enviado às colônias. Para suprir esta deficiência recorriam os colonos ou a trocas com produtos nativos transformados em moeda, como o tabaco e o algodão, ou ao comércio com as colônias espanholas, sobretudo Buenos Aires, onde adquiriam moedas de prata. Esta circunstância mantinha predominantemente um sistema de troca *in natura*, estimulando uma economia interna fechada e de auto-abastecimento, dentro da qual os preços pouca alteração sofriam pelo fraco mecanismo da oferta e da procura. Com o advento do ouro esta situação modificou-se, na medida

em que, primeiramente o ouro em pó e em seguida a moeda cunhada nas várias Casas da Moeda estabelecidas no Brasil passaram a circular no mercado interno brasileiro, desencadeando a alta nos preços, conseqüência da enorme procura e reduzida oferta. Como a administração estabelecia oficialmente os preços dos gêneros, desenvolveu-se no Brasil um comércio marginal, verdadeiro mercado negro que, infelizmente, por ser considerado ilegal não possui documentação seriada, mas ao qual em vários documentos encontramos referência.<sup>9</sup>

A atividade mineira, o crescimento urbano e demográfico criaram condições para que se formasse, pela primeira vez na evolução do Brasil, um mercado interno estimulado pelo aumento do meio circulante e pelo aumento do poder aquisitivo da colônia em geral e, em particular, das regiões mineiras.

É importante observar que a predominância do ouro na economia brasileira alterou profundamente a situação do colono em face da economia mundial. Enquanto o açúcar foi o produto dominante, o colono dependeu das notícias das frotas para saber as cotações do seu produto e, conforme as oscilações do preço, podia ele comprar mais — ou não comprar — os artigos de que necessitava e aqueles que o comércio europeu lhe impunha.

Na economia mineira, o colono era o detentor do capital, e as frotas passaram a depender das necessidades do consumidor. Assim, além de se alterar a natureza do comércio, uma vez que a elevação do poder aquisitivo do mineiro provocou a sofisticação do mercado brasileiro, as frotas permaneciam muito mais tempo nos portos brasileiros, aguardando a venda de sua carga para poder retornar à Europa. Além disto, as exigências do mercado consumidor ditavam os tipos de mercadorias que da Europa deveriam ser enviadas para os portos brasileiros.

Aumento demográfico, surto urbano, expansão geográfica, aumento do meio circulante, aparecimento de um mercado inter-

(9) Ruggiero Romano, ao pesquisar os preços no Chile e na Argentina, constatou que, surpreendentemente, no século XVIII, na América espanhola os preços são estagnantes e mesmo com tendência de baixa. Acreditamos que uma pesquisa semelhante no Brasil, baseada em preços oficiais, também levaria à mesma conclusão. Entretanto, podemos exemplificar através de cartas do senado da Bahia, a oscilação existente dos preços no que poderíamos chamar de "mercado livre": na carta de 14 de janeiro de 1719, noticiava o Senado ao rei que uma arroba de carne, pela taxa, valia \$646, porém estava sendo vendida ocultamente a \$960 e até a 1\$280. ("Cartas do Senado a Sua Majestade." *A.P.B.*, vol. 131 (1715-1741).)

no e expansão do tráfico são, pois, as características que presidiram o Brasil setecentista.

Comparando agora estes aspectos àqueles com que F. Braudel e G. Imbert caracterizam o século XVIII, podemos integrar o Brasil na conjuntura mundial. Para F. Braudel, o século XVIII é caracterizado pelos crescimentos: demográfico, geográfico, industrial, e do tráfico e da renda nacional.<sup>10</sup> Para G. Imbert o que define o século XVIII é a evolução demográfica, a revolução agrícola e o aumento do meio circulante.<sup>11</sup> Excluindo-se a revolução técnica e agrícola e o crescimento industrial, as demais características são as mesmas que presidiram à evolução brasileira no século XVIII.

### 5.3. — O OURO BRASILEIRO NA ESTRUTURA ECONÔMICA MUNDIAL

Na Introdução deste trabalho, foram resumidos os resultados a que chegaram os economistas e historiadores com referência aos movimentos seculares. G. Imbert adjetiva de *medieval* aquele que se desenvolve entre 1250 e 1510; *mercantilista*, o que se estende de 1510 a 1720-40; *capitalista*, o que se desenvolve de 1720-40 a 1895-96; e, de *planificado*, aquele que se prolonga até nossos dias.<sup>12</sup>

Os movimentos seculares originam-se das modificações estruturais ocasionados por mudanças políticas, econômicas e sociais. Estas modificações estruturais podem advir de várias causas como aumento da população, descoberta de novas minas de metal precioso, modificações na técnica de produção, novas orientações da política econômica. A alta da tendência secular corresponde, pois, a um período de transição entre um sistema econômico que morre, com uma produção estagnante, e as novas estruturas econômicas que vão se materializar em um novo sistema.<sup>13</sup>

(10) F. Braudel. "Vie matérielle du XVI<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> siècles." Curso no Collège de France, 1961-1962. Parte deste curso já está publicada sob o título de "Civilisation matérielle et capitalisme (XV<sup>e</sup> — XVIII<sup>e</sup>)" t. I. Entretanto, a parte a que nos referimos consta do t. II, ainda inédito.

(11) G. Imbert. Op. cit., p. 204-05.

(12) Idem. Cada movimento é estudado separadamente: medieval, p. 178ss; mercantilista, p. 191ss; capitalista, p. 202ss; planificado, p. 432ss.

(13) Idem, p. 23.

Ao estudar o movimento secular capitalista, G. Imbert o explica através dos fatos citados a seguir.

- 1) O crescimento demográfico, sobretudo entre 1700-50 comum a todos os países, porém, particularmente forte na Inglaterra. Esta evolução, além de fornecer mão-de-obra à indústria nascente, permitiu o aproveitamento das colônias.
- 2) A revolução técnica do século XVIII, embasada essencialmente no descobrimento e emprego da máquina a vapor como energia, no uso do carvão como combustível e do ferro como matéria-prima, na introdução de máquinas no processo de fabricação e no emprego de novos métodos de produção.
- 3) A revolução agrícola de todo o século XVIII, com a formação de grandes propriedades, que permitiu melhorar consideravelmente as técnicas agrícolas, sobretudo com a mecanização. Em decorrência, a mecanização liberou braços para a indústria.

Além destes fatos, o Autor afirma que o aumento dos meios monetários desempenhou uma função bem menos importante que no curso da expansão do sistema mercantilista.<sup>14</sup>

Numa nota a esta observação, G. Imbert diz que no século XVIII houve um pequeno aumento nos estoques de ouro entre 1681-1740, da ordem de 42.500kg, porém, a partir de 1740 não mais se verifica aumento daquele metal precioso.<sup>15</sup>

Estas afirmações levam-nos a crer que G. Imbert desconheceu totalmente a produção brasileira de ouro. Exatamente por isso, seu estudo sobre o movimento secular capitalista não se conjuga com os estudos dos demais movimentos. Talvez tivesse o Autor sentido a falta do “elo perdido”, quando, na introdução do capítulo em que analisa os movimentos seculares antes da Revolução Industrial, diz: “Deixemos de lado toda a presunção, reconheçamos que aqui, mais ainda que nos capítulos precedentes, a observação estatística não é sem risco, sem lacunas nem erros.”<sup>16</sup>

(14) Idem, p. 204-05.

(15) Esta nota se baseia num artigo de M. Lefèbvre, “Les mouvements des prix et les origines de la Révolution Française.” *Annales*, março de 1937.

(16) G. Imbert. Op. cit., p. 161.



Justamente por isso, acreditamos que nossas pesquisas projetam o ouro brasileiro na economia mundial e integram-no na análise de G. Imbert.

O encontro do ouro no Brasil não se deu por simples acaso. Sua descoberta foi incentivada, e este incentivo é característico dos períodos de recessão econômica. Observa G. Imbert que a produção de metais preciosos aumenta antes do fim da fase de baixa e no início da alta, determinada pela maior intensidade na busca no período agudo da depressão e das dificuldades financeiras.<sup>17</sup>

Ora, a recessão do movimento secular mercantilista se estende de 1635-50 a 1722-43, entorpecendo a economia mundial e a do império português. Coincidem com a fase aguda da baixa secular as cartas do regente de Portugal, o futuro Pedro II, aos paulistas, incentivando-os à procura de metal precioso (1674). Na década seguinte, a busca frutificou com a revelação do ouro no Sul (Curitiba) e em seguida no Centro-Oeste (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás).

Portanto, o ouro brasileiro começou a entrar no mercado internacional entre o fim do século XVII e décadas iniciais do século XVIII, exatamente antes do fim da fase de baixa e no início da alta secular.

Por sua vez, a partir da década de 60, as primeiras flexões na produção do ouro no Brasil, revelam o início do seu declínio, acentuando-se na década de 80. Como a alta secular capitalista se prolonga de 1722-43 a 1808-17 mais uma vez encontramos perfeita sincronia com o esquema de G. Imbert, quando afirma que a produção de metais preciosos entra em declínio durante uma parte da fase de alta e no início da baixa.

Estas constatações levam-nos a concluir que o ouro brasileiro está para o movimento secular capitalista, como os metais preciosos do México e do Peru estão para o movimento secular mercantilista, e o ouro do Alasca, do Transvaal e da Austrália estão para o movimento secular planificado.

Além dos movimentos seculares, os economistas têm identificado outros movimentos de menor duração como o ciclo Kitchin

(17) Idem, p. 271.

de 3 anos e meio, o ciclo Juglar de 6 a 11 anos, o hiperciclo de 18 a 22 anos e o movimento de longa duração Kondratieff de 40 a 60 anos.

Os movimentos Kondratieff são menores que os movimentos seculares e se apresentam engastados nos movimentos seculares.<sup>18</sup> Quando se apresentam no decurso da alta do movimento secular, caracterizam-se por terem a fase de alta mais ampla e durável, enquanto a fase de baixa é fraca e breve. Quando se apresentam na tendência de baixa do movimento secular, a flexão se inverte, sendo de baixa mais prolongada e a fase de alta mais breve.<sup>19</sup>

Os movimentos longos Kondratieff, segundo G. Imbert, limitam-se ao sistema capitalista. A análise estatística e histórica dos movimentos seculares anteriores ao capitalista tem demonstrado que existiram movimentos longos, antes do século XVIII, porém, sem as características com que o Kondratieff se apresenta. Altas e baixas dentro das tendências seculares são encontradas, entretanto, sem regularidade na duração; algumas vezes elas chegam até a desaparecer e a se confundir com a própria tendência secular, outras vezes sua duração atinge a menos de vinte anos.<sup>20</sup> Os movimentos longos anteriores ao movimento secular capitalista se caracterizam por serem predominantemente agrícolas e demográficos. Na medida em que remontamos no tempo, estes fatores assumem importância capital. Somente após o início do movimento secular capitalista, o homem dominou a Natureza e conquistou o direito de viver independentemente do nível de subsistência. A partir desse momento, a curva do movimento demográfico se desvinculou da curva da produção agrícola. A máquina permitiu que o homem reproduzisse livremente.<sup>21</sup> Esta diferenciação é fundamental para separar os movimentos longos do período pré-capitalista, dos movimentos longos Kondratieff.

(18) O movimento longo Kondratieff deve seu nome ao economista russo Nikolai Dmitrievich Kondratieff que o identificou através de seus estudos entre 1922-29. Como os seus trabalhos provocaram polêmicas e críticas, foi destituído das funções de diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas de Moscou, preso e deportado em 1930, e suas obras condenadas.

(19) G. Imbert. Op. cit., p. 195.

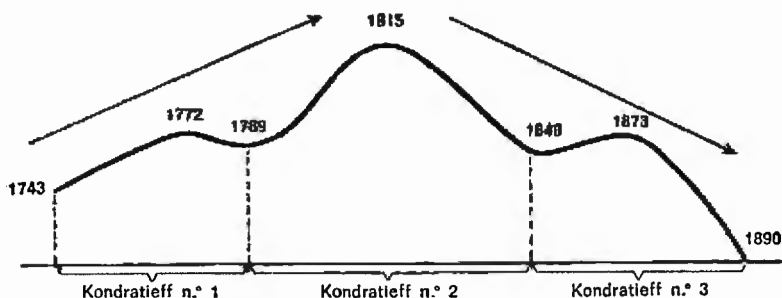
(20) Idem, p. 385.

(21) Idem, p. 388.

G. Imbert começa a identificar movimentos Kondratieff a partir do século XVIII e analisando as estatísticas inglesas estabelece aqueles movimentos na Inglaterra nos seguintes períodos: <sup>22</sup>

	<i>Mín</i>	<i>Máx</i>	<i>Mín</i>	Duração da fase de alta	Duração da fase de baixa	Duração total do movimento
Kondratieff n.º 1	1743	1772	1787	29 anos	15 anos	44 anos
Kondratieff n.º 2	1787	1815	1849	28 anos	34 anos	62 anos
Kondratieff n.º 3	1849	1873	1896	24 anos	23 anos	47 anos

Assim, o movimento secular capitalista é formado por três movimentos longos Kondratieff, sendo que o primeiro cavalga a tendência secular de alta; o segundo coincide com o ápice do movimento secular e o terceiro se apresenta na baixa do movimento secular, conforme o esquema:



Entretanto, as discussões entre os economistas sobre os fatores que determinam a alta e a baixa dos movimentos Kondratieff estão em aberto, uma vez que ainda não chegaram a um denominador comum. As explicações oscilam desde o monetarismo total até a inovação e a guerra.

Para nós, o que interessa é constatar que, em todas as tentativas de explicação, é destacada a função dos metais preciosos, ora como fator preponderante ora como fator subalterno.

(22) Idem, p. 372.

Sem querer participar da querela dos economistas, chamamos a atenção para o paralelismo entre o Kondratieff n.º 1 na Inglaterra e a economia aurífera brasileira.

Na Inglaterra, a flexão dos preços se dá entre 1733-43, e a tendência de alta persiste até 1815, apesar da depressão de 1772-87, que caracteriza a baixa do movimento longo Kondratieff n.º 1.

Cotejando este elemento com os nossos estudos, notamos que o ouro brasileiro começa a penetrar na economia inglesa, via comércio com Portugal, desde os primeiros anos do século XVIII. Este processo termina por barrar a recessão da baixa secular mercantilista (*fase B*) e estimula um período de expansão que já se enquadra na decolagem do movimento secular capitalista (*fase A*) e na alta do movimento longo Kondratieff n.º 1.

Os efeitos monetários fizeram-se sentir inicialmente quanto às cunhagens de ouro e de prata. No período de 1702-27, foram cunhados na Inglaterra 10.976.908 libras em ouro e apenas 750.512 libras em prata, o que levou Mertens a afirmar que na reforma de 1696 e na série de atos legislativos de 1696-1717 se encontra a origem primeira do monometalismo-ouro inglês. A valorização do ouro colocou realmente o país no padrão-ouro.<sup>23</sup>

O aumento da cunhagem de ouro na Inglaterra e a fixação, em 1717, da relação ouro-prata, aumentaram a elasticidade monetária e permitiram a expansão econômica inglesa. Esta expansão se fez, sobretudo, graças aos estímulos sobre a exportação em geral, e em particular para Portugal. O aumento cada vez maior da demanda, principalmente dos mercados externos consumidores, provocou a alta dos lucros e dos preços, que no fundo é o próprio esquema do capitalismo.

O acúmulo de riqueza na Inglaterra terminou por gerar condições para as inovações técnicas. No bojo da crise do ouro brasileiro (1760-80), crise esta que comanda a crise de 1772-87 (*fase de baixa do movimento longo Kondratieff n.º 1*), as inovações técnicas se processaram para explodir em seguida na Revolução Industrial.

Com estas coincidências de datas e de flutuações, podemos agora afirmar que o ouro brasileiro foi um elemento significativo para a economia do século XVIII.

Para o Brasil, seus efeitos foram muito mais conjunturais que estruturais. Realmente, a presença do metal precioso, num contexto colonial, seria incapaz de provocar alterações estruturais

(23) E. Mertens. Op. cit., p. 59-60.

que só seriam cabíveis numa outra configuração. Dessa forma, não vislumbramos nenhum processo ou acumulação de capital que poderiam se transformar em agente modificador de estrutura. Mesmo os primeiros esforços manufatureiros no Brasil, como aqueles referentes à tecelagem, foram anulados em função do protecionismo metropolitano. Reportamo-nos ao alvará de Maria I, proibindo as manufaturas de algodão.

Em compensação, as modificações conjunturais foram de importância capital. A conquista territorial, a implantação de vilas e povoados, o aumento demográfico e a abertura de rotas e vias de comunicação foram fatores decisivos para a evolução brasileira. Também o quadro social se alterou. A dualidade senhor de engenho—escravo, que presidiu a sociedade açucareira, começou a adquirir nuances intermediárias. O mascate, o comerciante, o artesão, os profissionais liberais, enfim, os elementos de uma civilização urbana, começaram a criar uma sociedade autônoma com relação à sociedade agrária em que a cidade era extensão do campo. Neste novo processo, a cidade propiciou condições para a circulação de idéias, sobretudo através das sociedades secretas, que irão abalar o regime colonial.

Para a economia mundial, o ouro brasileiro adquire dimensão maior. Não somente como caudal enriquecedor do estoque monetário mundial, mas, sobretudo, como elemento permissivo de mudanças estruturais. Além de contribuir para a decolagem da economia mundial na tendência secular capitalista, foi também o agente do primeiro movimento típico da flutuação capitalista: o movimento longo Kondratieff n.º 1. A perfeita conexão entre a idade do ouro do Brasil e as transformações na economia inglesa possibilitaram o impulso do capitalismo industrial na Inglaterra.

Quando se iniciou o processo de redução na produção brasileira do ouro, logo em seguida refletiu-se na economia inglesa, através da baixa do movimento longo. Porém, o processo já desencadeado na Inglaterra propiciou as inovações técnicas que prolongarão, por mais alguns anos, a tendência de alta no movimento secular capitalista.

Enquanto o império português se debatia na crise proveniente da decadência das minas de ouro, a economia inglesa encontrava novo vigor na Revolução Industrial, que iria colocar outro produto brasileiro na pauta do comércio internacional: o algodão.

## PESOS, MEDIDAS E VALORES UTILIZADOS

		<i>Valor adotado para efeito de cálculo</i>
Arroba .....	14,74560kg ..	14,7kg
Libra-peso ou arrátel .....	0,46080kg ..	0,46kg
Marco .....	0,23040kg ..	0,23kg
Onça .....	28,800g ..	0,028kg
Oitava .....	3,600g ..	0,0036kg
Quintal .....	58,982kg ..	59,0kg
Libra tomesa .....		\$160
Cruzado .....		\$480
Moeda de ouro .....		4\$800
Meia moeda de ouro .....		2\$400
Uma oitava .....		1\$500



## BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

- Abreu, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Briguet, 1960.
- Alencastre, J. M. Pereira de. "Anais da Província de Goiás." In: *R.I.H.G.B.* Rio de Janeiro, 3.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup> trimestres de 1864, t. XXVII, Parte Segunda.
- Alincourt, Luís d'. "Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da Província de Mato Grosso (Cuiabá, 1828)." In: *A.B.N.*, vol. III (1877-78), p. 78-161; vol. VIII (1880-81), p. 38-142.
- Almada, José de. *A aliança inglesa* (subsídios para o seu estudo). (2 vols.) Lisboa, Imprensa Nacional, 1946.
- Almeida, Fortunato de. *História de Portugal*. (6 vols.) Coimbra, ed. do Autor, 1922-57.
- André, Louis. *Louis XIV et l'Europe*. Paris, Albin Michel, 1950. (Collection "L'Evolution de l'Humanité".)
- Anônimo. "Discurso preliminar, histórico, introdutivo, com natureza de descrição econômica da Comarca e Cidade da Bahia." In: *A.B.N.*, 1905, vol. XXVI.
- Antonil, André João (João Antônio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1963.
- Aragão, A. A. Teixeira. *Descrição geral e histórico das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. (3 vols.) Lisboa, Imprensa Nacional, 1877.
- Ashton, T. S. *An Economic History of England: the 18th Century*. Londres, Methuen & Co. Ltd., 1955.
- Augé-Laribé, Michel. *La révolution agricole*. Paris, Albin Michel, 1955. (Collection "L'Evolution de l'Humanité",).
- Azevedo, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal econômico*. Lisboa, Liv. Clássica Edit., 1947.



- Balbi, Adrien. *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris, 1822.
- Barbosa de Sá, José. "Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso e seus princípios até os presentes tempos." In: *A.B.N.*, 1901, vol. XXII, p. 5-58.
- Beaurepaire-Rohan, Henrique de. "Anais de Mato Grosso." In: *R.I.H.G.S.P.*, 1910, vol. XV, p. 42-116.
- Beveridge, William. *Prices and Wages in England (from the Twelfth to the Nineteenth Century)*. Londres, 1939.
- Bleye, Pedro Aguado e Caetano Alcazar Molina. *Manual de História de Espanha*. (3 vols.) Madri, Espasa-Calpe, 1956.
- Bluteau, Rafael. *Vocabulário português e latino*. (10 vols.) Lisboa, 1721.
- Borges, Francisco Caetano. "Anal de Vila Bela desde o primeiro descobrimento deste sertão do Mato Grosso, no ano de 1734." In: *Congresso do Mundo Português*. Ed. de Henrique de Campos Ferreira Lima. vol. X, p. 303-18.
- Bougainville, Louis Antoine de. *Voyage autour du monde (1766-1769)*. Paris, 1861.
- Boxer, C. R. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1963, (Coleção "Brasiliana").
- "Brazilian Gold and British Traders in the First Half of the Eighteenth Century." In: *The Hispanic American Historical Review*, n.º 3, agosto de 1969, vol. XLIX.
- Braudel, Fernand. *Ecrits sur l'histoire*. Paris, Flammarion, 1969.
- . *Civilisation matérielle et capitalisme (XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*. Paris, Armand Colin, 1967, t. I.
- . *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*. (2 vols.) Paris, Armand Colin, 1966.
- Brasão, Eduardo. *Relações externas de Portugal (Reinado de D. João V)*. (2 vols.) Porto, Civilização Ed., 1938.
- Brito, Lemos. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1939 (Coleção "Brasiliana").
- Caldas, José Antônio. *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Tip. Beneditina, 1951 (ed. fac-similar).
- Calixto, Benedito. "Capitania de Itanhaém." In: *R.I.H.G.S.P.*, 1915, vol. XX.
- Calógeras, Pandiá. *A política monetária do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1960 (Coleção "Brasiliana").
- . *As minas do Brasil e sua legislação*. (3 vols.) São Paulo, Ed. Nacional, 1938 (Coleção "Brasiliana").

- Câmara Coutinho, Antônio Luís Gonçalves da. "Representação do governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho ao Rei, sobre o Estado do Brasil — 1692." In: *A.B.N.*, 1935, vol. LVII, p. 147-53.
- Campos, Pedro Dias de. "As minas de ouro do Jaraguá." In: *R.I.H.G.S.P.*, 1929, vol. XXVI.
- Canabrava, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo, 1944.
- Cardoso, Manuel da Silveira Soares. "Alguns subsídios para a história da cobrança do quinto na Capitania de Minas Gerais até 1735." In: *I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa, 1938.
- . "Os quintos do ouro em Minas Gerais (1721-1732)." In: *Congresso do Mundo Português*. Lisboa, 1940, vol. X.
- Carnaxide, Antônio de Sousa Pedroso (visconde de Carnaxide). *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo, Ed. Nacional, 1940 (Coleção "Brasiliana").
- Casal, Manuel Aires de. *Corografia brasílica, ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. (2 vols.) Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1817.
- Chaunu, Pierre. *Les Philippines et le Pacifique des ibériques (XVI<sup>e</sup>, XVII<sup>e</sup>, XVIII<sup>e</sup> siècles)*. Paris, S.E.V.P.E.N., 1960.
- . "Dynamique conjoncturelle et histoire sérielle (point de vue d'historien)." In: *Industrie*, n.º 6, Bruxelas, junho de 1960.
- Chaunu, Pierre e Huguette. *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*. (8 vols.) Paris, 1955-57.
- Cerqueira e Silva, Inácio Acioli de. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. (6 vols.) Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1919-40 (anotado por Brás do Amaral).
- Clapham, J. *The Bank of England*. Cambridge, 1944.
- Clark, G. N. *Guide to English Commercial Statistics (1696-1782)*. Londres, 1938.
- Cortesão, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. (8 vols.) Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1950-60.
- Couto, José Vieira. "Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais" In: *R.A.P.M.*, ano X, jan.-jun. de 1905, fascs. I e II.
- Craig, John. *Newton at the Mint*. Cambridge, 1946.
- Cunha Matos, Raimundo José da. "Corografia histórica da Província de Goiás." In: *R.I.H.G.B.*, Rio de Janeiro, 1874, t. XXXVII, 1.<sup>a</sup> parte, p. 213-398; 1875, t. XXXVIII, 2.<sup>a</sup> parte, p. 5-150.
- Derby, Orville A. "Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Cacté." In: *R.I.H.G.S.P.*, 1899-1900, vol. V.

- Dias, Manuel Nunes. "Fomento e mercantilismo: política econômica portuguesa na Baixada Maranhense (1755-1778)." *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*. Coimbra, 1965, sep. do vol. I.
- . "A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)." São Paulo, tese mimeografada, 1960. (Coleção da *Revista de História da FFLCH/USP*, 1971, vol. XXXVII.)
- Domingues, Mário. *O marquês de Pombal, o homem e a sua época*. Lisboa, Ed. Romano Torres, 1955.
- Duarte Rodrigues, Alfredo. *O marquês de Pombal e os seus biógrafos*. Lisboa, 1947.
- Ellis, Myriam. "Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras do Brasil no século XVII." Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1961. (Coleção "Os Cadernos da Cultura".)
- . "Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial." In: *Revista de História da FFLCH/USP*, 1958, sep. XIV.
- Elsas, M. J. *Umriss einer Geschichte der Preise un Löhne in Deutschland*. Leiden, 1936.
- Eschwege, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. (2 vols.) São Paulo, Ed. Nacional, s. d. (Trad. por Donúcio de Figueiredo Murta.)
- Falcon, F. C. e F. A. Novais. "A extinção da escravatura africana em Portugal, no quadro da política econômica pombalina." Comunicação datilografada, apresentada ao VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Goiânia, setembro de 1971.
- Fay, C. R. *English Economic History Mainly Since 1700*. Cambridge, 1940.
- França, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo, Ind. Gráf. José Magalhães, 1951.
- Francis, A. D. *The Methuen's and Portugal (1691-1708)*. Cambridge, The University Press, 1966.
- Freitas, Gustavo de. "A Companhia Geral de Comércio do Brasil (1649-1720)." In: *Revista de História da FFLCH/USP*, 1951, sep. III.
- Froger. *Rélation d'un voyage de la Mer du Sud, Etroit de Magellan, Brésil, Cayenne et les Isles Antilles*. Amsterdã, 1715.
- Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.
- Garcia, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956. (Coleção "Documentos Brasileiros".)
- Gardner, M. D. Georg. *Viagens no Brasil (principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841)*. São Paulo, Ed. Nacional, 1942 (Coleção "Brasileira").

- Godechot, Jacques. *Histoire de l'Atlantique*. Bordas, 1947.
- Godinho, Vitorino Magalhães. *Prix et monnaies au Portugal (1750-1850)*. Paris, Armand Colin, 1955.
- . "Le Portugal, les flottes du sucre et les flottes de l'or (1670-1770)." In: *Annales*, n.º 2, 5<sup>ème</sup> année, avril-juin, 1950.
- . "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)." In: *Revista de História* da FFLCH/USP, n.º 15, jul.-set. 1953.
- Goulart, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1961.
- . *Brasil do boi e do couro*. (2 vols.) Rio de Janeiro, Edições G. R. D., 1966.
- Goulart, Maurício. *Escravidão africana no Brasil*. São Paulo, Martins, 1949.
- Guedes, João Alfredo Libânio. *História administrativa do Brasil*. D. A. S. P., Serviço de Documentação, 1962.
- Hamilton, Earl J. *American Treasure and The Price Revolution in Spain (1501-1650)*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1934.
- . *War and Prices in Spain (1651-1800)*. Cambridge Mass., Harvard University Press, 1947.
- Hayes, Carlton J. H. *História política y cultural de la Europa Moderna*. (2 vols.) Barcelona, Edit. Juventud, 1946.
- Hauser, Henri. *L'évolution économique de l'empire britannique au XVIII<sup>e</sup> siècle*. (2 vols.) Paris, Le Cours de Sorbonne, 1933.
- . *Recherches et documents sur l'histoire des prix en France (1500-1800)*. Paris, 1936.
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1945. (Coleção "Estudos Brasileiros".)
- . *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. (2 vols.) São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- . *Visão do Paraíso*. São Paulo, Ed. Nacional, 1969 (Coleção "Brasileira").
- Henderson, W. O. In: *The Economic History Review*, n.º 1, agosto de 1957, vol. X.
- Iglésias, Francisco. "Artesanato, manufatura e indústria." Comunicação datilografada, feita ao III Simpósio dos Professores Universitários de História. Franca, 1965.
- Imbert, Gaston. *Des mouvements de longue durée Kondratieff*. Aix-en-Provence, La Pensée Universitaire, 1959.
- Labrousse, C. E. *Esquisse du mouvement des prix et des révenus en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris, Dalloz, 1933.
- . *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime*. Paris, P. U. F., 1944.

- Lapa, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo, Ed. Nacional, 1968 (Coleção "Brasíliana").
- Latif, Miran de Barros. *As Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Agir, 1960.
- Lepedi, Jules. *L'or*. Paris, P.U.F., 1958.
- Lima, Durval Pires de. *O Oriente e a África desde a Restauração a Pombal*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1946.
- Lima Júnior, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 1943.
- . *História dos diamantes nas Minas Gerais*. Edições Dois Mundos, 1945.
- . "A grande invasão das Minas Gerais." In: *Congresso do Mundo Português*, vol. X, p. 389-97.
- Lippmann, Edmund O. von. *História do açúcar*. (2 vol.) Rio de Janeiro, Inst. do Açúcar e do Alcool, 1942. (Trad. por Rodolfo Coutinho.)
- Lisanti Filho, Luís. *Negócios coloniais (Uma correspondência comercial do século XVIII)*. (5 vols.) Brasília, Ministério da Fazenda; São Paulo, Visão Editorial, 1973.
- Luzzatto, Gino. *Storia economica dell'Età Moderna e Contemporanea*. (2 vols.) Pádua, Casa Editrice Dott. A. Milani, 1955.
- Macedo, Jorge Borges de. "Portugal e a economia pombalina." In: *Revista de História*, n.º 19, jul.-set. de 1954.
- . *A situação econômica no tempo de Pombal*. Porto, Portugalia, 1951.
- . *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa, Assoc. Industrial Portuguesa, 1963.
- Macpherson, David. *Annals of Commerce, Manufactures, Fisheries, and Navigation, with Brief Notices of the Arts and Sciences Connected with them. Containing the Commercial Transactions of the British Empire and other Countries*. (4 vols.) Londres, 1805.
- Maffei, Lucy de Abreu e Nogueira, Arlinda Rocha. "O ouro na Capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII." *Anais do Museu Paulista*, 1966, sep. do t. XX.
- Magalhães, Basílio de. "Documentos relativos ao bandeirismo paulista e questões conexas, no período de 1664 a 1700." In: *R.I.H.G.S.P.*, 1913, vol. XVIII.
- . *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 3.ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978 (Coleção "Brasíliana").
- Manchester, Alan K. *British Preeminence in Brazil. Its Rise and Decline. A Study in European Expansion*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1933.
- Mantoux, Paul. *La revolución industrial en el siglo XVIII*. Madri, Aguilar, 1962. (Trad. por Juan Martín.)

Maquiavel. *O Príncipe*.

Mauro, Frédéric. "Le Brésil au XVII<sup>e</sup> siècle. Documents inédits relatifs à l'Atlantique Portugais." Coimbra, 1961.

———. *Le Portugal et l'Atlantique au XVI<sup>e</sup> siècle (1570-1670)*. Paris, Ecole Pratique des Hautes Etudes, 1960.

Mawe, John. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro, 1944.

Merriman, Roger Bigelow. *Six Contemporaneous Revolutions*. Oxford, Clarendon Press, 1938.

Mertens, Jacques E. *La naissance et le développement de l'étalon-or (1696-1922)*. Paris, P.U.F., 1944.

Mousnier, Roland. *Os séculos XVI e XVII*. (2 vol.) São Paulo, DIFEL, 1957 (Coleção "História Geral das Civilizações").

Muret, Pierre. *La prépondérance anglaise (1715-1763)*. Paris, P.U.F., 1949. (Collection "Peuples et Civilizations".)

Nogueira Coelho, Filipe José. "Memórias cronológicas da Capitania de Mato Grosso." In: *R.I.H.G.B.*, vol. XIII, 1, p. 137ss.

Pais Leme, Pedro Taques de Almeida. *História da Capitania de São Vicente*. São Paulo, Melhoramentos, s. d.

Pantaleão, Olga. "A penetração comercial da Inglaterra na América espanhola de 1713 a 1783." *Boletim LXII da FFLCH/USP*, 1946.

Peres, Damião (org.). *História de Portugal*. (8 vols.) Barcelos, Portucale, 1934.

Pinho, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo (Matoim, Novo-Caboto, Freguezia) 1552-1944*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1946.

Pires, Antônio Olinto dos Santos. "A mineração. Riquezas minerais." In: *R.A.P.M.*, ano VIII, jul.-dez., 1903, fascs. III e IV.

Pizarro e Araújo, José de Sousa Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. (9 vols.) Rio de Janeiro, MEC/INL, 1948.

Posthumus, N. W. *Inquiry into the History of Prices in Holland*. Leiden, 1946.

Prado Júnior, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1956.

Préclin, Edmond e Victor L. Tapie. *Le XVII<sup>e</sup> siècle. Monarchies centralisées (1690-1715)*. Paris, P.U.F., 1949. (Collection Clio.)

Pyrard, François. *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval (1601-1611)*. (2 vols.) Porto, Liv. Civilização Edit., 1944. (Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Ultramarina, n.º II e III.)

Rau, Virgínia e M. F. Gomes da Silva. *Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. (2 vols.) Coimbra, Universidade de Coimbra, 1956-58.

- Ribeiro Júnior, José. "Extrato da legislação para o Brasil durante o reinado de D. José I (1750-1777)." In: *Anais de História*, ano I, Assis, 1969.
- . *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*. São Paulo, Hucitec. 1976. (Coleção "Estudos Brasileiros", n.º 3.)
- Rocha Pita, Sebastião da. *História da América portuguesa (1500-1724)*. Lisboa, 1880.
- Rodrigues, F. Contreiras. *Traços da economia social e política do Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Ariel, 1935.
- Rodrigues, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. (2 vol.), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- Romano, Ruggiero. "Storia dei prezzi e storia economica." In: *Rivista Storica Italiana*, ano LXXV, Nápoles, Edizioni Scientifiche Italiani, 1963, fasc. II.
- Sagnac, Philippe e A. de Saint-Léger. *Louis XIV (1661-1715)*. Paris, P.U.F., 1949. (Collection "Peuples et Civilizations".)
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. (2 vols.) São Paulo, Ed. Nacional, 1938 (Coleção "Brasiliana", trad. de Clado Ribeiro de Lessa).
- . *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás*. (2 vols.) São Paulo, Ed. Nacional, 1944 (Coleção "Brasiliana", trad. de Clado Ribeiro de Lessa).
- Santarém, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris, Casa de J. P. Ailland, 1842.
- Santos, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1956.
- Schumpeter, Elisabeth Boothy. *English Overseas Trade Statistics. 1697-1808*. Oxford, 1960.
- Sequeira, José Manuel de. "Memória." Apud: Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, anexo K.
- Shillington, V. M. e A. B. Wallis Chapman. *The Commercial Relations of England and Portugal*. Londres, s.d.
- Silva e Sousa, Luís Antônio da. "Memória sobre o descobrimento, governo população e cousas mais notáveis da Capitania de Goiás." In: *R.I.H.G.B.*, n.º 16, 4.º trimestre de 1849.
- Simiand, François. *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix du XVI<sup>e</sup> au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris, Domat-Montchrétien, 1932.

- Simonsen, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978 (Coleção "Brasíliana").
- Siqueira, Joaquim da Costa. "Crônicas do Cuiabá". In: *R.I.H.G.S.P.*, vol. IV, 1898-99, p. 1-217. (Anotado por A. de Toledo Piza.)
- Soetbeer, Adolf. *Edelmetall Produktion und Werthverhältniss Zwischen Gold und Silber seit der Entdeckung Amerika's bis zur Gegenwart*. Gotha, 1879.
- Sombra, Severino. "História monetária do Brasil colonial." In: *Anais do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira*. São Paulo, Salles Oliveira. 1937, vol. I, p. 587-890.
- Southey, Robert. *History of Brazil*. Londres, 1812-19.
- Souza, Bernardino José de. *O pau-brasil na História Nacional*. São Paulo Ed. Nacional, 1939 (Coleção "Brasíliana").
- Spooner, F. C. *L'économie mondiale et les frappes monétaires en France — 1493-1680*. Paris, Armand Colin, 1956.
- Taunay, Afonso d'E. *Relatos sertanistas*. Publicação comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo. (Coletânea, Introdução e notas de Afonso d'E. Taunay.)
- . *História geral das bandeiras paulistas*. (11 vols.) São Paulo, Edit. do Museu Paulista, Imprensa Oficial do Estado, 1950.
- Teixeira Coelho, José João. "Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais." In: *R. A. P. M.*, ano VIII, jan.-jun., 1903, fascs. I e II.
- Trevelyan, G. Macaulay. *La revolución inglesa 1688-1689 (The English Revolution: 1688-1689)*. México, Fondo de Cultura Económica, 1951. (Breviários. Trad. de Florentino M. Torner.)
- Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Melhoramentos, 1956.
- Verger, Pierre. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du dix-septième au dix-neuvième siècle*. Paris, Ecole Pratique des Hautes Etudes; La Haye, Mouton, 1968.
- Viterbo, Joaquim Santa Rosa. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. (2 vol.) Lisboa, 1798.
- Young, Ernesto Guilherme. "Subsídios para a História de Iguape." In: *R.I.H.G.S.P.*, 1900-01, vol. VI.
- Washington, Luís. *Capitania de São Paulo: governo de Rodrigo César de Meneses*. São Paulo, Ed. Nacional, 1938 (Coleção "Brasíliana").
- Zeller, Gaston. "Les temps modernes.;" "De Louis XIV à 1789." In: Pierre Renouvin (org.). *Histoire des relations internationales*. Paris, Hachette, 1955, t. II e III.



## REVISTAS E COLEÇÕES CONSULTADAS

- Anais da Biblioteca Nacional (A.B.N.)*, Rio de Janeiro.  
*Anais de História*, Assis, São Paulo.  
*Anais do Museu Paulista*, São Paulo.  
*Anais do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira*, São Paulo.  
*Annales (Economies, Sociétés, Civilisations)*, Paris.  
*Congresso do mundo português*, Lisboa.  
*Documentos históricos*, Rio de Janeiro.  
*Documentos históricos do Arquivo Municipal*, Salvador.  
*Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo.  
*Revista do Arquivo Público Mineiro (R.A.P.M.)*, Belo Horizonte.  
*Revista do Arquivo Público Municipal*, São Paulo.  
*Revista de História*, São Paulo.  
*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (R.I.H.G.S.P.)*, São Paulo.  
*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (R.I.H.G.B.)*, Rio de Janeiro.  
*Rivista Storica Italiana*, Nápoles.  
*The Hispanic American Historical Review*, Durham, E.U.A.

## ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PESQUISADOS

	<i>Abreviaturas</i>
Archives Nationales (Paris) .....	A.N. (Paris)
Arquivo Municipal (Salvador) .....	A.M. (BA)
Arquivo Municipal (São Paulo) ....	A.M. (SP)
Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) .....	A.N. (RJ)
Arquivo Público da Bahia (Salvador) .....	A.P.B.
Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) .....	A.H.U. (Lisboa)
Biblioteca Municipal (São Paulo) .....	B.M. (SP)
Biblioteca Nacional (Lisboa) .....	B.N. (Lisboa)
Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) .....	B.N. (RJ)
Quai D'Orsay — Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (Paris) .....	Q.D'O.